



Revista Brasileira de Sociologia

Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

Vol 01, No. 02 Jul/Dez/2013



RBS – REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

ISSN 2317-8507

Diretoria (Gestão 2013-2015)

Presidente

Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS

1º Vice Presidente

Carlos Benedito Martins, UnB

2º Vice Presidente

Jacob Lima, UFSCarlos

Secretário Geral

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

Tesoureiro

Luiz Claudio Lourenço, UFBA

1º Secretário

Rogério Proença Leite, UFS

2º Secretário

Marcos César Alvarez, USP

Diretores

Silvio Cesar Camargo, UNICAMP

Ana Luisa Sallas, UFPR

André Botelho, UFRJ

Maria Eduarda da Motta, UFPE

Marcelo Sampaio Carneiro, UFMA

Conselho Fiscal

Danyelle Nilin Gonçalves, UFC

Helena Bommeny, UFRJ

Silvio Higgins, UFMG

Publicação Semestral da SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS

Editor executivo

Rogério Proença Leite, UFS

Comissão Editorial

Irllys Barreira, UFC

Celi Scalon, UFRJ

Emil Sobottka, PUC-RS

Renato Sérgio de Lima, FBSP

Tom Dwyer, UNICAMP

Conselho Editorial

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I

Ana Luisa Fayet Sallas, UFPR

André Pereira Botelho, UFRJ

Arturo Morato, Univ. Barcelona

Carlos Benedito Martins, UnB

Carlos Fortuna, Univ. Coimbra

Cesar Barreira, UFC

Franz Josef Brüseke, UFS

Gabriel Cohn, USP

Jacob Lima, UFSCarlos

José Machado Pais, ICS/Lisboa

José Vicente Tavares, UFRGS

José Ricardo Ramalho, UFRJ

Jorge Ventura, UFPE

Lúcio Oliver Costilla, UNAM, México

Marcos César Alvarez, USP

Margareth Archer, EPFL- University of Warwick

Maria Stela Grossi, UnB

Michel Burawoy, Berkeley University

Paulo Sérgio da Costa Neves, UFS

Renan Springer de Freitas, UFMG

Sérgio Adorno, USP

Secretária de Editoria: Deborah Dorenski

Revisão: Raquel Meister Ko Freitag

Diagramação: Adilma Menezes

Capa: Allan Veiga Rafael

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 1, n.2 (jul./dez. 2013)- . – Sergipe: SBS, 2013-

Semestral

ISSN 2317-8507 (impresso)

ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

Sumário

05	Editorial Soraya Vargas Côrtes
13	O artesanato intelectual na sociologia José de Souza Martins
49	O ofício de sociólogo Heraldo Pessoa Souto Maior
69	Avanços e Perspectivas da Sociologia no Brasil: Uma Abordagem Comparativa Renan Springer de Freitas Ludmila Ribeiro
115	Sociólogos do Futuro: neoartesanato intelectual e engajamento político Jose Vicente Tavares dos Santos
131	Notas sobre a história da Sociologia no ensino secundário de Portugal Roberta dos Reis Neuhold
147	Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. Tom Dwyer Maria Lígia de Oliveira Barbosa Eugenio Braga
179	Juventude, Igualdade e Protestos Celi Scalon
205	Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania Maria da Glória Gohn
223	Um “fiat miraculoso”: Oliveira Vianna visita São Paulo Andre Veiga Bittencourt
247	Biografia e Itinerários de um livro: Uma abordagem pós-humanista das associações de uma obra de Gisele Freund Jorge Ventura de Moraes
277	Pensando Segurança Pública no Brasil: desafios para a pesquisa Maria Stela Grossi Porto
299	Resumos/Abstracts/ Résumés
316	Contents
317	Sommaire

Soraya Vargas Côrtes

Presidente da SBS

EDITORIAL

A Sociologia como artesanato intelectual foi o tema do Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 2013, na Universidade Federal da Bahia, Salvador. A maior parte dos artigos reunidos neste volume discute uma questão reflexiva clássica, que indaga sobre o modo como é construído o conhecimento e constituído o campo disciplinar sociológico. A pergunta obteve uma resposta extremamente instigadora em um Apêndice, intitulado ‘Sobre o Artesanato Intelectual’, do livro ‘A Imaginação Sociológica’, de Wright Mills, publicado em inglês em 1959. Independentemente de concordarmos com a resposta do autor, o importante é que a grande repercussão e os debates que o livro e seu Apêndice provocaram, inseriu a discussão sobre a Sociologia que fazíamos, e fazemos, no topo da agenda de estudos da disciplina. A partir de então, questões epistemológicas e metodológicas, reflexões sobre as relações entre saber leigo e científico, sobre a construção e a estruturação do ‘campo’ da Sociologia nas nações e no mundo, passaram a ocupar espaço central na produção acadêmica da disciplina.

Ao selecionar o tema do Congresso, a Sociedade Brasileira de Sociologia tinha por objetivo renovar o debate dessas questões. A RBS participa desse esforço com os artigos ‘O artesanato intelectual na sociologia’, de José de Souza Martins; ‘O ofício de

* PhD em Social Policy and Administration - London School of Economics and Political Science, em 1995, atualmente é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Pesquisadora do CNPQ, e coordenadora adjunta do Comitê de Avaliação da Pós-Graduação da Capes, na Sub-Área de Sociologia. Exerce a 1ª Vice-Presidência da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS. Suas atividades de docência e pesquisa concentram-se na área de sociologia, com ênfase em sociologia política e políticas públicas.



sociólogo', de Heraldo Pessoa Souto Maior; 'Avanços e Perspectivas da Sociologia no Brasil: Uma Abordagem Comparativa' de Renan Springer de Freitas e Ludmila Ribeiro; 'Sociólogos do Futuro: neoartesanato intelectual e engajamento político', de José Vicente Tavares dos Santos; 'Notas sobre a história da Sociologia no ensino secundário de Portugal', de Roberta dos Reis Neuhold; e 'Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia', de Tom Dwyer, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Eugênio Braga. Os outros artigos - 'Juventude, Igualdade e Protestos', de Celi Scalón; 'Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania', de Maria da Glória Gohn; 'Um 'fiat miraculoso': Oliveira Vianna visita São Paulo', de André Veiga Bittencourt; 'Biografia e Itinerários de um livro: Uma abordagem pós-humanista das associações de uma obra de Gisèle Freund', de Jorge Ventura de Moraes; e 'Pensando Segurança Pública no Brasil: desafios para a pesquisa', de Maria Stela Grossi Porto – são uma demonstração da capacidade de nossa disciplina para abordar assuntos candentes e para inovar na construção de problemáticas de pesquisa utilizando perspectivas teóricas variadas e contemporâneas.

Autores

José de Souza Martins

Fez o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais, o mestrado e o doutorado em Sociologia e a livre-docência em Sociologia da vida cotidiana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi professor-visitante da Universidade da Flórida e da Universidade de Lisboa. Fellow de Trinity Hall e Professor da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (1993/94). Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Viçosa, Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba. Prêmio Erico Vanucci Mendes do CNPq (1993). Prêmio Florestan Fernandes, da SBS (2007), Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (1993, 1994, 2008). É membro do Conselho Superior da Fapesp.

Heraldo Pessoa Souto Maior

Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento de Sociologia (1963-2014). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Graduação em Direito na UFPE (1952) e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Michigan State University (1962). Sociólogo do Serviço Social Rural/SUPRA/IBRA (1956-1967). Pesquisador Associado Honorário do Departamento de Antropologia Social da Harvard University (1975-1976). Prêmio Florestan Fernandes (SBS). Atua e tem publicado nas seguintes áreas de interesse: Teoria Social, Pensamento Social, História das Ciências Sociais no Brasil. Mudança Social.



Renan Springer de Freitas

Professor Titular de Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi pesquisador visitante na Universidade de Amsterdam, no período 1990-1992, com bolsa de pós-doutorado concedida pela CAPES e Professor visitante na Duke University, EUA, em setembro de 2006. Membro do Conselho Editorial da Revista *Philosophy of the Social Sciences*. Autor de *Sociologia do Conhecimento*, *Pragmatismo e Pensamento Evolutivo*, prêmio EDUSC-ANPOCS de Sociologia de 2002, e *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber*

Ludmila Ribeiro

Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2001), graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2003) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (2009). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência nas áreas de sociologia do crime, sociologia das organizações e políticas públicas, contando com trabalhos publicados na área de justiça criminal e segurança pública.

Jose Vicente Tavares dos Santos

Sociólogo, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1977) e Doutor em Sociologia (Doctorat d'Etat) pela Université de Paris X, Nanterre (1987). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Universitário da UFRGS. Pesquisador do CNPq (nível I-A), Diretor do ILEA - Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS. Membro do: RC-29 Social Control and Deviance (Vice-Presidente 2010-2014)

da ISA - Associação Internacional de Sociologia); Conselho Diretivo do CLACSO - Conselho Latino-americano de Sociologia (2007-2009; 2009=2011) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2009-2011; Conselho Fiscal, 2011-2012). Autor de diversos artigos e livros nacionais e internacionais sobre Segurança, Violência, Democracia, América Latina.

Roberta dos Reis Neuhold

Mestre em Sociologia (Universidade de São Paulo), especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (Universidade Federal Fluminense), bacharel e licenciada em Ciências Sociais (USP) e Pedagogia (Universidade Federal de São Carlos). Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, na linha de Sociologia da Educação, com período sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal. Tem experiência na área de Sociologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia da Educação, Sociologia Política, ensino de Sociologia e movimentos sociais.

Tom Dwyer

Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1978), pos-doutorado pela University Of Canterbury (1983) e pos-doutorado pela Cornell University (1990). Atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, líder do Laboratório Interdisciplinar Informática e Sociedade (Unicamp), membro do Executive Committee da International Sociological Association (2010-2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) 2005-2009. Vice Presidente (Latin America), Research Committee 34 - Sociology of Youth - International Sociological Association, 2006-2010. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia do trabalho, acidentes do trabalho, sociedade de informação, informática e interdisciplinaridade.

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdades sociais, hierarquias sociais e profissões, políticas educacionais. Vice-Presidente para América Latina do RC04 - Sociology of Education - da ISA (International Sociological Association) 2010-2014. Publicou “Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira” e vários artigos sobre os temas de pesquisa.

Eugenio Braga

Mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é analista de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Investiga, principalmente, temas relacionados a Sociologia das Profissões e a Estratificação Social em convergência com a Metodologia da Pesquisa Social Empírica.

Celi Scalón

Professora titular da UFRJ e foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia na gestão 2009-2011. Tem doutorado em Sociologia pelo IUPERJ e, neste período, foi visiting student na University of Warwick e cursou o programa de Métodos Quantitativos na University of Michigan, Ann Arbor. Foi visiting fellow no Nuffield College, Oxford University (2002) e no California Center for Population Research, University of California, Los Angeles (2012-2013). Suas áreas de pesquisa são: Desigualdade e Estratificação, com foco em classes sociais, renda, políticas públicas e metodologia. É membro do international board da revista Research on Social Stratification and Mobility (RSSM/RC28) e do conselho editorial da Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCAR e da Revista Brasileira de Sociologia (SBS).

Maria da Glória Gohn

Socióloga, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e Pós-doutorado em Sociologia pela New School of University, Nova York. Professora titular da UNICAMP. Pesquisadora I do CNPq. Vice-presidente do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Membro do Comitê de Sociologia do CNPq (2007-2010). Foi incluída no Dictionary of Eminent Social Scientists: Autobiographies (DESSA), da Fundação Mattei Dogan, Paris (2010). Pesquisadora/profa visitante da Fundação Rockefeller em Belágio/Itália (2000), Oxford (1994), Universidad de Córdoba (Argentina) em 2009 e Universidad Complutense de Madri (2010). Especialização em Planejamento da Educação- UNESCO/ Chile. Tem 18 livros publicados de autoria individual sobre a temática dos movimentos sociais destacando-se História dos Movimentos e Lutas Sociais (,2012, 8ª edição); Teoria dos Movimentos Sociais (2012, 10ª edição); Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo (2013, 7ª ed) ;Educação Não-Formal e a Formação do Educador Social (2014, 4ª ed.) e Sociologia dos Movimentos Sociais (2014, 2ª ed).

Andre Veiga Bittencourt

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da mesma instituição, onde atualmente também cursa seu doutorado. É autor de O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil (Hucitec, 2013).

Jorge ventura de Morais

PhD (1992) em Sociologia pela London School of Economics (Universidade de Londres). É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de produtividade do CNPq, tem desenvolvido pesquisas

em diversas áreas do conhecimento sociológico, com ênfase particular, nos últimos anos, em futebol e em fotografia nas ciências sociais. Publicou artigos sobre estas temáticas, assim como sobre teoria sociológica, em revistas como Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais e Soccer & Society, entre outras.

Maria Stela Grossi Porto

Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (1976), mestrado em Sociologia - Université de Montréal (1979), doutorado em Sociologia - Université de Montréal (1987) e pós-doutorado pelo Centre d'Études de la Vie Politique Française- CEVIPOF, Paris, França. Atualmente é professora Titular da Universidade de Brasília; Vice-Coordenadora e membro do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília; Membro do Comitê Institucional de Avaliação da CAPES para a área de Sociologia, de 2004 a 2006 e de 2007 a 2009; Membro da Diretoria da ANPOCS; Vice-Presidente do RC 29-Research Committee on Deviance and Social Control, da International Sociological Association, ISA. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, entre 2003 e 2005 e Vice Presidente na gestão anterior, 2001-2003. Convidada, em 2010, como Directeur d'Études pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, tendo nessa condição, participado das atividades do Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS). Realizou estágio de trabalho como pesquisadora associada no CADIS-Centre D'Analyse et D'Intervention Sociologique, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. É Pesquisadora 1A do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa em "Violência, Cidadania e Segurança" do Diretório de Pesquisa do CNPq. É Vice-Diretora do Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social- Serge Moscovici. Atuação docente nas áreas de Teoria Sociológica, Violência, Conflito e Segurança.

José de Souza Martins*

O ARTESANATO INTELECTUAL NA SOCIOLOGIA

RESUMO

A história da imaginação sociológica no Brasil contém extenso elenco de criativas e até antecipadoras variantes do que C. Wright-Mills denominou artesanato intelectual. Aqui, o artesanato intelectual teve muito pouco a ver com uma opção epistemológica em face das reduções abstratas da grande teoria. Tem sido muito mais reconhecimento da riqueza de conteúdo de uma realidade singular e densa. O artesanato intelectual é mais do que a mera técnica de obtenção de dados. É uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro.

Palavras-Chave: Imaginação sociológica; Artesanato intelectual; Wright-Mills

INTELLECTUAL CRAFTSMANSHIP IN SOCIOLOGY

José de Souza Martins

ABSTRACT

The history of sociological imagination in Brazil contains a long list of creative and even precocious variants of what C. Wright-Mills termed intellectual craftsmanship. Here intellectual craftsmanship has little to do with an epistemological choice in response to the abstract reductions of big theory. Rather it is much more concerned with recognizing the richness of a singular and dense reality. Intellectual craftsmanship is more than a mere data collection technique. It is an exchange. There is no way of using craftsmanship without giving something back in return for what is received. In craftsmanship the observer is observed, the decipher is deciphered. Without this there is no interaction. And without interaction, situating and comprehending is impossible; one situates and comprehends oneself through the other.

Keywords: Sociological imagination; Intellectual craftsmanship; Wright-Mills.

* Fez o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais, o mestrado e o doutorado em Sociologia e a livre-docência em Sociologia da vida cotidiana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi professor-visitante da Universidade da Flórida e da Universidade de Lisboa. Fellow de Trinity Hall e Professor da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (1993/94). Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Vigosa, Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba. Prêmio Erico Vanucci Mendes do CNPq (1993). Prêmio Florestan Fernandes, da SBS (2007). Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (1993, 1994, 2008). É membro do Conselho Superior da Fapesp.



L'ARTISANAT INTELLECTUEL DANS LA SOCIOLOGIE

José de Souza Martins

RÉSUMÉ

L'histoire de l'imagination sociologique au Brésil comporte un vaste éventail de variantes créatives et même anticipatoires de ce que C. Wright-Mills a dénommé artisanat intellectuel. Ici, l'artisanat intellectuel n'a pas grand chose à voir avec une option épistémologique face aux réductions abstraites de la grande théorie. Il est plutôt vu comme une reconnaissance de la richesse de contenu d'une réalité singulière et dense. L'artisanat intellectuel est plus que la simple technique d'obtention de données. C'est un échange. Il n'y a pas moyen d'utiliser l'artisanat sans rien donner en échange de ce que l'on reçoit. Dans l'artisanat, l'observateur est observé, le décodeur est décodé. Sans quoi il n'y a pas interaction. Sans interaction, pas moyen de situer et de comprendre ; de se situer et de se comprendre dans l'autre.

Mots-clés : Imagination sociologique ; Artisanat intellectuel ; Wright-Mills.

José de Souza Martins

O ARTESANATO INTELECTUAL NA SOCIOLOGIA¹

Inicialmente, eu havia pensado em fazer aqui uma exposição comparativa sobre “O artesanato intelectual na sociologia de Florestan Fernandes e na de Gilberto Freyre” e com esse título este trabalho foi incluída na programação oficial deste congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Depois, pensando melhor, entendi que seria mais adequado ampliar a reflexão para além do que o tema poderia dizer com base na obra desses dois autores, de modo que pudesse expor também, de maneira sistemática, minhas reflexões e experiências de muitos anos sobre o tema de que tratou C. Wright-Mills. Inspirado num belo e sugestivo ensaio de Henri Lefebvre, fui mesmo tentado a dar ao trabalho o subtítulo de “Ferramentas da oficina de Lúcifer”, diabólica ideia que prudentemente abandonei.²

É que os artesãos, em idos tempos, mesmo aqui no Brasil, de vários modos eram tidos como parceiros de Satanás, como os alquimistas. Artesãos eram socialmente estigmatizados e não entravam no rol dos homens bons, os dotados da qualidade de

¹ Conferência de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, em Salvador (BA), no dia 10 de setembro de 2013.

² “O diabo cumpre as promessas do conhecimento”. Cf. Henri Lefebvre, “Les Metamorphoses du diable”, **Introduction à la Modernité**, Les Éditions du Minuit, Paris, 1962, p. 68.



nascimento para as funções públicas e do mando. Haviam sido degradados socialmente pelo exercício do trabalho manual quase sempre hereditário, o trabalho que transforma a natureza em coisas úteis. Estavam, por isso, estamentalmente impedidos de ocupar funções nas câmaras municipais, que eram o poder local, por suspeição de que a competência de seu artesanato podia ser oculto benefício de pacto com o tihoso. Ainda hoje, em muitos lugares do Brasil, crianças muito ativas e desobedientes são definidas como *arteiras*, o que as remete para os significados antigos da palavra, como o de desordeiro e insubmisso, mas, também, o de brincalhão, o que abusa da ordem, o que viola regras. Arteiro era quem fazia arte, quem criava o produto não natural, quem invadia o âmbito do divino, que era o da transformação das coisas, da metamorfose de uma coisa em outra. Não é casual que os antigos também dissessem dessas crianças que estavam *reinando*, isto é, indevidamente subvertendo, mandando em vez de obedecer. Monteiro Lobato, aliás, deu a um de seus livros o título de *Reinações de Narizinho*.



Figura 01 - Face AllSaints

Artesanato durante muito tempo encerrou a ideia de competência para fazer coisas que, de outro modo, não podem ser feitas, coisas que nem todos sabem fazer, o que envolve engenho e criatividade. Até a virada do século XIX para o século XX, entre nós, os trabalhadores dos ofícios manuais ainda eram considerados artistas, porque arte-

sãos, porque criavam, o que remetia à arte que ainda havia no trabalho não só produtivo, mas também criativo. Os artesãos passaram de objeto de medo a objeto de respeito. Como tais recenseados, na categoria de *artistas e operários*, o operário, por sua vez, como uma desqualificação do artista resultante das transformações no trabalho que resultaram na apropriação do saber da produção pelo capital e pelos meios de produção. Uma expropriação de conhecimento, transferido da pessoa que trabalha para a máquina com que trabalha. Não só o capital se apropriando dos meios de produção, mas também, através deles, do saber da produção.

Aqui, no caso da nossa profissão, o tema ainda é o de uma variante da tradição mais geral do artesanato, a da pesquisa sociológica, da atividade intelectual que investiga e desvenda, que cria o dado, que faz da informação bruta um dado sociológico e que transforma o dado em interpretação do dado. A sociologia como um pensar que ainda é um fazer, mas um fazer pensando. A sociologia no âmbito da arte e não no âmbito da coisa. A sugestão da alternativa do artesanato, seja no trabalho produtivo, seja no trabalho intelectual, ganha sentido na significativa distinção que Heller faz entre *work* e *labour*, sendo *labour* o trabalho enquanto necessidade radical, referido à transformação social e não apenas à transformação de coisas.³ Aqui, na linguagem da província, distinção entre o operário e o artista, o tempo quantitativo e o tempo qualitativo da atividade, trabalho alienado e trabalho não alienado. Ou, como entende Lefebvre, o reprodutivo e o transformador, a práxis repetitiva e a práxis inovadora.⁴

Penso que, talvez, devesse ter sido convidado para esta exposição de abertura Celso Castro, organizador da coletânea **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaio**s e autor de sua excelente introdução,

³ Cf. Ágnes Heller, **La Teoria, la Prassi e i Bisogni**, Savelli, Roma, 1978, p. 124-143; Ágnes Heller, **La Revolución de la Vida Cotidiana**, trad. Gustau Muñoz, Enric Perez Nadal e Ivan Tapia, Ediciones Peninsula, Barcelona, 1982, p. 81.

⁴ Cf. Henri Lefebvre, **Sociologia de Marx**, trad. Carlos Roberto Alves Dias, Forense, Rio de Janeiro, 1968, p. 17-41.

“Sociologia e a arte de manutenção de motocicletas”⁵, que cobre, justamente, as reflexões do autor que acabou consagrado por seu escrito e por suas sugestões sobre o tema, C. Wright-Mills. Outros autores, brasileiros, têm se interessado por essa peculiar e não conformista contribuição de Mills ao trabalho do sociólogo. Octavio Ianni, em seu curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na USP, seduzia seus alunos de graduação, no começo dos anos sessenta, e eu era um deles, para a importância do texto de Mills na formação dos jovens estudantes de Ciências Sociais, tanto para a questão da imaginação sociológica, quanto para a questão correlata do artesanato intelectual.⁶ Era uma forma de educar e disciplinar a mente dos candidatos a sociólogo para a importância do modo de ver sociológico no trabalho do cientista social.

Até porque o artesanato intelectual era um recurso “portátil”, acessível aos principiantes como meio de exercício de observações sociológicas rápidas e cotidianas, fora do contexto de projetos de pesquisa mais densos e demorados. Permitia aos estudantes antecipar a prática de pesquisa sem necessidade de vínculo e apoio institucionais, como amadores. Fiz um exercício desses, quando ainda estudante do segundo ano de Ciências Sociais, e aluno de Ianni. Casualmente, visitei o cemitério mais que centenário de Jacareí (SP), ainda do tempo dos barões do café. Ali dei-me conta de que o curso de ciências sociais e nele a ênfase nas questões de pesquisa e de método já haviam em mim criado um “olhar sociológico” e despertado uma prontidão para observar sociologicamente mesmo as coisas banais da vida cotidiana. Tudo, então, me parecia pedir a compreensão de seu sentido e busca da explicação sociológica que me permitisse ultrapassar o entendimento de senso comum que me acudia de imediato.

⁵ Cf. C. Wright Mills, **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios**, Seleção e introdução de Celso Castro, tradução de Maria Luíza X. de A. Borges, Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 7-19.

⁶ O apreço de Octávio Ianni pelo artesanato intelectual foi assinalado numa elegia de Marcelo Seráfico, “Lições do artesanato intelectual: a herança do mestre”, in **Sociologias**, nº 11, Porto Alegre, Janeiro/junho 2004, p. 13-19. Cf., também, José de Souza Martins, “Ianni, a poesia na sociologia”, in **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, Volume 16, nº 1, junho de 2004, p. 25-28.

Na visita, notei que em algum momento da história do cemitério fora ele ampliado e o portão de entrada fora deslocado para o extremo oposto de onde estivera originalmente. Ocorrera a substituição da velha alameda de acesso à capela por uma nova, com a correspondente mudança no rol de famílias gradas, que mereceram e já não mereciam o destaque do sepultamento na rua principal. O cemitério sugeria e documentava uma rotação das elites locais ao longo de pouco mais de um século. Tomei notas, conversei com o coveiro e, observações posteriores, em outros cemitérios e conversas com outros coveiros, em Goiás, no sertão da Bahia, no Mato Grosso, revelaram-me que o este é sempre rico depositário de informações sobre costumes e ritos funerários, um etnógrafo da morte.

Com os recursos artesanais de que dispunha, saí do cemitério, uma hora depois, com uma etnografia impressionista e provisória das mudanças na estratificação social de uma comunidade do Vale do Paraíba ao longo de um século. Mudanças sociais ocorridas entre o esplendor do café, no tempo do Barão de Jacaré e da Baronesa de Santa Branca, e o esplendor dos comerciantes de origem libanesa, do tempo do começo da conversão do Vale em região industrial. Agora, os sobrenomes da antiga alameda principal estavam situados no que se tornara a periferia do cemitério, não longe da beira do muro, do lado onde no passado ficavam os escravos e os ínfimos. Aquele cemitério era um documento de histórias de ascensão e decadência social e também da história de um fim de era e começo de outra.

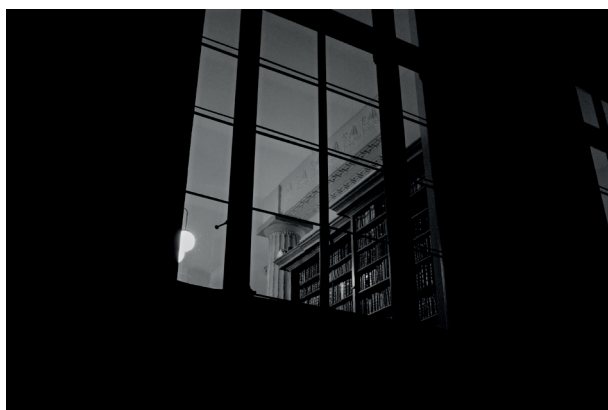


Figura 02 - OldSchools Biblioteca

As razões do chamamento de Ianni eram várias, além das que estão no centro do escrito de Mills. Uma delas, poderosa, a de que o artesanato na sociologia de um país como o Brasil ampliava as possibilidades de pesquisa, justamente porque libertava o pesquisador da busca de recursos financeiros, na época escassos, para realização de investigações sobre grande número de temas. Algo que corresponderia, pouco depois, à utopia do pesquisador de “pés descalços”, coisa que muitos já eram, eu tenho sido e muitos de vocês também.

O artesanato respondia e responde bem aos desafios dos pequenos temas, que acabam sendo tão fundamentais na história da sociologia, iluminando aspectos da vida social que na grande pesquisa não se podem ver. Roger Bastide escreveu primorosos pequenos estudos com base nos recursos do artesanato intelectual e nas anotações da caderneta de campo: sobre o mundo onírico do negro e as estruturas profundas de sua identidade,⁷ sobre a porta barroca e sua função simbólica.⁸ Seu discípulo, Florestan Fernandes, nos legou preciosos resultados do artesanato intelectual, vários deles reunidos em *Mudanças Sociais no Brasil*⁹ e em *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*.¹⁰ O próprio Octavio Ianni reuniu vários e referenciais pequenos estudos, viabilizados por procedimentos artesanais, em *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*.¹¹ Fernando Henrique Cardoso, filiado à mesma tradição da escola de Roger Bastide e de Florestan Fernandes, também produziu trabalhos possibilitados pelo artesanato intelectual.¹² De Maria Isaura Pereira de Queiroz, que

⁷ Cf. Roger Bastide, “Sociologia do sonho”, in Roger Caillois e G. E. von Grunebaun (orgs.), **O Sonho e as Sociedades Humanas**, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, 1978.

⁸ Cf. Roger Bastide, **Impressões do Brasil**, org. por Fraya Frehse e Titan Jr., Imprensa Oficial, 2011.

⁹ Cf. Florestan Fernandes, **Mudanças Sociais no Brasil**, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

¹⁰ Cf. Florestan Fernandes, **Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo**, Editora Anhambi S.A., São Paulo, 1961.

¹¹ Cf. Octavio Ianni, **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**, Editôra Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro, 1963.

¹² Cf. Fernando Henrique Cardoso, “O café e a industrialização da cidade de São Paulo”, in **Revista de História**, nº 42, São Paulo, 1960, p. 471-475; “Condições

foi aluna e orientanda de Bastide, destaco um estudo que junta artesanania e prontidão, o que fez sobre os milagres do Padre Donizetti Tavares de Lima, em Tambaú (SP), em maio de 1955.¹³

Na disciplina de *sociologia da vida cotidiana*, que introduzi no currículo de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP, usei o recurso do artesanato intelectual como exercício na formação dos alunos na relação entre teoria e pesquisa. Diferentes turmas em sucessivos anos empregaram esse recurso para fazer pesquisas sobre o sonho, o decoro, o desemprego e a mentira, um tema em cada ano, com base em projetos de pesquisa que escrevi com esse fim, definindo o problema sociológico de cada pesquisa. Em relação aos dois primeiros temas, eles próprios escreveram e assinaram textos que foram reunidos e publicados em livros organizados e apresentados por mim. Os trabalhos relativos ao tema do desemprego e ao da mentira deixaram de ser concluídos e publicados por falta de meios.¹⁴ Uma experiência pedagógica em que retomei o que fora próprio da fase de formação de Florestan Fernandes e de seus assistentes e fora própria de alguns momentos do lado autodidático da formação brasileira de Gilberto Freyre e do enraizamento de sua sociologia-antropologia.

Freyre há muito fazia pesquisa nessa perspectiva. Já havia lançado o essencial de sua obra consagrada quando publicou *Assombrações do Recife Velho*, livro de 1951 que reúne histórias coletadas artesan-

e fatores sociais da industrialização de São Paulo”, in **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Nº 11, Belo Horizonte, 1961, p. 148-163; “Tensões sociais no campo e reforma agrária”, in **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Nº 12, Belo Horizonte, 1961, p. 7-26.

¹³ Cf. Maria Isaura Pereira de Queiroz, “Tambaú, cidade dos milagres”, in Paulo Duarte (org.), **Estudos de Sociologia e História**, Editora Anhembi Limitada, São Paulo, 1957, p. 131-193.

¹⁴ Cf. José de Souza Martins (org.), **(Des)figurações - A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole**, Editora Hucitec, São Paulo, 1996; e José de Souza Martins (org.), **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**, Editora Hucitec, São Paulo, 1999. Sobre o desemprego, cf. José de Souza Martins, **O desemprego na vida cotidiana da região metropolitana de São Paulo** (inédito) [1998]. Sobre a mentira, cf. José de Souza Martins, **O estudo sociológico da mentira na vida cotidiana** (inédito) [1999]. Com base nos relatórios preliminares que os alunos prepararam com os resultados da pesquisa sobre a mentira, foi esquematizado um livro que seria publicado com o título de **Sociologia da Mentira (A mentira como consciência crítica na vida cotidiana da metrópole)**.

mente desde 1929.¹⁵ Ainda que, no campo, os relatos sobre assombrações tenham sido coletados por um repórter do jornal em que Freyre trabalhava, a seu pedido, esse livro mostra um detalhe do artesanato intelectual que não se situa propriamente no terreno da explanação, mas no terreno da ordenação do material e da extração das instâncias empíricas que tornam os casos compreensíveis e interpretáveis. É um bom exemplo da importância do artesanato intelectual no trato de um tema que, de outro modo, não chegaria à forma impressa e como texto de sociologia. Ainda que, como nesse caso, para construir uma narrativa documental e não propriamente uma interpretação teórica.

A sociologia também se desenvolve com a elaboração artesanal de narrativas desse tipo, documentos para serem analisados e interpretados, até mesmo por outro pesquisador, quando a multiplicação de indícios mostrar que o tema está finalmente amadurecido e teoricamente dimensionado. Um procedimento que pode ser situado como momento de seleção e elaboração de evidências do que Florestan Fernandes definiu como o das instâncias empíricas relevantes para a explicação sociológica.¹⁶

Tanto em *Casa Grande e Senzala* quanto em *Sobrados e Mocambos* é claro o recurso a uma variante do artesanato que é a valorização sociológica da memória e do vivencial, o próprio sociólogo como personagem de uma memória de processos interativos pretéritos, de vários momentos de sua socialização para a condição de adulto. Memória não invocada factualmente, mas presente na armadura e nas entrelinhas do texto, como expressão de uma visão de mundo, como fator extra-científico do conhecimento. Ou da memória dos modos de interagir na história dos ascendentes e colaterais dos ascendentes. Uma espécie de reciclagem sociológica dos dados da memória que, de outro modo, se perderiam ou que, até mesmo, nunca seriam alcançados pela pesquisa convencional e quantitativa. O sociólogo, retros-

¹⁵ Cf. Gilberto Freyre, **Assombrações do Recife Velho**, Condé, Rio de Janeiro, 1955.

¹⁶ Cf. Florestan Fernandes, **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959, p. 1-44.

pectivamente, até como testemunha de suas próprias ações pretéritas, e depositário da informação histórica, antropológica ou sociológica da circunstância de sua socialização. Isso é possível graças ao que Peter Berger definiu como alternância biográfica, o estranhamento que resulta de rupturas e descontinuidades biográficas.¹⁷ É o que permite ao sociólogo o estranhamento, que se poderia dizer durkheimiano, em relação a si mesmo, o ver-se como outro e objeto, em decorrência.



Figura 03 - Macieira

O vivencial de Mills está inteiramente presente nos cânones do artesanato intelectual que propõe. Adotei esse recurso, com proveito, em *A Aparição do Demônio na Fábrica*, com base em fatos que testemunhei, quando adolescente, na fábrica em que trabalhava nos anos 1950.¹⁸ Um tema com escassíssima probabilidade de surgir espontaneamente numa pesquisa de sociologia industrial ou de sociologia do trabalho. E que, no entanto, documentava o quanto de arcaico há no âmago mesmo das relações sociais de uma indústria tecnologicamente ultramoderna, o quanto os fatos menos relevantes da rotina da empresa contrariam a ideologia do progresso subjacente a muitas análises sociológicas nesse campo. O quanto, enfim, o social está atrasado em relação ao tecnológico, gerando uma dinâmica de tensões e crises

¹⁷ Cf. Peter Berger, **Perspectivas Sociológicas – Uma visão humanística**, trad. Donaldson M. Garschagen, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1972, p. 65-77.

¹⁸ Cf. José de Souza Martins, **A Aparição do Demônio na Fábrica** (*Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*), Editora 34, São Paulo, 2008.

que não podem ser apropriadamente vistas por uma sociologia divorciada do reconhecimento dos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social.

Usei a técnica simples de rememorar e escrever detalhadamente tudo de que me lembrava em relação ao episódio, incluindo minúcias sobre o processo de trabalho e as mudanças nele ocorridas em função de substanciais transformações técnicas decorrentes dos novos equipamentos de uma fábrica inteiramente nova que passara a funcionar paralelamente à fábrica antiga, de tecnologia de mais de 20 anos antes.

Ficou-me claro que eu registrara minúcias da situação e até mesmo fizera uma certa problematização interpretativa do que ocorrera durante os próprios dias da tensão decorrente do episódio. Com esses dados, fui à procura de engenheiros, mestres e até do padre chamado a benzer as novas seções para espantar Satanás. Descobri que eu vira o que eles não haviam visto. Só que chamar o padre não se encaixava na memória puramente técnica que tinham do ocorrido. Eu tinha a memória coerente dos fatos que eles não tinham. Eu era o moleque de recados e responsável por servir cafezinho a mestres e engenheiros que compareciam ao escritório do engenheiro-chefe durante os tensos dias da ocorrência. Eu “ouvira todos” nas entrelinhas do meu silêncio e “ouvia tudo” que interessava à minha curiosidade ingênua de subalterno e adolescente do subúrbio. Eu conhecia em detalhes todas as seções e equipamentos da nova fábrica, era o responsável por trocar, todos os dias, nos relógios automáticos, os discos de papel milimetrado para registro das altíssimas temperaturas nas diferentes bocas de fogo do extenso e moderníssimo forno túnel de cozimento dos ladrilhos. Era ali que, na crença das trabalhadoras, o maligno destruía os produtos laboriosamente feitos pelos operários das prensas. Produtos que chegavam às suas bancadas rachados, manchados e quebrados, inúteis. Eu ouvia não só o que fosse de interesse da produção, mas também as vivas narrativas jocosas dos operários sobre a “ignorância” das operárias que haviam visto o demônio num canto da seção de escolha e classificação de ladrilhos, na cabeceira do tabuleiro de seu trabalho, bem perto delas.

Ao fazer o retrospecto, descobri, também, cerca de 30 anos depois, que eu vira o que eles não viram, pois vira através dos olhos delas, nas gozações e comentários que alguns trabalhadores delas faziam. Vira o que engenheiros e mestres não puderam ver, pois bloqueados por uma visão seletiva, técnica e científica, que descarta irracionalidades e irrelevâncias cotidianas. De certo modo, vi a luz de Lúcifer que havia no medo das operárias atingidas por uma brutal aceleração do processo de trabalho e uma consequente sobre-exploração de seu trabalho, agora mais rápido e mais intenso. Pela “via torta” de sua consciência simples e de sua religiosidade extremada, as operárias interpretavam, a seu modo, o que estavam vendo e sentindo e, desse modo, trouxeram a luta de classes para o âmbito de sua cultura supostamente alienada, popular e mística e nessa perspectiva a compreenderam.¹⁹

Artesanal é, também, *Ordem e Progresso*, do mesmo Gilberto Freyre, que, de algum modo, em oposta perspectiva de classe, lembra o recurso utilizado por Karl Marx na sua *Enquete Ouvrière*, de vários modos também proposta artesanal de pesquisa.²⁰ Investigação mais abrangente do que a do universo relativamente circunscrito de seus dois livros anteriores. Foi um recurso em que o autor se apoiou para dar conta de um universo territorialmente mais amplo com os meios que lhe eram familiares, os do artesanato intelectual.

No grupo de Florestan Fernandes, na USP, era basicamente assim que se fazia pesquisa, o que ele aprendeu com Roger Bastide, de quem fora aluno e assistente. Ainda estudante, orientado por Bastide, Florestan fizera um estudo pioneiro sobre grupos infantis de rua, as troças, de um dos bairros de São Paulo, que seria publicado com o título de *As trocinhas do Bom Retiro*.²¹ Fator, aliás, de sua primeira dor de cabeça como sociólogo. Comentava na sala de aula o professor

¹⁹ Cf. José de Souza Martins, *A Aparição do Demônio na Fábrica (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário)*, Editora 34, São Paulo, 2008, p. 141-180.

²⁰ Cf. Karl Marx, *Selected Writings in Sociology and Social Philosophy*, ed. por T. B. Bottomore e Maximilien Rubel, Harmondsworth, Penguin Books, 1963, pp. 210-8.

²¹ Cf. Florestan Fernandes, “As trocinhas do Bom Retiro”, *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*, Editora Anhami S.A., São Paulo, 1961, p. 153-258.

Ruy Coelho, assistente de Fernando de Azevedo, membro do famoso grupo da revista *Clima*, que saiu como título do trabalho num catálogo da Universidade, por erro do tipógrafo, *As trocinhas do Bom Reitor*. O que teria deixado o reitor da época intrigado e irritado com o eventual sentido oculto do que ele supunha ser um qualificativo. Florestan valeu-se diretamente de informações colhidas na interação com crianças, desenvolvendo técnicas de aproximação e de coleta de dados peculiares e apropriadas, o que não teria sido possível com técnicas convencionais.



Figura 04 - Varsity Cam

Nesse sentido, o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto. Na carpintaria, na marcenaria ou na ferramentaria, o artesão-operário com facilidade cria a ferramenta de que carece em face da obra que se lhe pede. Vi isso em minha própria família de carpinteiros, nas lições de casa de meu irmão ferramenteiro, aluno da renomada Escola Técnica Industrial “Getúlio Vargas”, do bairro operário do Brás, em São Paulo, e vi isso inúmeras vezes nas oficinas das fábricas em que trabalhei. Esse é um requisito comum a

diversos campos do conhecimento, no geral situados entre a atualidade do mundo da modernidade tecnológica e a tradição do mundo do artesanato, de quando o artesão ainda não fora privado de seu saber, que acabaria usurpado pela engenharia da linha de produção. A sociologia modernosa, a daquela a que a crítica de Mills se dirige, com facilidade desqualifica e usurpa o saber intuitivo, espontâneo e tradicional, que educou muitos dos nossos sociólogos ainda ativos. Aliás, desde Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*, a sociologia teme o senso comum e com ele colide, descartando uma fonte de saber documental e essencial ao conhecimento sociológico, cuja riqueza assegura em parte, contraditoriamente, a qualidade científica de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, do mesmo Durkheim.

O artesanato intelectual é comum a outras áreas científicas que não apenas a sociologia. Dele não escapa a famosa história da maçã que, ao cair diante de Newton (e não em sua cabeça) num momento em que revia apontamentos sobre a teoria da gravidade, confirmou-lhe visualmente a hipótese científica. Em memória desse fato tão fora das regras da ciência, uma descendente direta daquela macieira referencial, diante do que foram os aposentos do famoso cientista, adorna com seu verdor de monumento vegetal, a frente do Trinity College, em Cambridge. Não fosse a mente artesanal de Isaac Newton, aquela macieira não teria sua glória e os caminhos de sua descoberta, provavelmente, teriam sido outros.



Figura 05 - Relógio Grail

É útil lembrar a história, verdadeira, da relação profissional entre o carpinteiro negro Vivien Thomas e o cirurgião Alfred Blalock. Thomas queria ser médico. Pobre, acabou como faxineiro do laboratório de Blalock numa universidade do sul dos Estados Unidos. Ao surpreender Thomas, um dia, examinando com interesse objetos e livros do laboratório, Blalock interessou-se por ele e por suas habilidades de carpinteiro, que se revelariam úteis nas pesquisas que fazia. Acabou levando-o consigo ao assumir uma cátedra na prestigiosa John Hopkins University. Quando se apresentou o problema de encontrar um meio de cura da tetralogia de Fallot, a chamada doença do bebê azul, foi Thomas quem criou os instrumentos cirúrgicos que viabilizaram a primeira cirurgia e as subsequentes. No laboratório, nos experimentos com animais, ele já se familiarizara com a anatomia do tórax e do coração. Foi ele quem orientou as mãos de Blalock nessa primeira operação feita diante de uma audiência de horrorizados professores, médicos e estudantes, pois ele era negro e não era médico, e muitos o consideravam apenas um faxineiro. Antes de morrer, Blalock propôs à congregação da John Hopkins que concedesse a Vivien o título de Doutor Honoris Causa, o que foi feito, solenemente.²²

Na sociologia, o colaborador é de outro tipo. É aquele que nos diz o que a sociedade é quando nos dá uma entrevista, mesmo que possamos ver, como sociólogos, o que ele próprio não vê, não sabe e não compreende; ou que nos permite invadir sua vida para que o observemos e, por meio dele, observemos a sociedade em que vive. O artesanato intelectual na sociologia, para se viabilizar, pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter os dados necessários a nossas análises e interpretações, que, muitas vezes, são pessoas letradas e sábias da sabedoria própria do vivencial. Sobre tudo porque pede mais tempo, mais demo-

²² Sobre essa história real, cf. **Quase Deuses** [*Something the Lord Made*], filme americano de 2006, dirigido por Joseph Sargent, roteiro de Peter Silverman e Robert Caswell.

ra na interação entre o pesquisador e seus interlocutores, demora que implica numa certa recíproca invasão da vida do pesquisador por aqueles com os quais dialoga e até mesmo sua ressocialização.²³ Não se deve subestimar, nas ciências humanas, a importância do depositário de informações decisivas para o tema que o pesquisador está estudando.

É comum que, nas situações de pesquisa do sociólogo, haja pessoas que são verdadeiras auxiliares de pesquisa. Sobretudo aquelas que podem ser apropriadamente definidas como parassociólogas, as que intuitivamente percebem fatores, causas, contradições, anomalias na estrutura e no funcionamento da sociedade, em particular na sociedade local ou nos grupos sociais. São as pessoas que no grupo estudado conseguem ver objetiva e criticamente a situação em que vivem. São os autores do conhecimento primário que pré-interpreta fatos, situações e ocorrências, material da sociologia do conhecimento de senso comum que toda sociologia deve também ser.²⁴ Todos nós já nos encontramos com pessoas assim e delas nos valem.



Figura 06 - DNA Eagle Mesa

²³ "... não posso interpretar o significado de outro sem modificar, ainda que seja de modo mínimo, meu próprio sistema de significado." Cf. P. L. Berger e H. Kellner, **La Reinterpretación de la Sociología** (*Ensayo sobre el método y la vocación sociológicos*), trad. Ramón García Cotarelo, Espasa-Calpe, Madrid, 1985, p. 59 e 68.

²⁴ Cf. Peter L. Berger e Thomas Luckmann, **The Social Construction of Reality** (*A Treatise in the sociology of knowledge*), Anchor Books, New York, 1967.

Sinto-me tentado a mencionar aqui o caso de Mary Burns, operária irlandesa, católica e analfabeta, que foi companheira e operária da fábrica de Friedrich Engels, capitalista e protestante.²⁵ Na época em que Engels estava preparando seu livro sobre *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*,²⁶ ela, com quem morava, cética em relação a suas interpretações sobre a classe trabalhadora, levou-o aos cortiços de Manchester para mostrar-lhe a classe operária de carne e osso. Essa excursão deu a Engels uma visão da classe operária que de outro modo nunca alcançaria. Grã-fino, ele nunca teria conseguido entrar sozinho, sem sofrer violência, nos cortiços em que viviam miseravelmente muitos de seus operários. Engels tinha hábitos da nobreza que a burguesia procurava imitar. Frequentava um típico clube inglês exclusivo. Praticava a caça à raposa, um entretenimento da nobreza, que implicava em grandes despesas, com cavalo, cocheira, cavalaria, trajes e dispêndios cerimoniais. Mary Burns e sua irmã Lizzy, que se tornaria companheira de Engels com o falecimento de Mary, foram suas informantes privilegiadas, informações que ele repassava a Marx. Mesmo assim, Marx teve uma atitude de desprezo por Mary, quando ela faleceu. Depreciou-a como pessoa em comentário a Engels, o que quase levou ao rompimento dos dois.²⁷ Nem por isso a contribuição antropológica de Mary e Lizzy livrou Marx da concepção distante do real e do cotidiano que tinha da classe trabalhadora. Agnes Heller, que foi assistente de Georg Lukács, numa conferência na PUC, em São Paulo, em 1992, reconheceu que a classe operária de Marx é uma classe operária teórica, filosófica.²⁸ Diversa da do operário cotidiano, aquele que, além de trabalhar, pensa e interpreta, sujeito de consciência social, diversa da consciência teórica. Mais para a antropologia e a sociologia do que para a filosofia.

²⁵ Cf. Tristram Hunt, **Comunista de Casaca**, Editora Record, Rio de Janeiro, 2010.

²⁶ Cf. Frédéric Engels, **La Situation des Classes Laborieuses en Angleterre**, trad. A. M. Desrousseaux Bracke e P. I. Berthaud, Alfes Costes, Éditeur, Paris, 1933.

²⁷ Cf. Tristram Hunt, **Comunista de Casaca: a revolucionária vida de Friedrich Engels**, trad. Dinah Azevedo, Editora Record, Rio de Janeiro, 2010, *passim*.

²⁸ Cf. José de Souza Martins, **A Aparição do Demônio na Fábrica**, cit., p. 194.

Frequentemente, mais do que informantes, as pessoas às quais recorreremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossas colaboradoras, enriquecendo nossa sociologia com sua visão vivencial e crítica. Não raro são pessoas simples e até analfabetas. Tive essa experiência com as crianças que entrevistei no sertão do Mato Grosso e no sertão do Maranhão na coleta de dados para meu livro *Fronteira*.²⁹ Elas tinham melhor e mais crítica compreensão das contradições que viviam do que os adultos, seus pais e vizinhos, porque mais atentas e mais surpresas com o descabimento da violência que sofriam na luta pela terra. Elas viam o que os adultos já não conseguiam ver. Um antropólogo português, do fim do século XIX e início do século XX, Adolfo Coelho, que, como linguista foi influente no Brasil, tinha no centro de sua antropologia a premissa de que uma pessoa analfabeta não é uma pessoa ignorante, confusão comum nas ciências sociais.³⁰ A tradição oral dos analfabetos nos trouxe do fundo dos tempos, obras da literatura que, de outro modo, se perderiam e muito do que se tornaria relevante nas chamadas etnociências.

Aos sociólogos e antropólogos, e mesmo aos cientistas políticos, num país como o Brasil, um problema essencial que se põe é o de conhecer antropológicamente os grupos e as categorias sociais que são a referência da sociologia que fazemos. Se, como sociólogos, chegamos ao real por meio deles e, sobretudo, por meio da interpretação que desse real fazem, não há como conhecer sociologicamente sem com eles dialogar e aprender para compreender. São mais do que fornecedores de dados, pois os dados que deles recebemos são dados interpretados e não dados “puros”.

²⁹ Cf. José de Souza Martins, *Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano*, 2ª edição (1ª reimpressão), Editora Contexto, São Paulo, 2012, p. 101-129.

³⁰ Cf. Adolfo Coelho, *Cultura Popular e Educação*, Organização e Prefácio de João Leal, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1993, p. 251 e ss.



Figura 07 - DNA Heilice

Até a língua cotidiana que falam é diversa, no campo e na cidade, ainda carregada de vocabulário e de palavras *nheengatu*, que já foi a língua brasileira, mesmo do estamento senhorial da Colônia. Língua que foi proibida em 1727.³¹ Não é raro que nossos informantes falem em uma língua e escrevam em outra, falem dialeto caipira ou sertanejo e escrevam em português ou que leiam em português pensando em dialeto. Não é incomum, em recuadas regiões do país, que falem simultaneamente as duas línguas, que se desdizem desconstrutivamente, meio de uma consciência crítica popular. Mesmo na população urbana de migrantes e filhos de migrantes, essas duas linguagens podem estar presentes na vida cotidiana das pessoas. Quando as entrevistamos, com quem estamos falando, com uma ou com a outra? Ou com ambas? Qual delas nos fala? Qual delas compreendemos sociologicamente e sociologizamos?

O dialeto caipira e sertanejo tem uma lógica própria, que não se resume à da língua portuguesa. Não conhecê-lo reduz o alcance da conversação que, com grande frequência, é a principal ferramenta do artesanato intelectual do sociólogo e do antropólogo. Já vi situações

³¹ Sobre a língua *nheengatu* e os ajustes práticos que sofreu na sociedade bilíngue em que persistiu, há um precioso documento de Ermano Stradelli, pesquisador que era fluente nessa língua e que fez registros etnográficos de seu uso pelas populações na região amazônica, onde viveu e morreu. Cf. E. Stradelli, **Vocabulário Português-Nheengatu/Nheengatu-Português**, Ateliê Editorial, Cotia, 2012.

em que o informante estava dizendo uma coisa e o pesquisador estava interpretando outra.

O excelente estudo da linguista Ada Natal Rodrigues sobre o dialeto caipira na região de Piracicaba (SP) contém vários indícios desse desencontro. Em alguns casos, ela usou como referência da entrevista objetos que não fazem parte da cultura caipira, ou que nela são concebidos de outro modo, e que o entrevistado traduziu com o nome de outro objeto da sua cultura, sugerido pelo que lhe estava sendo mostrado.³² Alguns exemplos: a pesquisadora mostrou aos entrevistados a imagem do que ela entendia ser um rio, quatro disseram que era um córrego (córgo), um disse que era uma grotta, dois disseram que era um ribeirão, um disse que era córrego e também rio e outro disse que era ribeirão, mas disse também que era tijuco (palavra nheengatu para brejo). A figura que ela entendia ser de uma fogueira foi identificada por cinco como labareda, por dois como caieira (palavra nheengatu), por um como labareda ou fogueira e por outro como labareda ou caieira. É evidente que as palavras de seu próprio vocabulário, as que a pesquisadora aplicava às imagens exibidas, correspondiam à categoria genérica de classificação da figura na sua cultura e na sua língua portuguesa, de professora de linguística, enquanto os entrevistados norteavam-se por outra concepção, privilegiando detalhes e/ou a estrutura das coisas. O que era para ela uma mesma coisa, podia ser para eles várias ou redutivamente outra coisa. O que para ela era conceito para eles era nome, o que indica maior diversificação de coisas e funções, os objetos dotados de uma polissemia que a cultura dominante despreza porque tende ao genérico do conceitual. Eles, portanto, identificando os objetos representados como produtos de trabalho concreto (e não abstrato) ou mesmo como coisas e objetos na concepção da herança tribal. Um abismo histórico de quase três séculos entre o vocabulário da pesquisadora e o vocabulário dos entrevistados.

³² Cf. Ada Natal Rodrigues, **O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba**, Editora Ática, São Paulo, 1974, p. 186-187.

Os recursos artesanais da língua reprimida e historicamente banida, sobrevivências do passado colonial, ainda vivas, deveriam ser instrumentos do artesanato intelectual e recurso de uma compreensão enraizada e densa do que de fato é a sociedade brasileira. A sociedade representada por aqueles que se expressam desse modo tende a ser bem diversa da sociedade concebida pelos sociólogos. Com isso, aspectos até decisivos da realidade social ficam completamente fora da análise sociológica e da compreensão que, no geral, temos desta sociedade.



Figura 08 - Cemit Wittgenstein

Portanto, as significações são diferentes num caso e noutro. Sendo todas as relações sociais, sociais porque mediadas pelo conhecimento de senso comum, popular, que as explica e as torna compreensíveis, a variação linguística expressa sociedades diversas, ainda que vizinhas e próximas, e nas pessoas desse bilinguismo uma dupla identidade. O sociólogo monolíngue e unidentitário terá sérios problemas para produzir uma sociologia minimamente consistente se não tiver condições de se ressocializar para os valores, concepções e orientações sociais dos grupos que estuda e para a diversidade do país em que vive.

Quase arrisco a dizer que, aqui no Brasil, quem não tem ao menos uma cultura residual da dominância linguística do nheengatu dificilmente consegue fazer uma sociologia que dê conta, de fato, da realidade que investiga e explica. Em outros países, por outras razões cul-

turais, esses problemas também existem. Penso na Itália, que conheço um pouco, além de falar italiano e de ler e escrever nessa língua. É um país de dialetos, em boa parte país de povo bilíngue. Quando um italiano de aldeia nos pergunta se vamos conversar com ele em italiano ou em dialeto, está nos perguntando que código usaremos, tendo em conta que a lógica da língua italiana lhe permite dizer com exatidão algumas coisas e não outras e que o código do dialeto local lhe permite dizer coisas que não conseguiria dizer apropriadamente em italiano. Essas línguas são traduzíveis entre si apenas em certa medida.

Na própria Itália, na Calábria, o antropólogo Luigi Lombardi Satriani estudou o silêncio como indício de mentalidade e como linguagem, o lugar do silêncio na cultura das classes subalternas, um modo de interagir e de dizer quando não se fala.³³ Na literatura dos métodos técnicos da sociologia, falar e ouvir é quase uma regra obrigatória, o sociólogo até mesmo concebido como um técnico das artimanhas da fala para extrair das populações que estuda as informações da sociologia que fará. Os muitos silêncios que impregnam a linguagem popular, a fala muitas vezes reticente do homem comum, do homem simples, está longe dessa obsessão dos sociólogos pela fala, às vezes mais por necessidade de ouvir do que de compreender. Uma observação sociológica dependente da intensa comunicação verbal, em países assim, e é o caso do nosso, será sempre uma observação limitada e insuficiente, até mesmo tendenciosa. Nesse sentido, o artesanato intelectual não será criativo e investigativo se não contiver regras de observação mais apoiadas na *linguagem* do outro do que na *fala* propriamente dita.

A imaginação sociológica é um atributo que se enriquece com a dupla socialização e a socialização divergente e desconstrutiva que nessa duplicidade há. É o que cria a competência para a alteridade, algo que a sociologia descobriu e incorporou em especial na orientação metodológica de Émile Durkheim, quando estabelece as regras

³³ Cf. Luigi M. Lombardi Satriani, **Il Silenzio, la Memoria e lo Sguardo**, Sellerio Editore, Palermo, 1980.

para observação dos fatos sociais como coisas.³⁴ Em outra perspectiva e por implicação, o tema reaparece em Mannheim, na análise do “problema da *intelligentsia* socialmente desvinculada”.³⁵ Em orientação mais microssociológica, pode-se ver aí uma sugestão de função metodológica da desvinculação, um modo de ver na perspectiva do outro decorrente da específica socialização desvinculadora do sociólogo de uma situação de classe social. São momentos de transição cumprida no tempo de uma única geração, na experiência de uma mesma pessoa. É nesse sentido que pode ser importante o recurso artesanal do diário do pesquisador e de sua autobiografia. É um modo de dialogar objetivamente consigo mesmo. É uma forma de utilizar a própria memória, as próprias lembranças e esquecimentos como fontes de dados sociológicos, para que um autor se situe socialmente e compreenda sociologicamente sua circunstância. E desse modo se capacite para observar o outro e o social. Isso agudiza a percepção e a compreensão do pesquisador, sobretudo pondo-o de sobreaviso para compreensão de detalhes e ocultações dos temas que estuda. Na sociedade, nem tudo é audível nem visível, o que justamente faz da sociologia uma ciência das ocultações que dão sentido ao aparente. É do que tratamos quando dirigimos nossa pesquisa para as questões da alienação e da anomia, conceitos relativos a duas expressões de silenciamento e de ocultamento sociais.

Nesse sentido, o artesanato intelectual, na sociologia, é bem mais do que um elenco de técnicas de investigação baratas. É, sobretudo, uma visão da sociologia através de uma visão de mundo. É expressão de uma concepção do outro e muito mais do que instrumento de uma conversa com o outro. É uma conversa com a humanidade do outro que resulta na definição da humanidade do próprio sociólogo. Ninguém faz sociologia impunemente. Ninguém sai ileso do trabalho de

³⁴ Cf. Émile Durkheim, **As Regras do Método Sociológico**, Nova tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, esp. p. 13-43.

³⁵ Cf. Karl Mannheim, **Ideologia y Utopia – Introducción a la sociología del conocimiento**, trad. Salvador Echavarría, Fondo de Cultura Económica, México, 1941, p. 135 e ss.

sociólogo. Quem resiste ao assédio transformador do real sucumbe, como sucumbe sua sociologia na indigência dos subsignificados, das subinterpretações, das fantasias anticientíficas que podem ser bonitinhas, mas são ordinárias.

O artesanato intelectual é mais do que a mera técnica de obtenção de dados. Não é uma técnica, é uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro.

Um outro aspecto relevante do artesanato intelectual na sociologia é o da prontidão. Ele tem conexão direta com a competência para a observação sociológica em todas as circunstâncias que se apresentem. A sociologia da grande teoria, de que fala Mills, depende de planejamento e de tempo antes que o pesquisador possa ir a campo. Não comporta a possibilidade e mesmo a necessidade da prontidão para o trato da ocorrência súbita e inesperada, que pode se esgotar na sua própria urgência, antes que o pesquisador possa investigá-la.

A sociologia brasileira já foi mais atenta à importância da prontidão do que o é hoje. Talvez porque quando da disseminação do pensamento sociológico entre nós houvesse uma curiosidade reprimida em relação ao que éramos. Isso pode ser notado facilmente em Gilberto Freyre, em sua voracidade para descrever sociologicamente tudo que se apresentasse diante dele. Quase se pode dizer que nada escapou ao seu interesse, da culinária ao erotismo. Ele tematizou aspectos da realidade social que a sociologia mais formalista das sociedades referenciais e dominantes tardou em reconhecer como sociologicamente significativos. Foi o que enriqueceu sua obra, com detalhes quase barrocos, que uma sociologia sem essa prontidão não examinaria, levada pela secura própria da mentalidade quantitativa, mesmo quando não se trata de explanações sobre quantidades.

É, provavelmente, por aí que se pode situar, em favor de Freyre, a questão suscitada por Maria Lúcia G. Pallares-Burke sobre a apropriação que, em *Casa Grande & Senzala*, ele faz da tese de seu

colega na Colúmbia, Rüdiger Bilden.³⁶ Embora nada justifique o gesto de Freyre, que em sua biografia fica como um débito de conduta. Um dos aspectos a se considerar nessa questão é o da prontidão de Freyre para ver o que o sociólogo estrangeiro e desenraizado levaria tempo enorme para perceber e compreender, se é que o conseguiria. Embora seja Bilden o pai da ideia, seus poucos escritos remanescentes parecem distantes da visão que do tema podia ter quem, como Freyre, foi socializado na cultura da casa-grande. Freyre via na interpretação de Bilden o que o próprio Bilden não podia ver: as peculiaridades e significações de uma realidade que não é suficientemente compreendida “de fora”. A casa-grande e a complexa relação que a atava à senzala e à escravidão era uma instituição dominada por valores da intimidade, um mundo fechado, marcado por sutilezas e ocultações sociais que ficaram na personalidade básica de brancos e negros. Invisíveis, portanto, à observação que não fosse demorada e ressocializadora. No Brasil, Bilden ficou poucos meses, com a interpretação já feita, construída em longos meses de pesquisa em bibliotecas americanas, especialmente a de Oliveira Lima. Freyre podia ver facilmente o que estava subjacente à tese de Bilden, os nexos vivenciais das relações sociais no contexto do universo criado pela casa-grande; ele conhecia os cheiros, os sabores, os pequenos gestos cotidianos, o que na prática era inacessível aos estranhos e estrangeiros.

O que tem sido apontado como o principal defeito da obra de Freyre, o de ser mais uma sociologia da casa-grande do que da senzala,³⁷ pode ter sido, também, sua maior virtude: o domínio do código das invisibilidades contidas no que era um mundo, mais do que um recinto. Casa-grande e senzala se determinavam reciprocamente. O muito de cumplicidade que escamoteava as tensões e a violência constitutiva

³⁶ Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *O triunfo do fracasso – Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*, Editora da Unesp, São Paulo, 2012; Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*, Editora da Unesp, São Paulo, 2005.

³⁷ Cf. Octavio Ianni, Entrevista, em Héglio Trindade, *Ciências Sociais no Brasil*, Anpocs/Líber Livro Editora, Brasília, 2012, p. 72.

dessa relação se expressa justamente no imaginário que dessa relação a obra de Freyre é a melhor expressão.

Para mim, um dos bons exemplos da importância do artesanato intelectual para a prontidão foi a situação de emergência de um movimento milenarista eclodido em Minas Gerais, no município de Malacacheta, em abril de 1955. Os moradores de um bairro rural chamado Catulé, negros e muito pobres, que haviam se convertido ao Adventismo da Promessa, entraram num estado de exaltação mística na Semana Santa daquele ano. Uma crise de liderança e a incerteza de sua condição de meeiros em terra alheia os levaram a supor que se aproximava o momento do fim dos tempos, em que seriam arrebatados por Elias, numa carruagem vinda do céu. Temendo o demônio que poderia ameaçá-los nessa hora liminar, derradeira e decisiva, mataram quatro de suas crianças que choravam e alguns animais, o que motivou alguém a escapar e a chamar a polícia. Uma pequena equipe multidisciplinar, reunindo o sociólogo Carlo Castaldi (do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), a psicóloga Carolina Martuscelli e a antropóloga Eunice T. Ribeiro, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, com os meios de que dispunha e um auxílio do INEP, foi para o local e realizou entrevistas e testes projetivos durante um mês. Os estudos resultantes dessa investigação de emergência começaram a ser publicados no mesmo ano na revista *Anhembi*, de Paulo Duarte. Depois foram republicados num volume da Editora Anhembi.³⁸ Não fosse a prontidão e os meios artesanais de que dispunham os pesquisadores, o acontecimento ficaria disperso no vago noticiário dos jornais e não teria sido objeto de estudo e interpretação “no calor da hora”, como se diz.

As situações socialmente inesperadas, as ocorrências repentinas e surpreendentes, são carregadas de informações sociológicas que não se manifestam nas situações recorrentes, de plácida repetição de modos de ser e de pensar. De certo modo, Harold Garfinkel, nos seus

³⁸ Cf. Carlos Castaldi, Eunice T. Ribeiro e Carolina Martuscelli, “A aparição do demônio no Catulé”, in Paulo Duarte (org.), ob cit., p. 17-130.

experimentos etnometodológicos,³⁹ abriu um campo de obtenção de conhecimento sociológico, ao criar repentina e artificialmente situações de anomia que desafiavam as pessoas comuns a inovar socialmente para refazerem a ordem rompida e em crise. A prontidão espontânea, no entanto, pode permitir ao sociólogo fazer observações muito mais ricas do que as desses experimentos, pois as situações anômicas envolvem significações outras que não as que podem ser observadas em condições propriamente experimentais. O aparato sociológico favorece não só a compreensão da restauração da ordem, mas também a da inovação, a da reinvenção da sociedade, o que é próprio de movimentos messiânicos e milenaristas, densamente atravessados pelo imaginário da esperança.



Figura 09 - DNA Cavendish

Gino Germani, no esclarecedor Prólogo à edição mexicana de *A Imaginação Sociológica*, de 1961, situa o livro e, portanto, o ensaio sobre o artesanato intelectual, na transição “de uma fase *artesanal* a uma fase *industrial* da investigação” sociológica.⁴⁰ O que parece uma postura conciliatória para favorecer Mills em face às hostilidades que, por fatores vários, o alcançavam e minimizavam naquele momento. Favorecer, também, no que parecia radical insurgência de Mills em relação aos

³⁹ Cf. Harold Garfinkel, **Studies in Ethnomethodology**, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1967.

⁴⁰ Cf. Gino Germani, “Prólogo”, in C. Wright-Mills, **La Imaginación Sociológica**, Fondo de Cultura Económica, México, p. 11.

autores da “grande teoria”, em particular Talcott Parsons, e da pesquisa quantitativa, como Paul Lazarsfeld. Mas a via escolhida por Germani para apresentar à América Latina a edição mexicana do livro trazia implícita a suposição de que a postura de Mills correspondia a um momento meramente transitório da história da sociologia. Parsons era, afinal, a grande figura de referência da sociologia americana e o mais influente autor do que da sociologia americana chegava a outros países, como o nosso, desde *Teoria e Estrutura Social*, de Robert K. Merton. Aliás. Florestan foi, nesse livro, citado por Merton e era amigo de Parsons, a quem convidou para uma conferência na Faculdade de Filosofia da USP, em agosto de 1965, e que o receberia em Harvard com grande deferência, segundo depoimento de Roque Laraia, que lá estava.

Aparentemente, a obra de Mills sobre o artesanato intelectual não parece ter causado particular impressão em Florestan Fernandes, já que ele mesmo se familiarizara com o artesanato intelectual de Roger Bastide e tinha sua própria larga experiência de artesanato. Em seu grupo, o pesquisador que mais se identificou com essa obra metodológica de Mills foi mesmo Octavio Ianni. Eu diria que foi quem levou a sério as implicações dessa reflexão de Mills porque a situou na perspectiva dialética, indo além do didatismo que a caracteriza. Muito mais porque a situou do que como uma sociologia num certo sentido alternativa à sociologia convencional e aparatosa, como eventualmente podia ser considerada a sociologia dependente de grandes recursos financeiros e de patrocínios. Orientação que, dizia-se, já numa perspectiva política e ideológica, não raro estabelecia limitações e condições ao trabalho do pesquisador e da ciência em nome de interesses que não eram os seus e sim de grupos econômicos ou grupos de poder. E também porque o artesanato intelectual envolve o pesquisador muito mais profundamente na sua temática e lhe permite lidar com a inteireza dos processos sociais enquanto processos históricos e cotidianos ao mesmo tempo.

O modo como Ianni difundiu entre seus alunos a concepção que tinha Mills do trabalho intelectual deixava em aberto um amplo campo de reflexão no âmbito da sociologia do conhecimento, com implicações teóricas e metodológicas, muito além da mera técnica de pesqui-

sa. Como também assinala Celso Castro na apresentação de sua coletânea, o artesanato intelectual de Mills tem sentido numa perspectiva muito ampla, porque envolve a trajetória de vida, o modo de ser e a visão de mundo do sociólogo. O artesanato percorria a biografia e o cotidiano de Mills, desde o morar até o comer. Portanto, para ele, o artesanato intelectual tem uma dimensão totalizadora e faz sentido enquanto meio de uma sociologia que trabalha com o pressuposto da totalidade da situação social e do processo social.

Há uma dimensão insurgente na proposta de Mills, o que se evidenciaria, de modo alegórico, num filme de 1970, *R. P. M.*, em que Anthony Quinn faz o papel de um professor de sociologia numa universidade americana, na época da revolta estudantil de 1968, em que ele atua como negociador. Num certo momento, ele aparece com um exemplar de *Social System*, de Parsons. Essa alusão ao livro mais emblemático de Parsons, que Mills havia desancado em *A Imaginação Sociológica*, é indicativa de quanto, na crise, a obra parsoniana se revelava uma sociologia da ordem, vencida pelas circunstâncias da rebelião juvenil. Tornara-se, na alusão do filme, mera nota de rodapé. Às vezes a sociologia, como nesse caso, pode tornar-se instrumento de uma injustiça, ao menos de um linchamento simbólico, instrumentalizada até mesmo sem a participação e a vontade de um autor.



Figura 10 - THall Graham

O cenário mais amplo da repercussão do livro de Mills e de sua proposta metodológica permite compreendê-lo como um texto aglutinador de orientações interpretativas que não estavam necessariamente nem em suas motivações nem em seus propósitos. Estava na lógica do método. O ensaio sobre o artesanato é relativamente modesto, exageradamente didático, o que sugere que o próprio autor não tinha a devida clareza sobre a incidência social e política possível de sua concepção daquela técnica sociológica. Ou seja, não tinha o propósito e a pretensão que hoje nela se vê, num saudável reencontro de uma sociologia de novas problematizações com uma sociologia que tateava nos caminhos ainda incertos de uma ciência relativamente liberta de convenções, na época, cada vez mais rígidas. O artesanato intelectual de Mills tinha o alcance libertador de um reencontro do pensamento sociológico com suas raízes nos clássicos, uma revitalização da imaginação sociológica. Isso não lhe tira o mérito nem fecha o caminho para a compreensão dos desdobramentos de sua proposta mesmo em âmbitos que não considerou. De certo modo, o texto de Mills deve ser compreendido muito mais como texto que dá sentido não só ao que ele era e fazia, mas também ao que muitos outros pesquisadores faziam nos Estados Unidos e em outros países.

Penso que a densa obra sociológica de Robert A. Nisbet, um dos maiores sociólogos americanos, dá mais sentido à proposição de Mills do que a que o próprio Mills poderia sugerir. Seu primoroso ensaio sobre *A Sociologia como forma de arte*, de 1962, é a grande chave para se compreender não só textos como o de Mills⁴¹, mas também os de outros autores, que se situam numa linha de pensamento que foi marginalizada pelo primado do quantitativo e das fragmentações geradas pela divisão do trabalho, decorrentes, nas ciências sociais, de pressupostos disseminados pela mentalidade própria da grande indústria.

A sociologia de Nisbet localiza as ideias-elementos do pensamento sociológico não na tradição da ciência, mas na tradição da arte, como

⁴¹ Cf. Robert A. Nisbet, **Tradition & Revolt** (*Historical and Sociological Essays*), Vintage Books, New York, 1970, p. 143-162.

uma das expressões no Romantismo⁴², com todas as peculiaridades da criação do conhecimento própria da arte. Por esse meio, a sociologia é uma das expressões do Romantismo e do conflito de ideias que ganhou sentido como reação aos valores e concepções da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Nisbet situa a gênese da sociologia no universo da reação romântica a essas revoluções históricas e socialmente fundantes, as da razão e da técnica. Portanto, a sociologia como modo de pensar diverso e oposto ao modo de pensar engendrado pela cultura da indústria e da produção fabril. As ideias-elementos da sociologia são próprias do pensamento conservador, pré-moderno, referidas a concepções artísticas do homem e da sociedade, em oposição às concepções lineares da razão. Essas ideias se expressam em conceitos polarizados, antinômicos: comunidade-sociedade, autoridade-poder, status-classe, sagrado-secular, alienação-progresso.⁴³ A concepção de totalidade contra a concepção de fragmento, a de pessoa contra a de indivíduo. Concepções da mesma extração da de imaginação sociológica e de artesanato intelectual de Mills.

As chamadas ciências duras trabalham com uma concepção objetiva da relação sujeito-objeto. O tempo do objeto é aí um tempo lentíssimo em comparação com o tempo histórico, e mais lento ainda em relação ao tempo social e à temporalidade do fragmentário. As ideias-elementos da sociologia, pré-modernas, reação conservadora à coisificação da pessoa e das relações sociais, repõem a dimensão de totalidade do real, o objeto como um todo cambiante e dinâmico, que é não só coisa, mas também mistério. Tanto o mistério do possível quanto o do oculto. A sociologia concebida aí como busca permanente do que se esconde para compreender o que se vê e se revela. Nessa busca é que a sociologia se propõe não só como conhecimento apoiado na observação objetiva, mas também como criação dos meios da observação em função da dinâmica do objeto. É esse o âmbito privilegiado da imaginação sociológica.

⁴² Cf. Robert A. Nisbet, *ibidem*, p. 154.

⁴³ Cf. Robert Nisbet., **La Formación del Pensamiento Sociológico**, Vol. I, trad. Enrique Molina de Vedia, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1966, p. 19 e ss.

A imaginação sociológica envolve competência científica para dialogar interpretativamente com o imaginário social. É nesse sentido que frequentemente a literatura é uma referência que pode fazer a ponte entre a ciência e o imaginário de determinada população a ser estudada. A diferença da sociologia em relação à literatura, quanto a certos temas e estilos, é que compreende objetivamente o que na obra literária é compreendido imaginariamente. A literatura faz mais concessões a esse imaginário. Uma sociologia refratária a esse diálogo, sociologia de desbastamento e de enquadramento, de imaginação sociológica pobre, mutila o real, porque o despoja da poesia, do drama, da tragédia e, sobretudo, do possível e da esperança que no possível há.

Não é incomum que a poesia já esteja na palavra do entrevistado. Em muitas regiões, em especial na roça, ainda há um estilo barroco de falar, de dizer as coisas, na boca de pessoas iletradas, pessoas que não foram, pela escola e pela escolarização, enquadradas numa concepção formal e instrumental da linguagem. Nas populações rústicas, a metáfora é comum, é meio de situar o que está sendo dito numa trama maior de significações. Há nela um imaginário norteador. Zé Alagoano, um dos entrevistados de Geraldo Sarno no documentário *Viramundo*, de 1965, diz:

O analfabético, não, é assim que nem saúva quando corta um garanchinho aqui, né, e põe na testa e sai levando de frente assim, né. Mesmo assim é o analfabético; igualmente uma formiga. Leva tudo na testa que nem saúva. Se ele entra numa cidade assim, ele não vai olhar ni nome de rua nem nada, porque num sabe ler. Vai perguntando a um e outro, feito doido. Eu ando igualmente a saúva. Entro num canto assim, meto o peito na frente, se sai bem, sai, se me sai mal é mesma coisa. Se estiver errado voltarei pra trás, se não estiver seguirei pra frente. Eu comparo eu mesma coisa que uma saúva, essas formigas de roça...⁴⁴

⁴⁴ Geraldo Sarno, “Três emigrantes em São Paulo”, in **Teoria e Prática**, nº 1, Teoria e Prática Editora, São Paulo, 1967, p. 124-125. Entrevistas orientadas por Octavio Ianni, Juarez Brandão Lopes e Candido Procópio Ferreira de Camargo.

Há, sem dúvida, conformismo nessa concepção do migrante impotente em face de um mundo que muda e, ao mesmo tempo, o abandona, que dele quer unicamente sua força de trabalho, mas não a poesia de sua metáfora. A arte, o cinema, o documentário de Sarno, é que lhe dará a palavra e nela reconhecerá o direito de dizer a poesia que atravessa sua visão de mundo, seu sentimento do mundo. Ir para a frente é a alternativa da realidade que o capturou, mas recuar e tentar outra via é a alternativa de quem não sucumbiu.

A sociologia brasileira que nos anos cinquenta estudava as resistências à mudança, um tema forte na antiga Sociedade Brasileira de Sociologia, queria entender a opção popular pela permanência, contra a mudança. Não levava em conta que a mudança era para muitos mudar para perder-se, os destinatários da mudança condenados ao imobilismo de uma saúva cumpridora do destino demarcado pelo mercado de trabalho. A sociologia desconhecia a legitimidade da opção conservadora e até mesmo a tradição conservadora como fonte de crítica social e de consciência do muito de socialmente destrutivo que há no moderno. Esse era o ponto de partida que o real lhe abria e que os sociólogos não viam.

A modernização da agricultura foi, provavelmente, a mais violenta e destrutiva intervenção econômica e política na vida das populações tradicionais que, no entanto, haviam desenvolvido sua própria concepção de mudança e de inserção no mundo moderno. A sociologia rural foi cúmplice de mudanças que modernizaram economicamente, mas lançaram na miséria, no desamparo e na anomia milhões de brasileiros.⁴⁵ Cortiços e favelas foram a contrapartida dramática do desenraizamento de multidões de trabalhadores rurais e do ajustamento socialmente excludente num mundo urbano patologicamente

⁴⁵ “A sociologia rural tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo. As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores.” Cf. José de Souza Martins, **A Sociedade Vista do Abismo** (*Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*), Editora Vozes, Petrópolis, 2002, p. 219.

degradado. Ao mesmo tempo, os sociólogos propunham a educação sociológica, nas escolas normais, como enquadramento dos retardatários da história e não como esclarecimento em relação ao desbloqueio do possível. No fundo, o privilegiamento da mudança social, nessa perspectiva, propunha a mudança contra o possível.

Ao contrário do que sugere Mills e no geral os que fazem a opção pelo trabalho artesanal na sociologia, o artesanato intelectual não esgota suas possibilidades no âmbito da investigação. Não é mera técnica de pesquisa. Elas se estendem ao âmbito da exposição, ao estilo de expor e de explicar. A tentação da exposição relatorial empobrece a apresentação dos resultados da pesquisa e, no meu modo de ver, até mesmo reduz o alcance da explanação, da explicação sociológica. A intensidade dramática da anomia no meio negro, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, não está propriamente nos dados coletados, mas na artesanaria da articulação e exposição dos dados. *Assombrações do Recife Velho*, de Gilberto Freyre, é narrativa que reteve a dimensão teatral dos fatos narrados na pesquisa, o que no fim das contas permitirá que o livro seja também apresentado como peça de teatro.⁴⁶ O mesmo posso dizer de *A Aparição do Demônio no Catulé*, de Carlo Castaldi, Eunice T. Ribeiro e Carolina Martuscelli, da USP, estudo transformado em peça de teatro pelo dramaturgo Jorge Andrade, montada por Antunes Filho, em 1964, no Teatro Brasileiro de Comédia, com o título de *Vereda da Salvação*. No mesmo ano e com o mesmo título, foi convertido em filme por Anselmo Duarte. Já a dimensão literária de *Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, inspirou em parte *A Marvada Carne*, filme de 1985, de André Klotzel. Clóvis Bueno e Paulo Betti, em 2005, fizeram *Cafundó*, filme inspirado na vida do curandeiro negro João de Camargo, de Sorocaba, e baseado num dos capítulos de *Mudanças Sociais no Brasil*, de Florestan Fernan-

⁴⁶ Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke chamaram a atenção para o fato de que obras sociológicas de Gilberto Freyre, como *Casa Grande e Senzala*, são também obras literárias. Cf. Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke, **Gilberto Freyre – Social Theory in the Tropics**, Peter Lang, Oxford, 2008, p. 160 e ss.

des, que apresenta os resultados de uma pesquisa de quando ainda era aluno de Roger Bastide. Textos, portanto, que, na exposição dos resultados da pesquisa sociológica, retiveram e incorporaram sociologicamente a dimensão propriamente teatral ou poética das narrativas de seus entrevistados.



Figura 11 - Thall Peis

Num caso, o próprio sociólogo, Douglas Teixeira Monteiro, viu e compreendeu, separadamente, o sociológico e o teatral e deles tratou em textos separados. Ele fazia pesquisa no Norte do Paraná, sobre pequenos proprietários em crise e em processo de desenraizamento. Tanto observou e registrou as mudanças sociais envolvidas na situação, quanto o fenômeno religioso que as acompanhava. Os dados da primeira perspectiva foram trabalhados num texto publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e os da segunda deram origem a uma peça teatral premiada pelo Serviço Nacional de Teatro. Aqui, claramente, o pesquisador enquanto tal não conseguiu manter no texto sociológico a dinâmica do imaginário do grupo estudado. Sua sensibilidade literária induziu-o, no entanto, a separar a literatura da ciência, expressão de uma sociologia ainda de marcas positivistas

claras.⁴⁷ Mas conseguiu perceber, ele mesmo, no trabalho de campo o que, em outros casos, como os indicados antes, só os teatrólogos conseguiram perceber – a poesia e o drama residuais dos textos propriamente sociológicos e antropológicos.

Quando o sociólogo faz pesquisa redutiva e de enquadramento em conceitos, ignora e descarta o imaginário da vida social, limita a observação ao factual e elimina da interpretação sociológica o que é propriamente belo e artístico, a estética do imaginário, isto é a consciência social. Se viver é perigoso, imaginar é necessário. Foi Carlos Rodrigues Brandão, entre nós o antropólogo e poeta mais sensível a essa dimensão da pesquisa em ciências sociais, quem chamou a atenção para a estrutura poética do primeiro capítulo de *O Capital*, de Karl Marx. Convém lembrar que Marx quis ser poeta e que a suposta má qualidade literária de sua poesia foi criticada por seu pai, que o desaconselhou a seguir adiante. Brandão, como esclarece, simplesmente reordenou as frases do texto para nele descobrir um poema sobre o trabalho, que ali havia. Esse poema, “A trama da rede”, é um dos belos capítulos de seu livro *Diário de Campo – A Antropologia como Alegoria*.⁴⁸ Em vários momentos de sua obra, Marx ressalta a poesia do real para dar-lhe a significação que tem. Vemos isso nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, em *O Capital*, nos *Grundrisse*. No fim das contas, a contradição fundante da sociedade contemporânea é a que se estabelece entre a dureza da produção no trabalho explorado, o homem possuído pela coisa que produz, e a poesia do próprio trabalho enquanto instrumento de criação e do possível. A relação capitalista é uma relação que opõe o sonho à privação; não é apenas uma relação de exploração econômica. É nessa oposição que está o fundamento da consciência crítica, que, sem poesia, seria impossível.

⁴⁷ Cf., respectivamente, Duglas Teixeira Monteiro, “Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura”, in **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, N° 12, Belo Horizonte, 1961, p. 47-63; e Duglas Teixeira Monteiro, *Água da Memória*, Editora Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1965.

⁴⁸ Cf. Carlos Rodrigues Brandão, *Diário de Campo – A Antropologia como alegoria*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

Há, nesse sentido, mais sociologia em *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, do que no Censo de Minas Gerais, de 1950. Há muito mais gente envolvida na coleta de dados do Censo do que na coleta de dados de Rosa, observador solitário, disciplinado e sensível. O Censo sistematiza quantitativamente tendências numéricas do movimento populacional. Ele nos diz qual a distribuição etária da população, sua condição econômica, a proporção dos gêneros, sua localização espacial. Quantifica o que o senso comum já sabe. Reduz o todo ao tempo do atual, aplaina discrepâncias, harmoniza curvas estatísticas. Põe ordem no supérfluo. Já Rosa decifra os mistérios do viver dividido, expõe os avessos da sociedade, desconstrói as harmonias censitárias, arranca o demo das profundezas do acontecer, revela-lhe a intimidade, as ocultações do vivido, seu lugar no desenrolar da vida e na trama da existência, expõe as formas do falso, o poder do imaginário e o imaginário do poder. E, no fim, descobre que o Danado, desafiado por um pactário, não existe nem vive embaixo de árvore maligna onde supostamente se espoja no limiar de ontem e hoje. O Cão habita dentro de nós, de onde nos ameaça e nos governa na peleja entre Deus e o diabo. Se o agente censitário foi a campo para enquadrar a população nas categorias de uma análise previamente configurada, Rosa foi a campo com seu artesanal caderninho de anotações, acompanhando um magote de tropeiros, para ser enquadrado nas categorias do pensar dos gerais, o senhor sabe. Foi encontrar o diabo do entendimento no meio do redemunho, para de Lúcifer receber a luz da compreensão da sociedade dos contrários, na desocultação do que os poderes enterram nas profundezas do desconhecimento. Foi a campo ouvir, aprender e anotar, ainda que viver (e pesquisar) seja muito perigoso, o senhor sabe.

Artigo recebido em 30/10/2013 / Aprovado 20/02/2014

Heraldo Pessoa Souto Maior*

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO

RESUMO

O presente artigo constitui uma reflexão de alguém que, por cerca de sessenta anos, exerceu o ofício de sociólogo desempenhando diversos papéis em circunstâncias diversas e em momentos diferentes da sociologia no nordeste e no Brasil. Iniciando-se na disciplina como autodidata, na Faculdade de Direito do Recife, com pós-graduação posterior nos Estados Unidos, foi sociólogo no serviço público federal, assessor de repartições municipais, estaduais e federais, professor em faculdades particulares e é professor universitário há cinquenta anos. Medita sobre essas diversas experiências e fases da sociologia brasileira, agora reconhecida formalmente não apenas como disciplina, mas como profissão. Não tem pretensões teóricas ou metodológicas, sendo mais uma representação do ofício no seu dia a dia e como se apresenta no Brasil atual.

Palavras-Chave: Ofício de sociólogo; Sociologia brasileira; Universidade

THE SOCIOLOGIST'S TRADE

Heraldo Pessoa Souto Maior

ABSTRACT

This article contains the reflections of someone who has worked as a sociologist for around sixty years, performing a variety of roles in diverse circumstances and during different moments of the discipline's history in the northeast and Brazil as a whole. Starting out self-taught, at the Recife Faculty of Law, he later obtained a postgraduate education in the United States. He has been a sociologist in the federal public service, an advisor for the allocation of municipal, state and federal resources, a professor in private faculties and a university professor for fifty years. Here the author reflects on these diverse experiences and phases of Brazilian sociology, now formally recognized not only as a discipline but as a profession. Eschewing any particular theoretical or methodological line, the article looks to describe the everyday work involved in sociology as a metier and how it manifests in Brazil today.

Keywords: Sociologist's trade; Brazilian sociology; University.

*Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento de Sociologia (1963-2014). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Graduação em Direito na UFPE (1952) e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Michigan State University (1962). Sociólogo do Serviço Social Rural/SUPRA/IBRA (1956-1967). Pesquisador Associado Honorário do Departamento de Antropologia Social da Harvard University (1975-1976) Prêmio Florestan Fernandes (SBS). Atua e tem publicado nas seguintes áreas de interesse: Teoria Social, Pensamento Social, História das Ciências Sociais no Brasil. Mudança Social.



LE MÉTIER DE SOCIOLOGUE

Heraldo Pessoa Souto Maior

RÉSUMÉ

Cet article est le bilan de quelqu'un qui, durant une soixantaine d'années, a exercé le métier de sociologue en s'adonnant à diverses fonctions dans plusieurs circonstances et à plusieurs moments de la sociologie dans le Nordeste et dans le Brésil. Il débuta dans cette discipline, en tant qu'autodidacte, à la faculté de Droit de Recife, obtint ensuite un post-graduat aux États-Unis, fut sociologue dans la fonction publique fédérale, adjoint auprès de secrétariats municipaux, d'état et fédéraux, professeur dans des facultés privées et est professeur universitaire depuis cinquante ans. L'auteur livre ses réflexions sur diverses expériences et phases de la sociologie brésilienne, aujourd'hui reconnue formellement non seulement comme discipline, mais comme profession. L'ouvrage n'a aucune prétention théorique ou méthodologique, il s'attache simplement à présenter ce métier dans son quotidien ainsi que la façon dont il s'exerce dans le Brésil d'aujourd'hui.

Mots-clés : Métier de sociologue ; Sociologie brésilienne ; Université.

Heraldo Pessoa Souto Maior

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO

O ofício de sociólogo não deve ser algo fácil de exercer, porque, ao observarmos como o seu trabalho é comentado, ficamos impressionados com as formidáveis contradições que se manifestam nos escritos e nos espíritos. ... O que é a sociologia? O que é exercer o ofício de sociólogo? (Roger Chartier)

Bom, é verdade que nem sempre é fácil dedicar-se à sociologia. (Pierre Bourdieu)

Durante os muitos anos em que ensinei a disciplina Introdução à Sociologia, às vezes com os nomes Fundamentos de Sociologia ou Sociologia I, no Curso de Ciências Sociais, costumava, no primeiro dia de aula, distribuir duas perguntas para serem respondidas: “Por que veio estudar Ciências Sociais” e “Para você, o que é Sociologia?”. Importa, por agora, referir-me às respostas à segunda questão. Destas, lembro-me que a maioria dos estudantes pensavam-na como “a ciência que estuda a sociedade”.

Respondia-lhes que estavam parcialmente certos, mas que existiam outras ciências que também estudavam a sociedade, e era necessário descobrir qual a perspectiva em que a sociologia



estudava essa sociedade. A velha questão da diferença entre “objeto material” e “objeto formal” de uma ciência. Logo depois, propunha-lhes que, para começar, poderíamos pensar a sociologia “como o meio de vida do sociólogo”.

Partia do pressuposto, não sei se inteiramente correto, de que a maioria dos que ali estavam pretendia, ao fim do curso, seguir uma profissão e ganhar a vida com ela. Podia ser que sim, podia ser que não. Não estariam talvez interessados apenas em ter uma formação humanista ou, ainda, ter um diploma de curso superior como símbolo de *status*? Outras motivações podem ser imaginadas, até mesmo a de que a baixa concorrência no vestibular facilitaria a entrada na universidade. Pena que essa documentação de vários anos seguidos tenha se extraviado e não tenha sido detidamente analisada. Na verdade, esse era meu intento: conhecer as motivações iniciais para a escolha por um bom número de anos.

E acrescentava: “Espero que, no fim do semestre, os tenha convencido de que se trata de um meio de vida honesto”. Tinha em vista, talvez, a ideia de que a sociologia era algo útil e que o sociólogo não é um ilusionista, ou seja, um proponente de ilusões ou mesmo um farsante. E que ali não iríamos discutir o sexo dos anjos. Após alguns anos, em um texto de Bennet M. Berger (1957), descobri os versos de E. E. Cummings:

Enquanto você e eu temos lábios e vozes que
são para beijar e cantar
quem se importa se algum caolho filho da puta
inventa um instrumento para medir a Primavera?
e. e. cummings

E, mais adiante, no mesmo texto, os de W. H. Auden:
Não respondas questionários
Ou questões sobre Assuntos-Mundiais.
Nem com condescendência
Submeta-te a qualquer teste. Não participe nem perpetres
Uma ciência social.

Em época mais antiga, no fim do Século XIX, em seus começos no Brasil, na Faculdade de Direito do Recife, já podemos encontrar a frase de Tobias Barreto (1951): “Eu não creio na existência de uma ciência social”. Embora não possa afirmar com segurança, mas parece ter sido dele, ou por ele repetida e divulgada, a afirmação de que cada “sociólogo era uma sociologia”.

Bem mais recentemente, me deparo com artigo de jornal (Pondé, 2013) com o seguinte trecho:

“Cada dia que passa, temo pela irrelevância dos estudos acadêmicos das chamadas ciências humanas, devido ao que o intelectual americano Thomas Sowell chama de alienação da classe “ungida” que somos nós, os intelectuais.

O filósofo Francis Bacon (séculos 16-17) tirava sarro da “baixa escolástica” e suas questões sobre quem puxava o burro, quando se puxava um burro com uma corda, se era a pessoa ou a corda que puxava o burro....”

Isso me chamou a atenção para algo diferente do que pensamos de nós mesmos, ou seja, o que pensam os outros sobre nós. Será que outros nos olham, nós e a sociologia, como necessários e dignos de respeito e confiança? Será que temos algum tipo de utilidade, qualquer que seja? É recente e bastante divulgada a polêmica provocada por um jornalista ao criticar o financiamento pelo CNPq de uma pesquisa sociológica por ele considerada puro desperdício de dinheiro público, dada a irrelevância, segundo ele, do tema. Recordo-me dos comentários dos leitores do blog do referido jornalista, que vão de defesa do projeto até a oposição, chegando alguns a considerar a irrelevância e a inutilidade da própria sociologia. Trata-se da imagem pública da disciplina e de seus praticantes.

Ainda mais, qual é nossa imagem não somente diante do grande público, como também diante de outras culturas científicas, sejam as ciências ditas exatas ou, mesmo, nossas companheiras das ciências humanas? Isto sem falar das disputas internas sobre a relevância do

que deve ou não deve ser estudado, ensinado e pesquisado. São aspectos que devem ser considerados quando queremos entender em que consiste o ofício do sociólogo. Também, é óbvio, não é possível entender o que seja a profissão e seus diversos “ofícios” sem entendermos o que seja a sociologia ou as tradições sociológicas e sociologias atuais, continuidades ou não dessas tradições, se é que estão sendo criadas novas tradições.

No que diz respeito aos críticos externos, vale a pena lembrar Fletcher (1971, vol. 1, pp. 5-12), que se detém nas críticas que a sociologia enfrenta na Inglaterra. Como ele próprio salienta, algumas são superficiais, originadas pela ignorância, ou simplesmente ingênuas, mas não devemos esquecer que a incompreensão também pode decorrer de certa arrogância ou pretensões dos próprios sociólogos de serem “científicos”. Também do temor dos usos da sociologia no controle e manipulação do comportamento humano. Aqui entramos no problema uso da ciência em que, qualquer que seja ela, depende da vontade e de valores e interesses humanos. É possível, no meu entender, afirmar que qualquer ciência é perigosa ou potencialmente perigosa, pelo menos para alguns. Não é necessário voltar ao tempo de Galileu para vermos isto. Nos dias de hoje temos ainda as disputas ideológicas sobre as “sociologias da ordem”, as “sociologias do progresso” e algumas novas Inquisições.

Esqueçamos, pelo menos por enquanto, esses detalhes e vamos ao “ofício”, tomado no sentido de sua prática no dia a dia no contexto brasileiro. Partiremos do fato de que a sociologia é uma profissão inteiramente institucionalizada, diferenciando-se das simples ocupações, na terminologia clássica da sociologia americana. Durkheim (1978, p. 3) já mencionava o “papel que os agrupamentos profissionais estão destinados a preencher na organização social dos povos contemporâneos.” Ao se institucionalizar como profissão, adquirindo status jurídico, teria saído daquela anomia de que ele falava logo adiante em seu texto.

Resta saber se não continuamos com uma certa anomia que decorre da própria ambivalência conceitual do que seja a sociologia, quadro que se insere na resposta da pergunta feita acima aos estudantes.

Ao tratarmos do sociólogo, diante de tantas discordâncias, é possível que estejamos daquilo que se convencionou chamar de conflito papel, no sentido mertoniano, ou seja, das diferentes expectativas, tanto internas como externas, do que seja a definição de seu papel. Seria bom lembrar, ainda, o processo de diferenciação ocupacional em curso na sociedade como um todo e o consequente aumento de oportunidades de trabalho.

Podemos, pois, verificar que a profissão do sociólogo pode ser desempenhada em várias ocupações ou, se quisermos, vários “ofícios”. Neste caso, poderíamos intitular este artigo de “Ofícios do Sociólogo” ou “Ocupações do Sociólogo”. Deixemos de lado essa discussão terminológica, pois é lícito dizer que os conceitos significam aquilo que queremos que signifiquem, embora precisemos definir quais os que estamos escolhendo e por quê. Em uma determinada terminologia, precisamos operacionalizá-los, ou seja, o que queremos dizer com eles. Entretanto, é possível afirmar que existe um processo de diferenciação no exercício da profissão de sociólogo, consequência das divisões nas chamadas sociologias especiais e das diversas faces e dimensões que ele tem que enfrentar nos diversos papéis profissionais.

O fato é que os sociólogos estão aí como professores (de ensino superior ou médio), pesquisadores e o que chamamos ou parece que se convencionou chamar de sociólogos profissionais em atividades e oportunidades de trabalho cada vez mais numerosas. Estes podem estar nos diversos setores da economia, seja no serviço público ou outras áreas de serviços, na indústria e no que mais.

Em consequência desse crescimento, os sociólogos têm se organizado em associações diversas, dirigidas para o desenvolvimento do campo de estudos, como foi comum nas outras ciências. No caso brasileiro, a nossa Sociedade Brasileira de Sociologia, existente antes mesmo do reconhecimento legal da profissão. Depois, com o reconhecimento, foram criadas associações e sindicatos de sociólogos, destinados à defesa da profissão em seus direitos adquiridos por sua institucionalização jurídica. Inicialmente, as associações estaduais (várias transformadas em sindicatos) e uma

Sociedade Brasileira de Sociólogos. Hoje temos uma Federação Nacional de Sociólogos (FNS) que congrega associações e sindicatos estaduais.

Seria, então, o caso de perguntarmos se uma Sociedade Brasileira de Sociologia deveria ser uma sociedade de todos eles, ou seja, dos que se dediquem à profissão de sociólogo, tal como está institucionalmente definida. Ou, ao contrário, como de fato acontece, que a SBS tenha certa seletividade nos requisitos para a admissão de seus membros, com objetivos específicos em que o peso acadêmico seja preponderante. Vale a pena lembrar que em suas origens era uma sociedade de acadêmicos.

Uma Sociedade Brasileira de Sociólogos ou Federação Nacional de Sociólogos teria uma abrangência maior, admitindo todos os que juridicamente têm o status de sociólogos, empregados ou não. Inclusive, mesmo os que estão procurando emprego na profissão, ainda que estejam ativos ou empregados em outros tipos de ocupações. Uma sociedade de tendência predominante sindical como efetivamente está acontecendo e me parece necessária. O que não impede que os acadêmicos dela façam parte e/ou com ela se preocupem academicamente. Campo para a teoria, principalmente da Sociologia das Profissões. Uma coisa não exclui a outra.

Na prática, estariam de fora os que não exercem a profissão, podendo ser donas de casa, industriais, romancistas, embora que, formalmente, do ponto de vista jurídico ou legal, sejam sociólogos, não pratiquem a profissão e não estejam interessados nisso. Estritamente falando, sociólogo é quem atende às formalidades legais e está ensinando sociologia, pesquisando para o desenvolvimento do campo ou da compreensão da sociedade, aplicando os conhecimentos adquiridos em sua formação profissional em alguma área dessa sociedade ou algum tipo de problema social. Os outros seriam apenas pessoas com diploma de bacharéis, licenciados, mestres e doutores em sociologia.

Não esquecer que, nesses casos, a sociologia pode servir como uma forma de educação humanística que os ajudaria a compreen-

der o mundo do social e servir de “bússola”, diante da complexidade da vida diária. Vários utilizando-a até em suas profissões ou ofícios, como arquitetos urbanistas, geógrafos, historiadores e muitos outros. A sociologia lhes seria útil como uma compreensão de como sua atividade profissional está inserida no tecido social, de suas articulações com a sociedade como um todo. Não seria fora de propósito lembrar Ruy Barbosa, na década de 1920, defendendo a inclusão da sociologia no curso de direito em parecer sobre a reforma do ensino secundário e superior (PIMENTA, 1960, p. 5):

Ao direito natural, pois que é a metafísica, antepomos a sociologia, ainda não rigorosamente científica, é certo, em seus resultados, mas científica nos seus processos, nos seus intuitos, na sua influência sobre o desenvolvimento da inteligência humana e a orientação dos estudos superiores.

Também, de Clóvis Bevilácqua, Pimenta transcreve da **História da Faculdade de Direito do Recife**:

O estudo da sociologia no primeiro ano é preconizado por considerações de metodologia irrecusáveis. Realmente o direito é um dos fenômenos sociais, que constituem grupo distinto, porém que se acha dentro do conjunto sociológico. Forçoso é penetrar no estudo do direito pela mão da sociologia; ir da generalidade sociológica inicial, para a especialização jurídica final.

... seduz-me a indicação de Pimenta, porque é do conhecimento das leis que regem os fenômenos sociais, que devemos partir para o conhecimento científico do direito.

Seria o caso não apenas do direito, mas de praticamente de quase todas, se não de todas as profissões como campos de atuação ou subsistemas da organização social.

Para nós, ficaria a questão de como ensinar sociologia a outros profissionais.

Questão a ser resolvida por professores de sociologia com conhecimento de sociologia geral, teoria sociológica e de sociologias especiais. De usar esses campos ou subsistemas como matéria para a introdução da linguagem sociológica. Mostrar que possuem uma estrutura de poder e variáveis econômicas e culturais, à semelhança dos sistemas sociais mais gerais de que fazem parte. Mostrar, ainda, que diversas oportunidades de trabalho interdisciplinar podem estar crescendo.

Mas, se estamos falando de profissão, vejamos, apenas como exemplo, o que pensava Parsons (1959, p. 547), em artigo sobre a sociologia como tal e como se seguiria nossa análise:

Concebo uma profissão como uma categoria de papel profissional que é organizada em torno do domínio (da competência) de e responsabilidade firme por qualquer segmento da tradição cultural de uma sociedade, incluindo responsabilidade por sua perpetuação e seu desenvolvimento futuro. Além disso, uma profissão deve ter a responsabilidade pela aplicação de seu conhecimento em situações práticas.

Assim definida, temos incluídos, pelo menos implicitamente, uma formação profissional desde há muito institucionalizada nas universidades, o ensino e a pesquisa como responsabilidade pela formação de novos sociólogos e pelo desenvolvimento da sociologia como ciência, ou, como pensam alguns, disciplina. Ainda mais, a produção de algo útil e de profissionais que tenham a competência para aplicar essa utilidade.

Temos ouvido falar (GOULDNER, 1971) da “crise em andamento da sociologia ocidental”; da “decomposição da sociologia” (HOROWITZ, 1994); na “crise e controvérsia na sociologia” (BOTTOMORE, 1975); “a crise da sociologia” (BOUDON, 1971, 2010), para lembrar apenas alguns textos considerados como importantes. Citarei Boudon (2002, pp 3-4):

... Mas o ideal científico que presidiu sua obra dominou amplamente a sociologia até os anos de 1960.

A partir desse momento, esse ideal passou a ser percebido como prendendo a sociologia em um espartilho muito apertado. Sob a influência do pós-modernismo, se considerou o ideal científico dos fundadores como uma ilusão. A sociologia tornou-se, então, uma disciplina. Deu nascimento a trabalhos às vezes esclarecedores, mas heteróclitos, em que não se via o que constituía a sua identidade. W. Lepenies (1985) deu um diagnóstico que levava em conta essa evolução: a sociologia não é nem uma ciência nem uma arte. O que é que ela é, então? Alguns trabalhos sociológicos têm se rendido ao ensaísmo, outros à reportagem jornalística, outros, ainda, da terapêutica social, outros, enfim, de trabalho científico. Essa evolução levou a uma produção abundante e a uma fragmentação do mundo da sociologia, a dificuldade de estabelecer programas de ensino na matéria, a uma confusão da imagem da sociologia para o público e a uma marginalização da sociologia com ambição científica. Esta última sempre existiu e continua a existir. Contribuiu e contribui para esclarecer os fenômenos sociais. Mas perdeu sua visibilidade e não coincide mais com a imagem que o público tem da sociologia.

Talvez, entre outras coisas, as questões postas por Bourdieu e Charrier nas epígrafes que antecedem este artigo: uma sociologia ou várias sociologias?

O que significa isso para o sociólogo? Como isso se reflete em sua profissão? A sociologia muda com a sociedade em mudança ou em crise? A sociologia é a ciência da crise, como alguém já disse? Em que sentido? É possível uma sociologia “universal”? O ofício do sociólogo deve estar sempre redefinido?

Como sabemos, somos herdeiros da filosofia social e esta sempre efervesceu nas épocas de crise histórica e social. Nessas ocasiões, sempre de mudanças importantes, cresce o interesse pelos problemas sociais que se apresentam e o sentimento de que precisam ser enfrentados. Lembrar, por exemplo, o caso de Platão e Aristóteles que se situ-

am, podemos dizer, em fase de crise da sociedade ateniense. Lembrar, também, que os “pais fundadores”, cada um a seu modo, viam a sociologia como instrumento para o conhecimento da sociedade e, daí, a possibilidade de ação para transformá-la naquilo que “gostaríamos que ela fosse” (DURKHEIM, 1975). Todos eles, pode-se também dizer, toda sociologia, carregam consigo uma utopia, explícita ou não, uma expectativa ou previsão de um futuro para a qual podemos contribuir.

Se considerarmos a história da sociologia no Brasil, independentemente das diversas periodizações sugeridas, como a de Azevedo (1974) e a de Cândido (s.d.), por exemplo, sabemos que veio de um pensamento social, presente, sobretudo, nas Faculdades de Direito, passando por reconhecimento como disciplina em cursos médios (década de 1920), posteriormente em cursos superiores (década de 1930), e chegando ao reconhecimento jurídico pleno como profissão (década de 1980). Podemos dizer que o reconhecimento como disciplina já está no início do século XIX. Os primeiros viviam de outros ofícios, principalmente jurídicos. Os segundos, como professores de sociologia, simplesmente professores ou professores e pesquisadores. Estes, inicialmente na Escola de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo e na do Rio de Janeiro. Também nas Escolas Normais, no Colégio Pedro II e nos antigos “cursos pré”, conforme o estabelecido na Reforma Francisco Campos. Em fins dos anos 1940, aparece o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje FUNDAJ, direcionado fundamentalmente para a pesquisa (aqui o ofício de sociólogo é predominantemente o de pesquisador). A averiguar se o Instituto Joaquim Nabuco foi o primeiro desse tipo a se constituir no Brasil. Pode-se dizer, pois, que o sociólogo desempenhou vários ofícios além do de sociólogo, simultâneos ou não, com o correr do tempo. Ainda mais, com a institucionalização jurídica, temos uma tentativa de delimitação das diversas tarefas, ocupações ou papéis profissionais. Se quisermos falar mais cruamente, uma delimitação de seu mercado de trabalho, uma reserva de mercado, como um meio de vida.

Naquele primeiro momento, o surgimento desse pensamento social na Faculdade de Direito do Recife não surgiu por acaso. Além do

que, significou uma formação universitária no próprio país, mesmo com a importação de ideias europeias, vivíamos os primeiros anos de independência política e seus consequentes dilemas. Na época da Escola do Recife, as ideias republicanas, a questão do abolicionismo, principalmente. Era um sistema nacional em crise, à procura de caminhos. Sem dúvida, uma transformação estrutural em andamento.

Em fase posterior, naquela em que foi reconhecida como disciplina (CANDIDO, s.d.), o sociólogo era principalmente o professor de sociologia ou o intelectual cuja atividade estava ligada a essa disciplina. Poderia acontecer que esse professor tivesse mais de um campo de trabalho, já que a ideia de professor em tempo integral ainda não era predominante. Ainda hoje, mesmo o professor em tempo integral não escapa, temporariamente, de outras atividades fora da academia, como, por exemplo, o exercício de cargos públicos, de consultor, etc. Fora da academia ou do colégio, o jornalismo, o cargo público poderia ser, entre outras, atividades exercidas. Nesse contexto, podemos citar o caso de Gilberto Freyre como inteiramente atípico. Sua passagem como professor, tanto na academia, na Universidade do Distrito Federal, como na Escola Normal de Pernambuco, foi transitória. Por sinal, várias vezes declarou que gostaria de ser chamado de escritor. Sociólogo, antropólogo, historiador social, pesquisador social, mas, principalmente escritor. Na realidade, o seu reconhecimento público era mesmo de sociólogo. Que outros, além dele?

Mesmo reconhecida como disciplina e com cursos superiores institucionalizados na Escola de Sociologia e Política, na USP e na Universidade do Rio de Janeiro, a sociologia ainda não gozava de prestígio, como se depreende de depoimento de Juarez Brandão Lopes (TRINDADE, 2012, p. 55):

... O meu irmão também esteve na Escola de Sociologia e Política. Ele estava fazendo a Faculdade de Direito e A Escola de Sociologia e Política.

.....
Ele era nove anos mais velho..

.....
Claramente, me influencia. Eu acho que entrei na Escola de Sociologia e Política por causa dele. Sociologia não era coisa que você estudasse como profissão. Eu já tinha entrado na pré-Politécnica. Naquela época era pré, em vez de colégio: pré-Direito, pré-Politécnica.

Lembremos que os cursos pré foram extintos no início da década de 1940. A leitura desses depoimentos e a dos depoimentos do livro comemorativo dos quarenta anos da Escola de Sociologia e Política (KANTOR, MACIEL e SIMÕES, orgs, 2009) nos oferece uma ideia do que eram as ciências sociais, sociologia, antropologia e ciência política no Brasil ainda nos anos 1950, tanto no ensino como em outras de suas práticas.

Pensemos agora no momento atual.

Os dados estatísticos disponíveis indicam que a atividade de professor parece ser a mais frequente entre os que concluíram a pós-graduação. Uma análise dos microdados do Censo de 2010 e a PNAD de 2012 talvez possa mostrar em detalhe como estão distribuídos não apenas por setor da economia, mas também em que atividades específicas. Aqui ainda temos que ver os níveis de ensino e em que medida esse ensino está associado à pesquisa. Desnecessário dizer que no ensino superior nas universidades do setor público esta associação é definida como obrigatória. O mesmo com as universidades particulares quando se trata a pós-graduação.

Até onde vai o meu conhecimento, os estudos mais detalhados existentes sobre a profissão têm se concentrado na pós-graduação. Veja-se, por exemplo, **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira** (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010) e, também desse mesmo Centro, **Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (2012)**. Ou, Martins (2012) e Velloso (2012). Nestes, Silke Weber trata especificamente em seus artigos o caso da sociologia. Os dois primeiros abordam quase sempre as chamadas grandes áreas do conhecimento, no nosso caso, Ciências Hu-

manas e Ciências Sociais Aplicadas. Uma ou outra tabela inclui dados relativos exclusivamente da situação dos sociólogos.

Talvez a questão maior, no que diz respeito ao ensino e à formação profissional, esteja no “o que ensinar” diante dos dilemas teóricos, conceituais e valorativos em que nos encontramos, como, por exemplo, as questões postas acima por Boudon diante das diversas tradições sociológicas e das posições de valor enfrentadas por cada um. Certamente que esta não é uma questão nova. O ensaio de Weber (1992 [1917]) continua atual e ainda é verdadeiro, ainda que, no meu entender, não é possível termos uma resposta inequívoca. O ponto principal parece ser o da integridade intelectual e não imposição de seus valores aos estudantes. Isto não significa que o professor deixe de declarar e defender suas convicções. Sem, contudo, impedir ou deixar de mostrar os pontos de vista contrários. De qualquer forma, o objetivo não é formar ideólogos militantes. Isto não livra o sociólogo de ser um militante das boas causas, embora não seja fácil dizer quais são as boas causas do momento. O que importa é não ser um radical e dogmático.

Deixo de lado o conteúdo e a grade de disciplinas oferecidas. Florestan Fernandes (1977), quando estudante, lia manuais de sociologia para integrar o conteúdo das disciplinas e o modo como eram lecionadas:

Na fase inicial, em que me reciclava para ser um estudante universitário, porque me impelia a começar pelos alicerces, pelo ABC das ciências sociais. Não cai na armadilha dos que condenavam os “manuais”. Tive o bom senso de buscar neles uma base geral – que não nos era dada através dos cursos ecléticos e monográficos, preferidos pela maioria dos mestres – e de deixar em aberto o ponto de chegada, o qual não sabia qual poderia ser..

Contudo, existe a outra questão do nível em que a sociologia vai ser ensinada e a que público. Se no ensino médio ou superior; neste, se na graduação ou na pós-graduação; se em curso de ciências sociais

ou se destinado a cursos de outras profissões. Deixo de lado cursos destinados ao que poderíamos chamar de grande público, podendo serem citados cursos pelo rádio ou pela televisão, como o que foi transmitido por componentes da chamada Escola de Frankfurt, depois publicado em livro.

São atividades do “ofício” do sociólogo no papel de professor. São questões a serem amplamente discutidas, não cabendo dentro dos limites deste artigo. Basta mencionar que existe ou existem revistas destinadas a esse tema. Conheço o caso da revista *Teaching Sociology*, publicada pela **American Sociological Society**. Como professor, o sociólogo está naquela função de produzir os novos membros da profissão. Ou, como acima dito por Parsons, a “*responsabilidade por sua perpetuação e seu desenvolvimento futuro*”.

Ainda caberia mencionar na qualidade de professor: o que seria um bom professor. Como encontrar o tipo ideal do bom professor? Que variáveis deveríamos levar em consideração? Obviamente que a primeira seria ter conhecimento da matéria. Mas seria isso suficiente? E, como ensinar? De que outros recursos ele necessitaria? Que outras qualidades pessoais e que outros recursos tecnológicos? Matéria para um periódico como *Teaching Sociology*. Creio que faz parte das obrigações de qualquer professor procurar sempre avaliar a si próprio e ser avaliado por seus alunos.

Pensemos agora que os sociólogos são, ainda na definição parsoniana, “... *uma categoria de papel profissional que é organizada em torno do domínio (da competência) de e responsabilidade firme por qualquer segmento da tradição cultural de uma sociedade...*”. Pergunto-me: como estamos neste ponto? Para isso, relembremos que somos uma profissão juridicamente reconhecida. Aí estão a Lei Nº 6.888 , de 10 de dezembro de 1980, e o Decreto Nº 89.531, de 05 de abril de 1984, que a regulamentou.

Aí estão, para cuidar da defesa da profissão, as diversas associações profissionais, de natureza acadêmica ou não. Deixemos de lado as acadêmicas, como a Sociedade Brasileira de Sociologia, e nos fixemos nas associações e sindicatos de sociólogos. Também na Fede-

ração Nacional de Sociólogos, que congrega associações e sindicatos estaduais. Sobre estes, parece que nós acadêmicos não entendemos muito ou, pelo menos, não nos interessamos muito.

Na lei que reconhece a profissão vamos encontrar diversos problemas práticos que decorrem do problema da relação entre as diversas ciências sociais. Basta ver o artigo 2º, que estabelece as competências do sociólogo. Em seus três incisos, as atribuições se referem sempre atinentes ou referentes à “realidade social” e incluem atividades que podem ser desempenhadas por profissionais de outras disciplinas que não a sociologia. Este é um ponto que venho comentando em várias ocasiões, em classe ou outros públicos.

Isto acaba de ser reconhecido por justificava de Projeto de Lei sem número, que cria o Conselho Nacional de Sociologia. Vale a pena transcrever:

Com efeito, por força da Lei 6.888/80e do Decreto 89.531/84, constitui-se legalmente a profissão do Sociólogo. Entretanto, a Lei e Decreto mencionados não definiu concretamente o campo de atuação do Sociólogo, remetendo as atribuições desse profissional para algo não menos indefinido do que toda a “realidade social” e, concomitantemente não foram criadas de forma legal, as profissões do Antropólogo e do Cientista Político, bem como, definidas de forma clara, as atribuições destes profissionais.

Vale a pena também transcrever o Artigo 4 do referido Projeto:

Art. 4º - Fica reconhecida a categoria profissional dos cientistas sociais que inclui a profissão de sociólogo e as profissões similares ou conexas que sejam admitidas pelo Sistema, preservando a homogeneidade do conjunto nos limites da sua identidade.
§ 1º - A admissão de profissões similares ou conexas, propensas a integrarem a categoria, condiciona-se à deliberação do órgão máximo do Sistema, conforme seu Estatuto Geral, e à regulamentação específica de governo.

§ 2º - Ocorrendo admissão de nova profissão ao Sistema, o nome dos Conselhos será alterado para mencionar também o conhecimento científico incorporado pelos novos profissionais.

Veja-se que, através do Conselho Nacional de Sociologia, “fica reconhecida a categoria profissional dos cientistas sociais que “inclui a profissão de sociólogo e as profissões similares ou conexas [...] preservando a homogeneidade do conjunto nos limites da sua identidade”. Continuamos ou não com a indefinição semelhante a da acima mencionada “realidade social”? Não temos aqui, saindo do túmulo, a velha questão do imperialismo sociológico e da relação da sociologia com as outras ciências sociais? Faz sentido ou não a pergunta que o autor fazia no início da disciplina Introdução à Sociologia? Que, aliás, ainda hoje faz em seu seminário “Análise Sociológica” no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Pergunta que, de quando em quando, me assombra e me faz outra pergunta: será que, após mais de cinquenta anos ensinando sociologia, sei o que a sociologia é? Consolam-me as palavras de Bourdieu: “*Bom, é verdade que nem sempre é fácil dedicar-se à sociologia*”. O que também pode ser visto na citação de Boudon feita acima.

Mais adiante, a justificativa mencionada fala sobre a ampliação do campo de atividade do sociólogo no terceiro setor e também no setor público, assim como do antropólogo e do cientista político. Nos últimos anos, foram ampliados os campos de trabalho dos profissionais da área das ciências sociais (Sociólogos, Antropólogos e Cientistas Políticos), em diversas formas de atuação, e surgiram principalmente no terceiro setor e no setor público cargos e funções de educador social, orientador social, técnico social, analista social ou de políticas públicas, especialista em desenvolvimento social, executivo público. Graduados em ciências sociais estão habilitados para o exercício dessas funções.

Isto sem falar da reintrodução do ensino de sociologia no ensino médio. Aqui temos tido uma boa discussão. Um pouco ambígua é a afirmação nela contida de que “*trata-se de uma importante conquista*

para as Ciências Sociais e a sociedade uma vez que o conhecimento vem sendo utilizado sobremaneira, na formação para o exercício da cidadania pelos jovens de todo o país.” Sem dúvida que o conhecimento sociológico contribui para o exercício da cidadania, mas, em muitos casos, parece que o entendimento é para o exercício de uma militância política previamente orientada.

Na iniciativa privada, a justificativa ainda menciona como campo de atividade de sociólogos, antropólogos e cientistas sociais:

algumas transnacionais tais como: HP, Nestlé, Nielsen, entre outras. Nos Estados Unidos, por exemplo, a gigante GOOGLE possui em seus quadros alguns sociólogos que são responsáveis, fundamentalmente, por tentar entender e compreender os movimentos sociais. Trabalhando conjuntamente com filósofos, engenheiros, administradores e profissionais de tecnologia da informação, os sociólogos compõem as chamadas células de trabalho multidisciplinares subsidiando a produção de serviços tecnológicos.

Quem se der ao trabalho de verificar a definição dos papéis dessas oportunidades – educador social, orientador social, técnico social, analista social ou de políticas públicas, especialista em desenvolvimento social, executivo público – vai descobrir que as mesmas estão abertas e já estão sendo ocupadas por assistentes sociais, especialistas em comunicação e, até, por portadores de ensino médio completo. É realmente difícil reservar para o sociólogo o exercício exclusivo dessas oportunidades de trabalho.

Ainda do ponto de vista da defesa dos direitos do sociólogo, uma dificuldade adicional persiste. De modo geral, suas atividades estão inseridas em categorias ocupacionais que se misturam ou estão defendidas por outros órgãos, associações, sindicatos e o que seja. O caso dos professores de sociologia poderia ser um bom exemplo: seus interesses são também os de professores de outras disciplinas. Assim, defende-se a categoria de professor qualquer que seja o nível de en-

sino em que esteja. É evidente que os sociólogos podem organizar-se para impedir que um não sociólogo ocupe o lugar de professor de sociologia. Aqui, parece existir o problema do ensino médio, cujos salários não atraem sociólogos.

Cabe, por fim, indagar se, diante dessa expansão do mercado de trabalho, estamos preparando adequadamente os nosso bacharéis e licenciados para o exercício da profissão. Uma das minhas indagações é a de se não estamos dando por demais uma ênfase à formação acadêmica e esquecendo a nova realidade profissional. Não é o caso de repensarmos seriamente a estrutura dos cursos de ciências sociais ou sociologia? Estão aí os numerosos problemas sociais que parecem avolumar-se. Não se trata de voltarmos ao velho estilo com que esses problemas eram matéria obrigatória de praticamente de todos os cursos. Nem ao tempo em que, nos Estados Unidos e na Inglaterra, sociologia era o estudo dos problemas sociais. Contudo, talvez tenhamos algo a aprender com eles. Não seria o caso de relermos, por exemplo, Merton (1961), e vermos se descobrimos alguma ou algumas perspectivas novas nesse sentido? Os problemas estão aí e necessitamos de mais que generalizações e palpites distantes da realidade e de meras posições em função de nossas opções políticas. Certamente que para isso precisamos de muito boa teoria e muita pesquisa empírica. Boa teoria é a que produz bons resultados práticos, aumentando a sua plausibilidade.

Para tanto, para fazermos do sociólogo um profissional realmente útil, necessitamos de muita integridade intelectual, de muito apego à justiça, de fuga constante do dogmatismo. E de muito menos vaidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, FERNANDO, *A Sociologia no Brasil. (O Ensino e as Pesquisas Sociológicas no Brasil)*. In **Dicionários de Sociologia**. 1ª. Edição . 6ª. impressão. Porto Alegre, Editora Globo, 1974.
- BARRETO, TOBIAS, *Variações anti-sociológicas*. In: **Estudos de Direito**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1951, p. 3.
- BERGER, Bennet. M., *Sociology and the Intellectuals: An Analysis of a Stereotype*, **Antioch Teview**, Vol. 17, 1957: pp. 275-290.
- BOUDON, RAYMOND, **La sociologie comme science**. Paris, La Découverte, 2010; 3-4).
- BOURDIEU, PIERRE e CHARTIER, ROGER, **O sociólogo e o historiador**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clausen. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011
- CÂNDIDO, ANTÔNIO, “A Sociologia no Brasil”, in **Enciclopédia DELLA-ROUSSE**. Rio de Janeiro, Editora Delta S. A., s. d.: 2216-2232.
- CANTOR, IRIS; MACIEL, DEBRAH A. e SIMÕES, JÚLIO ASSIS (ORGS.), **A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação**. 2ª. Ed. São Paulo: SP, Editora Sociologia e Política, 2009.
- CGEE, **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.
- DURKHEIM, ÉMILE, **De la Division du Travail Social. Préface de la Seconde Édition**. 7^{ème} édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1960, pp. I-II.
- _____, **Textes. 1. Éléments d'une théorie sociale**. Présentation de Victor Karady. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975: 58-61
- FERNANDES, FLORESTAN.), **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1977: 157.
- FLETCHER, RONALD, **The Making of Sociology. A study of sociological Theory**. London, Michael Joseph, 1971.
- KANTOR, IRIS, MACIEL, DÉBORA A. e SIMÕES, JÚLIO ASSIS (orgs.), **A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação. 1933-1953. Depoimentos**. 2ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: SP, Editora de Sociologia e Política, 2009.

MARTINS, CARLOS BENEDITO; VILLAS BOAS, GLÁUCIA; BARBOSA, MARIA LIGIA DE OLIVEIRA e MAGGIE, YVONNE, Mestres e doutores em Sociologia. In VELLOSO, JACQUES, (Org.), **A Pós-Graduação no Brasil: Formação de Mestres e Doutores no País. V. 1.** Brasília: CAPES, 2002, PP. 343-372

MARTINS, CARLOS BENEDITO, (Org.). **Para onde Vai a Pós-Graduação no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MERTON, ROBERT K., *Social Problems and Sociological Theory*, in MERTON, ROBERT K. and NISBET, ROBERT A., eds., **Contemporary Social Problems**. 2nd. Edition. New York/Chicago/Burlingame: Harcourt, Brace & World, Inc. 1961pp. 775-823.

_____. **Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.** Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012.

PARSONS, TALCOTT, *Some Problems Confronting Sociology as a Profession*, in **American Sociological Review**, Vol. 24 (1959), pp. 547-59.

PIMENTA, JOAQUIM, “O Ensino da Sociologia nas Faculdades de Direito”. **Jornal Brasileiro de Sociologia**, Recife: Universidade do Recife, 1960: 5-12.
PONDÉ, LUIZ FELIPE, *Uma alma em agonia*. **Folha de S. Paulo, Ilustrada**, 07/10/2013.

TRINDADE, HÉLGIO, **Ciências Sociais no Brasil. Diálogos com Mestres e Discípulos.** Brasília: ANPOCS; Liver Livro Editora, 2012, p. 55.

VELLOSO, JACQUES, (Org.), **A Pós-Graduação no Brasil: Formação de Mestres e Doutores no País. V. 1.** Brasília: CAPES, 2002.

WEBER, MAX, O Sentido da “Neutralidade Axiológica” nas Ciências Sociais e Econômicas. In **Metodologia das Ciências Sociais. Parte 2.** Tradução de Augusto Vernet. São Paulo: SP, Cortez; Campinas: SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WEBER, SILKE, Mestres titulados no período 1990-1998: estudo e situação de trabalho. In VELLOSO, JACQUES, (Org.), **A Pós-Graduação no Brasil: Formação de Mestres e Doutores no País. V. 1.** Brasília: CAPES, 2002, PP. 399-408.

_____, *A Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil: Problemas e Perspectivas do Ensino da Sociologia*. In Martins, Carlos Benedito (Org.). **Para onde Vai a Pós-Graduação no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2005, PP. 183-198.

Artigo recebido em 09/11/2013 / Aprovado 25/02/2014

Renan Springer de Freitas*
Ludmila Ribeiro**

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

RESUMO

Esse trabalho discute os sentidos em que se pode dizer que a sociologia tem avançado ou não no Brasil e as direções que ela tem seguido ou pode vir a seguir. Sugere-se que tem havido avanço por meio de inovações metodológicas, da aposta no potencial heurístico de esforços mais abrangentes de teorização e da emulação de estudos bem sucedidos realizados nos Estados Unidos. Avanços ocorridos nas áreas de mobilidade social, religião e criminalidade ilustram exemplarmente essas possibilidades. Compara-se o modo como o conhecimento tem avançado em cada uma dessas áreas e os limites e potencialidades inerentes a cada um desses modos.

Palavras-Chave: Conhecimento; Sociologia; Brasil, EUA.

ADVANCES AND HORIZONS OF BRAZILIAN SOCIOLOGY: A COMPARATIVE APPROACH

Renan Springer de Freitas

Ludmila Ribeiro

ABSTRACT

This work discusses the ways in which sociology can be said to have advanced in Brazil and the directions that it has taken or may take. It suggests that the discipline has advanced through methodological innovations, investing in the heuristic potential of more comprehensive attempts to theorize and emulate the successful studies conducted in the United States. Advances in the areas of social mobility, religion and criminality provide clear illustrations of these possibilities. The text compares how knowledge has progressed in each of these areas and the limits and possibilities inherent to each of these different modes.

Keywords: Knowledge; Sociology; Brazil, USA.

*Professor Titular de Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi pesquisador visitante na Universidade de Amsterdam, no período 1990-1992, com bolsa de pós-doutorado concedida pela CAPES e Professor visitante na Duke University, EUA, em setembro de 2006. Membro do Conselho Editorial da Revista *Philosophy of the Social Sciences*. Autor de *Sociologia do Conhecimento, Pragmatismo e Pensamento Evolutivo*, prêmio EDUSC-ANPOCS de Sociologia de 2002, e *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber*.

**Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2001), graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2003) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (2009). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência nas áreas de sociologia do crime, sociologia das organizações e políticas públicas, contando com trabalhos publicados na área de justiça criminal e segurança pública.



AVANCÉES ET PERSPECTIVES DE LA SOCIOLOGIE AU BRÉSIL: UN ABORDAGE COMPARATIF

Renan Springer de Freitas

Ludmila Ribeiro

RÉSUMÉ

Ce travail discute des voies prises par la sociologie au Brésil, des mesures dans lesquelles on peut dire qu'elle a avancé ou pas, et des directions qu'elle a suivies ou peut en venir à suivre. Il y est suggéré qu'il y a eu avancée grâce aux innovations méthodologiques, au pari fait sur le potentiel heuristique d'efforts plus englobants de théorisation et de l'émulation d'études menées à bien aux Etats-Unis. Les avancées dans les champs de la mobilité sociale, de la religion et de la criminalité illustrent de façon exemplaire ces possibilités. On compare ici la façon dont a avancé la connaissance dans chacun de ces domaines et les limites qui leur sont, dans chaque cas, inhérentes.

Mots-clés : Connaissance ; sociologie ; Brésil, USA.

Renan Springer de Freitas
Ludmila Ribeiro

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Em que sentido é possível afirmar que tem havido “avanços” na sociologia que se produz no Brasil? E em que sentido é possível afirmar que existe alguma direção que ela pode ou tende a seguir? Entendemos que discorrer sobre os “avanços” e as “perspectivas” da sociologia no Brasil envolve, sobretudo, ser capaz de oferecer uma resposta razoável para essas perguntas. É o que nos propomos a fazer aqui. Posto que são inúmeras as áreas temáticas existentes, não seria possível cobrir todas elas nos limites de um artigo. Existem noções mais restritivas e mais elásticas de “avanço do conhecimento”. Optamos por focar uma área temática à qual se aplica a noção mais restritiva que somos capazes de conceber e duas às quais se aplica a noção mais elástica. A razão para escolhermos duas reside no fato de uma delas ter uma dimensão prescritiva, gerando, por esta razão, seu próprio repertório de teorias, em contraste com a outra que, não dispondo de um repertório próprio, tem exibido uma extraordinária capacidade de explorar as potencialidades heurísticas de esforços de teorização provenientes de outras áreas. Posto que, até mesmo por uma questão de definição, “teoria sociológica” é a área temática de onde supostamente se origina a maior parte desses esforços, discutiremos também os sentidos em que se pode dizer que há ou não “avanço” nessa área. Ad-



vertimos de que não se trata de oferecer um “balanço” das áreas temáticas aqui consideradas (mesmo porque já há balanços muito bem feitos disponíveis)¹ e, nesse sentido, lacunas evidentes se farão notar no que se refere tanto aos vários subtemas dessas áreas quanto às referências bibliográficas pertinentes a cada uma. Essas lacunas não devem, entretanto, alterar a validade de nossas considerações gerais a respeito do modo pelo qual as áreas aqui examinadas têm se desenvolvido ao longo das últimas décadas, nem, assim esperamos, a validade dos nossos argumentos a respeito do sentido em que se pode dizer que a sociologia, em cada uma das áreas aqui consideradas, “avança” ou não no Brasil.

1. Estudos de mobilidade social: avanço por meio de inovações metodológicas?

Estritamente falando, “avanço de conhecimento” envolve poder relegar para a história da disciplina contribuições cujo caráter pioneiro seja amplamente reconhecido. Um critério tão restritivo pode parecer inaplicável a uma ciência que jamais esqueceu seus fundadores, como é o caso da sociologia, mas há pelo menos uma área de estudos sociológicos à qual ele parece se aplicar. Estamos nos referindo à área de estudos de mobilidade social. Com efeito, nessa área, um livro pioneiro como *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, escrito em 1957 por ninguém menos que Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, tem hoje interesse apenas para um historiador da disciplina. Essa área está em sua quarta geração de estudos e o referido livro, não obstante seu caráter pioneiro, não pode ser considerado sequer um estudo de primeira geração.

Para que nos possamos fazer entender, solicitamos ao leitor que considere a tabela que consta do Anexo I. Trata-se de uma “tabela de mobilidade ocupacional.” As primeiras tabelas desse tipo surgiram

¹ Vejam-se, por exemplo, as coletâneas organizadas por Sérgio Miceli, 1999[2002] e por Heloisa de Souza Martins, 2010.

na década de 1950, a partir de *surveys* feitos pelo demógrafo D. Glass, na Grã-Bretanha, e pela socióloga sueca N. Rogoff, em Indianópolis, Estados Unidos.² Atualmente os dados que constam de tabelas como essa podem ser analisados através de modelos estatísticos bastante sofisticados. Mas não era assim na década de 1950, quando o único recurso disponível era o chamado “modelo de independência estatística bivariada”.³ Estudos de primeira geração são aqueles que analisam tabelas de mobilidade através do uso desse modelo. Eles vigoraram até que um modelo estatístico mais sofisticado, conhecido como “análise de trajetórias” (*path analysis*), fosse proposto em 1967, com a publicação de *The American Occupational Structure*, de Peter Blau e O. D. Duncan. Esse livro deu origem à segunda geração de estudos em mobilidade. Efetuou-se, a partir daí, uma mudança importante na própria forma de entender a mobilidade social. Antes, a pergunta básica era: que destino tende a ter um indivíduo cujo pai é do estrato social “a”, “b”, ou “c”? Essa pergunta tem o inconveniente de não poder considerar mudanças na posição social do pai e/ou do filho (ou filha) ao longo dos anos em que o filho (ou filha) cresce. A análise de trajetórias corrige isto, na medida em que permite “descrever o processo através do qual características individuais, incluindo aquelas relativas à origem social, num modelo que segue as etapas do ciclo de vida dos indivíduos, resultam em diferentes situações de destino.”⁴ Essa mudança de concepção fez com que as tabelas de mobilidade ocupacional fossem substituídas por tabelas como a Tabela 2 (Anexo 2). Nota-se que essa tabela, diferentemente da anterior, permite perceber o modo como a influência da herança paterna se comporta ao longo do tempo.⁵

A segunda geração reinou soberana até o final dos anos de 1970, quando, “graças aos esforços do estatístico L. Goodman, uma série de

² Veja-se o Prefácio de Nelson do Valle Silva ao livro de Carlos Antônio Costa Ribeiro (2007), p. 18.

³ Silva, 2007, p. 18-19.

⁴ Silva, 2007, p. 19.

⁵ Silva, 2007, p. 18-9.

problemas metodológicos que prejudicavam as análises de primeira geração foram solucionados.”.⁶ Iniciava-se, com isso, a terceira geração de estudos. O feito de Goodman que possibilitou essa nova guinada foi a criação de uma ampla classe de modelos estatísticos que ficaram conhecidos sob o manto genérico de “modelos log-lineares”. Com o advento desses modelos, os estudos de mobilidade puderam tirar as tabelas de mobilidade ocupacional do limbo a que haviam sido relegadas pelos estudos de segunda geração. Finalmente, a partir dos anos de 1990, uma quarta geração de estudos aparece no cenário: trata-se, agora, de esforços no sentido de sintetizar as contribuições provenientes da segunda e terceira gerações. Retornaremos, oportunamente, a esses esforços de síntese. Por ora, há que se destacar o fato de que o advento da primeira geração relega quase três décadas de estudos pioneiros sobre mobilidade ao esquecimento.⁷ O exemplo mais notável é o reconhecido clássico *Social and Cultural Mobility*, de Pitirim Sorokin, publicado pela primeira vez em 1927. Essa obra, em conjunto com toda uma literatura anterior à década de 1950, foi relegada à “pré-história” da disciplina, uma vez que a “história”, propriamente dita, se inicia com o advento da primeira geração.

Essa, ao legar a possibilidade de construir tabelas como a “Tabela 1”, legou também um conjunto de desafios específicos a serem enfrentados. Nota-se que nessa tabela há seis estratos. Como se chegou a esse número? O primeiro estudo no Brasil a propor seis estratos foi o de Nelson do Valle Silva, em 1973.⁸ Esse número foi mantido em estudo de maior fôlego, que resultou no livro *Mobilidade Social no Brasil*, de José Pastore e Nelson do Valle Silva, publicado em 2000. Um ano mais tarde, entretanto, Marcelo Ferreira objetaria que seis estratos não permitem ter uma visão adequada da permeabilidade da elite e propõe, em contrapartida, uma escala com 18 estratos.⁹ Estu-

⁶ Silva, 2007, p. 20.

⁷ Para uma discussão mais aprofundada desse ponto, veja-se Springer de Freitas, 2010.

⁸ Veja-se Silva, 1973.

⁹ Veja-se Ferreira, 2001.

dos posteriores construíram escalas com 16 e 10 escalas.¹⁰ A determinação do número de estratos é fundamental sob vários aspectos, mas um deles é de particular relevância: viabilizar a utilização de modelos log-lineares e, portanto, inserir-se na terceira geração de estudos.¹¹

Para além de determinar o número de estratos, outros desafios se colocam. Nota-se que, na referida tabela, é considerado o status do filho em sua primeira ocupação. Ora, por que não a segunda ou a terceira? José Pastore ocupou-se dessa discussão já em 1979, quando publicou *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*.¹² Da mesma forma, na tabela é o status do pai que define a posição de origem. Ora, o que dizer do status da mãe? Celi Scalon se ocupou dessa questão.¹³ Quando se trata de comparar os padrões de mobilidade do Brasil com o de outros países, para além de construir escalas aplicáveis ao Brasil, é necessário compatibilizá-las com escalas construídas para analisar a mobilidade de outros países.¹⁴ Como resolver isto? Carlos A. Costa Ribeiro e Celi Scalon se ocuparam deste problema.¹⁵ Para tanto, valeram-se de uma escala conhecida como EGP (iniciais dos formuladores Erickson, Goldthorpe e Portocarrero), que distingue sete estratos sociais.¹⁶ Se isso resolve o problema, não somos capazes de dizer. Embora essa escala seja amplamente utilizada para comparações internacionais, Nelson do Valle Silva considera sua adoção “totalmente desaconselhável” quando se trata de estabelecer comparações com o Brasil.¹⁷ Quem quer que tenha razão nesse caso, o que importa reter é que, uma vez postos desafios dessa natureza, aqueles estudos que,

¹⁰ Estamos nos referindo, respectivamente, aos trabalhos de Ribeiro (2007) e Picanço (2007).

¹¹ Veja-se, a respeito, Ribeiro, 2007, p. 159.

¹² Veja-se, a propósito, J. Pastore, *op. cit.*, p. 53-4.

¹³ Para o problema referente a gênero, veja-se M. C. Scalon, *op. cit.*

¹⁴ Esse problema foi pioneiramente abordado no Brasil pelo demógrafo B. Hutchinson. Veja-se Pastore, *op. cit.*, p. 30 e segs. Pastore deixa claro o débito de Hutchinson para com o trabalho pioneiro de Glass, a quem fizemos referência ao descrever o surgimento da primeira geração de estudos.

¹⁵ C. A. C. Ribeiro e M. C. Scalon, 2001. Ribeiro retomou essa questão em Ribeiro, 2007, cap. 5.

¹⁶ A. C. Costa Ribeiro e M. Celi Scalon, *op. cit.*, p. 54-55.

¹⁷ N. V. Silva, Prefácio a *Estrutura de classe ...*, citado, p.24.

a exemplo do citado livro de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, não têm contribuição a dar para a sua solução, nem, tampouco, ensinam novos desafios a partir de uma crítica metodológica, seja ao modo como eles têm sido enfrentados, seja em relação à pertinência de enfrentar certos desafios preferencialmente a outros, acabam por ser relegados à “pré-história” da disciplina.

Do exposto se depreende que o avanço na área de mobilidade, seja no Brasil ou em qualquer lugar, depende sobremaneira do domínio de técnicas estatísticas crescentemente sofisticadas. Conforme vimos, os estudos de primeira geração são assim chamados por requererem o conhecimento de modelos de independência estatística bivariada. O citado trabalho de Nelson do Valle Silva, de 1973, insere-se nessa geração de estudos. A crítica metodológica mais rigorosa aos estudos de primeira geração que permite o ingresso na segunda requer o conhecimento da “análise de trajetórias”. O citado trabalho de José Pastore, *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, de 1979, insere-se aí. É desse livro, aliás, que reproduzimos a Tabela que consta do Anexo 2. A via de acesso à terceira geração é, conforme vimos, o conhecimento dos modelos log-lineares. Os trabalhos mais recentes anteriormente citados, seja o de Marcelo Ferreira, ou o de Celi Scalon, Carlos A. C. Ribeiro, Felícia Picanço, ou ainda os de Danielle Fernandes,¹⁸ Jorge Alexandre Neves,¹⁹ dentre outros, se inserem todos nessa geração de estudos. Através do uso dos referidos modelos, esses estudos recuperam uma agenda de investigação que havia sido apenas insinuada pelos estudos de primeira geração, o que inclui averiguar o impacto de mudanças estruturais sobre a mobilidade e medir a permeabilidade dos estratos mais elevados à entrada de indivíduos oriundos dos estratos mais baixos. No que se refere à quarta geração, o bilhete de entrada é o conhecimento de dois modelos estatísticos ainda mais avançados: os modelos multinomiais e os hierárquicos. Em razão de

¹⁸ Veja-se Daniele C. Fernandes e Jorge Alexandre B. Neves, 2010.

¹⁹ Veja-se, Jorge Alexandre B. Neves, 2004.. Para um estudo de quarta geração veja-se J. A.B. Neves, D. C. Fernandes e Diogo Helal, 2007.

ter se desenvolvido do modo descrito, isto é, como uma sucessão de gerações de estudos, a área de mobilidade social talvez seja a única em que o sentido mais restrito de “avançar” se aplica. “Avançar” tende a significar, nesse caso, tornar-se apto a ingressar na quarta geração de estudos. Essa é a perspectiva que atualmente se coloca para os estudos de mobilidade no Brasil.

Para além do domínio de técnicas estatísticas crescentemente sofisticadas, o avanço na área de mobilidade depende igualmente de um segundo fator ainda não mencionado: a disponibilidade de bons bancos de dados. Assim é que Carlos Antônio C. Ribeiro, ao discorrer sobre os avanços que seu citado livro de 2007 representa em relação aos trabalhos anteriores, menciona o fato de utilizar quatro bancos de dados ao invés de apenas dois.²⁰ Essas bases de dados resultam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada periodicamente pelo IBGE. Acreditamos que, se não fosse pela PNAD, a área de estudos de mobilidade já teria se extinguido no Brasil. Esta sigla se refere, conforme define documento do próprio IBGE,²¹ a um “programa nacional de pesquisas contínuas por amostra de domicílios implantado gradativamente no Brasil a partir de 1967 para suprir a falta de informações básicas sobre a população durante o período intercensitário e estudar temas insuficientemente investigados, ou não contemplados nos Censos Demográficos.”²²

Discutidos os fatores responsáveis pelo avanço do conhecimento na área de mobilidade, é chegado o momento de mencionar que a passagem de uma geração para outra não parece requerer o que se poderia chamar de “avanços teóricos” na disciplina. Mas em que sentido é possível dizer que há ou não “avanço teórico” na disciplina, isto é, na sociologia, de um modo geral, e na sociologia brasileira, de modo particular?

²⁰ Carlos Ribeiro, citado, 2007, p. 163.

²¹ “Para compreender a PNAD, um texto simplificado”, IBGE, 1991, 34 páginas, p. 7.

²² Veja-se Dedecca, 1998, p. 103.

2. “Teoria sociológica”: avanço por meio da proliferação de escolas?

Um balanço recente a respeito da produção brasileira na área de teoria sociológica é um ótimo ponto de partida para abordar a questão com a qual encerramos a seção precedente. Esse balanço concluiu que “nenhum dos trabalhos publicados fornece uma contribuição genuína às correntes teóricas nas quais se inserem, entendendo-se como tal o acréscimo ou a correção de um postulado importante de tais teorias.”²³

Admitindo-se que isso seja verdade, acreditamos que essa avaliação negativa não é motivo para desolação. Ela pode levar um leitor desavisado a pensar que, em outros países, mas não no Brasil, nos deparamos frequentemente com “acrécimos” e “correções” a “postulados importantes” da teoria sociológica. Ora, de que “acrécimos” ou “correções” dignos de nota se tem notícia? Podemos nos aventurar a apresentar um exemplo. Os cientistas sociais que ficaram conhecidos como “marxistas analíticos” tentaram compatibilizar a teoria marxista de classes sociais com contribuições oriundas da abordagem da escolha racional, da teoria dos jogos e da teoria da ação coletiva, tal como formulada por Mancur Olson em seu trabalho seminal. Teria resultado daí a correção de algum “postulado importante” da teoria marxista? Acreditamos que sim. Como sabemos, para o pensamento marxista tradicional, há um antagonismo irreconciliável entre os interesses da burguesia e os da classe trabalhadora. O ganho de um é necessariamente a perda do outro. De um ponto de vista estático, esse postulado é correto, mas, quando se considera o conflito de um ponto de vista dinâmico, o postulado se mostra equivocado, porque ambas as classes podem ganhar em um momento 2 se forem capazes de fazer as devidas concessões em um momento 1.²⁴ Estamos, então, diante de uma “contribuição genuína” para a teoria marxista: a correção do

²³ Veja-se Costa, 2010, p. 38.

²⁴ Veja-se, por exemplo, Przeworski, 1988, p. 16.

postulado de que o conflito de classes é um jogo de soma zero. Mas, quantos exemplos comparáveis a esse é possível encontrar em escritos ditos “teóricos”, sejam produzidos no Brasil ou em qualquer outro lugar? Certamente não muitos.

Excetuando-se a ocorrência de casos como esse, que são verdadeiramente raros, é difícil perceber em que sentido se poderia dizer que tem havido “avanço” na teoria sociológica - a menos que o fato em si mesmo de haver proliferação de correntes teóricas, ou de candidaturas a correntes teóricas, que mal tomam conhecimento da existência umas das outras, possa ser considerado um “avanço teórico”. Seja como for, em pelo menos dois sentidos importantes, potencialmente aplicáveis a uma área de estudos que pode prescindir da investigação empírica, como é o caso da teoria sociológica, dificilmente se pode falar em avanço. Um primeiro diz respeito à ocorrência de sedimentação conceitual, isto é, à existência de conceitos que ganham autonomia em relação a seus autores e às escolas de pensamento no interior das quais foram formulados. Há algum tempo o biólogo Richard Dawkins mencionou, com indisfarçável orgulho e satisfação, o fato de seu conceito de “meme” já não ser mais associado ao seu nome. Isso era, para ele, o inequívoco sinal de que “meme” passou a fazer parte do acervo de conceitos biológicos, e não de alguma corrente particular de pensamento. Na área de mobilidade, a sedimentação é evidente: conceitos como “mobilidade estrutural”, “mobilidade circular”, “fluidez”, “mobilidade relativa” são utilizados (ou eventualmente rejeitados) sem que se saiba qual é a “filiação teórica” de qualquer um deles. Na teoria sociológica, em contraste, não há um único conceito amplamente utilizado que não seja associado ao nome de um Autor ou de uma escola de pensamento em particular.

O segundo sentido seria o do estabelecimento de grandes sínteses teóricas, capazes de produzir arcabouços teórico-conceituais mais abrangentes em cujos marcos a pesquisa empírica pudesse se mover. Esforços nesse sentido se iniciaram com Talcott Parsons na década de 1950 e proliferaram a partir da década de 1980. Nenhum deles, entretanto, logrou adquirir uma dimensão paradigmática ou canônica,

remotamente comparável ao que ocorre na área de mobilidade social ou nas ciências naturais. E há uma boa razão para isso: nas ciências naturais os esforços de síntese se articulam em torno da busca de uma explicação para fenômenos que colocam desafios específicos para várias áreas temáticas ao mesmo tempo, ao passo que na sociologia os esforços ocorrem sem conexão com qualquer fenômeno específico. Na biologia, por exemplo, há em curso um esforço coletivo de síntese cujo intuito é compreender o modo como os sinais fenotípicos se conservam ao longo do processo evolutivo. Compreender um processo dessa natureza é ser capaz de responder a perguntas bem específicas, do tipo: por que um olho característico dos mamíferos, cujo formato é semelhante ao de uma câmera fotográfica, se desenvolve em um olho sextavado, como o da salamandra, quando o gene do olho de um mamífero é enxertado no embrião de uma salamandra?²⁵ Na sociologia, não é em resposta a problemas substantivos dessa natureza que os esforços de síntese teórica aparecem, mas quando alguém se aventura a superar dilemas metateóricos - como ‘determinismo’ versus “voluntarismo” ou ‘estrutura’ versus ‘agência’ - com a ajuda de concepções oriundas de qualquer área do conhecimento com a qual tenha alguma familiaridade.²⁶

3. Sociologia da religião: avanço por meio da aposta no potencial heurístico de esforços mais abrangentes de teorização?

Do exposto não se deve concluir, entretanto, que esforços mais gerais, ou mais abrangentes, de “teorização” não podem ter um papel importante a cumprir no desenvolvimento de áreas de estudos específicas. A sociologia da religião constitui um excelente exemplo de área temática na qual tais esforços cumprem um papel fundamental.

²⁵ Veja-se J. Maynard Smith, 1998.

²⁶ Para uma discussão mais aprofundada a respeito das diferenças entre o que os sociólogos e os cientistas naturais chamam de “síntese teórica”, e das razões para essa diferença, veja-se Springer de Freitas e Figueiredo, 2009.

Um balanço recente de Ricardo Mariano mostra, com grande clareza, que a sociologia da religião buscou, ora na chamada “teoria da modernização”, ora no marxismo, ora no pensamento weberiano e, mais recentemente, na teoria de escolha racional, uma explicação para o crescimento do pentecostalismo no Brasil. É verdade que nenhuma dessas perspectivas teóricas logrou lançar muita luz sobre o fenômeno sob investigação, mas, graças a elas, a sociologia da religião foi capaz de estabelecer conjuntos de hipóteses passíveis de testes empíricos e, a partir daí, renovar continuamente sua agenda de investigação. A primeira hipótese que se ofereceu para testes foi a de que o crescimento do pentecostalismo no Brasil é um fenômeno típico de sociedades em processo de transição. A matriz a partir da qual tal hipótese foi gerada foi, evidentemente, a teoria da modernização. Conforme esclarece Mariano:

Os sociólogos Christian Lalive d’Epinay e Emilio Willems investigaram, em meados dos anos 60, o pentecostalismo chileno e brasileiro, respectivamente, e delimitaram a abordagem e os núcleos temáticos das pesquisas efetuadas sobre esse movimento religioso no Brasil e na América Latina até o final da década de 1970. Ambos inspiraram os trabalhos de Candido Procopio Ferreira de Camargo e de Beatriz Muniz de Souza a respeito das características e do crescimento do pentecostalismo no Brasil. Esses pesquisadores partilhavam a tese de que os intensos processos de mudanças sociais, culturais e econômicas ocorridos a partir da década de 1930, representados pela rápida industrialização, urbanização e migração de grandes contingentes rurais para as cidades, provocaram uma situação de anomia em parte dos migrantes e dos estratos pobres, tidos como ineptos culturalmente diante dos desafios da vida numa sociedade urbana em vertiginosa transformação sociocultural. Por isso, migrantes e parte dos pobres tinham necessidade de reconstruir um sistema significativo de relações primárias para ajustar-se à vida urbana. O pentecostalismo aparece, nessas análises, como resposta à ano-

mia, por recriar modalidades de contato primário preexistentes na sociedade tradicional, firmar laços de solidariedade entre os irmãos de fé, incentivar o auxílio mútuo nos planos material e espiritual, promover a participação do fiel nos cultos, reorientar sua conduta, seus valores e sua visão do mundo conforme os estritos preceitos bíblicos pregados por sua comunidade sectária, que são, segundo Willems, Camargo e Souza, funcionais em relação às normas de ação da sociedade capitalista emergente. Eles interpretaram o fluxo migratório e a rápida modernização como processos que favoreceram o êxito da prédica pentecostal.²⁷

Uma vez dito isto, Mariano passa em revista uma vasta literatura que critica essa visão sob os mais diferentes ângulos. Chamou-nos particular atenção o trabalho *Brasil para Cristo*, escrito por John Page, em 1984. “Brasil para Cristo” é o nome de uma igreja pentecostal frequentada por moradores da zona norte do Rio de Janeiro. Ela conta com quatro Congregações. Page mostrou que essas Congregações atraem de fato um número significativo de migrantes, mas é um claro equívoco imaginar que eles se achavam em “situação de anomia” ao serem atraídos pelo pentecostalismo. Em primeiro lugar, a maior parte deles não veio diretamente da zona rural. Antes de se estabelecerem na periferia carioca, residiram em cidades de pequeno e médio porte, já tendo, portanto, uma boa experiência de vida urbana. Em segundo, e mais importante, na maior parte das vezes, antes de se converterem, já se achavam inseridos em redes de parentesco e amizade com as quais contavam para conseguir moradia e emprego. O tempo médio entre a migração para a cidade e a conversão perfazia 25,2 anos; a proporção de migrantes crentes (79,2%) e de migrantes favelados não crentes (82%) era praticamente idêntica; apenas 11,9% haviam migrado sozinhos e apenas 4,4% não conheciam ninguém no Rio de Janeiro antes de migrar.²⁸

²⁷ R. Mariano, 2011, p. 12-13.

²⁸ R. Mariano, *op. cit.*, p. 19, veja-se especialmente a nota de rodapé 39.

Esses resultados coroam toda uma literatura dos anos de 1970 e 1980 que converge para uma conclusão muito simples: é um erro supor que “migração rural-urbana”, “anomia”, “choque cultural” e “ruptura da comunidade pessoal” são as palavras-chave para explicar o crescimento do pentecostalismo no Brasil. Não obstante, Ricardo Mariano nos faz saber que, nos idos de 1990, esses termos se mantinham na ordem do dia. Se não podiam mais ser utilizados sob o manto da versão funcionalista da “teoria da modernização”, que fazia do pentecostalismo a mais acabada manifestação do tradicionalismo peculiar a uma sociedade em transição, talvez pudessem ser empregados sob o manto de uma perspectiva teórica alternativa, à luz da qual os pentecostais pudessem ser retratados, não mais como uma rematada expressão do atraso, mas como nada menos do que os novos portadores da racionalidade moderna; como o elo que faltava para que a transição para a modernidade se consumasse no Brasil e em toda América Latina. Era Weber (ou, melhor dizendo, uma visão peculiar de Weber) entrando em cena. Seu pensamento passava agora a ser mobilizado para explicar o crescimento do pentecostalismo no Brasil, conforme mostra essa longa, mas particularmente elucidativa, passagem do citado artigo de Mariano:

Apesar de forte crítica efetuada nos anos 70 e 80 à teoria funcionalista, na década seguinte os pesquisadores estrangeiros, David Martin e David Stoll, retomaram o núcleo central da tese sociológica que associa modernização, migração rural-urbana, anomia e conversão pentecostal. *Tongues of fire: The explosion of protestantism in Latin America*, de David Martin, exerceu forte influência nas pesquisas sobre o movimento pentecostal e fomentou o interesse de pesquisadores norte-americanos pela investigação da “explosão” protestante na América Latina. Assevera que a expansão pentecostal se beneficiou da ruptura da união entre Igreja e Estado, da quebra do monopólio religioso do catolicismo, da fraqueza institucional da Igreja Católica e da permanência de uma cultura não secularizada, intensamente

religiosa. A ruptura do monopólio católico favoreceu o ingresso e a atuação de novos movimentos religiosos e viabilizou o pluralismo cultural, condição fundamental para a democratização das sociedades latino-americanas. Martin retoma o argumento central de Willems e d'Epinay, afirmando que o pentecostalismo arrebanha, sobretudo, os estratos sociais deslocados do campo e desorientados nas grandes cidades – largados à própria sorte no “mundo anômico da favela” – em função do advento do capitalismo. Destaca como fatores cruciais para a expansão evangélica a capacidade das igrejas locais de comprometer os leigos com o trabalho proselitista e a habilidade de comunicação de seus pastores.

A América Latina, segundo Martin, estaria passando por uma “reforma protestante”, cujas implicações sociais, econômicas e políticas seriam semelhantes às ocorridas na Europa do século XVI. Pois o pentecostalismo, a seu ver, difunde traços da cultura anglo-americana, entre eles princípios sociais fraternos, igualitários e democráticos favoráveis ao desenvolvimento individual, cultural e econômico, em detrimento da organização social hierárquica, autoritária, machista e patriarcal da cultura latino-americana. Por isso, o avanço pentecostal teria o potencial de transformar a moral individual, a cultura, a política e a economia latino-americanas. Para Martin, essa religião desempenha, na América Latina, papel redentor, civilizador e modernizador, perspectiva que reproduz o tradicional ideário missionário protestante de que sua missão salvífica é também uma missão civilizadora.²⁹

Se um bom indicador de avanço de conhecimento é a perplexidade que pode nos causar, com o benefício do olhar retrospectivo, algo escrito em um passado recente ou remoto, então a sociologia da religião de fato avançou muito, pois dificilmente algum sociólogo pode-

²⁹ R. Mariano, *op. cit.*, p. 21.

ria ler em nossos dias as linhas acima sem perplexidade. Mas quando a perplexidade não decorre do benefício do olhar retrospectivo, tudo muda de figura. E parece-nos ser esse o caso. É necessário ignorar os resultados amplamente disponíveis de duas décadas de pesquisa empírica para escrever, em pleno ano de 1990, que “o pentecostalismo arrebanha, sobretudo, os estratos sociais deslocados do campo e desorientados nas grandes cidades - largados à própria sorte no ‘mundo anômico da favela’”. Da mesma forma, afirmar, em pleno ano de 1990, que, com o crescimento do pentecostalismo, uma “reforma protestante” se fez presente no Brasil com suas implicações modernizantes, é desconhecer o conhecimento teológico dos pesquisadores protestantes e de origem protestante que, desde os anos de 1970, argumentavam que “nada resta da velha ética e da ascese protestantes promotoras da racionalização da conduta e da modernidade ocidental no protestantismo brasileiro.”³⁰ Ademais, é preciso desconhecer a obra de um historiador da estatura de, por exemplo, Hugh Trevor-Roper, para sugerir, em pleno ano de 1990, que a “racionalização da conduta e da modernidade ocidental é um subproduto da “ética e da ascese protestantes”.³¹

Nessa perspectiva, a versão weberiana da teoria da modernização parece ter significado, para a sociologia do crescimento pentecostal no Brasil, muito mais um retrocesso do que um avanço. Em sua versão tradicional, “funcionalista”, a teoria da modernização padece de graves problemas nos planos conceitual e empírico, conforme mostrou convincentemente toda uma literatura especializada tão bem discutida por Mariano, mas, ainda assim, é possível atribuir-lhe o mérito de ter estabelecido uma rica agenda de investigação empírica. Um trabalho importante como o de John Page, por exemplo, surgiu em resposta aos erros dessa teoria. Dificilmente um elogio dessa natureza poderia ser feito à teoria da modernização em sua versão weberiana.

³⁰ R. Mariano, *op. cit.*, p. 27.

³¹ Veja-se, H. Trevor-Roper (1967), 2007, especialmente o capítulo 1, intitulado: “Religião, a Reforma e Mudança Social”.

Na medida em que ruía a tese de que o crescimento pentecostal era uma “resposta” às rápidas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, impunha-se, como corolário, a conclusão de que essas transformações não podiam continuar sendo o foco da investigação. O foco deveria ser posto em outro lugar. Mas onde? Os escritos de Rodney Stark e outros expoentes da sociologia da religião que, a partir da década de 1990, passaram a apostar pesadamente no potencial heurístico da teoria da escolha racional, tinham uma resposta a oferecer: nos próprios grupos religiosos, em sua estrutura organizacional e no modo como se mobilizam para competir por prosélitos. Essa resposta abria um novo caminho para a sociologia da religião. Tratava-se, a partir de agora, de perseguir uma hipótese mais geral, passível de ser expressa nos seguintes termos: “num contexto de liberdade e de pluralismo religiosos, os diferentes grupos religiosos se veem mais ou menos compelidos a disputar mercado para sobreviver e crescer diante da concorrência, acirrando a competição, estimulando e reforçando seu ativismo e a eficiência proselitista de seus dirigentes e leigos, diversificando e ampliando o volume da oferta de bens e serviços religiosos e ajustando-a a diferentes públicos e clientela, criando novos nichos de mercado etc. Propiciados pela desregulação estatal da religião, liberdade e pluralismo tendem a ampliar, assim, a concorrência religiosa, o dinamismo religioso, a mobilização e participação religiosa da população.”³²

Aplicada à sociedade brasileira, a hipótese acima nos impeliria a ver o crescimento do pentecostalismo no Brasil como um resultado das estratégias utilizadas por grupos pentecostais para arrebanhar prosélitos. Críticas a essa perspectiva são legião, mas seu potencial para estabelecer agendas de investigação empírica é muito grande e parece não ter ainda se esgotado. Nos limites do presente trabalho é suficiente reproduzir o registro de Mariano de que há um mérito a ser destacado nessa perspectiva, a saber,

³² R. Mariano, *op. cit.*, p. 29.

o de permitir focar a investigação no que as igrejas pentecostais fazem efetivamente para crescer – considerando-se o contexto de regulação estatal da religião e os constrangimentos singulares propiciados pela liberdade dos agentes religiosos, pelo pluralismo e pelo mercado religioso –, visando compreender por que muitas crescem pouco, por que algumas decrescem e perecem e por que outras granjeiam extraordinárias taxas de crescimento de membros, congregações, templos, além de visibilidade pública, emissoras de rádio e TV, representantes parlamentares etc. Assim, a pesquisa pode se concentrar em verificar o que elas fazem – e se e como e por que o fazem – para enfrentar a concorrência, evangelizar, melhorar a eficácia proselitista em certos nichos de mercado, formar pastores e dilatar seu número, abrir novas frentes de missão e evangelização, aumentar o compromisso religioso dos adeptos, ajustar o discurso e os ritos religiosos a interesses e demandas dos leigos, ampliar e diversificar a oferta de bens e serviços mágico-religiosos, estender a captação de recursos, empregar técnicas publicitárias, estratégias de marketing e métodos modernos de gestão e organização.³³

Se, não obstante seu caráter claramente lacunar, as considerações acima (não as de Mariano, mas as nossas próprias) retratam com alguma fidedignidade o processo por meio do qual a sociologia da religião, ou pelo menos parte dela, tem se desenvolvido no Brasil, é possível afirmar que esse desenvolvimento se dá por meio da permanente busca de veios a serem explorados. Quando um veio se esgota, ou parece se esgotar, procura-se outro em algum outro lugar. Nesse processo, a substituição de um veio por outro não é regida por razões de ordem teórica, metodológica, ou epistemológica: a razão para o trânsito ter ocorrido da teoria da modernização para a teoria da escolha racional, por exemplo, e não no sentido contrário, não está em alguma vantagem que a última oferece de um ponto de vista em-

³³ R. Mariano, *op. cit.*, p. 31.

pírico, mas sim nas vicissitudes do objeto sob investigação. Quando o pentecostalismo está experimentando seus primeiros anos de expansão, sem que haja ainda uma “explosão” de Igrejas, as perguntas que parecem mais pertinentes são: que segmentos da população essa religião tende a arrebanhar? Os migrantes arrancados repentinamente de suas raízes rurais? Os estratos pobres que se amontoam nas favelas urbanas? É a vez da teoria da modernização ganhar a cena. Quando, com o passar dos anos, a expansão pentecostal se consolida a ponto de haver uma “explosão” de Igrejas e Congregações e, para facilitar ainda mais as coisas, calha de, nesse ínterim, parte considerável da trilha anteriormente aberta pela teoria da modernização já ter sido explorada, a pergunta que irrompe no cenário é outra: como os pentecostais se organizam, enquanto grupo religioso, para se mostrarem tão competitivos no “mercado da fé”? A abordagem da escolha racional tem agora a sua vez. Para arrematar, há circunstâncias, conforme vimos, em que é possível à sociologia da religião até mesmo ignorar resultados empíricos de décadas de pesquisa para seguir a direção que lhe parece mais aprazível - no caso, apoiar-se nos ombros de Max Weber para propor que o crescimento pentecostal poderia ter sido o ponto de partida para a modernização da América Latina.

Se entendermos por “avanço” não o movimento que faz certas concepções ou modos de proceder ficarem superados, como ocorre na área de mobilidade social, mas o êxito em encontrar novos caminhos a serem explorados, então podemos dizer que a sociologia da religião que se pratica no Brasil tem avançado. Não por meio da incorporação de técnicas ou tecnologias mais sofisticadas de pesquisa, como ocorre na área de mobilidade social (e também na de criminalidade, conforme veremos), nem por meio de desenvolvimentos inerentes à disciplina como, por exemplo, a produção de um repertório próprio de teorias à luz das quais as pesquisas empíricas possam ser conduzidas, mas pela mobilização de esforços teóricos preexistentes que se ajustam às vicissitudes dos objetos sob investigação.

3. Estudos de criminalidade: avanço por meio da emulação de pesquisas exemplares?

Mas se é o caso de apontar alguma área de estudos que se caracteriza pela produção de um repertório próprio de teorias alternativas a serem mobilizadas ao sabor das vicissitudes do objeto sob investigação, não parece existir melhor exemplo do que a área de estudos de criminalidade. Com efeito, conforme se vê no Anexo 3, entre as décadas de 1940 e 1990, essa área produzia pelo menos uma nova “teoria” a cada cinco anos. Isso não é surpreendente se atentarmos para o fato de que nessa área, muito mais que em qualquer outra, a explicação é estreitamente associada à prescrição. Explicar taxas de criminalidade envolve, naturalmente, prescrever políticas que possam reduzi-las a curto ou médio prazo. Se a redução ocorre nos níveis esperados, a explicação tende a ser considerada satisfatória, mas, quando isso não acontece, o anseio por alcançar os efeitos desejados tende a impelir à formulação de teorias alternativas.

Quaisquer que sejam as razões para a constatada proliferação de esforços de teorização ocorridos no exterior, os primeiros estudos de criminalidade no Brasil, surgidos no alvorecer dos anos de 1970,³⁴ primaram por ignorar todos eles e por apostar, em contrapartida, no potencial heurístico de teorias mais abrangentes, produzidas à margem dos estudos de criminalidade. Nos anos de 1970 essa aposta conduziu fundamentalmente à tese de que nas áreas urbanas o crime é uma “estratégia de sobrevivência”³⁵: oprimidos pela miséria, experimentando intensas desigualdades e contidos na realização de suas aspirações pelas barreiras de classe, os moradores das favelas, os desempregados, os trabalhadores não especializados e outros contingentes da marginalidade urbana seriam atraídos para atividades criminosas na medida em que percebessem que os ganhos advindos

³⁴ Para uma rica descrição dos primórdios da discussão a respeito da violência e da criminalidade no Brasil, veja-se Zaluvar, 2004, especialmente página 229 e seguintes.

³⁵ Veja-se Oliven, 1980.

do crime eram superiores aos benefícios advindos das atividades legais.³⁶ Paradoxalmente, uma tese dessa natureza pode ser vista como um legado tanto do pensamento marxista quanto dos célebres escritos de Merton sobre o “comportamento desviante”.

As razões pelas quais, em plena década de 1980, os estudos de criminalidade produzidos no Brasil ainda desconheciam a literatura especializada produzida no exterior nos escapam, mas, quaisquer que fossem elas, em um artigo intitulado “Sobre sociólogos, pobreza e crime”, publicado em 1980, Edmundo Campos Coelho chamou pela primeira vez a atenção para o fato de que uma mudança de rumo se impunha. Esse artigo apresentava um diagnóstico bastante sombrio a respeito da situação dos estudos de criminalidade no Brasil:

Bem feitas as contas, o que se destaca de todo o debate público sobre a crescente taxa de criminalidade nas metrópoles brasileiras é a medíocre contribuição dos cientistas sociais. (...) Pouca coisa aproveitável temos dito. No entanto a sociologia [norte-americana e europeia] produziu, nas última três ou quatro décadas, uma bem nutrida e fecunda literatura na área de criminologia, a par de um vasto acervo de informações empíricas. Concedamos que não será de uma hora para outra que os cientistas sociais [brasileiros] deixarão de lado, ainda que provisoriamente, a tradição das teorizações abstratas e globalizantes para assimilar e selecionar o que de relevante exista naquele literatura tópica para o esclarecimento da criminalidade nativa.³⁷

Sendo esse o caso, trata-se de saber: 1) o que havia de tão importante nessa “bem nutrida e fecunda literatura” que a tornava (ou ainda a torna) imprescindível para os estudos de criminalidade no Brasil? 2) em que medida esses estudos incorporaram as contribuições dessa

³⁶ A. L. Paixão, 1983, p. 41. Cabe esclarecer que a tese da “estratégia da sobrevivência” não é do próprio Paixão. Ele a descreve para criticá-la em seguida. Mas sua descrição pareceu-nos tão impecável que decidimos por reproduzi-la.

³⁷ Coelho (1980[2005]), p. 289-90..

literatura ao longo dos trinta anos que nos separam do referido artigo e com que ganho? 3) teria essa contribuição, ela própria, “avançado”, de alguma forma, ao longo desses trinta anos? 4) em caso afirmativo, em que medida a área de estudos sobre criminalidade no Brasil tem ou não se beneficiado desse avanço?

Na visão de Campos Coelho, a contribuição que os sociólogos brasileiros deveriam conhecer, mas, em pleno alvorecer da década de 1980, ainda não conheciam, dizia respeito ao modo como são construídas as estatísticas oficiais a respeito das taxas de criminalidade. “Suponho que os cientistas sociais estejam a par de estudos sobre a natureza dessas estatísticas e dos graves vieses que introduzem na análise”, afirmava ele com indisfarçável ironia no referido artigo de 1980. Evidentemente, qualquer esforço no sentido de explicar taxas de criminalidade depende de algum levantamento estatístico que informe qual é a taxa de criminalidade a ser explicada. Assim, para que se associe o crime à pobreza, como o faziam os estudos até então existentes, é necessário que algum levantamento estatístico informe o número de crimes praticados por pobres e por ricos em determinada época e em determinado lugar. Como os únicos levantamentos estatísticos disponíveis no alvorecer dos anos de 1980 eram os produzidos por órgãos oficiais, os referidos estudos os aceitavam (explícita ou tacitamente) sem crítica. Durante as décadas de 1960 e 1970, entretanto, produziu-se, nos Estados Unidos, toda uma literatura dedicada a mostrar que essas estatísticas padecem de vieses insanáveis. Isso significa que se basear em estatísticas oficiais para postular o que quer que seja é um erro que compromete, de antemão, qualquer esforço interpretativo.

Estatísticas produzidas pelos órgãos oficiais de controle e repressão ao crime se baseiam, fundamentalmente, em queixas registradas, crimes esclarecidos e prisões efetuadas. Em todos esses casos, os delitos cometidos por pessoas de classe alta não são contabilizados na mesma proporção em que o são os cometidos por pessoas de classe baixa. A única maneira de evitar esse problema seria selecionar os casos para estudo independentemente das estatísticas produzidas

pelo sistema oficial, o que só pode ser feito a partir de sondagens de opinião ou de uma pesquisa nacional de vitimização. Nos Estados Unidos isto já era feito desde a década de 1950! Trabalhos como “*Socioeconomic Status and Delinquent Behavior*”, de 1958,³⁸ “*From delinquent behavior to official delinquency*”, de 1972,³⁹ e “*Group violations, socio-economic status and official delinquency*”, de 1973,⁴⁰ constituíam uma boa amostra de o quanto os estudos de criminalidade já haviam avançado nessa direção. Esses trabalhos mostravam a enorme diferença que faz produzir os próprios bancos de dados em vez de utilizar os dados produzidos por órgãos oficiais:

Sobretudo na área de delinquencia tem havido recurso cada vez mais frequente a amostras nacionais de jovens representativas de todas as camadas socioeconômicas ou a entrevistas com amostras de delinquentes com base em desenhos de investigação especialmente elaborado com esse propósito: a comparação das informações obtidas por meio dessas entrevistas com os prontuários policiais e os resultados dos estudos com amostras nacionais têm produzido descobertas surpreendentes quando confrontadas com as de estudos mais convencionais. Como era de se esperar, revelam que a extensão da delinquencia encoberta - infrações cometidas e não detectadas pela polícia - é considerável; sobretudo, *que são os jovens de status socioeconômico mais alto os que violam as leis mais frequentemente e com maior gravidade. Na pior das hipóteses, os resultados dessas investigações mostram que não existem diferenças significativas entre as classes no que diz respeito à incidência da delinquencia.* O que ocorre, e está refletido nas estatísticas oficiais, é que as pessoas de classes mais baixas não possuem

³⁸ F. Ivan Nye, James F. Short, Jr. and Virgil J. Olson, “Socioeconomic status and delinquent behavior”, *American Sociological Review*, 63(4):381-389, jan. 1958.

³⁹ R Jay Williams, Samuel C Foster, “From delinquent behavior to official delinquency”, *Social Problems*, 20(2):209-229, 1972.

⁴⁰ Maynard L. Erickson, “Group violations, socio-economic status and official delinquency”, *Social Forces*, Vol. 52, No. 1 (Sep., 1973), pp. 41-52.

as imunidades institucionais que protegem as de classe média e alta e, por isso, têm maior probabilidade de serem detectadas pela polícia, detidas, processadas e condenadas.⁴¹

Por essa razão, argumenta Campos Coelho, sustentar a tese da associação positiva entre pobreza e criminalidade implica avaliar “não apenas as distorções dos dados oficiais, mas também - e muito mais grave - as perversões das práticas policiais que as produzem. Pior ainda, [dessa forma] subscreve-se a definição legal (oficial) do que seja comportamento criminoso, deixando-se à margem da reflexão crítica os mecanismos de poder que informam e conformam a produção das leis penais.”⁴²

Propunha-se dessa maneira, pela primeira vez no Brasil, uma agenda específica de investigação para a área de criminalidade: estudar os mecanismos por meio dos quais se “informam e conformam a produção das leis penais.” Na perspectiva de Campos Coelho, o ato de basear-se em levantamentos estatísticos oficiais (ou de desconhecer seu caráter enviesado) não era meramente um problema técnico. Esse erro, esse “vício de origem”, como ele próprio o chamou, na medida em que conduzia à conclusão de que a criminalidade está associada à pobreza, envolvia outro muito mais profundo, a saber, presumir que há alguma coisa de especial em relação aos segmentos mais pobres da população (o fato de não terem sido socializados em padrões “modernos” de conduta, por exemplo) que os torna intrinsecamente mais propensos a ingressar no “mundo do crime”. Ora, raciocinava Coelho, esta presunção é própria dos órgãos oficiais de controle. Sendo este o caso, cabe ao pensamento sociológico torná-la um tema de investigação, e não subscrevê-la de forma acrítica. Mas era justamente isso o que ocorria, conforme vimos. Longe de investigar o conjunto de práticas rotineiras por meio das quais a polícia e o sistema judiciário vi-nham a criminalizar a pobreza, os sociólogos, ao insistirem em buscar

⁴¹ Coelho (1978[2005]), p. 280, ênfases acrescentadas.

⁴² Coelho (1980[2005]), p. 289.

as causas da conduta criminosa (sem submeter as estatísticas oficiais ao escrutínio crítico), estavam simplesmente encampando, de forma irrefletida, uma “teoria do crime” que era, na verdade, a “teoria” que orientava a ação das agências oficiais de controle. Isso impedia a criação de uma agenda de investigação que fosse apropriada para a área de estudos de criminalidade:

*as questões que realmente interessam e que vão ao cerne do problema, raramente ocorrem aos especialistas. Por que um mesmo comportamento pode ser uma infração quando cometido por certa classe de pessoas, mas não quando é cometido por indivíduos de outras classes? Quais são os mecanismos e processos pelos quais certos comportamentos são legalmente considerados criminosos, mas não outros essencialmente idênticos aos primeiros?*⁴³

Passados mais de trinta anos, o que foi feito dessas questões? Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que se, no Brasil, elas “raramente ocorriam aos especialistas”, não era por falta de uma literatura exemplar disponível. Já em 1968, Aaron V. Cicourel havia publicado *The Social Organization of Juvenile Justice*, cujo tema abordado era justamente “os mecanismos e processos pelos quais certos comportamentos são legalmente considerados criminosos, mas não outros essencialmente idênticos aos primeiros”. Quatorze anos mais tarde, isto é, em 1982, esse livro reverberaria no Brasil pela primeira vez com a publicação de “A Organização Policial numa Área Metropolitana”, de Antônio Luiz Paixão. Nesse artigo, que hoje conta com mais de 1000 citações,⁴⁴ o autor emula, por assim dizer, o clássico trabalho de Cicourel para argumentar que a polícia, a porta de entrada do sistema de justiça criminal, na impossibilidade de estar presente em todo

⁴³ Coelho (1978[2005]), p. 280, grifos acrescentados.

⁴⁴ Apenas no *Google Scholar*, quando o termo é apresentado entre aspas, são retornados 1.090 resultados (acesso em 26 de outubro de 2012).

lugar por todo o tempo, termina por escolher alguns espaços e alguns indivíduos como focos preferenciais de sua ação.

Essa escolha é feita com base em presunções resultantes de ideologias e estereótipos, formulados no exercício da atividade policial, a respeito de quais são as camadas da população particularmente propensas ao desvio de conduta. Na medida em que se orientam por essas presunções, os policiais acabam por cumprir, de acordo com eles próprios, o papel de “lixeiros” da sociedade, removendo das áreas mais nobres da cidade aqueles dejetos indesejáveis, especialmente, do ponto de vista estético.⁴⁵ Mas, se é assim, como os segmentos mais pobres da população reagem a essa percepção estereotipada dos policiais que acaba por criminalizá-las? Dentre os trabalhos que se ocuparam desse tema, destaca-se *A Máquina e a Revolta*, de Alba Zaluar, publicado em 1985. Ao estudar um conhecido conjunto habitacional do Rio de Janeiro⁴⁶ que, na ocasião, era o núcleo em torno do qual uma enorme favela estava se formando, Zaluar descreve a miséria social dos que foram removidos para essa área, que passa a ser marcada por atos de banditismo, violência, sujeira, imoralidade, promiscuidade, típicos dos indivíduos “incultos” e “perigosos”. Descritos como os pobres urbanos, avessos à civilização, esses moradores se revoltariam contra a “máquina”, operacionalizada pela ação policial, que procurava classificá-los de maneira homogênea como “criminosos”. Buscavam, com isso, ser reconhecidos como trabalhadores, identidade que se construía, pelo menos em parte, “por oposição a de bandidos e vagabundos que não trabalham”. O grande problema é que a revolta tinha como interlocutor principal a própria máquina estatal, o que torna o diagnóstico final do trabalho de Zaluar bastante sombrio a respeito das possibilidades de os segmentos mais desfavorecidos se desvencilharem dos rótulos usualmente lhes imputados pela polícia.

⁴⁵ Paixão (1982), p. 80.

⁴⁶ Trata-se do conjunto habitacional da Cidade de Deus, que foi retratado em filme de mesmo nome, dirigido por Fernando Meireles e lançado no Brasil no ano de 2002.

Em um cálculo bastante pessimista, foram produzidos 800 artigos na área de estudos de criminalidade nos vinte anos que se seguiram aos citados trabalhos de Coelho e Paixão.⁴⁷ E, nos 10 anos subsequentes, isto é, entre 2000 e 2010, foram produzidos mais 1374.⁴⁸ São, então, no mínimo, 2200 artigos produzidos nos últimos 30 anos. Não temos como saber que proporção desses trabalhos explora a agenda de investigação vislumbrada pelo trabalho pioneiro de Edmundo Campos Coelho. Mas fato é que, em perfeita sintonia com a proposta desse autor, muitos trabalhos dirigiram sua atenção para a sistemática de funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro procurando mostrar o quanto esse sistema atua de forma seletiva. Para efeito de ilustração, é suficiente mencionar um trabalho recente de Michel Misse, no qual se procura distinguir as etapas por meio das quais se constrói um “criminoso” de um ponto de vista jurídico.⁴⁹

Para Misse, essa “construção” se dá em quatro etapas: a “*criminalização*”, assim chamada por se referir meramente à definição dos atos potencialmente definíveis como “criminosos”, independentemente da existência da figura do criminoso; a “*criminação*”, etapa em que se define se esse ou aquele ato, praticado por esse ou aquele indivíduo, naquela circunstância especial, é ou não “criminoso”; a “*incriminação*”, que consiste na “nomeação da autoria, para a busca e punição de seu sujeito causal”⁵⁰ e, finalmente, a “*sujeição criminal*”, etapa que

⁴⁷ Segundo balanço realizado por Kant de Lima *et al* no ano 2000, no período 1970-2000 foram produzidos, por pesquisadores atuantes no Brasil, 1166 artigos na área de estudos de criminalidade. Se esses artigos tiverem sido produzidos em quantidades proporcionais ao longo das décadas (algo altamente improvável), no período 1980-2000 teriam sido produzidos dois terços desses artigos, isto é, cerca de 800 artigos. Como o ritmo da produção tende, entretanto, a acelerar com a passagem do tempo, é muito provável que dos 1166 artigos produzidos no referido período, muito mais que 800 correspondam ao período 1980-2000.

⁴⁸ Estamos nos baseando no levantamento feito por César Barreira e Sérgio Adorno em Barreira e Adorno, 2010. Cabe ressaltar que esses números são impressionantes se tivermos em mente que, nos trinta anos anteriores, ou seja, no período 1970-2000, o número total de artigos foi de 1166.

⁴⁹ Veja-se Misse, 2008. Misse não cita Edmundo Campos Coelho, mas, talvez, seu trabalho seja um dos que mais claramente reverbera o clamor deste último por mudanças de rumo.

⁵⁰ Misse (2008), p. 380.

ocorre quando a incriminação se antecipa à criminação (ou mesmo à criminalização) de forma regular. Nessa etapa, “*o foco se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso*”. Posto de outra forma, essa é a etapa na qual se busca

o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um ‘sujeito propenso ao crime’, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um ‘tipo social’ estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (como na “criminalização secundária” de Lemert). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um ‘espírito’ que lhe tomou o corpo e a alma.⁵¹

Há mais de trinta anos Edmundo Campos Coelho asseverava, conforme vimos, que “o que interessa” é descrever “os mecanismos e processos pelos quais certos comportamentos são legalmente considerados criminosos, mas não outros essencialmente idênticos aos primeiros”. Em artigo publicado em 1982, Paixão descreveu um desses mecanismos: a polícia inicia o inquérito de “trás para frente”, com a detenção dos suspeitos primeiros para, em seguida, proceder à investigação.⁵² Ao postular que a organização policial opera, com regularidade, “incriminando” antes de “criminar”, isto é, buscando “o sujeito de um crime que ainda não aconteceu”, Misse acaba por mostrar que o mecanismo descrito por Paixão é parte desse processo mais abrangente ao qual ele denominou “sujeição criminal”.

⁵¹ Misse (2008), p. 380.

⁵² Paixão (1982), p. 75.

Mas quem seria esse “sujeito de um crime que ainda não aconteceu”? Há todo um conjunto de trabalhos destinados a tratar dessa questão. Um deles mostra que réus do sexo masculino, de cor escura, jovens, com baixa instrução e cujo inquérito para investigação tenha sido iniciado na polícia a partir de uma prisão em flagrante possuem mais chances de terem um processo iniciado e encerrado com uma condenação do que réus do sexo feminino, de cor branca, mais velhos e com elevado grau de instrução.⁵³ Resultados dessa natureza reforçam a noção de que o sistema de justiça criminal brasileiro tem a sua operação iniciada com aqueles que compartilham os estereótipos típicos da “sujeição criminal” e, por isso, esses são os que possuem mais chances de “sobreviver” a todas as fases do fluxo⁵⁴ e, por conseguinte, receber uma condenação ao final.

Nota-se, assim, que o investimento seletivo na “bem nutrida e fecunda literatura na área de criminologia”, sedimentada ao longo de “três ou quatro décadas”, a que Coelho se referia em seu citado artigo de 1980, rendeu décadas de proveitosa discussão a respeito do funcionamento do sistema criminal no Brasil e do modo como este criminaliza certos segmentos da população. Mas o assunto não se encerra aí. Conforme vimos, a lição que Coelho extraiu dessa literatura, pelo menos em um primeiro momento, foi a de que seria inútil, ou mesmo pernicioso, investir em explicar causalmente o comportamento criminoso porque isso implicaria supor que há algo de intrinsecamente errado em relação a quem nele incorre. Mas essa literatura, exatamente por ter se sedimentado em três décadas ou mais, apontava em várias direções, e uma delas era exatamente a da criação da criminologia

⁵³ Nesse sentido, ver a análise de Adorno (1995) e Vargas, Magalhães e Ribeiro (2010) sobre os padrões de seleção e filtragem do sistema de justiça criminal brasileiro para os delitos de estupro e homicídio doloso.

⁵⁴ O fluxo do sistema de justiça criminal pode ser descrito a partir de suas fases “críticas”, quais sejam: registro de ocorrência pela polícia militar, investigação criminal pela polícia civil, acusação (ou denúncia) pelo Ministério Público e processamento e sentença pelo judiciário. A sobrevivência, nesse caso, significa não escapar em quaisquer dessas fases e, por isso, ser sentenciado e, possivelmente, condenado na fase final. Para maiores referências sobre o padrão de funcionamento desse sistema, ver Ribeiro e Silva (2010).

como disciplina autônoma, cujo objeto não era outro senão explicar causalmente o comportamento criminoso.

Seguindo uma tendência iniciada ainda nos anos de 1970, as décadas de 1980 e de 1990 assistiram a um verdadeiro *boom* de departamentos de criminologia nos Estados Unidos, Europa e, também, em alguns países da América Latina, como México, Chile e Argentina. Como disciplina acadêmica autônoma, a criminologia surgiu nos Estados Unidos no final dos anos de 1960, quando o já mencionado acúmulo de estudos sociológicos sobre crimes, criminosos e funcionamento da justiça criminal (cujos alguns dos estudos paradigmáticos constam do quadro do Anexo 3) os levou a se descolar gradativamente de sua matriz sociológica até adquirirem uma identidade própria. Transformados, agora, em “estudos criminológicos”, incorporaram progressivamente técnicas estatísticas cada vez mais sofisticadas, que, utilizadas em conjunto com metodologias tradicionais (entrevistas, observação participante), *conduziram a uma agenda de investigação empírica sequer concebível no terreno estritamente sociológico*. Assim, em 1968, Gary Becker desenha um modelo econométrico dividido em cinco dimensões analíticas com o intuito de testar a relação entre o número de ofensas criminosas e 1) o custo social do crime; 2) o custo da apreensão e punição; 3) a probabilidade de prisões e sentenças de condenação e os dispêndios na manutenção da polícia e dos tribunais; 4) o custo de manutenção do sistema penitenciário e de outras formas de punição e 5) as despesas do setor privado em proteção.

Mais recentemente, em 1985, ao pesquisar os arquivos de Sheldon e Elanor Glueck⁵⁵, John Laub descobre uma série de questionários que reuniam informações sobre 500 adolescentes classificados como criminosos e 500 como não criminosos com idade entre 10 e 17 anos⁵⁶.

⁵⁵ Pesquisadores da Escola de Direito de Harvard que procuraram, na década de 1940, descrever os determinantes do comportamento criminoso desde uma perspectiva psicológica. (Cullen e Agnew, 2006, p. 489)

⁵⁶ Os adolescentes classificados como delinquentes eram aqueles oriundos de dois reformatórios juvenis de Massachusetts, enquanto os classificados como não delinquentes foram escolhidos nas escolas públicas de Boston.

As informações foram sistematicamente coletadas entre 1949 e 1963, o que significava que a base de dados reunia informações detalhadas sobre o que tinha acontecido na vida desses indivíduos no período compreendido entre 25 e 32 anos. Juntamente com Robert Sampson, Laub analisa a primeira parte desse banco de dados, entrando em contato com os 500 adolescentes classificados como criminosos até que esses completassem 70 anos de idade e, ainda, realizando entrevistas em profundidade com 52 desses. A partir de todo esse material, os autores publicaram dois livros clássicos. No primeiro⁵⁷, apresentam uma teoria dos ciclos de vida combinada com a ideia de como os controles informais atuam sobre a probabilidade de engajamento no comportamento criminoso ao longo do tempo. No segundo⁵⁸, revisam parte do trabalho anterior, enfatizando especialmente como a vida adulta leva à especialização da carreira criminosa ou à desistência dela. Analisando os dados a partir de modelos estatísticos sofisticados, os autores demonstraram que fatores individuais de predisposição ao comportamento criminoso interagem com fatores sociais determinando o começo, a continuidade e a mudança dessa tendência. Com isso, eles não só estimavam a probabilidade de um indivíduo cometer um crime já no momento do seu nascimento, mas, também, identificavam os momentos críticos que, ao longo da vida, contribuem para que um indivíduo se engaje na atividade criminosa ou desista dela.

Em face de desenvolvimentos dessa natureza, o caminho, por assim dizer, “natural”, que se apresentava aos estudiosos brasileiros nos anos de 1980 e 1990 era o de investir academicamente na criminologia - o que se traduziria em criar bancos de dados independentes e mobilizar recursos metodológicos sofisticados para explicar causalmente o comportamento criminoso. Mas não foi esse o caminho que se optou por seguir no Brasil. Embora, em meados de 1980, ninguém duvidasse do potencial heurístico da criminologia, o investimento

⁵⁷ Sampson e Laub, 1993. .

⁵⁸ Laub e Sampson, 2003.

acadêmico nessa disciplina teria que esperar porque o contexto mais amplo de reforma institucional que marcou essa época acabou por conduzir os estudos de criminalidade a uma outra direção. A Constituição Federal, que viria a ser promulgada em 1988, impunha uma reforma das instituições governamentais em geral e das responsáveis pela administração da justiça criminal em especial. O início dessas reformas demandou a realização de uma série de estudos que pudessem servir de base para a formulação de proposições destinadas a alterar o padrão de funcionamento das organizações do sistema de justiça criminal, adequando-as à nova Constituição. Esta demanda acabou por capturar a energia dos estudiosos e, com isso, esfumou-se o interesse pelo investimento acadêmico na teoria criminológica. Por essa razão, apesar de institucionalizada como disciplina acadêmica há décadas em vários países, no Brasil a criminologia permanece sendo, se tanto, um ramo da sociologia do crime.

Diante de um quadro como este, não é de estranhar que o Brasil ainda possua uma das maiores taxas de homicídio doloso do planeta. Pouco avançamos, tanto do ponto de vista do avanço do campo da sociologia do crime, como do ponto de vista do desenvolvimento de políticas públicas. Talvez estejamos pagando por não termos tirado o devido proveito daquele formidável corpo de conhecimento a que Edmundo Campos Coelho se referia há mais de 30 anos. Não propriamente daquele corpo de conhecimento tal como estava consolidado naquela época, mas daquilo que se adicionou a ele, passados 30 anos. Com efeito, na década de 1990, quando os pesquisadores brasileiros iniciaram suas atividades de consultoria no setor público, eles estavam ainda engatinhando em sua formação enquanto criminólogos. Várias das abordagens há muito conhecidas nos Estados Unidos (como a teoria da desorganização social dos anos 1940 ou a criminologia crítica dos anos 1970) estavam apenas chegando ao Brasil. Essas teorias aqui chegavam sem serem contrapostas a outras, submetidas a teste ou mesmo questionadas do ponto de vista da sua aplicabilidade ao caso brasileiro. Elas estavam sendo absorvidas de forma acrítica por pesquisadores que procura-

vam compreender as causas do crime. E, assim, no estabelecimento dessa parceria prematura entre “sociólogos” em formação e gestores ávidos por soluções imediatas, capazes de acabar com a criminalidade em seis meses, vários foram os insucessos, especialmente no que diz respeito ao progresso da área.

O resultado mais preocupante desse persistente recuo em relação à criminologia acadêmica é que ainda hoje nos espantamos com a ocorrência, no Brasil, de fenômenos bem conhecidos pela literatura especializada. Um exemplo se destaca: a ocorrência de inflexões nas taxas de criminalidade. Conforme apontou Michel Misse em entrevista recente: “Ficamos perplexos com a queda das taxas de homicídio em São Paulo. (...) Veja a nossa dificuldade em compreender um único fenômeno, ainda que expressivo, que é a queda acentuada da taxa de homicídio em São Paulo”⁵⁹. Misse está se referindo à queda ocorrida entre os anos 2000 e 2011. A dificuldade em explicar esse fenômeno reside, em nosso entendimento, na ausência de estudos capazes de articular distintas dimensões de análise, sejam de natureza individual, contextual, ou organizacional, como já o faziam autores como George Kelling e Catherine Coles em 1996 e, mais recentemente, o fez Franklin Zimring ao estudar a queda da taxa de homicídios em Nova York.⁶⁰ Se houvesse emulação de trabalhos dessa natureza no Brasil, a ocorrência de um fenômeno como o mencionado não seria razão para tanta “perplexidade”. Não haveria razão para que, por exemplo, um

⁵⁹ Misse, 2011.

⁶⁰ Vejam-se Kelling e Coles, 1996, Kelling, 2009 e Zimring, 2011. Em Nova York, políticas tradicionais de enfrentamento ao crime, como, por exemplo, aumento do número de policiais, ou o encarceramento em massa, não foram capazes de reduzir as taxas nos níveis esperados. Contudo, quando essas ações foram combinadas com os efeitos produzidos por alterações (1) na economia, (2) nos padrões de uso de drogas e (3) na composição demográfica das cidades (ou na mudança de comportamento que o envelhecimento da população coloca), tal como prescrito por teorias criminológicas de “síntese”, essas mesmas políticas se transformam em ações importantes para a queda do crime em Nova York. Ou seja, quando os diversos fatores causais são operacionalizados em conjunto, ao invés de serem operacionalizados isoladamente, é possível perceber a interação existente entre eles e, por conseguinte, efeitos práticos em termos de redução da incidência criminal.

trabalho recentíssimo sobre a redução do homicídio doloso na cidade de São Paulo fosse concluído em termos tão desanimadores:

É importante considerar, entretanto, as limitações deste estudo, que tem caráter descritivo e cujo objetivo foi apresentar tendências temporais da TMH [taxa de mortalidade por homicídios] por idade, sexo, raça e condição socioeconômica. A inexistência de dados temporais sobre os potenciais determinantes sociais da queda dos homicídios inviabiliza, neste momento, que as inferências sobre suas causas sejam sustentadas em bases sólidas. Nesse sentido, a análise descritiva apresentada é um primeiro passo, necessário para o desenvolvimento de hipóteses sobre causas potenciais de mudanças na ocorrência de homicídios ao longo do tempo as quais serão testadas em um momento posterior⁶¹.

A autocomplacência e o reconhecimento da incapacidade de avançar para além do registro descritivo, expressos na citação acima, retratam em boa medida o estado desolador em que se encontra a área de sociologia do crime no Brasil quando o que está em questão é explicar taxas de criminalidade.

Mas, se é assim, o que poderia ser feito para que a ocorrência de fenômenos bem discutidos na literatura especializada deixasse de nos surpreender e a produção de políticas destinadas a diminuir a incidência de crimes e de criminosos se mostre mais eficaz? Uma das respostas sugeridas pela área é que seria necessário o investimento em um tripé que conjugue (1) o estudo e ensino de teoria criminológica; (2) a produção de bases de dados mais consistentes em termos de perfil de crimes e motivações para engajamento em uma carreira criminosa; (3) a formação mais sólida em métodos quantitativos em geral e em técnicas de análise espacial, como o geoprocessamento. Enquanto não se avançar nessas três frentes, as organizações do sistema

⁶¹ Peres *et al*, 2011, p. 25.

de justiça criminal continuarão operando como faziam há décadas e os recursos financeiros amplamente disponíveis para a realização de pesquisas e consultorias na área de segurança pública seguirão incapazes de reverter o quadro desolador de uma morte violenta a cada 10 minutos, como mostram os dados recentemente divulgados pelo Instituto Avante Brasil.

Considerações Finais

Neste trabalho discutimos os sentidos em que se pode dizer que a sociologia avança no Brasil e os caminhos que ela tende a tomar. Postulamos que tem havido avanço por meio da incorporação de novas metodologias, como ilustram paradigmaticamente os estudos em mobilidade social, por meio da aposta no potencial heurístico de determinados esforços de teorização, como ilustra particularmente bem a sociologia da religião, notadamente a sociologia do crescimento do pentecostalismo no Brasil, e por meio da emulação de investigações empíricas exemplares. Os estudos de criminalidade ilustram essa terceira possibilidade na medida em que, nessa área, uma agenda de investigação de crucial relevância se estabeleceu – estudar o modo como se criminaliza os segmentos mais pobres da população e o modo como eles reagem a isto – via emulação de trabalhos paradigmáticos, notadamente a obra de Cicourel: *The Social Organization of Juvenile Justice*.

Das três áreas aqui consideradas, a única que dispõe de um cânone a ser seguido é a de mobilidade. Não é possível fazer muita coisa nessa área sem conhecer os dados disponibilizados pela PNAD e sem saber utilizar os modelos estatísticos mais sofisticados. Dependendo da variável dependente escolhida, o estudioso pode optar entre utilizar a análise de trajetórias (variáveis contínuas) ou os modelos log-lineares (variáveis qualitativas), mas, na medida em que o esforço de síntese ora em curso na área se consolida, a tendência é forçar os estudos a utilizar modelos hierárquicos ou multinomiais. Nesse sentido, não há também muito o que fazer nessa área à margem de tabelas como as

apresentadas nos Anexos 1 e 2. Vimos que elas envolvem uma agenda de desafios específicos e que não há como se mover à margem deles. Na medida em que os estudiosos brasileiros aprenderem a utilizar os modelos estatísticos mais avançados e disporem de bases de dados que sejam atualizadas com mais frequência – o que não é o caso das bases de dados fornecida pela PNAD, posto que a última atualização dessa base, para efeito de estudos de mobilidade, ocorreu em 1996! – não há razão para esperar que os estudos no Brasil fiquem aquém dos realizados em qualquer outro país, exceto pelo fato de que aqui dificilmente seria o lugar de onde surgiriam os modelos estatísticos mais aperfeiçoados. Haveria sempre um lapso de tempo entre os usos bem sucedidos de um modelo estatístico nos Estados Unidos e aqui. Mas esse lapso, em um mundo globalizado, tenderia a ser cada vez menor.

Nas áreas de religião e criminalidade não há cânone a ser seguido. Conforme vimos, na área de criminalidade há mais de uma dúzia de teorias disponíveis sem que nenhuma tenha logrado ganhar uma dimensão paradigmática. Em plena década de 2000, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da UFMG pôde mobilizar, com êxito, uma teoria criminológica formulada em 1942 – a chamada “teoria da desorganização social” de Shaw e McKay – para compreender as “manchas de crime” no mapa de Belo Horizonte. Mas, mais do que a escolha entre essa ou aquela “teoria”, o que caracteriza a área de criminalidade no Brasil é a escolha entre essa ou aquela agenda de investigação, e o modo característico de explorar parte dessa agenda é a emulação de trabalhos bem sucedidos. Se há disponíveis estudos empíricos exemplares mostrando o modo como os segmentos mais desprivilegiados são criminalizados, então trata-se de se espelhar nesses estudos para mostrar o modo como isso ocorre no Brasil. Se há disponíveis exemplos exitosos de estudos teóricos que foram bem operacionalizados na aplicação de políticas de segurança, então trata-se de emular esses estudos e essas políticas. Paralelamente a isto, cabe acrescentar que nessa área há espaço considerável para o que poderia ser chamado de “uma agenda livre de investigação”: há todo um conjunto de temas, dentre os quais se destaca

o advento do crime organizado, para além dos aqui mencionados, que o estudioso pode escolher segundo suas preferências, ignorando ou não a literatura criminológica, podendo abordá-lo da forma que lhe parecer mais apropriada.⁶² Ótimos trabalhos podem resultar daí, mas não os mencionamos porque nosso interesse é detectar padrões de desenvolvimento das áreas de estudo. Mencionamos, portanto, apenas trabalhos ilustrativos desses padrões.

Se, na área de criminalidade, há espaço para uma “agenda livre”, na área de religião esse espaço é incomparavelmente maior. Isso transparece claramente no parágrafo final do citado trabalho de Antônio. F. Pierucci e Ricardo Mariano, no qual eles enumeram nada menos que nove temas, os mais díspares, aos quais os sociólogos da religião têm se dedicado nas últimas décadas, para além dos três temas que diziam respeito diretamente ao que estavam discutindo.⁶³ Em direto contraste com o que ocorre na área de mobilidade social, na qual os problemas são quase que impostos ao pesquisador (recapitulemos: quantos estratos considerar em uma tabela de mobilidade? que escala é mais adequada para comparações internacionais? etc.), na sociologia da religião os temas, por assim dizer, se oferecem: a participação de evangélicos na política partidária, a presença atuante de organizações religiosas na mídia eletrônica, nos mercados editorial e fonográfico, a reação católica ao pluralismo religioso etc. E, para abordar esses temas, o pesquisador pode também se sentir livre para escolher o enquadramento teórico e metodológico que lhe parecer mais adequado. Não há, aqui, lugar para grandes rupturas ou descontinuidades no estabelecimento das agendas de investigação, como as que vemos ocorrer na área de criminalidade. Nessa última, conforme vimos, há lugar para a exortação à mudança radical de rumos: “sociólogos brasileiros, saibam que existe, há décadas, em outros países, uma disciplina chamada criminologia, cuja contribuição não pode ser solenemente ignorada, sob pena de não investi-

⁶² Para uma revisão recente de trabalhos sobre o crime organizado no Brasil, como também balanço de temas a que os sociólogos do crime têm se dedicado recentemente veja-se Zaluar, 2004, p. 224 e segs.

⁶³ A. F. Pierucci e R. Mariano, citado, p. 298.

garmos o que realmente interessa!”. Na sociologia da religião não há lugar para exortações dessa natureza. Aqui, quem quiser que se sirva do legado de Weber, ou de Marx, ou de Durkheim, ou que combine esses legados, ou, ainda, se não se sentir confortável com nada disso, que se valha da teoria da escolha racional ou dê uma guinada para estudos etnográficos, enfim, faça o que quiser desde que consiga se mover. A grande vantagem de uma área com essas características é que dificilmente ela precisa se perguntar se seu desenvolvimento segue o padrão do desenvolvimento de países mais avançados. Uma pergunta dessa natureza, que faz todo sentido quando se trata de um trabalho na área de mobilidade, ou na área de criminalidade (vimos, por exemplo, o problema que essa área enfrenta para explicar taxas de inflexão do crime, algo que não precisaria acontecer se houvesse a emulação de pesquisas realizadas sobre o crime nas grandes cidades norte-americanas), não faz muito sentido na área de estudos de religião. Um trabalho sobre, digamos, a religiosidade daime no Brasil, se for bem documentado e mostrar valor etnográfico, não ficará aquém de trabalhos que abordem temas correlatos em outros países. O êxito em um empreendimento de tal natureza não depende da socialização em alguma técnica especial, mas de uma aposta, que se revele bem sucedida, no potencial heurístico de algum esforço mais abrangente de teorização - e há vários disponíveis, conforme vimos - em conjunto com fatores (a erudição histórica e/ou teológica do Autor pode se mostrar de grande importância nesse caso) que escapam inteiramente ao treinamento profissional.

Certamente pode haver outros sentidos em que a sociologia tem avançado no Brasil, para além dos três aqui mencionados. Uma incursão em outras áreas temáticas poderia nos trazer a resposta sobre isto. Se, entretanto, não o fizemos, foi por falta de espaço e porque somente um trabalho escrito a várias mãos permitira que todas as áreas temáticas que se desenvolveram no Brasil nas últimas décadas fossem cobertas com profundidade. Não obstante, queremos crer que a identificação dos três sentidos aqui descritos e a discussão do modo como cada um tornou-se peculiar a uma área temática determinada no Brasil possa ser um bom começo de conversa.

REFERÊNCIAS

Adorno, Sérgio (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 43, p. 45-63.

Barreira, César; Adorno, Sérgio (2010). A violência na sociedade brasileira. In: Martins, Carlos Benedito e Martins, Heloisa Helena T. Souza (org). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS. Pp. 303-374.

Becker, Gary (1968). Crime and punishment: an economic approach. In: **Journal of Political Economy**. No. 76. Pp.0-169.

Cicourel, Aaron V. (1968). **The Social Organization of Juvenile Justice**. New York: Wiley.

Coelho, Edmundo Campos (1978[2005]). “Da criminalização da marginalidade à marginalização da criminalidade.” **Revista de Administração Pública**. v. 12, n. 2, abr./jun. p.139-61.

Coelho, Edmundo Campos (1980[2005]). Sobre sociólogos, pobreza e crime. In: *Dados*: **Revista de Ciências Sociais**. V. 23, n. 3, p. 377-83.

Coelho, Edmundo Campos (2005). **A Oficina do Diabo e outros Estudos sobre Criminalidade**. Rio de Janeiro: Record. Escritos póstumos organizados por Magda Prates Coelho.

Costa, Sérgio (2010), “Teoria por adição”, In Martins, Carlos Benedito e Martins, Heloisa Helena T. Souza (org). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS.

Cullen, Francis T.; Agnew, Robert (2006). **Criminological Theory: past to present: essential readings**. Los Angeles: Roxbury Publishing Company.

Dedecca, Claudio Salvadori (1998), “A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Síntese Metodológica”, **Revista Brasileira de Estudos de População**, 15(2):103-114..

Fernandes, Danielle Cireno e Neves, Jorge Alexandre B. (2010) “Urban Bias in Development and Educational Attainment in Brazil”, **The Journal of Developing Areas**, v. 43, p. 271-288,

Ferreira, Marcelo Costa, (2001), “Permeável, ma non troppo? A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16(47):141-85.

Kant De Lima, Roberto; Misse, Michel; Miranda, Ana Paula Mendes (2000). **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123.

Kelling, George L (2009). "How New York Became Safe: The Full Story: a citywide effort, involving many agencies and institutions, helped restore order." In: **City Journal**. 17 July.

Kelling, George; Coles, Catherine (1996). **Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities**. New York: Free Press.

Laub, John H; Sampson, Robert (2003). **Shared Beginning, Divergent Lives: Delinquent Boys to Age 70**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Mariano, Ricardo (2011), "Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço", **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, 43(119):11-36, Jan/Abr.

Martins, Heloisa Helena T. Souza (org) (2010). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS. .

Miceli, Sérgio (Org.) (1999[2002]), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 2, ANPOCS/ CAPES/Sumaré,

Misse, Michel (2008). Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: **Civitas**. V. 8 n. 3. Porto Alegre, set.-dez. Pp. 371-385.

Misse, Michel (2011). Depoimento. In: Lima, Renato e Ratton, José Luiz. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: ANPOCS.

Neves, Jorge Alexandre Barbosa (2004) "Labor Force classes and the earnings determination of the farm population in Brazil: 1973, 1982, and 1988.", **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, pp. 423-75.

_____, Fernandes, Danielle Cireno e Helal, Diogo (2007), "Region, Industry, and Intergenerational Status Transmission in Urban Brazil", **Population Review**, v. 46, pp 12-38.

Oliven, Ruben George (1980), "A violência como mecanismo de dominação e estratégia de sobrevivência", **Dados**, 23(3):

Paixão, Antônio Luiz (1982). A organização policial numa área metropolitana. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. V. 25, n. 1, p. 63-85

_____. (1983). "Crime e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978". In: Pinheiro, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense. pp. 13-44.

Page, John (1984), **Brasil para Cristo, the cultural construction of pentecostal networks in Brazil**, Tese de Doutorado em Antropologia, New York: New York University.

Pastore, José, (1979) **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**, São Paulo: EDUSP.

_____. e Siva, Nelson do Valle (2000) **Mobilidade Social no Brasil**, São Paulo: Makron,

Peres, Maria Fernanda et al (2011). "Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva". **Revista Panamericana de Salud Publica** 29(1): 17-26.

Picango, Felícia (2007), "O Brasil que sobre e desce: uma análise da mobilidade socioocupacional e realização de êxito no mercado de trabalho urbano", **Dados**, 50(2):393-433.

Pierucci, Antônio Flávio e Mariano, Ricardo (2010), "Sociologia da Religião, uma Sociologia da Mudança", em Martins, Carlos Benedito e Martins, Heloisa Helena T. Souza (org). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS.

Przeworski, Adam, "Marxismo e Escolha Racional", **RBCS**, 3(6):5-25, 1988.

Ribeiro, Carlos Antônio Costa (2007), **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**, Bauru: Edusc/ANPOCS.

_____. e Scalón, Maria Celi (2001), "Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada", **Dados**, 44(1):53-96.

Ribeiro, Ludmila; Silva, Klarissa Almeida (2010). "Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: um balanço da literatura.", **Cadernos de Segurança Pública**, v. 2, p. 1-14.

Sampson, Robert; Laub, John H (1993). **Crime in the making: pathways and turning points through life**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sampson, R.J., Raudenbush, S.W., & Earls, F. (1997). Neighbourhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277, 918-924.

Scalon, Maria Celi (1999), **Mobilidade Social no Brasil: padrões & tendências**, Rio de Janeiro:Revann.

Silva, Nelson do Valle (1973), “Posição Social das Ocupações”. Trabalho apresentado no Seminário sobre Política do Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, FGV, *mimeo*.

____ (2007), Prefácio. In Ribeiro, C. A. C., **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**, Bauru:Edusc/ANPOCS

____, (1999[2002]) “Mobilidade Social”, em S. Miceli (Org.), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 2, ANPOCS/CAPES/Sumaré, pp. 57-107.

Springer de Freitas, Renan (2010), “A Produção de Pesquisa Sociológica”, em Martins, Carlos Benedito e Martins, Heloisa Helena T. Souza (org). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS.

____ e Figueiredo, Adriana Maria (2009), “Por que esforços de síntese teórica são bem sucedidas no cenário biológico e malogram no cenário sociológico?”, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 16(3):729-45.

Vargas, Joana Domingues; Magalhaes, Ismênia B.; Ribeiro, Ludmila Mendonça Lopes (2010). “Metodologia de Tratamento do Tempo e da Morosidade Processual na Justiça Criminal.” **Segurança, Justiça e Cidadania**, v. 4, p. 45-72.

Zaluar, Alba (1985). **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense.

____ (2004), **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**, Rio de Janeiro:FGV.

Zimring, Franklin E. (2011). **The city that became safe: New York’s lesson for urban crime and its control**. New York: Oxford University Press.

Anexo 1

Tabela 1
Mobilidade Intergeracional
(Primeira Ocupação)

Status do pai	Status da Primeira Ocupação do Filho						
	1.Baixo-Inferior	2.Baixo-superior	3.Médio-inferior	4.Médio-médio	5. Médio-superior	6. Alto	Total
1. Baixo-inferior	6.000.799 (60,3)	1.688.633 (17,0)	1.425.785 (14,3)	568.293 (5,7)	187.554 (1,90)	76.948 (0,8)	9.948.002 100% (55,5)
2. Baixo-superior	209.607 (8,8)	1.081.015 (45,3)	495.426 (20,7)	361.863 (16,0)	130.489 (5,5)	90.145 (3,8)	2.388.545 100% (13,3)
3. Médio-inferior	191.819 (6,6)	972.206 (33,4)	1.093.921 (37,6)	444.906 (15,3)	138.215 (4,8)	67.013 (2,3)	2.908.080 100% (16,2)
4. Médio-médio	215.196 (13,7)	431.580 (27,5)	275.018 (17,5)	393.186 (25,1)	134.859 (8,6)	118.801 (7,6)	1.568.640 100% (8,7)
5. Médio-superior	77.768 (12,8)	132.964 (21,9)	105.456 (17,4)	147.146 (24,3)	80.715 (13,3)	62.352 (10,3)	606.401 100% (3,4)
6. Alto	14.997 (2,9)	97.729 (18,9)	56.502 (10,9)	153.720 (29,7)	75.342 (14,6)	119.481 (23,1)	517.771 100% (2,9)
Total	6.710.186 (37,4)	4.404.127 (24,6)	3.452.108 (10,9)	2.089.104 (11,6)	747.174 (4,2)	534.740 (3,0)	17.937.439 100%

Fonte: Pastore e Silva, 2000, p. 45.

Anexo 2

Tabela 2
Efeitos do Status do Pai sobre o do Filho por Faixa Etária

TIPOS DE EFEITOS	FAIXA ETÁRIA				
	TOTAL	(51-64)	(41-50)	(31-40)	(20-30)
Total	0,397	0,312	0,452	0,382	0,385
%	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)
Direto	0,080	-0,016	0,066	0,074	0,030
%	(20,0)	(-5,1)	(14,6)	(19,4)	(7,8)
Indireto	0,317	0,328	0,386	0,308	0,355
%	(80,0)	(105,0)	(85,4)	(80,6)	(92,0)
Via educação	0,240	0,285	0,328	0,178	0,216
%	(60,0)	(91,0)	(72,8)	(46,8)	(56,0)
Via status					
inicial	0,077	0,043	0,056	0,130	0,139
%	(20,0)	(14,0)	(12,6)	(33,8)	(36,0)

Fonte: Pastore, 1979, p. 196.

Anexo 3

Alguns esforços de teorização na área de criminalidade no século XX

Esforço	Ano	Autor	Como a teoria foi testada nos EUA
Teoria da tensão	1938	Robert Merton	Correlações estatísticas entre desemprego ou salários recebidos e probabilidade de cometimento de crimes.
Teoria da desorganização social	1942	Shaw e MacKay	Etnografias e elaboração de alguns mapas históricos demonstrando como as áreas mais deterioradas da cidade são também as que possuem, ao longo do tempo, taxas elevadas de crimes e outras “incivilidades”.
Teoria da associação diferencial	1947	Sutherland	Etnografias com membros de grupos criminosos e, ainda, a partir de bancos de dados que coletavam informações longitudinais sobre as “associações” diferenciais do indivíduo ao longo da vida.
Teoria do controle interno e externo	1951	Albert Reiss	Testes estatísticos baseados em <i>surveys</i> de opinião combinados com mensuração dos mecanismos de controle existentes na localidade.
Teoria da privação de status e subcultura delinquente	1955	Albert Cohen	Etnografia dos grupos desviantes estruturados em residências pobres do centro das grandes cidades norte americanas.
Teoria da contenção do crime e da delinquência	1956	Walter Reckless	Testes estatísticos baseados em <i>surveys</i> de opinião combinados com mensuração dos mecanismos de controle existentes na localidade.
Teoria da neutralização	1957	Gresham Sykes e David Matza	Trabalho etnográfico para compreender como a neutralização ocorria dentro dos grupos observados.
Teoria dos três tipos de controle	1958	Ivan Ney	Testes estatísticos baseados em <i>surveys</i> de opinião combinados com mensuração dos mecanismos de controle existentes na localidade.
Teoria da diferença de oportunidade e subcultura delinquente	1960	Richard Cloward e Lloyd Ohlin	Etnografias com grupos desviantes, de natureza diferenciada, para que, com isso, fosse possível montar a sua ideia de três grupos principais: privação relativa, privação de status e satisfação do risco.

Continuação

Esforço	Ano	Autor	Como a teoria foi testada nos EUA
Teoria do Conflito	1960	Richard Quinney W i l l i a m C h a m b l i s s Austin Turk	Análises multivariadas baseadas em estudos de opinião pública sobre crimes e também em bancos de dados com informações oficiais que permitem verificar se as disparidades raciais, socioeconômicas, sexuais e etárias determinam a autuação, condenação e natureza de penalidade recebida pelo criminoso.
Teoria do aprendizado social	1966	Ronald Akers	Pesquisas longitudinais que mapeiam não apenas a natureza dos pares, como também a força da ligação com cada um deles.
Teoria dos vínculos sociais	1969	Travis Hirschi	Testes estatísticos baseados em bancos de dados longitudinalmente construídos, com variáveis que permitissem a operacionalização dos conceitos de apego, compromisso, participação e crença.
Teoria da criminologia crítica	1973	Ann Taylor Paul Walton Jock Young	Comparação dos tipos de crime e taxas de crimes verificadas em sociedades capitalistas com as verificadas em sociedades socialistas.
Teoria das atividades de rotina	1979	Lawrence Cohen e Marcus Felson	Correlacionando informações entre atividades familiares, hábitos de consumo e negócios com taxas de crimes.
Teoria da eficácia social (ou teoria da desorganização social reformulada)	1989	Robert Sampson Bryan Groves	Emprego de modelos hierárquicos lineares com o objetivo de verificar se controlando pelas variações individuais, de fato, as condições estruturais da vizinhança determinam o comportamento criminoso.
Teoria do autocontrole	1990	Michael Gottfredson e Travis Hirschi	Testes estatísticos realizados a partir de surveys de comportamento, especialmente coletados com estudantes universitários.

Artigo recebido em 26/12/2013 / Aprovado 20/01/2014

José Vicente Tavares dos Santos*

SOCIÓLOGOS DO FUTURO: NEOARTESANATO INTELLECTUAL E ENGAJAMENTO POLÍTICO

RESUMO

Este texto parte de uma questão: o que é ser aprendiz de Sociologia em um tempo de incertezas? Nos últimos anos, os jovens estão vivendo um tempo de instabilidade, no qual houve a precarização do trabalho e a vivência do labirinto da vida. Passam a experimentar a fragmentação, a vulnerabilidade, alguns o enclausuramento e a morte. Torna-se, portanto, importante relembrar a imaginação sociológica, a arte da descoberta e a necessidade de construir uma explicação para as novas formas do social posicionada no contexto da mundialização da sociedade. O processo da investigação nas Ciências Sociais pode ser entendido como um ato de criação de conhecimento sobre a realidade social, orientado por uma fecunda relação entre a teoria, a observação e a interpretação. Desde a sociologia clássica, alguns axiomas do pensamento sociológico podem ser identificados, cujas múltiplas combinações conceituais permitem delinear algumas características do momento teórico da Sociologia Mundial. Os elementos do pensamento sociológico – investigação científica, engajamento político e imaginação sociológica – foram se forjando em uma tensa e estimulante inserção na perspectiva do espaço - tempo social, unindo o rigor investigativo e o pensamento crítico aos processos de transformação social. Aparece urgências em uma época de tecer utopias no espaço – tempo não linear, no difícil encontro de experiências inovadoras, a fim de simular, ou antecipar, a reconstrução dos laços sociais, dos afetos e das paixões. Tempos em que renasce a esperança pelo labor sociológico dos jovens.

Palavras-Chave: Juventude; Produção Sociológica; Incerteza; Metodologia de Pesquisa

SOCIOLOGISTS OF THE FUTURE: INTELLECTUAL NEO-CRAFTSMANSHIP AND POLITICAL ENGAGEMENT

Jose Vicente Tavares dos Santos

ABSTRACT

This text sets out from a question: what does it mean to be an apprentice of Sociology in a time of uncertainties? Young people today are living in

*Sociólogo, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1977) e Doutor em Sociologia (Doctorat d'Etat) pela Université de Paris X, Nanterre(1987). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Universitário da UFRGS. Pesquisador do CNPq (nível I-A), Diretor do ILEA - Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS. Membro do: RC-29 Social Control and Deviance (Vice-Presidente 2010-2014) da ISA - Associação Internacional de Sociologia; Conselho Diretivo do CLACSO Conselho Latino-americano de Sociologia (2007-2009; 2009=2011) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2009-2011; Conselho Fiscal, 2011-2012). Autor de diversos artigos e livros nacionais e internacionais sobre Segurança, Violência, Democracia, América Latina.



a period of considerable instability with work becoming more precarious and life ever more of a labyrinth. They experience fragmentation and vulnerability, and some enclosure and death. In this context it is important to recall the sociological imagination, the art of discovery and the need to construct an explanation for the new forms of the social emerging from the globalization of society. The investigative process in the Social Sciences can be understood as an act of creating knowledge about social reality, guided by a fertile relationship between theory, observation and interpretation. A number of axioms of sociological thought can be identified from classic sociology onwards that, combined conceptually in multiple ways, allow us to delineate various contemporary theoretical dimensions of World Sociology. The elements of sociological thought – scientific investigation, political engagement and sociological imagination – were forged within a tense and stimulating immersion in social space-time, combining investigative rigour and critical thought with processes of social transformation. Urgent issues appear in a period of utopias interwoven in non-linear space-time, in the difficult encounter of innovative experiences, with the aim of simulating, or anticipating, the reconstruction of social ties, affects and passions. Times in which hope is reawakened through the sociological work of the young generation.

Keywords: Youth; Sociological production; Uncertainty; Research methodology.

SOCIOLOGUES DU FUTUR : NÉOARTISANAT INTELLECTUEL ET ENGAGEMENT POLITIQUE

José Vicente Tavares dos Santos

RÉSUMÉ

Ce texte part d'une question : qu'est-ce être apprenti en sociologie en temps d'incertitude ? Au cours de ces dernières années, les jeunes vivent un temps d'instabilité, connaissent la précarisation du travail et se débattent dans le labyrinthe de la vie. Ils font l'expérience de la fragmentation, de la vulnérabilité, et, pour certains, de l'enfermement et de la mort. Il devient donc important d'en revenir à l'imagination sociologique, à l'art de la découverte et au besoin de construire une explication à ces nouvelles formes du social positionnée dans le contexte de la mondialisation de la société. Le processus de l'enquête dans les Sciences sociales peut être compris comme un acte de création et de connaissance sur la réalité sociale dès qu'il est guidé par une relation féconde entre théorie, observation et interprétation. Dans cette sociologie classique, on peut identifier certains axiomes de la pensée sociologique dont les multiples combinaisons conceptuelles permettent de saisir quelques-unes des caractéristiques du moment théorique de la Sociologie mondiale. Les éléments de la pensée sociologique – enquête scientifique, engagement politique et imagination sociologique – se sont forgés en une insertion intense et stimulante dans la perspective de l'espace – temps social, unissant la rigueur investigatrice et la pensée critique à des processus de transformation sociale. Des urgences surgissent à l'heure de tisser des utopies dans l'espace – temps non linéaire dans la difficile rencontre d'expériences innovatrices afin de simuler ou anticiper la reconstruction de liens sociaux, d'affects et de passions. Temps où renaît l'espoir par le travail sociologique des jeunes.

Mots-clés : Jeunesse ; Production sociologique ; Incertitude ; Méthodologie de recherche.

José Vicente Tavares dos Santos

SOCIÓLOGOS DO FUTURO: NEOARTESANATO INTELLECTUAL E ENGAJAMENTO POLÍTICO

O que é ser aprendiz de Sociologia em um tempo de incertezas? Nos últimos anos, os jovens estão vivendo um tempo de instabilidade, no qual houve a precarização do trabalho e a vivência do labirinto da vida. Passam a experimentar a fragmentação, a vulnerabilidade, alguns o enclausuramento e a morte.

O tempo social move-se por uma aceleração virtual, permeado por uma tensão entre o tempo cíclico e o tempo imaginário do futuro, pois não vivemos mais o tempo linear. A cultura moderna foi montada pela ideia de tempo evolutivo, da noção de progresso, do evolucionismo cultural que passou à sociologia com Spencer. Isso não existe mais: vivemos em tempos não-lineares (PAIS, 2011).

Mas não apenas o mundo está em crise, a ciência também. Se acompanharmos a filosofia das ciências desde Bachelard, Khun, Feyerabend, Morin, Boaventura, Gonzalez Casanova e outros, todos se definem por uma epistemologia pós-cartesiana. Ou seja, a ideia de ruptura epistemológica e a noção subsequente de Boaventura pela qual deveríamos exercer uma dupla ruptura epistemológica, não apenas em relação ao senso comum, mas, em seguida, ruptura com o conhecimento científico para criar um novo senso comum (SOUZA SANTOS, 2000, 2003, 2009). Ou seja, o processo de construção do conhecimento passa pela



ruptura epistemológica, pela revolução científica e por uma reflexividade sobre a própria ciência.

Relembrar a imaginação sociológica é assinalar uma nova sensibilidade, a arte da descoberta e a necessidade de construir uma explicação para as novas formas do social posicionada no contexto da mundialização da sociedade (BARREIRA, 2003). Emerge, então, uma nova postura intelectual na qual a busca da explicação do social passa pelo prazer do texto e pelo uso das novas metodologias informacionais, forjando um neoartesanato intelectual na contemporaneidade. Alguns passos são importantes para desenvolver tal tarefa.

2. A construção do objeto

O processo da investigação nas Ciências Sociais pode ser entendido como um ato de criação de conhecimento sobre a realidade social, orientado por uma fecunda relação entre a teoria, a observação e a interpretação. O passo fundamental na produção crítica do conhecimento sociológico consiste na distinção epistemológica entre o objeto real e o objeto científico, ou a passagem de uma questão social a uma questão sociológica.

A questão social tem sido, desde o nascedouro das Ciências Sociais, o acicate do pensamento sociológico, desde as primeiras pesquisas sobre a pobreza nas grandes cidades europeias, por Engels e Le Play, ou sobre as transformações do campesinato no processo de acumulação primitiva do capital, em Marx. Todavia, a questão social é apenas um momento instigador, pois é preciso que haja a metamorfose dessa questão social em uma questão sociológica, a fim de que possamos ultrapassar o imediato da percepção social e das visões ideológicas que toldam a descrição e a interpretação sociológica da sociedade.

Pensar o trabalho sociológico, deste modo, implica assumir o questionamento da prática do sociólogo, e, no que se refere à investigação, implica a interrogação permanente sobre as condições e limites do emprego das noções e conceitos, da validade de seu uso e da

utilização dos métodos e técnicas de investigação em função de cada objeto de pesquisa.

Nossa orientação epistemológica tenta apreender o conhecimento em seu movimento, pela prática da descoberta. Supõe um “novo espírito científico”, que se define pela criação e produção de noções e conceitos capazes de construir verdades relativas, por um procedimento de incessante aproximação da verdade dos processos, dos detalhes e dos sonhos que constroem o social.

O conjunto de operações intelectuais assim desenvolvidas permitirá o reconhecimento dos obstáculos epistemológicos presentes nas teorias disponíveis sobre um determinado objeto científico, sejam obstáculos provenientes do senso comum, sejam advindos de um antigo conhecimento vulgarizado.

Em segundo lugar, tenta-se valorizar o erro como fundamento das verdades relativas, pois parte-se do primado do conhecimento como um processo de retificação permanente, o qual caminha por uma ruptura contínua, sempre colocando em causa os princípios de construção do sistema teórico. Há, portanto, um privilegiamento da lógica da descoberta em relação à lógica da prova, pois se trata de uma atitude científica que se orienta pelo desconhecido e que ousa afirmar o “por quê não» das alternativas explicativas.

O objeto científico é o resultado de um processo de trabalho, protagonizado por um sujeito coletivo de conhecimento, o qual envolve elementos teóricos e práticos, processo pelo qual o objeto científico, confrontado com os objetos reais, deverá ser conquistado, construído e constatado (BOURDIEU et alii, 1972).

Conquistado, em primeiro lugar, face ao senso comum e contra as pré-noções formadas pela percepção social. Tal procedimento também se ergue contra a sociologia convencional, esse pensamento vulgar que foi o pensamento científico de ontem; ou, muitas vezes, o dogmatismo fácil, até mesmo produzido por uma militância generosa, que tende a toldar nossa capacidade de apreensão dos dinamismos da sociedade e a se cristalizar em representações ideológicas. Trata-se, aqui, de partir e, depois, de ultrapassar o “problema social”

ou a “questão social”, sem nunca esquecê-la, a fim de, mais tarde, poder reencontrá-la, explicada, enquanto questão sociológica.

Em segundo lugar, o objeto científico precisa ser construído. Isso na definição provisória do objeto, constituindo um sistema de relações pela interação recíproca entre estrutura e ação, pela qual dimensões do objeto real são organizadas pelo conhecimento teórico, de modo a atingirmos o objeto científico, o problema sociológico. Aqui está o núcleo do trabalho sociológico, o senso da problematização, a capacidade intelectual de levantar questões tanto para o social - questões produzidas pela história e pelas lutas sociais de nosso tempo - quanto para o sociólogo que sobre elas se debruça. A dupla errância do sociólogo consiste em um caminho de problematizações, de formular hipóteses, ou seja, de enumerar respostas prováveis e provisórias, mas possíveis e necessárias, às questões da investigação e da interpretação sociológica.

O terceiro momento é o da constatação: trata-se de efetivar a verificação das hipóteses elaboradas acerca do objeto científico, mediante o recurso da experiência, definida como uma relação que se estabelece entre o teórico e o objeto real, operacionalizada pelos métodos e técnicas de investigação, os quais não são senão “teorias em ato” (BACHELARD, 1990). Esta operação supõe o exercício da vigilância epistemológica em seus três graus: a atenção sobre os fatos e acontecimentos relevantes para o objeto científico; o cuidado com a aplicação rigorosa dos métodos de investigação e de interpretação; enfim, a vigilância reaparece quando ela julga os métodos em si mesmos, como um momento de seu próprio procedimento de apreensão do real.

O conjunto de operações intelectuais assim desenvolvidas permite o reconhecimento dos obstáculos epistemológicos presentes nas teorias disponíveis sobre um determinado objeto científico. Pensar o trabalho sociológico desse modo implica assumir o questionamento da prática do sociólogo. Essa orientação epistemológica tentar apreender o conhecimento em seu movimento, mediante a prática da descoberta. Supõe um “novo espírito científico”, que se define pela criação e produção de noções e conceitos capazes de construir verdades relativas, por um procedimento incessante (BACHELARD, 1984).

As transformações dos padrões de cientificidade nas ciências humanas, dinamizadas pelas transformações sociais recentes, resultaram em um elenco de questões teóricas, marcadas por ambiguidades, tensões e dinamismos, as quais compõem um horizonte intelectual criativo e estimulante para o trabalho dos cientistas sociais.

3. As heranças do pensamento sociológico

Conhecer em Sociologia significa descobrir o invisível, aquilo que ainda não foi percebido como fenômeno social. Perceber não é apenas uma operação cognitiva, consiste em mostrar a tensão entre a razão e a paixão na Sociologia, cuja episteme foi desenvolvida na virada do século XIX para o século XX enquanto uma terceira cultura, em face da literatura e da ciência natural, para tentar explicar a modernidade. Recentemente, Boltanski propôs uma analogia entre o romance policial, a psiquiatria e a sociologia, irmanadas em uma busca, mediante a enquete, de uma realidade escondida sob o real (LEPENIES, 1996; BOLTANSKI, 2012).

Como reencontrar no pensamento sociológico elementos para estabelecer essa possibilidade da investigação nas Ciências Sociais? Como encontrar ferramentas para desenvolver o processo de investigação e interpretação sociológico em nosso tempo?

Devemos a Wallerstein uma síntese da herança clássica do pensamento sociológico, expressa em axiomas (WALLERSTEIN, 1999):

Axioma 1 - A realidade dos fatos sociais: existem grupos sociais que têm estruturas racionais e explicáveis, as quais poderiam ser analisadas pelos conceitos de fato social, divisão do trabalho social, anomia e efervescência. Esta é contribuição de Émile Durkheim.

Axioma 2 - A historicidade dos conflitos sociais: todos os grupos sociais contêm subgrupos que estão dispostos em uma hierarquia, estão em contradição uns com os outros, e disputam o poder em uma sociedade, o que poderia ser explicado pelos conceitos de mercado-

ria, mais valia, acumulação de capital e violência estrutural. Temos aqui a obra de Karl Marx.

Axioma 3 - A existência de mecanismos de dominação para conter os conflitos: na extensão em que os grupos/estamentos contêm seus conflitos, é em larga parte porque subgrupos de baixa posição atribuem legitimidade para a estrutura de autoridade do grupo nos setores que permitem ao grupo sobreviver. Max Weber nos legou para interpretar tais processos os conceitos de ação racional, tipos de dominação, legitimidade e racionalização.

Talvez possamos, agora, identificar na Sociologia contemporânea uma série de novos axiomas do pensamento sociológico, a partir do ponto de vista da conflitualidade:

Axioma 4 – O produto da reconstrução sociológica da realidade é um conhecimento sintético que se funda em procedimentos empírico-indutivos de observação e interpretação. Trata-se da construção do conhecimento sociológico mediante o entrelaçamento de conceitos clássicos frente a novos objetos sociológicos. Os métodos operam com a construção de tipos: no método da compreensão, o tipo ideal (Weber); no método objetivo, o tipo médio (Durkheim); e no método dialético, o tipo extremo (Marx). Tal contribuição nos foi deixada por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1960, 1967)

Axioma 5 – A possibilidade das ciências humanas deu-se no momento em que se alinhou à positividade do viver, do produzir e do falar, a representação que os homens fazem desta positividade. A Sociologia começa por uma reflexão sobre o binômio regra e conflito, sendo que Michel Foucault nos legou os conceitos de saber – poder, de sociedade disciplinar, de governamentalidade e de práticas de si para explicar a modernidade (FOUCAULT, 1975, 1976, 1997, 2004).

Axioma 6 – A computação passa a ser considerada um elemento central do processo cognitivo, pois “devemos completar o cogito ergo

sum cartesiano por um cogito ergo computo ergo sum”, escreve Edgar Morin, o qual entende o conhecimento como uma relação construtiva a partir de princípios e regras que permitem constituir sistemas cognitivos articulando informações, signos, símbolos na solução de problemas teóricos e práticos (MORIN, 1986, 1994).

Axioma 7 – O rigor dos processos de construção do objeto de investigação fornece a demonstração multidimensional e relacional da realidade social, em postura que Pierre Bourdieu define como estruturalismo genético. Tal sociologia reflexiva nos traz os conceitos de campo, de habitus e de superação da antinomia saber acadêmico/inserção política, vivenciando sociologicamente a “miséria do mundo” (BOURDIEU, 1973, 1979, 1993, 2002).

Axioma 8 – A produção da sociedade realiza-se por lutas sociais, fragmentárias e parciais, e por movimentos sociais, eivados de historicidade, totalidade e identidade, ambas essas formas reafirmando a ação de sujeitos coletivos, escreve Alain Touraine (TOURAINÉ, 1973, 2007).

Axioma 9 – O objeto da Sociologia, no fim do século XX, passou por uma mutação para a sociedade global, a qual redefine os processos, relações e estruturas, sobre raças e classes sociais, em um novo “labirinto da sociedade latino-americana”, nos deixou a clarividência de Octavio Ianni (IANNI, 1992, 1993, 2000).

Axioma 10 – Sobre os três pilares que fundaram a explicação da modernidade – regulação, mercado e comunidade – a ciência e o direito modernos privilegiaram os dois primeiros, restando o pilar da emancipação como tarefa de democracia infinda das epistemologias do sul, desafia Boaventura de Sousa Santos (SOUSA SANTOS, Crítica e Epistemologias do Sul 2009).

Axioma 11 – As redes sociais de comunicação introduzem um novo poder na sociedade contemporânea, potencializado pelas tec-

nologias da informação, as quais chegam a forjar novíssimos movimentos sociais (CASTELLS, 1999, 2009).

Axioma 12 – A sociedade está composta por processos e conflitos agrários e urbanos, explicáveis a partir de uma sociologia da historicidade da vida cotidiana, mediante a pesquisa empírica rigorosa, visual e orientada teoricamente, desde a fronteira ao subúrbio, nos ensina José de Souza Martins (MARTINS, 1991, 1994, 2013)

Muitos outros axiomas certamente poderiam ser adicionados, tarefa a exigir um trabalho coletivo. Deste conjunto inicial de ferramentas, em múltiplas combinações conceituais significativas, emergem algumas características do momento teórico da Sociologia mundial.

A primeira característica do movimento teórico atual localiza-se na crítica ao modelo positivista de cientificidade, colocando em questão vários de seus elementos: a recusa da relação externa entre sujeito-objeto; o abandono dos determinismos e da unicausalidade; e a crítica ao evolucionismo cultural e à ideia de progresso (GONZÁLEZ CASANOVA, 2004).

A segunda característica é uma explicitação da relação poder-saber pelo desvelamento das implicações operativas que as diversas ciências humanas tiveram – desde sua emergência, no século XIX – vinculando-as aos dispositivos de poder-saber, pois afloram enquanto tecnologias dos poderes na sociedade capitalista.

A terceira marca distintiva dos estudos atuais em ciências humanas é que as epistemologias pós-cartesianas, orientadas pelo indeterminismo, pela probabilidade e pela figura dos fractais, vêm a configurar um novo padrão epistemológico, orientado pela transdisciplinaridade e pela sustentabilidade (BAUMGARTEN, 2008). Passa-se a aceitar o componente subjetivo no processo de conhecimento nas ciências humanas, o inconsciente e a contratransferência (TEIXEIRA, 1991; DEVE-REUX, 1998); temos agora fenômenos complexos e multidimensionais; e aceitamos combinatórias de conceitos capazes de serem úteis a nossas pesquisas, mesmo que oriundos de distintas teorias gerais.

Em quarto lugar, a capacidade dos pesquisadores em incorporar ao trabalho cotidiano as possibilidades abertas pelas metodologias informacionais que, ao superar a antinomia qualitativo – quantitativo, revolucionam o modo de cognição da sociologia.

Poderíamos, então, combinando criativamente ferramentas conceituais, desenvolver um saber transdisciplinar, envolvendo as ciências sociais e as demais ciências e humanidades, para interpretar certas dimensões fundamentais da realidade social: sobre as estruturas e as práticas sociais, os processos e as relações sociais, as diversas morfologias sociais e instituições, e as representações coletivas e lutas sociais.

4. As metodologias informacionais

Vivenciamos um momento profícuo de transformações no trabalho sociológico, no qual a lógica da crítica, a perspectiva da descoberta científica e o espírito criativo foram alterados pela constituição das coletividades científicas informacionais. Os microcomputadores, os programas aplicativos, as bases de dados, as redes, a rede mundial da internet, produziram mudanças no tempo, no espaço, na memória, na observação e na interpretação, ou seja, nos modos de trabalho dos cientistas sociais, nos pesquisadores e nos estudantes.

Existe um uso contumaz das metodologias de investigação, quantitativas ou qualitativas; em alguns, há imersão nas metodologias informacionais; mais raramente, encontra-se a reflexão epistemológica sobre a metodologia nas ciências sociais. Esta alternativa residiria na constituição pelas coletividades informacionais de núcleos de atividades sociológicas e informacionais (LIMA, 2004, p. 305).

O desafio intelectual é questionar em que medida essas teorias em ato, essas ferramentas do processo cognitivo, acarretam novas implicações para a lógica da investigação e da explanação nas ciências sociais. Ou seja, a perspectiva da criatividade envolvendo as ciências sociais pode ser potencializada pelas metodologias informacionais: um neoartesanato intelectual. Cabe refletir sobre esta novidade.

Em primeiro lugar, a construção das categorias compreensivas – especificadas, seriais ou hierarquizadas – com base nos alvos intelectuais da pesquisa é condição necessária para converter a navegação no ciberespaço em viagem orientada de largo curso a fim de, realizada a condição de operar com conceitos, se chegar a informações e explicações sociológicas pertinentes, local e globalmente pois a internet é um espaço social, uma economia redistributiva virtual (POSTER, 2001).

Em segundo lugar, o estudo sobre redes sociais aparece em número crescente. Os métodos de análise de redes sociais incluem medidas de centralidade, identificação de subgrupos, análise de papéis, teoria dos gráficos, e análise estatística baseada em permutas. Contém ainda, rotinas de análise matricial e análise multivariada. Podem ser gerados dois resultados: um resultado textual e um conjunto de dados, composto por uma ou mais matrizes, que podem ser realimentadas no programa para novos procedimentos. O segundo possibilita a modelagem estatística e oferece recursos para métodos descritivos que permitem a constatação de grupos coesos (cliques) e regiões (componentes, cores), para análises de centralidade, de redes a partir de uma posição determinada no espaço social.¹

Em terceiro lugar, a elaboração dos diagramas da modelagem cognitiva ou mapas cognitivos, de forma a registrar relações de sentido e possibilitar ao pesquisador – pela superposição de dados quantitativos e de informações discursivas, em contextos espaço-temporais delimitados – reconstruir as relações de significado, demonstrá-las e desenvolver a interpretação sociológica². Em outras palavras, estamos nos referindo à elaboração de cartografias simbólicas, um diagrama que assinala as posições e as relações das dimensões cognitivas dos agentes sociais, ou seja, a modelagem das categorias relativas à memória, percepção e ao conhecimento do mundo social. As cartografias

¹ Limas, Rubeniki F. & Dantas, Geórgia G. C. O Uso de Softwares para a Análise de Redes Sociais O Uso de Softwares para a Análise de Redes Sociais. In: **Memex** (Ano 06, Nº 13). Por exemplo, o programa UCINET.

² Os programas aplicativos a serem utilizados poderiam ser o NVIVO10, o EXCEL ou o MAPINFO, entre outros.

sociais e simbólicas possibilitam organizar e hierarquizar as representações sociais e as relações múltiplas que entre elas se estabelecem, em um campo social. (SOUSA SANTOS, 2000, p. 204). De modo recíproco, tais representações sociais expressam, simbolicamente, as práticas e experiências sociais, políticas e culturais dos agentes sociais em um campo social determinado (LECHNER, 2002, p. 27).

Em quarto lugar, a análise de mensagens qualitativas não-estruturadas pode ser realizada mediante alguns programas, entre eles o NVIVO10. Este aplicativo produz um ambiente informacional no qual se pode criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas possibilidades analíticas. Este programa realiza uma análise de conteúdo qualitativa de discursos: a noção básica – “Nós” ou Categorias – significa recipientes para ideias, juízos prováveis, sobre as informações. Residem, neste ponto, a reversibilidade e a flexibilidade da ferramenta, pois permite leituras desde o nível mais geral ao nível particular, deste ao singular – do senso comum ou das denominações no mundo vivido – e reciprocamente do singular ao particular e ao nível geral (RICHARDS, 2002).

Em quinto lugar, a análise de dados estatísticos e séries temporais, um procedimento utilizado desde a sociologia clássica para objetivar a realidade social, adquire novas facetas mediante a análise multivariada, a construção de clusters e a análise de correspondência, como pode ser visto nas obras de Pierre Bourdieu.

Neste sumário, pode-se perceber o quanto a linguagem informacional permite a superação de antigas antinomias, pelo uso combinado e aplicado de diversos métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, e pela transformação de qualquer material em fonte de dados e informações, configurando um padrão de trabalho científico que poderíamos denominar de sociologia informacional.

Nos procedimentos da sociologia contemporânea, residiria a disseminação de um habitus de pesquisa, marcado pelos seguintes elementos: dúvida metódica e questionamento dos objetos, métodos e hipóteses do trabalho científico; utilização da informática em todos

os momentos do processo de trabalho sociológico; disciplina do cotidiano da pesquisa; organização flexível do trabalho; lugar para o questionamento e a criatividade; e responsabilidade social inelutável. Resta, para as instituições de ciências sociais, um longo trabalho de formação para ampliarmos a imaginação sociológica neste mundo de incertezas.

5. Novos desafios para a Sociologia

As transformações sociais e as urgências da vida coletiva fazem com que os grupos sociais solicitem os saberes em ciências humanas para explicar os processos sociais e históricos. Isso implica no estabelecimento de uma nova relação entre o saber em ciências humanas e as diferentes modalidades de exercício de poder, relação de convivência e de diálogo.

Supõe, também, uma afirmação de prestação pública de contas, de responsabilidade pública e de obediência à ética, por parte dos professores e pesquisadores praticantes das ciências humanas, tanto pela importância social de seu saber quanto pelo poder que seu discurso e sua ação passam a exercer nas coletividades humanas.

O afluxo de jovens às instituições acadêmicas e científicas demonstra o quanto a Sociologia vem sendo reconhecida pela sociedade brasileira como um saber construtor de uma autoconsciência crítica da realidade social (FREYER, 1944). Os elementos do pensamento sociológico – investigação científica, engajamento político e imaginação sociológica – foram se forjando em uma tensa e estimulante inserção na perspectiva do espaço-tempo social, unindo o rigor investigativo e o pensamento crítico aos processos de transformação social.

Estamos em uma época de tecer utopias no espaço-tempo não linear, no difícil encontro de experiências inovadoras, a fim de simular, ou antecipar, a reconstrução dos laços sociais, dos afetos e das paixões.

Ainda que em uma era de incerteza, estamos em tempos de viver a vida como tensão criativa, possibilidades de tempos de liberdade ad-

vindos da participação dos jovens nas ruas e nas redes sociais. Cresce a possibilidade da sociologia renovar-se, ao ser praticada como saber reflexivo e prática transformadora, a enorme esperança nos sociólogos do futuro.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **Le nouvel sprit scientifique**. Paris, PUF, 1984 (1ª ed. 1934).

_____, Gaston. **Le matérialisme rationnel**. Paris, PUF, 1990 (1ª ed. 1953).

BAUMGARTEN, Maíra. **Conhecimento e Sustentabilidade**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

BARREIRA, César (org.). **A Sociologia no Tempo: memória, imaginação e utopia**. S. P. Cortez, 2003.

BOURDIEU, P. & CHAMBOREDON, J.C & PASSERON, J. **Le métier de Sociologue**. Paris, Mouton, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris, Minuit, 1979.

_____. **La Misère du Monde**. Paris, Seuil, 1993 (Ed. Brasileira : VOZES)

_____. **Interventions, 1961-2001**– Sciences Sociales & action politique. Marseille, Agone, 2002.

BOLTANSKI, Luc. **Enigmes et complots: une enquête à propos des enquetes**. Paris, Gallimard, 2012.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. **Communication Power**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009.

DEVEREUX, Georges. **De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement**. Paris, Aubier, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Paris, Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. **La Volonté de Savoir** (Histoire de la Sexualité I). Paris, Gallimard, 1976

_____. **Il faut défendre la société**. Paris, Gallimard/Seuil, 1997

_____. **Naissance de la Biopolitique**. Paris, Gallimard / Seuil, 2004.

FREYER, Hans. **La sociología, ciencia de la realidad. Fundamentación lógica del sistema de la sociología**. Buenos Aires: Losada, 1944.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Las Nuevas Ciencias y las Humanidades – De la Academia a la Política**. Barcelona, Anthropos / México, UNAM, 2004.

IANNI, Otávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

_____. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis, Vozes, 1993

_____. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. R.J., Civilização Brasileira, 2.000.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1988 (ed. original americana: 1962).

LECHNER, Norbert. **Las sombras del mañana** (la dimensión subjetiva da política). Santiago, LOM, 2002; LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. S. P., Ed. 34, 1999;

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo, Edusp, 1996.

LIMA, Gilson. **A reconstrução da realidade com a Informação Digital: a emergência da dupla competência sociológica**. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2004 (Tese de Doutorado).

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3.ed. S. P. : HUCITEC, 1991.

_____. **O Poder do Atraso** (ensaios de Sociologia da História Lenta). S. P. HUCITEC, 1994.

_____. **A Sociologia como aventura**. São Paulo, Contexto, 2013

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina. (edição Original: 1986), 1999.

_____. **Ciência com consciência.** Portugal, Europa-América, 1994.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates,** Porto, AMBAR, 2001.

POSTER, Mark. **What's the Matter with the Internet ?** Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 2001.

Revista SOCIOLOGIAS: **Dossiê “As Metodologias Informacionais: um novo padrão de trabalho científico para as Sociologias do Século XXI?”** Porto Alegre, PPG em Sociologia, IFCH – UFRGS, ano 3, nº 5, janeiro-junho de 2001.

RICHARDS, Lyn. **Using Nvivo in Qualitative Research.** Melbourne, Austrália, Qualitative Social Research (QSR-International), 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente.** Porto, Afrontamento, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** Porto, Afrontamento, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades.** Porto Alegre, Tomo Editorial, 2009.

_____. “A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais”. In: **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, v.3, n.3, p. 55-1988 (Número temático: Metodologias de Pesquisa).

_____. “A Aventura Sociológica na Contemporaneidade”. In: ADORNO, Sérgio (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade.** Porto Alegre, Editora da UFRGS/Sociedade Brasileira de Sociologia, 1995, p. 73-84 (Número especial Cadernos de Sociologia, PPG - Sociologia - UFRGS).

_____. “As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI”. In: **Revista SOCIOLOGIAS.** Porto Alegre, PPG em Sociologia, IFCH – UFRGS, ano 3, nº 5, janeiro-junho de 2001, p. 114-146.

_____. “O aprendiz de Sociólogo em um tempo de incertezas”. In: DWYER, Tom; REGO, Murilo; BARREIRA, César (orgs.). **Sociologia e Conhecimento: além das fronteiras**. Porto Alegre, Tomo, 2005, p. 21-31.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; BAUMGARTEN, M. Sociedade da informação: as metodologias inovadoras no ensino contemporâneo da Sociologia. In: Carlos Benedito Martins. (Org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 231-259.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz . **A Teoria da Sociedade em Freud**. São Paulo, E.P.U. 1991.

TOURAINE, Alain. **Penser autrement**. Paris, Fayard, 2007

_____. **Production de la Société**. Paris, Seuil, 1973.

WALLERSTEI, Immanuel The Heritage of Sociology, the Promise of Social Science” (Presidential Address, XIVth World Congress of Sociology, Montreal, 26 July 1998) In: **Current Sociology, January 1999**; vol. 47, 1: pp. 1-37.

Artigo recebido em 18/11/2013 / Aprovado 15/01/2014

Roberta dos Reis Neuhold*

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO DE PORTUGAL

RESUMO

Esse artigo inicia uma incursão pela história da Sociologia em Portugal para analisar os sentidos a ela atribuídos quando introduzida nos planos de estudos do ensino secundário, em meio ao movimento de redemocratização do país fortalecido em meados da década de 1970. Recorre a entrevistas e, sobretudo, pesquisa documental e bibliográfica, tendo como foco a legislação educacional, manuais didáticos e propostas curriculares oficiais. Aponta que, como no ensino superior, havia a expectativa, entre os cientistas sociais, de que a Sociologia, por um lado, fornecesse aos jovens fundamentos teóricos e métodos de intervenção em uma sociedade em intensa transformação; e, por outro lado, que lhes proporcionasse conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma provável formação vocacional, despertando o interesse pelo prosseguimento dos estudos na área das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino secundário (Portugal); Sociologia (Portugal).

NOTES ON THE HISTORY OF SOCIOLOGY IN PORTUGAL'S SECONDARY EDUCATION

Roberta dos Reis Neuhold

ABSTRACT

This paper discusses the history of sociology in Portugal to analyze the meanings assigned to it when it was included in the curriculum of secondary education for the first time. The article uses interviews, and above all, documental and biographic research, with a focus on educational legislation and textbooks. It shows that, in higher education, social scientists wanted sociology to provide students with theoretical foundations and methods of intervention in a society that was going through political, cultural, social and economic changes, as well as providing the students with knowledge to spark their interest in the Social Sciences and the pursuit of studies in this field.

Keywords: Curriculum. Teaching Sociology. Secondary education. Textbook. Sociology (Portugal).

*Mestre em Sociologia (Universidade de São Paulo), especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (Universidade Federal Fluminense), bacharel e licenciada em Ciências Sociais (USP) e Pedagogia (Universidade Federal de São Carlos). Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, na linha de Sociologia da Educação, com período sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal. Tem experiência na área de Sociologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia da Educação, Sociologia Política, ensino de Sociologia e movimentos sociais.

NOTES SUR L'HISTOIRE DE LA SOCIOLOGIE DANS L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE DU PORTUGAL

Roberta dos Reis Neuhold

RÉSUMÉ

Cet article fait une incursion dans l'histoire de la sociologie au Portugal pour analyser les sens qui lui ont été attribués quand elle fut introduite dans les programmes d'études de l'enseignement secondaire, au cours du mouvement de redémocratisation du pays renforcé au milieu des années soixante-dix. Il a recours à des entretiens et surtout à une recherche documentaire et bibliographique, en se focalisant sur la législation éducative, les manuels didactiques et les propositions des cursus officiels. Il relève le fait que, comme dans l'enseignement supérieur, les scientifiques sociaux espéraient que la sociologie fournisse aux jeunes d'une part, des fondements théoriques et des méthodes d'intervention dans une société en transformation intense et, de l'autre, qu'elle leur offre les connaissances favorables au développement d'une probable formation vocationnelle, en éveillant l'intérêt à poursuivre des études supérieures dans le domaine des Sciences sociales.

Mots-clés : Enseignement de la sociologie ; Enseignement secondaire (Portugal) ; Sociologie (Portugal).

Roberta dos Reis Neuhold

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO DE PORTUGAL

Apresentação

Este artigo recupera aspectos da história da Sociologia em Portugal para iniciar algumas reflexões sobre os sentidos atribuídos ao seu ensino no sistema escolar, quando da sua inclusão, pela primeira vez, nos planos de estudos do ensino secundário. O foco recai sobre o programa de ensino aprovado em 1976 e o manual didático editado pelo Ministério da Educação, de 1978, mas não se furta de tecer algumas considerações sobre os sociólogos e a profissão docente.

O texto é fruto de uma investigação, ainda em curso, sobre a situação da Sociologia no ensino secundário português. Baseia-se em pesquisa documental (na legislação educacional, em programas e manuais didáticos) e bibliográfica, bem como em entrevistas com professores do ensino secundário e superior. A coleta de dados foi realizada nas bibliotecas da Universidade do Minho e da Universidade do Porto, bem como nos arquivos da Associação Portuguesa de Sociologia e do Ministério da Educação e Ciência.

O artigo inicia-se contextualizando a institucionalização da Sociologia a partir, sobretudo, do fim do Estado Novo, em 1974. Em seguida, localiza a inserção da disciplina no ensino

secundário (com os despachos 63 e 140/1978), para então analisar o programa de ensino formulado para aquela disciplina com base na leitura de um manual didático de Sociologia editado pelo Ministério da Educação (PORTUGAL, [1978?]). Em seguida, propõe algumas reflexões sobre os sentidos atribuídos ao ensino da Sociologia em um contexto social e político que se pretendia democrático e modernizador. Ver-se-á que, como no ensino superior, havia a expectativa, entre os cientistas sociais, de que a Sociologia, por um lado, fornecesse aos estudantes fundamentos teóricos e métodos de intervenção em uma sociedade que passava por uma série de mudanças no campo político, cultural, social e econômico; e, por outro lado, que proporcionasse aos jovens conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma provável formação vocacional, despertando o interesse pelo prosseguimento dos estudos na área das Ciências Sociais.

A institucionalização da Sociologia em Portugal

A consolidação de uma comunidade científica no campo da Sociologia em Portugal remonta a período relativamente recente, posterior a 25 de abril de 1974. Marco do fim do regime autoritário iniciado com o golpe militar de 1926, aquele ano constituiu, no âmbito acadêmico, o ponto de partida de um conjunto de esforços para fomentar estudos sistemáticos sobre a realidade portuguesa, refundando a Sociologia em bases institucionais (PINTO, 2004).

Um dos pioneiros do pensamento sociológico português, Adérito Sedas Nunes (1963, p. 460-461), dizia que, antes de 1974, a situação da disciplina era “muito precária”, com perspectivas limitadas e desfavoráveis de “aquisição de uma sólida e bem definida posição científica”. Segundo José Carlos Ferreira de Almeida (1992, p. 188), além do contexto político de censura, inexistia financiamento para pesquisa na área e, conseqüentemente, maiores incentivos para a reflexão metodológica e epistemológica. Não havia sequer “a possibilidade de uma real formação em qualquer das ciências sociais ou humanas”: o que se ensinavam eram técnicas sociais, fornecendo preparação

profissional com objetivos basicamente práticos, mas não Ciências Sociais; formavam-se consumidores de ciência do social, e não produtores (ALMEIDA, 1968, p. 705-706).

Isso não quer dizer, contudo, que a Sociologia estivesse ausente do cenário intelectual antes de 1974. Quando se refere à década de 1970, Madureira Pinto (2004) alude, por exemplo, à “refundação” ou ao “renascimento” da disciplina, em explícita alusão aos ecos de produção sociológica anteriores à sua consagração institucional nos setores universitários. Como ele, outros autores (CRUZ, 1982. FERNANDES, 1996) rememoram o final do século XIX para localizar estudos sociológicos de influência positivista já em curso no país e até mesmo a permanência da Sociologia, durante uma década, nos planos de estudos da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra¹.

Entretanto, os antecedentes mais próximos ao processo de institucionalização acadêmica da Sociologia desde 1926 remetem aos anos de 1960. A revista **Análise Social**, cujo primeiro volume veio a público em 1963², talvez seja um dos grandes marcos desse movimento. Sabe-se, também, da existência, ainda no decênio de 1960, de “novas escolas particulares” do ensino secundário que, para atender às exigências sociais e políticas que emergiam, lecionavam disciplinas da área de Ciências Sociais (ALMEIDA, 1968, p. 701-702).

Quanto ao ensino superior, o título de “licenciado em Sociologia” ou em áreas afins, como “Política Social” e “Ciências Sociais e Política Ultramarina” (ALMEIDA, 1968, p. 701-702), começou a ser oferecido pelo Instituto de Estudos Superiores de Évora em 1964 (GOMES, 2005, p. 95), embora não fornecesse uma formação sólida em Ciên-

¹ Lecionou-se Sociologia entre 1901 e 1911 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ano em que a disciplina foi substituída por “Economia Política” (PINTO, 2004, p. 12).

² Sobre a história da revista **Análise Social**, ver o depoimento de um de seus idealizadores, Adérito Sedas Nunes (1988). A revista nasceu dentro do Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (PINTO, 2004, p. 15).

cias Sociais³ (ALMEIDA, 1968, p. 704-705). A Sociologia se encontrava, ainda, presente nos planos de estudos de cursos diversificados do ensino superior⁴, tais como Administração Ultramarina, Agronomia e Silvicultura, Arquitetura, Cavalaria e Artilharia, Direito, Engenharia, Estudos Ultramarinos, Infância e Serviço Social (NUNES, 1963).

Sem ignorar essas incursões acadêmicas e os casos, apesar de dispersos, de cadeiras oferecidas no ensino secundário e superior que estabeleciam interlocuções, diretas ou indiretas, com a Sociologia, o fato é que a disciplina estabeleceu raízes no meio universitário e no sistema escolar depois de 1974. A partir dali, desencadeou-se todo um processo para consolidar e expandir os saberes sociológicos e suas práticas profissionais, bem como para formar sociólogos, produzir e divulgar pesquisas, elaborar manuais didáticos e incluir a disciplina no plano de estudos do ensino secundário e superior.

Foi nesse contexto que se criou, em 1974, o primeiro curso propriamente dito de Sociologia, no Instituto Universitário de Lisboa (ISC-TE). Cinco anos depois, a Universidade de Évora e a Universidade Nova de Lisboa ofereceram a mesma licenciatura, estendida em 1985 para a Universidade do Porto, em 1986, para a Universidade da Beira Interior, em 1988, para a Universidade de Coimbra e, em 1989, para

3 Segundo Almeida (1968, p. 704-705), a nomenclatura “licenciatura em Sociologia”, título oferecido pelo Instituto de Estudos Superiores de Évora, no âmbito dos cursos voltados para a “formação de dirigentes”, era imprópria. A despeito de o ato de aceitar, “pública e oficialmente, pela primeira vez em Portugal, a existência de uma licenciatura com tal designação”, representar um avanço, o curso do Instituto de Estudos Superiores de Évora formava profissionais para dirigirem obras sociais e não especialistas em um ramo da ciência. Almeida (1968, p. 704-705) indicava que, com tal designação, estava-se “a cimentar o tipo de confusões que importaria desfazer, dificultando a consciência da distinção [...] entre “problema social” e “problema sociológico”, perpetuando as amálgamas conceituais conhecimento [...] e agravando a tendência a considerar o sociólogo, na melhor das hipóteses, como puro técnico de inquéritos”.

4 Sobre os cursos e instituições que ofereciam cadeiras de Sociologia antes da década de 1970, ver Nunes (1963, p. 459-460). Entre as cadeiras, o autor cita: Sociologia Geral, em cursos de Engenharia, de Arquitetura e de Serviço Social; Introdução à Sociologia, Metodologia das Ciências Sociais e Seminário de Investigação Social, nos cursos de Administração Ultramarina e Estudos Ultramarinos; História da Agricultura; e Sociologia Rural, no curso de Agronomia e Silvicultura; Introdução às Ciências Sociais, nos cursos de Infância, Cavalaria e Artilharia da Academia Militar (NUNES, 1963, p. 459-460).

a Universidade do Minho. No setor privado, foram abertas licenciaturas em Sociologia (no Instituto Superior de Matemática e Gestão, na Universidade Internacional e na Universidade Lusófona), em Ciências Sociais (na Universidade Autónoma de Lisboa) e em Investigação Social Aplicada (na extinta Universidade Moderna) (ALMEIDA, 1999, p. 7). Quanto aos cursos de pós-graduação, os primeiros mestrados foram oferecidos em 1983 pela Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

A Sociologia, personificada sobretudo na Sociologia da Educação, também foi inserida em outras licenciaturas, com destaque para os cursos de Educação que habilitam seus egressos para a docência no ensino pré-escolar, básico e secundário⁵ (ABRANTES; MENDES, 2010, p. 219).

Ao mesmo tempo em que se expandia no ensino superior, a Sociologia adentrava nos planos de estudos do ensino secundário, compondo os cursos das áreas econômico-sociais e humanísticas e de alguns cursos técnico-profissionais. Ao lado dela, também a Antropologia e a Ciência Política ganhavam espaço no sistema escolar. Essa última, inclusive, possuía um lugar mais consolidado no ensino secundário, herdado de período anterior: segundo o sociólogo Manuel Carlos Silva⁶, já antes de 1974, oferecia-se a cadeira Organização Social do Estado ao 10º e 11º anos do ensino secundário, transformada em Introdução à Política durante a redemocratização. A disciplina mantinha *status* um pouco “mais destacado” do que o da Sociologia, talvez porque, nas palavras do sociólogo, estivesse vinculada a uma “Sociologia Política muito empirista”.

Extrapolando o campo do ensino, convém citar a criação de periódicos de divulgação de pesquisas acadêmicas. À pioneira **Análise Social**, somou-se, em 1978, a **Revista Crítica de Ciências Sociais**, do

⁵ Segundo Abrantes e Mendes (2010, p. 219), constituiu-se um conjunto numeroso de professores de Sociologia da Educação, muitos dos quais sem vínculos, originalmente, com as Ciências Sociais.

⁶ Entrevista concedida à autora em 5 de janeiro de 2012.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a **Sociologia: problemas e práticas**, do Instituto Universitário de Lisboa (1986), a **Sociologia**, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1991), e a **Configurações**, do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (2005).

Quanto às entidades científicas, em 1985, foi fundada a Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Reunia, então, 30 membros, número que se ampliou para 197 em 1988, 505 em 1992, 916 em 1996, 1.660 em 2000 e 1.966 em 2004⁷. Em 1999, Ana Nunes de Almeida (1999, p. 7), presidente da entidade (1994-1998) classificava a APS como a quinta maior associação de sociólogos do mundo, ficando atrás apenas da dos Estados Unidos, Japão, Finlândia e Canadá⁸. A APS organizou o primeiro Congresso Português de Sociologia em 1988, o qual tem mantido, desde então, periodicidade quadrienal.

A introdução da Sociologia nos planos de estudos do ensino secundário

Em Portugal, a inclusão da Sociologia nos planos de estudos do ensino secundário é contemporânea ao seu processo de institucionalização acadêmica, tendo ganhado força de lei em 1978, com a aprovação dos despachos 63 e 140-A/78 (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 19). À época, tornou-se disciplina de formação específica das áreas econômico-sociais e humanísticas, sendo oferecida no 10º ou no 11º ano, com um total de três horas semanais.

No mesmo período, foi integrada aos planos de estudos de cursos técnico-profissionais, como os de Contabilidade, Contabilidade e

⁷ Dados em fase de atualização fornecidos pela Associação Portuguesa de Sociologia em uma sociografia dos seus associados.

⁸ Apenas para fins comparativos, convém pontuar que a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) conta com 1.111 associados (dado de 4 de agosto de 2013), número inferior de filiados reunidos pela Associação Portuguesa de Sociologia em 2004. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), por seu turno, filia apenas sócios institucionais e não pesquisadores individuais, o que dificulta análises comparativas de Portugal com o contexto brasileiro.

Gestão, Assistência Social e Educador Social. Em alguns deles, transfigurava-se na forma de sociologias especializadas, como a Sociologia Desportiva e a Sociologia Agrária nos cursos de Gestor / Animador Desportivo e de Indústrias Alimentares, respectivamente (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 20).

É necessário citar ainda disciplinas relacionadas à Sociologia, como Noções de Psicossociologia e Psicossociologia das Organizações, oferecidas no 12º ano do curso profissionalizante de Administração Pública e no técnico-profissional de Assistente de Gestão (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 20-21).

Antes mesmo da publicação das resoluções que inseriram a Sociologia na área de estudos econômico-sociais e humanísticos do 10º ou do 11º ano do ensino secundário, o programa que orientaria o seu desenvolvimento já havia sido elaborado e entrado em vigor com um despacho da Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário de 5 de maio de 1976.

Data desse período uma espécie de manual didático (PORTUGAL, [1978?]) editado pelo próprio Ministério da Educação para orientar o ensino da Sociologia. Intitulado **Sociologia: 10º ano de escolaridade (Texto de apoio para o 10º / 11º anos de escolaridade)**, foi organizado por Adriano Duarte Rodrigues, graduado em Sociologia, pela Université de Strasbourg, França, e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Uma das seções do manual didático – “Sociologia Rural e Urbana” – contou com a colaboração de Carlos Vieira de Faria, licenciado em Ciências Sociais pelo Institut Catholique de Paris e mestre em urbanismo e movimentos sociais pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, também da França.

O manual didático trazia, em dois volumes, uma antologia de excertos de obras importantes do pensamento sociológico relacionados aos conteúdos inscritos no programa aprovado em 1976. Eram textos de apoio antecédidos por uma breve explanação sobre as noções e os conceitos em pauta e precedidos de referências bibliográficas sucintas, com obras fundamentais que pudessem auxiliar o professor

e o aluno a prolongar os conhecimentos adquiridos. Os autores enfatizaram seus esforços para “tirar o máximo partido da bibliografia existente em língua portuguesa”, assinalando com um asterisco as obras que julgaram de “leitura mais acessível” aos alunos, mas não se furtaram de indicar textos em francês (PORTUGAL, [1978?], p. 5-6, 53. SILVA; RIBEIRO, 1999).

O manual delimitava os conteúdos a serem desenvolvidos na disciplina, dividindo-os em quatro grandes capítulos. O primeiro, com o título “O que é a Sociologia”, apresentava uma noção da disciplina, seus objetos de estudo, métodos e técnicas de pesquisa. O segundo capítulo – “Conceitos fundamentais da Sociologia geral” – versava sobre (1) fenômenos sociais, (2) coordenadas espaciais e temporais da prática social, (3) valores, normas, comportamentos e padrões de cultura, (4) papel e *status*, (5) socialização, (6) classes sociais e estratificação social, (7) ideologia, cultura e contracultura, (8) produção e reprodução social, (9) formas de sociabilidade e tipos de agrupamento e (10) instituição e organização social. Já no segundo volume, o terceiro capítulo – “Algumas sociologias especializadas” – incorporava textos sobre a Sociologia rural, urbana, industrial, política, da família e da comunicação social. O quarto capítulo voltava-se para as “Teorias sociológicas e perspectivas hermenêuticas”, abordando o funcionalismo, o estruturalismo, o marxismo e a teoria sistêmica.

Complementava os quatro capítulos, uma coletânea de trabalhos que poderia ser utilizada livremente pelos professores, de acordo com os assuntos e contextos em que estivessem lecionando. Tratava-se de um conjunto de “pequenos trabalhos sobre aspectos particulares da sociedade tradicional” reunidos sob o título “Retratos da sociedade portuguesa” (PORTUGAL, [1978?]).

Como se vê, a proposta para o ensino da Sociologia, naqueles últimos anos da década de 1970, já pressupunha a análise de exemplos concretos da realidade social vivenciada pelo estudante. Todavia, não renunciava ao estudo dos conceitos e teorias sociológicos, tampouco à leitura de autores clássicos:

Constitui igualmente preocupação dominante deste programa o rigor na sistematização dos conceitos de base. Por isso, se tentou acompanhá-los com excertos de autores clássicos, evitando tanto quanto possível substituí-los por textos de divulgação por vezes duvidosa ou, pelo menos, discutível assim como se pretendeu tirar da mente do aluno a ideia de que a Sociologia se reduz a um discurso espontaneísta sem um quadro de conceitos suficientemente clarificado (PORTUGAL, [1978?], p. 3-4).

Entendia-se, assim, ser possível uma seleção de textos adequados à faixa etária dos alunos, capaz de construir um quadro teórico favorável à análise da realidade social portuguesa. Aos professores, caberia a tarefa de diagnosticar as dificuldades dos discentes na leitura dos textos, reformulando a seleção e buscando outras alternativas, sempre que necessário (PORTUGAL, [1978?], p. 3).

Dos sentidos atribuídos ao estudo da Sociologia no sistema educativo às condições de ensino e docência

Na mesma chave que guiava, em grande medida, o campo acadêmico, tinha-se em vista que a Sociologia no ensino secundário forneceria fundamentos teóricos e métodos de intervenção na sociedade portuguesa que se democratizava, abrigava centros industrializados cada vez mais complexos, passava por um crescente processo de urbanização, desde pelo menos a década de 1950, e conhecia uma série de outras mudanças no âmbito político, cultural, social e econômico. Além disso, esperava-se que estimulasse, entre os alunos, uma provável “formação vocacional”, despertando o interesse de alguns deles para prosseguirem seus estudos no ensino superior nas áreas de Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e, claro, Sociologia. Esses eram os sentidos declarados para a inclusão da Sociologia nos planos de estudos do ensino secundário inscritos no programa de ensino e no manual didático da década de 1970:

A Sociologia deverá fornecer formação e informação fundamentais para os cursos superiores de Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais, este último nos ramos científico e de formação de docentes.

Deverá, além disso, constituir suporte, tanto conceptual como operacional, para uma formação vocacional eventualmente orientada para o domínio da intervenção social.

O programa da disciplina pressupõe o estudo e a análise de exemplos concretos da realidade social, de preferência dentro do âmbito da região em que o aluno vive, relacionando-os com o quadro teórico apreendido (PORTUGAL, [1978?], p. 3).

Com efeito, para membros da comunidade comunitária e do novo governo que se estabelecia, depois de anos sob o jugo de governos autoritários que impuseram o “estrangulamento forçado da produção sociológica” (PINTO, 1997, p. 23), nada mais conveniente do que introduzir, na formação dos jovens estudantes, ferramentas que facilitassem a análise racional da realidade. O trecho a seguir, retirado do manual didático editado pelo Ministério da Educação, ilustra bem essas representações e intenções relacionadas ao ensino da Sociologia no sistema escolar naquele momento:

A ausência de uma disciplina de Sociologia nas escolas portuguesas, tanto a nível secundário como superior, até estes últimos anos é aliás um sintoma da mentalidade pré-industrial que tem caracterizado a sociedade portuguesa. Esta mentalidade torna-se agora cada vez mais anacrônica, à medida que transformações profundas atingem as cidades e os campos do nosso país.

[...] A Sociologia fornece de fato fundamentos teóricos e métodos de intervenção, em função de objetivos e escolhas com que o homem se encontra constantemente confrontado no seio da sociedade industrializada. Fornece ainda instrumentos de análise dos sucessos e dos fracassos que inevitavelmente espreitam a prática

social, tanto no domínio da administração pública ou da planificação econômica, como no âmbito da criatividade ou da transformação cultural e das mentalidades (PORTUGAL, [1978?], p. 4).

A institucionalização da Sociologia no ensino secundário compôs, então, um conjunto de esforços para formar os “primeiros” sociólogos e inserir a disciplina nos quadros institucionais universitários e escolares, bem como para ampliar a produção de pesquisas e divulgá-las, tornando as Ciências Sociais seus objetos de estudo e seus autores conhecidos.

Não se deve perder de vista, porém, que, desde os primeiros anos em que esteve presente nos planos de estudos do ensino secundário até a atualidade, os sociólogos tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de lecionar Sociologia. Isso porque um quadro de habilitações define o perfil de qualificação exigido para que cada cidadão desempenhe determinada atividade profissional. No que diz respeito à profissão docente, o critério é o mesmo e o quadro de habilitações determina quem e qual(is) disciplina(s) os licenciados em diferentes áreas podem ensinar. No quadro de qualificações, as disciplinas são organizadas em “grupos disciplinares” e, para cada um deles, há um ou mais profissionais cuja formação lhes habilita a lecioná-las. Há, contudo, uma hierarquia, dando preferência para alguns licenciados assumirem a função de docente.

No tocante à Sociologia, muitas mudanças marcaram a disputa para definir quem poderia ministrá-la. Em 1979, por exemplo, no grupo de disciplinas do qual a Sociologia fazia parte, os candidatos de primeiro escalão (que tinham prioridade para lecioná-la) eram os portadores de licenciaturas em diferentes cursos de Economia e de Administração de Empresas; no segundo escalão, encontravam-se licenciados em Engenharia Informática e em outros bacharelados e, finalmente, no terceiro escalão, (c) licenciados em Sociologia e Direito (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 21).

O despacho normativo nº 15/1981 de 14 de janeiro revisou o quadro de habilitações e posicionou os licenciados em Sociologia no primeiro escalão, decisão ratificada pelo despacho normativo nº 3/1982,

de 14 de janeiro. Contudo, já em 1983, os licenciados em Sociologia que concorreram aos cargos de professor foram posicionados no segundo escalão, para, em 1984, ocuparem o quarto escalão, com a publicação do despacho normativo nº 32, de 9 de fevereiro. Ora, o posicionamento do licenciado em Sociologia no quarto escalão significava, na prática, inviabilizar seu acesso à docência no ensino secundário, visto que “à sua frente se encontram não só uma grande variedade de licenciaturas como também muitos bacharelados e cursos tais como, por exemplo, os cursos de Administração Militar, dos Pupilos do Exército, ou de Administração Naval, da Escola Naval” (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 21).

Assim, já em 1984, os sociólogos não tinham espaço no ensino secundário sequer para ensinar Sociologia (ALMEIDA, 1999, p. 7). Em 1989, Neves (1989, p. 171) relatava que “desde que haja uma escola com a disciplina de Sociologia, o mais provável é não ser um licenciado nessa área a dar a disciplina”.

Considerações finais

Neste artigo, iniciou-se uma breve incursão pela história da Sociologia em Portugal para propor reflexões, ainda preliminares, sobre a sua presença no ensino secundário. Sugeriu-se que, como no ensino superior, havia toda uma expectativa, entre os cientistas sociais, de que a Sociologia subsidiasse a formação dos jovens estudantes, de tal modo que se mantivessem munidos de fundamentos teóricos e métodos de intervenção em uma sociedade que passava por uma série de mudanças no campo político, cultural, social e econômico. Havia ainda a pretensão de que a disciplina lhes proporcionasse conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma provável formação vocacional, despertando o interesse pelo prosseguimento dos estudos nas Ciências Sociais.

A Sociologia foi, de fato, incluída no currículo do ensino secundário e, até hoje, é disciplina de opção de cursos científico-humanísticos de ciências socioeconômicas e de línguas e humanidades.

Entretanto, o ensino secundário não se constituiu como um campo de atuação profissional dos sociólogos. Se, na década de 1970, aquele nível de ensino não absorvia os licenciados em Sociologia – a maioria migrou para o ensino superior, formação profissional, câmaras, recursos humanos e investigação (NEVES, 1989, p. 175) –, hoje a situação não mudou e os graduados em Economia, Filosofia e Direito, nessa ordem, têm prioridade para lecionar a disciplina, estando os sociólogos no quarto escalão.

A Associação Portuguesa de Sociologia tem reivindicado mudanças desse quadro de habilitações. Entretanto, segundo o seu presidente Manuel Carlos Silva⁹, as perspectivas de mudanças são escassas. O ensino secundário é um campo profissional muito ambicionado sobre o qual são travadas disputas entre as comunidades científicas e profissionais para definir quem pode ocupá-lo. Por isso, o problema é descrito em termos econômicos e não pedagógicos.

Nesses termos, a docência no ensino secundário, paradoxalmente, não se apresenta – e poucas vezes na história se apresentou – como perspectiva profissional para os estudantes universitários de Sociologia, assim como não se configura como objeto de pesquisa nas instituições de ensino superior.

⁹ Informações obtidas por meio de entrevista semiestruturada, concedida por Manuel Carlos Silva, em 5 de janeiro de 2012, à autora. Manuel Carlos Silva é professor catedrático de Sociologia da Universidade do Minho, presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (gestão 2010 a 2012) e lecionou Sociologia, Filosofia, Latim e Introdução à Política no ensino secundário, entre os finais da década de 1970 e início de 1980.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro; MENDES, Hugo. (2010), “A sociologia da educação hoje: oportunidades e desafios”. In: ABRANTES, Pedro (Org.). **Tendência e controvérsias em Sociologia da Educação**. Lisboa: **Mundos Sociais**, p. 207-224.

ALMEIDA, Ana Nunes de. (1999), “A sociologia e os sociólogos no ensino secundário”. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. **A Sociologia no ensino secundário**. Oeiras: Celta, p. 5-9.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira. (1968), “Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal”. **Análise Social**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. VI, n. 22-23-24, p. 697-729.

_____. (1992), “Trabalhar em Sociologia, ensinar Sociologia”. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, n. 12, p. 187-199.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. ([2004?]), **Sociografia dos membros associados da APS**. Lisboa: APS. Disponível em: <<http://www.aps.pt/?area=102&mid=001&sid=004>>. Acesso em: 28 out. 2013.

CRUZ, Manuel Braga da. (1982), “Para a história da sociologia académica em Portugal”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, LVIII, p. 73-121.

FERNANDES, António Teixeira. (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 20, p. 9-41.

GOMES, Adelino. (2005), “A JUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária: contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, 2005, p. 95-105.

NEVES, Céu (Org.). (1989), Sociólogos “interditados” de ensinar Sociologia. **Sociologia**, Lisboa, nº 6, p. 171-178.

NUNES, Adérito Sedas. (1988), “Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”. **Análise Social**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXIV, n. 100, p. 11-55.

_____. (1963), “Problemas da Sociologia em Portugal” (1963), **Análise Social**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. I, n. 3, 1963, p. 459-464.

PINTO, José Madureira. (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 46, p. 11-31.

PINTO, José Madureira (1997). **Propostas para o ensino de Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento.

PORTUGAL (Ministério da Educação e Ciência). **Sistema educativo**. Disponível em: <http://www.min-edu.pt/index.php?s=sistema-educativo>. Acesso em: 01 dez. 2011.

_____. **Sociologia: 10º ano de escolaridade**. [1978?], “Texto de apoio para o 10º / 11º anos de escolaridade. Áreas C e D. V. 2”. Coordenação, seleção e notas de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Secretaria de Estado da Educação Nacional / Direção-Geral do Ensino Secundário. 2 v.

RIBEIRO, Ana Maria; MOINHOS, Rosa. (2002), “Novo Programa de Sociologia: saberes sociológicos no ensino secundário”. In: **A Sociologia no ensino secundário: lugares, saberes, itinerários**. Actas do Encontro Temático Intercongressos. Oeiras, p. 24-30.

SILVA, Ana Bela Moura e; RIBEIRO, Ana Maria. “Enquadramento legal e institucional”. (1999), In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. **A Sociologia no ensino secundário**. Oeiras: Celta, p. 19-30.

Artigo recebido em 20/11/2013 / Aprovado 22/01/2014

Tom Dwyer*

Maria Ligia de Oliveira Barbosa**

Eugenio Braga***

ESBOÇO DE UMA MORFOLOGIA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: PERFIL, RECRUTAMENTO, PRODUÇÃO E IDEOLOGIA

RESUMO

O artigo visa explorar algumas dos principais traços morfológicos dos cientistas sociais brasileiros. Esboça-se aqui um perfil do segmento acadêmico dos sociólogos, através de uma amostra de membros da Sociedade Brasileira de Sociologia, tendo sido os dados colhidos através de survey a ser respondido pela internet em 2009. Os dados indicam um segmento profissional predominantemente feminino, branco, com mais de 45 anos e renda bem acima da média nacional. Seis instituições nacionais concentram mais da metade dos doutorados feitos por esse grupo. Inseridos principalmente como professores e pesquisadores, os sociólogos também têm entradas diversas no campo profissional, destacando-se as atividades administrativo-gerenciais. Como profissionais, os sociólogos trabalham com toda a gama clássica de problemas e temas sociológicos.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Sociologia no Brasil, Atuação profissional

*Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1978), pos-doutorado pela University Of Canterbury (1983) e pos-doutorado pela Cornell University (1990). Atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, líder do Laboratório Interdisciplinar Informática e Sociedade (Unicamp), membro do Executive Committee da International Sociological Association (2010-2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) 2005-2009. Vice Presidente (Latin America), Research Committee 34 - Sociology of Youth - International Sociological Association, 2006-2010. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia do trabalho, acidentes do trabalho, sociedade de informação, informática e interdisciplinaridade.

**Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdades sociais, hierarquias sociais e profissões, políticas educacionais. Vice-Presidente para América Latina do RC04 - Sociology of Education - da ISA (International Sociological Association) 2010-2014. Publicou "Desigualdade e Desemprego: uma introdução à sociologia da escola brasileira" e vários artigos sobre os temas de pesquisa

***Mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é analista de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Investiga, principalmente, temas relacionados a Sociologia das Profissões e a Estratificação Social em convergência com a Metodologia da Pesquisa Social Empírica.

OUTLINE OF A MORPHOLOGY OF BRAZILIAN SOCIOLOGY: PROFILE, RECRUITMENT, PRODUCTION AND IDEOLOGY

Tom Dwyer

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Eugenio Braga

ABSTRACT

The article aims to explore some of the main morphological features of the Brazilian social scientists. We outlined a profile of the academic segment of sociologists, using a sample of members of the Brazilian Sociological Society, with data collected through a survey answered via the internet in 2009. The data indicate a largely female professional segment, white, with more than 45 years and income well above the national average. Six national institutions account for more than half of the doctorates made by this group. Inserted primarily as professors and researchers, sociologists also have several entries in the professional field, highlighting the administrative and managerial activities. As professionals, sociologists work with all the classic range of problems and sociological themes.

Keywords: Social Sciences, Sociology in Brazil, Professional Experience

ÉBAUCHE D'UNE MORPHOLOGIE DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIENNE : PROFIL, RECRUTEMENT, PRODUCTION, IDÉOLOGIE.

Tom Dwyer

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Eugenio Braga

RÉSUMÉ

L'article vise à explorer quelques uns des principaux traits morphologiques des sociologues brésiliens. On ébauche ici un profil du segment académique des sociologues par le biais d'un échantillon des membres de la Société brésilienne de Sociologie, auprès desquels les réponses furent recueillies via survey envoyé par internet en 2009. Les données obtenues indiquent un ce segment professionnel à prédominance féminine, blanche, de plus de 45 ans et au revenu nettement plus élevé que la moyenne nationale. Ses institutions nationales concentrent plus de la moitié doctorats élaborés par ce groupe. Insérés principalement comme professeurs et chercheurs, les sociologues exercent également des fonctions diverses dans le champ professionnel plus particulièrement dans les activités administratives et de gérance. En tant que professionnels, les sociologues travaillent sur toute une gamme de problèmes et de thèmes sociologiques.

Mots-clés : Sciences sociales ; Sociologie au Brésil ; Actuation professionnelle.

Tom Dwyer
Maria Ligia de Oliveira Barbosa
Eugenio Braga

ESBOÇO DE UMA MORFOLOGIA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA:
PERFIL, RECRUTAMENTO, PRODUÇÃO E IDEOLOGIA

Uma olhada rápida na produção sociológica brasileira, feita de forma mais impressionista que propriamente analítica, produz alguma perplexidade. Usando os encontros da ANPOCS e da SBS como referência encontra-se um quadro que poderíamos classificar como quase amorfo exatamente pela ausência de uma estrutura teórica e metodológica que permitisse identificar o tipo de ciência social dominante. Uma simples listagem dos trabalhos apresentados nos diferentes grupos nos encontros das duas associações mencionadas chama a atenção para alguns dos traços dessa amorfia: do corpo aos sentimentos, a preocupação com o indivíduo parece dar pouca ênfase às regularidades das identidades individuais e aos seus traços propriamente sociais; opiniões individuais e individualizadas ocupam o espaço das representações coletivas e, mais grave, sob certo ponto de vista, dos próprios conceitos; malabarismos ideológicos aparecem travestidos de tendências sociais sem que se apresentem quaisquer dados empíricos mais substantivos e bem analisados. Em suma, como disse um pesquisador que não quis se identifi-

car, a sociologia brasileira está se tornando uma grande especialista na pesquisa sobre “a cor do umbigo da cobra gay de Madureira”. De forma menos sarcástica, outros pesquisadores destacam a diluição da perspectiva científica da sociologia numa visão culturalista e relativista que teria reduzido enormemente a especificidade teórica e metodológica – para alguns outros também a qualidade – da sociologia brasileira¹.

Continuamente “em processo”, a estrutura e a cultura que formam as Ciências Sociais brasileiras – envolvendo disciplina e profissão – não passaram por nenhuma nova crise nos últimos dez anos. Suas várias crises já foram hipotetizadas ou conceituadas anteriormente: somem-se a crise da universidade pública e do financiamento da produção científica, a falta de regulação do ensino privado, o mercado público de avaliações laudatórias, os obstáculos à inserção profissional, a falta de oportunidades para os pós-graduados, a falta de relação com a sociedade. Nos últimos anos, ao contrário, a principal força externa a esses dois sistemas de relações tem caráter expansivo a partir de sua inclusão no currículo do Ensino Médio, abrindo cargos e vagas no ensino, na produção bibliográfica, atingindo novas demandantes. De acordo com os dados do INEP, entre 2000 e 2011, a tendência é de estabilidade no número de alunos matriculados (aproximadamente 27 mil) e de declínio significativo no número de formados (de 4.300 para 3.400) em Ciências Sociais - licenciatura e bacharelado, excluindo as Relações Internacionais. O texto que segue pretende, ao sistematizar estas e outras fontes de dados, acompanhar algumas das transformações que estão se passando nas Ciências Sociais, seja em seu recrutamento, seu perfil institucional de formação, seja na valorização diferencial que os segmentos profissionais recebem.

Aqui não se trata de tentar “encaixar” diretamente a produção em seu substrato social (que tem idas e voltas: de um lado, os ingressan-

¹ Sobre essa questão, a entrevista de Fábio Wanderley Reis à RBCS (vol. 12, nº 35, outubro de 1997) é devastadora pelo quadro sombrio que ele desenha da sociologia brasileira, cada vez menos analítica, pouco afeita a discussões metodológicas e com caráter mais ideológico e descritivo.

tes-matriculados-concluintes serão produtores de conhecimento após alguns anos, e aí poderão ser verificadas como as alterações no recrutamento influenciarão, e, de outro, os atuais produtores se adaptam e buscam campos e áreas em mutação para posição de vantagem científica): a intenção aqui é de explorar o “corpo” e a “mente” da sociologia brasileira, ou ainda, usando um modelo clássico de análise, desenhar os traços morfológicos dessa ciência no país.

Essa exploração começa pelos números comparativos mais gerais sobre as áreas de conhecimento dentro do sistema de educação superior brasileira para, em seguida, lançar mais luz sobre uma parte de seus agentes e produtos para os quais temos dados recentes – o segmento acadêmico das Ciências Sociais, por meio de uma amostra de membros da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Dados sobre o recrutamento e a produção de diplomados em todas as áreas, extraídos da série anual do Censo da Educação Superior do INEP, mostram o substancial crescimento de matriculados no ensino superior presencial (5.746.762 em 2011 contra 2.694.245 em 2000, ou seja, mais que o dobro de acréscimo) e ainda maior de concluintes. Dentro das grandes áreas, apesar das flutuações, as Humanas perderam apenas uma pequena parte de sua ampla maioria, e as Ciências Sociais, consideradas com seus cursos de licenciatura mas excluindo os de Relações Internacionais, perderam um pouco mais do seu já reduzido espaço dentro das Humanas (de 1,53% do total de matriculados em 2000 para 0,82% em 2011; de 1,94% dos concluintes em 2000 para 0,61% em 2011), sendo que não se percebe uma transferência clara para números relacionados à graduação a distância. Os casos mais representativos de grandes variações nas Humanas são a Administração, pela expansão de matriculados (de 18,9% a 27,7% no mesmo período) e de concluintes (16,1% a 30,1%), e a Economia, pela retração também tanto de matriculados (de 3,6% a 1,5%) quanto de concluintes (3,2% a 1,2%).

O que chama a atenção no caso das Ciências Sociais é a tendência de acréscimo na proporção de matriculados e concluintes em instituições públicas (respectivamente 53,8% e 36,8% em 2000 e 85,5%

e 76,4% em 2011). Esta tendência parece, à primeira vista, contrasensual, já que muito se discute a respeito da expansão das vagas pelo ensino superior privado na disciplina e das novas vagas abertas no ensino privado para a formação de professores de Ensino Médio após a inclusão obrigatória da Sociologia e da Filosofia nos currículos (primeiro pelo parecer do CNE em 2006 e em seguida pela Lei 11.684 de 2008²).

Mesmo considerando a infinidade de questões colocadas em pauta pelas situações descritas, nesse texto, o objetivo maior é o de caracterizar a sociologia acadêmica, que parece ser dominante no corpo profissional, mas que, por outro lado, possui uma produção que, pelo menos aparentemente, recusa delimitações disciplinares claras.

Composição e análise dos subgrupos profissionais

Os dados mais atuais trazidos por este texto apresentam um grupo particularmente “distinto” da profissão: a diretoria da SBS, na gestão 2007-2009, decidiu conhecer melhor um conjunto de aspectos (entre profissionais, pessoais, científicos, valorativos, etc.) de seus membros. Para isso, realizou um *survey* com todos os 911 associados no primeiro semestre de 2009. No formulário, preenchido via internet, constavam 39 perguntas, respondidas totalmente ou parcialmente por 477 dos seus membros. Baseados nessas respostas, tentaremos caracterizar, sob a ótica da sociologia das profissões, esta parte bem específica de nossa profissão. Isto porque, pelo que veremos em seguida, e pelo perfil geral da Sociedade, trata-se de um grupo predominantemente constituído por acadêmicos.

Além disso, a caracterização desse grupo profissional será realizada, onde couber, por comparação, pelas “diferenças”, no intervalo

² Na verdade, a expansão do ensino superior brasileiro foi feita principalmente no setor privado e é objeto de intensos debates (ver os trabalhos de Helena Sampaio sobre o tema). No entanto, é inegável a importância desse setor na oferta de novas oportunidades educacionais, particularmente para os grupos de alunos com origem social mais modesta.

entre os resultados dessa pesquisa e aquela apresentada em Braga (2009), um *survey* com diplomados de Ciências Sociais da USP, Unicamp, PUC-SP e PUC-Campinas com foco nas suas trajetórias de trabalho dentro e/ou fora da profissão e na composição dos segmentos intraprofissionais. Aqui o desenho de pesquisa envolvia a localização dos formados a partir das listas de concluintes dessas quatro universidades entre 1970-2005. De cada cruzamento de década e universidade, eram selecionados aleatoriamente 45 nomes (como dois cruzamentos foram excluídos, o total chegou a 630 pessoas), procurados e contatados (359 localizados), e questionários enviados e recebidos anonimamente (total de 230 respostas). A abordagem anônima e o contato direto com todos almejava cobrir as variadas opções profissionais e aumentar a taxa de resposta daqueles que não trabalham, nem nunca trabalharam, na área.

Para efeitos de contraste, incluiremos aqui apenas as respostas dos 126 cientistas sociais dessa última amostra que exerciam, no momento da abordagem, atividades dentro de sua área de formação, enquanto acadêmicos, funcionários públicos, pesquisadores privados, assessores, coletores de dados, entre outros (utilizando uma codificação bem inclusiva do que está “dentro” da formação). Veremos, portanto, uma amostra de todos os subgrupos profissionais que efetivamente trabalham como cientistas sociais (denominação que inclui sociólogos, antropólogos e cientistas políticos) lado a lado com o segmento³ formado pelos sócios da SBS. Nas diferenças entre as amostras (e a de cientistas sociais SP – como serão chamados os profissionais da amostra de Braga, pela sua origem escolar naquele estado – incluem os acadêmicos) espera-se encontrar indicações do diferencial de extensão dos atributos entre a parte e o todo.

As mulheres formam a maioria de ambas as amostras, tanto de membros da SBS (53,6%), quanto do grupo de cientistas sociais em atividade na sua formação (56,3%).

³ É provável que alguns dos profissionais participantes na amostra de Braga também estejam presentes no *survey* da SBS.

Já no caso da idade, chama a atenção o fato de que mais da metade dos sócios da SBS têm mais que 45 anos (63,9%). Isso pode indicar que nossa profissão não anda muito atraente para os jovens ou que a SBS não tem sido capaz de mobilizar esses jovens para a Sociedade. Essa segunda hipótese ganharia força com os dados mencionados anteriormente sobre um crescimento recente de aproximadamente 100% no número de matrículas e de 150% do número de concluintes.

O perfil etário dos sócios da SBS, com uma idade média de 50,3 anos, é muito parecido com aquele dos formados em SP, com exceção do grupo com até 34 anos, bem mais representado na amostra paulista. Esse pode ser um indicador de que efetivamente a SBS está tendo dificuldades de recrutamento entre os jovens sociólogos.

Associado à idade mais elevada, encontramos também um percentual relativamente pequeno de profissionais solteiros/as. Verifica-se também que mais de dois terços (67,3%) dos sociólogos e sociólogas membros da SBS têm filhos (contra pouco mais da metade dos profissionais paulistas). Mesmo assim, é impressionante a semelhança entre os perfis familiares dos sócios da SBS e de seus colegas formados nos cursos paulistas.

Apesar desta última amostra representar apenas os formados de quatro universidades paulistas, os membros da SBS apresentam uma distribuição também com moda no Sudeste mas que parece refletir a distribuição nacional da população. A região Centro-Oeste, por sua vez, tem muitas universidades com cursos de Ciências Sociais, o que permitiria hipoteticamente encontrar mais associados nessa região.

Outro dado importante sobre o grupo social diz respeito à sua composição racial ou, como é usual no Brasil, a distribuição da cor da pele segundo as declarações dos respondentes. Quase três quartos (73,9%) dos membros da SBS e mais de quatro quintos (85,6%) dos diplomados paulistas declaram-se brancos.

Não se pode dizer que seja um dado surpreendente: somos uma profissão de brancos! Como sabemos, a entrada massiva de negros no ensino superior apenas começa no Brasil. Seria importante analisar aqui uma medida simples usada na sociologia da educação que

é a taxa de paridade: comparando-se a presença de brancos, pretos e pardos na população como um todo (para os dados da SBS) e da população paulista (para os dados de Braga), fica evidente a força do grupo de brancos entre os sociólogos. Na população brasileira eles são 47,7%, e 63,9% na paulista (dados do Censo 2010).

Ainda assim, estudos recentes indicam – e os dados sobre os membros da SBS convergem – o quanto os cursos de ciências sociais são mais abertos em termos sociais, acolhendo um público mais preto, mais pobre e mais periférico e que consegue chegar inclusive à pós-graduação, contrariamente ao que acontece em outras áreas (Bastos, 2004). Na verdade, nos cursos de Ciências Sociais de pós-graduação (Martins et al., 2002) foi possível encontrar filhos de pais analfabetos, um indicador importante do caminho de mobilidade social que existe na profissão de sociólogo e que se confirma em nossos dados.

A distribuição da escolaridade dos pais – um indicador de origem social – dos grupos de cientistas sociais aqui apresentados estão na tabela 1.

Tabela 1. Escolaridade dos pais dos respondentes (em %)

ESCOLARIDADE DOS PAIS	Membros SBS		Cientistas sociais SP	
	pai	mãe	pai	mãe
Analfabeto (ou semialfabetizado)	3,0	3,5	1,7	3,3
Ensino fundamental incompleto	23,7	24,4	22,5	32,5
Ensino fundamental completo	13,3	15,4	15,8	12,5
Ensino médio incompleto	5,2	6,1	---	---
Ensino médio completo	19,6	25,5	20,0	24,2
Ensino superior incompleto	2,8	3,0	1,7	5,0
Ensino superior completo	25,2	16,5	31,7	18,3
Pós-graduação	7,2	5,6	6,6	4,2
TOTAL ⁴	100,0 (460)	100,0 (462)	100,0 (120)	100,0 (120)

⁴ Nesta e nas demais tabelas, números totais de membros da SBS menores que 477 e de cientistas sociais profissionais menores que 126, quando referido a toda a amostra, indicam as respostas válidas, ou seja, retiradas as não-respostas a determinada questão ou a interrupção de preenchimento do questionário.

Aqui, mais uma vez, ressaltamos o padrão geral de semelhanças, apesar de diferenças importantes aparecerem em uma ou duas faixas; e apenas em uma das faixas houve inversão entre pais e mães nas duas amostras. Esses movimentos sociais ascendentes podem se expressar também no nível de rendimento encontrado entre os sócios da SBS e os formados em SP, apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Renda dos respondentes⁵ (em R\$)

RENDA	Membros SBS		Cientistas sociais SP	
	mensal, na atividade principal	mensal, em todas as fontes de renda*	mensal, na atividade principal	mensal, em todas as fontes de renda*
Mínima	600,00	600,00	300,00	400,00
Máxima	20.000,00	25.000,00	12.000,00	15.000,00
Média	6.314,36	7.664,52	4.258,80	4.832,01
Desvio-padrão	2.801,09	3.825,87	2.421,29	2.869,00
N	422	423	124	124

Obs.: Valores em dólar foram convertidos em reais por multiplicador de 1,8. Quando mencionados dois valores, os cálculos foram realizados com a renda líquida, ou com o menor valor.

* Quando não houve indicação de valor para esta variável, e na presença de resposta indicando apenas uma atividade remunerada, inclui-se para esta a mesma renda da atividade principal.

A diferença de rendimentos, principalmente médios, entre as amostras adquiriu interesse, pois contraria dados gerais que mostram que o estado de São Paulo tem os níveis mais elevados de renda do país. Uma possível explicação seria o fato do grupo de membros da SBS apresentar um perfil etário mais velho. Outra alternativa pode ser a concentração dos profissionais da SBS na academia, normalmente em universidades públicas, que garantem maiores rendimentos, talvez apontando para o *locus* da maior valorização para o profissional. Por outro lado, como a associação à SBS tem o título de mestre como requisito, e muitos profissionais de São Paulo não possuem este título, se trataria assim de um efeito da associação entre titulação e renda.

⁵ Para uma ideia mais clara sobre o rendimento do grupo analisado, apresentamos no anexo I a distribuição dos indivíduos segundo o nível de rendimento. São apresentadas duas colunas, pois 17,7% dos membros da SBS e 22,2% da amostra de profissionais têm mais de uma fonte de renda.

Num país em que o PIB per capita não passa de R\$ 16.920,00 anuais (dados de 2009), a renda familiar dos sociólogos indica uma posição social privilegiada. Mesmo na ausência de dados per capita comparáveis, os valores apresentados indicam que estamos diante de um quadro de profissionais que se classificaria facilmente entre as chamadas classes médias mais elevadas. Isto se traduz no próprio sentimento de bem-estar declarado pelos respondentes, que se localizam, majoritariamente (57,8% e 55,6% para SBS e paulistas, respectivamente) nos níveis superiores da escala proposta de bem-estar familiar (numérica, variando entre 1 e 5).

Outro detalhe interessante na descrição do grupo profissional dos sociólogos é sua filiação religiosa, apresentada na tabela 3. A marcada presença de profissionais que se declaram ateus ou sem religião seria o maior diferencial em relação ao conjunto dos brasileiros. Ainda assim, dados censitários indicariam que o grupo de pessoas que se declaram sem pertencimento religioso é o que mais cresce no país (de 0,2% no Censo de 1940 a 8,0% no de 2010; neste último, a proporção de católicos era de 64,6%).

Tabela 3. Religião dos respondentes (em %)

RELIGIÃO	Membros SBS	cientistas sociais SP
Sem religião, ateu, agnóstico	47,1	48,8
Católica	35,5	36,8
Espírita	6,5	6,4
Protestante	2,3	1,6
Budista	1,1	0,8
Judaica	0,6	0,8
Outras	6,9	4,8
TOTAL	100,0 (476)	100,0 (125)

Caracterização da formação dos sociólogos

Um grupo profissional define sua identidade inicialmente através do processo de socialização que, no caso das profissões superiores, ocorre primeiramente na formação universitária. Como mostra Magali Larson (1977), é através de uma formação relativamente unifi-

cada e uniforme que uma profissão desenha sua identidade coletiva, demonstrando para a sociedade que o serviço que cada um dos seus membros profissionais presta é similar ao trabalho que fazem os demais membros do mesmo grupo. Ou seja, a identidade de um grupo profissional organiza-se principalmente através do compartilhamento de formas específicas de ver o mundo, de definir os problemas da sua esfera de atuação e de agir sobre o mundo e buscar soluções para os problemas. A formação universitária seria o modo primordial de socialização profissional, feita em cursos especializados que garantiriam um conjunto de conhecimentos necessários à realização das tarefas que cabem a um grupo profissional na divisão social do trabalho.

É sob essa ótica que se explica o fato de que, em geral, são os cursos de graduação que definem as ocupações ou profissões. Nesse sentido, a primeira pergunta seria sobre a graduação dos sociólogos. No caso dos associados da SBS, apenas 73,0% dos respondentes têm diploma de graduação em Ciências Sociais. Isso porque o que caracteriza este grupo é a posse de um diploma de pós-graduação em Ciências Sociais. Já o grupo de cientistas sociais profissionais necessariamente possui esta graduação, e isto foi a base para a seleção aleatória dos respondentes da pesquisa. As questões mais importantes para este grupo são: quais outros cursos de graduação que frequentaram, a maior titulação recebida e em quais áreas.

Os dados sobre as instituições de socialização profissional evocam um panorama diversificado porém convergente, concentrando em algumas instituições – principalmente USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFPE e IUPERJ (somados 42,3% dos mestrados e 51,8% dos doutorados dos membros da SBS) em função do histórico de institucionalização dos cursos de pós-graduação – a obtenção da credencial de acesso à carreira acadêmica. Assim, em contraste às diferentes tradições-programas de pesquisa desenvolvidos nessas instituições, o fato de que são limitadas pode implicar, por outro lado, em semelhanças na formação do professor ou do pesquisador, no modo de se fazer da profissão acadêmica.

Isso também se relaciona com o fato de que, pelo menos em nossa disciplina, é na pós-graduação que a perspectiva de uma das possíveis identidades profissionais se firma, e se tornar “sociólogo acadêmico” se confunde com o “sociólogo profissional”, em parte pelo limitado direcionamento profissional na graduação, em parte pela institucionalização mais antiga e centrada na pesquisa dos principais centros de formação.

Chama a atenção também a proporção de doutorados cursados ou em curso no exterior (16,5%). Dentre os membros da SBS que concluíram ou cursavam doutorado no momento da pesquisa (perto de 90% dos respondentes), mais da metade está especificamente na Sociologia, e outro quarto está em cursos de Ciências Sociais ou de Ciência Política ou Antropologia, separados ou em combinação com a Sociologia. Não são, portanto, exclusivamente mestres e doutores em Sociologia. Encontramos mestres ou doutores em Economia, Administração, História, Psicologia, Extensão Rural, Ciências do Solo, Direito e Arquitetura, entre outras áreas de conhecimento.

A Tabela 4 permite outra perspectiva sobre a formação acadêmica dos membros da SBS através da tabulação do percurso acadêmico realizado⁶. Na primeira parte temos a sequência educacional dos membros da SBS após a graduação (em Ciências Sociais e nas demais áreas). Do grupo de formados em Ciências Sociais, por exemplo, 76,8% cursaram mestrado na área. Na segunda parte apresentamos a sequência destes último grupo de mestres: 86,1% permaneceu na disciplina para o doutorado.

O os dados nos mostram é que, entre aqueles que cursam Ciências Sociais em um nível educacional, manter-se na área no próximo não é uma escolha automática, apesar dessa proporção aumentar entre a graduação e o mestrado. Esse seria mais um dos indicadores da fluidez da área e das dificuldades de consolidação de uma identidade profissional que seja consistentemente sociológica.

⁶ Os casos de graduados em Ciências Sociais com uma segunda graduação foram incluídos apenas como graduados em Ciências Sociais.

Tabela 4. Percurso acadêmico (das áreas de conhecimento) dos membros da SBS

GRADUAÇÃO*		MESTRADO		DOUTORADO	
>>>					
Ciências Sociais	73,0% (343)	Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	76,8%	Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	81,5%
		Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Humanas, Comunicação, Demografia	12,9%	Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Humanas, Comunicação, Demografia	12,0%
		Outras áreas: Economia, Administração, História, Ciências, Saúde Pública, Extensão Rural, Psicologia, Filosofia etc.	10,3%	Outras áreas: Economia, Administração, História, Ciências, Saúde Pública, Extensão Rural, Psicologia, Filosofia etc.	6,5%
		TOTAL	100,0 (325)	TOTAL	100,0 (293)
Demais áreas	15,1% (71)	Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	57,5%	Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	73,5%
		Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Humanas, Comunicação, Demografia	19,6%	Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Humanas, Comunicação, Demografia	12,5%
		Outras áreas: Economia, Administração, História, Ciências, Saúde Pública, Extensão Rural, Psicologia, Filosofia etc.	22,9%	Outras áreas: Economia, Administração, História, Ciências, Saúde Pública, Extensão Rural, Psicologia, Filosofia etc.	14,0%
		TOTAL	100,0 (66)	TOTAL	100,0 (64)

* Alto número de casos “sem resposta” – 56 ou 11,9%, retirados sete casos em branco – se deve limitações do formato eletrônico, a ausência de resposta nestes itens foi tratada como inconsistente e retirada da análise.

MESTRADO		>>>		DOUTORADO	
Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	76,8% (314)	Ciências Sociais (e áreas separadas ou combinadas)			86,1%
		Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Humanas, Comunicação, Demografia			9,0%
		Outras áreas: Economia, Administração, História, Ciências, Saúde Pública, Extensão Rural Psicologia, Filosofia etc.			4,8%
		TOTAL			100,0 (288)

Mas esse quadro – uma tentativa de reconstruir caminhos alternativos de profissionalização – merece mais atenção, pois mostra que, na verdade, considerando-se as Ciências Sociais de forma geral e não apenas a sociologia, o percurso típico do cientista social pode ser desenhado a partir daqui. Seria um profissional graduado em Ciências Sociais (três quartos deles), seguindo o mestrado (76,8%) e o doutorado (81,5%) na mesma área. Além dessa trajetória típica de formação, o mestrado parece funcionar como um catalisador de vocações para a área, fortalecendo mais ainda a proporção dos que completam o doutorado nas Ciências Sociais.

É importante perceber que esses dados referem-se aos sócios da SBS e configuram um perfil fortemente acadêmico, correspondente a um dos três sub-ramos profissionais analisados por Freidson (1998 e 2001). Essa trajetória pode ser bastante diferenciada se considerarmos os dois outros, técnico e administrativo gerencial. Também o crescimento da demanda por professores no ensino médio pode definir outros padrões de formação e carreira.

Nossos dados apontam que, proporcionalmente, no grupo de cientistas sociais profissionais, ter cursado ou estar cursando outra graduação ocorre com o dobro da frequência do que na amostra de membros da SBS (separados aqui apenas os formados em Ciências Sociais), seja como complemento da formação ou como estratégia de inserção no mercado de trabalho. Em ambos os casos, Direito é o curso mais frequentado pelos cientistas sociais/sociólogos.

Como consequência da maior proporção de dupla graduação, os cientistas sociais profissionais avançam menos na obtenção de titulação educacional de cunho acadêmico (como mestrado e doutorado) – quase 20% da amostra não cursou qualquer tipo de pós-graduações. Por outro lado, visto que este grupo inclui também o subgrupo dos acadêmicos, encontramos também uma alta proporção de doutores (ou alunos de doutorado).

Enquanto 95,5% dos membros da SBS cursaram ou cursavam mestrado, no grupo de cientistas sociais formados em São Paulo essa proporção alcança apenas 63,5%, principalmente – e aqui encontramos

uma informação significativa porque condizente com a diferença de perfil entre as duas amostras – a área de mestrado mais mencionada foi Antropologia. No caso do doutorado, anteriormente vimos que 77,4% dos membros da SBS cursaram ou cursavam uma formação nesse nível e, entre os cientistas sociais profissionais, encontramos 42,9%. As principais áreas estão dispostas na tabela 5.

Tabela 5. Cientistas Sociais SP: Principais áreas de mestrado e doutorado mencionadas (em %)

ÁREA DE POS-GRADUAÇÃO	Mestrado	DOCTORADO
Antropologia	26,3	22,4
Sociologia	23,7	20,4
Ciência Política	18,4	10,2
Ciências Sociais	2,6	24,5
Relações Internacionais	2,6	-
História	6,6	6,1
Educação	5,3	4,1
Demografia	-	2,1
Demais áreas	14,5	10,2
TOTAL	100,0 (76)	100,0 (49)

Caracterização da inserção no mercado profissional: onde e como eles trabalham?

Os sociólogos participantes da SBS são majoritariamente professores universitários, como vemos na tabela 6. Mas esse primeiro quadro descritivo da principal atividade dos sociólogos já indica uma imensa diversidade de entradas distintas no mercado de trabalho e que possivelmente configura trajetórias distintas para esses profissionais. Aparecem inúmeras e diferentes posições na ocupação, indicando um campo de trabalho pouco conhecido para quem restringe suas atividades ao mundo acadêmico.

Tabela 6. Atividade profissional principal dos membros da SBS (em %) – questão aberta

ATIVIDADE PRINCIPAL (ABERTA)	% Membros SBS
Professores universitários ou de ensino superior (também professor adjunto, aposentado colaborador, professores-pesquisadores)*	76,2
Professores do ensino fundamental e básico-tecnológico*	1,7
Pesquisadores (inclui auxiliares, assistentes e coordenadores de pesquisa)	3,3
Bolsistas (doutorado, pós-doutorado)	3,1
Funcionários públicos (inclui analistas, técnicos, tecnologistas e sociólogos)	4,7
Assessores (inclui assessores políticos, técnicos, de diretoria e de comunicação)	1,2
Consultores	0,5
Coordenação/gestão em instituições de ensino (inclui coordenação de curso e gestora de educação)	0,9
Aposentados (inclui professores aposentados)	4,9
Outros I: inclui formadora sindical, analista social em ONG, assistente social, conselheiro tutelar	0,9
Outros II: inclui magistrado, diretor científico, coordenador executivo de ONG, secretário executivo público e executivo da iniciativa privada	1,2
Outros III: inclui policial militar, empregado do setor de serviços, bancário, ministro de confissão religiosa, assistente administrativo	1,4
TOTAL	100,0 (425)

Obs.:Na codificação das respostas abertas, as menções a “professores, docência ou ensino, sem qualificações” foram cruzadas com os dados da Tabela 23 para distinguir “professores universitários” dos “professores de ensino fundamental e médio”

Antes de passarmos para os objetos, extremamente importante já que se trata de um conjunto de sociólogos com atuação acadêmica predominante, vejamos mais sobre os sujeitos, ao analisarmos as principais características apresentadas até aqui segundo a posição profissional.

Temos na tabela 7 uma síntese das características do profissional sociólogo, sócio da SBS. Se não temos clareza quanto à representatividade dos dados no plano nacional, principalmente devido à expansão e diversificação recente das atividades dos sociólogos, podemos desenharmos um perfil razoavelmente seguro dos profissionais acadêmicos.

Assim, professores e, mais ainda, pesquisadores, são mulheres com aproximadamente 50 anos, majoritariamente formadas em Ciências Sociais e com doutorado na mesma área. Um detalhe que pode

ser interessante é que há mais brancos entre os pesquisadores do que entre os professores. A renda média nos dois grupos é quase idêntica e são formados nas seis instituições mais antigas no país.

Um outro grupo se desenha com os profissionais do sub-ramo administrativo gerencial, que são os gestores de instituições públicas e privadas. As mulheres formam uma maioria mais forte, são ligeiramente mais jovens e – um dado de destaque – são muito pouco presentes na região Sudeste, ao contrário dos demais grupos. Sua renda média é mais elevada e a renda máxima declarada é bastante superior aos demais.

Sobre os estudantes, o fato notável é que eles provêm, em maiores proporções, de outros cursos de graduação que não o de Ciências Sociais.

Quanto à relação com o ensino, chamam a atenção os profissionais que trabalham no ensino médio. Apesar de sua pequena presença numérica na SBS (apenas 12 casos em nosso *survey*), pode-se supor, devido à reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, o seu crescimento como alternativa de profissionalização. Por outro lado, verifica-se que são sociólogos com rendimentos bem mais baixos que a média da categoria e (um dado que talvez explique isso) apenas dois terços deles estão cursando ou já completaram o seu doutoramento.

Tabela 7. Variáveis selecionadas segundo a atividade principal dos membros da SBS e segundo a relação da atividade com o ensino (em %)

Atividade principal (fechada)	Sexo (feminino)	Idade (menos de 44 completos)	Região (sudeste)	Cor de pele (brancos)	Renda mensal da atividade principal (máxima)	Renda mensal da atividade principal (média)	Grad. em Ciências Sociais	Dout. (concluído ou em curso)	Dout. em c. Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	Setor da atividade Princ. (público)	Considera atividade como sociológica?	N*
Professor	51,4%	33,8%	47,7%	72,3%	15.000,00	6.381,36	72,9%	90,6%	80,6%	81,6%	79,0%	321
Pesquisador + Gestor de projetos de pesquisa + Técnico em pesquisa	58,2%	30,8%	46,3%	80,6%	15.000,00	6.373,02	70,1%	91,1%	83,4%	74,6%	82,1%	67
Estudante de pós-graduação	58,3%	83,3%	33,3%	75,0%	3.500,00	2.210,00	66,7%	100,0%	75,0%	91,7%	91,7%	12
Gestor de instituições públicas e privadas + Outras respostas	57,4%	46,3%	27,8%	75,9%	20.000,00	6.327,16	74,1%	72,3%	79,5%	64,8%	53,7%	54
Relação com o ensino	Sexo (Feminino)	Idade (menos de 44 completos)	Região (sudeste)	Cor de pele (brancos)	Renda mensal da atividade (Máxima)	Renda mensal da atividade (Média)	Grad. em Ciências Sociais	Dout. (concluído ou em curso)	Dout. em c. Sociais (e áreas separadas ou combinadas)	Setor da atividade Princ. (Público)	Considera atividade como sociológica?	N*
Sim, com o ensino superior	53,3%	33,2%	47,0%	74,0%	15.000,00	6.428,89	71,7%	92,2%	80,4%	80,1%	80,7%	396
Sim, com o ensino fundamental e médio	50,0%	75,0%	33,3%	41,7%	6.000,00	2.992,73	83,3%	50,0%	66,7%	100,0%	41,7%	12
Não	53,3%	53,5%	28,9%	84,4%	20.000,00	6.169,20	75,6%	68,9%	87,1%	62,2%	51,1%	45
TOTAL	53,6%	34,7%	44,3%	73,9%	20.000,00	6.314,36	73,0%	88,9%	80,1%	78,9%	76,8%	477

*Ns não incluem eventuais casos "sem respostas" em um determinado subgrupo.

Já na amostra de cientistas sociais formados em SP encontramos (tal como o esperado) menor concentração de respostas na categoria de professor universitário e maior pulverização entre outras atividades no mercado de trabalho. Destacados estão os funcionários públicos e os pesquisadores (em qualquer setor). Este retrato da inserção profissional dos graduados em Ciências Sociais, apesar de limitado em sua abrangência geográfica, explicita a limitação – e o potencial – de uma associação vista como acadêmica. Mais da metade dos graduados em SP – onde se pode supor também uma inclinação mais acadêmica dos formados do que em outras partes do país – não trabalha em atividades relacionadas com o ensino superior (número que tende a crescer) e muitos estão em atividade técnica em empresas privadas (além dos professores).

Tabela 8. Atividade profissional principal dos graduados em São Paulo (em %)

ATIVIDADE PRINCIPAL (ABERTA)	cientistas sociais SP
Professores universitários ou de ensino superior	37,1
Professores do ensino fundamental, médio ou infantil	3,2
Bolsistas (iniciação científica, mestrado, doutorado)	6,5
Funcionários públicos (inclui analistas, técnicos, supervisores, diretores, coordenadores e sociólogos)	20,1
Pesquisadores (nas áreas pública, privada e em inst. sem fins lucrativos)	12,1
Técnicos especializados em empresas (analistas, gerentes, supervisores, etc.)	6,5
Técnicos especializados e dirigentes em instituições sem fins lucrativos	6,5
Consultores	5,6
Assessores (políticos e parlamentares)	1,6
Coordenação/gestão em instituições de ensino (inclui pró-reitoria)	0,8
TOTAL	100,0 (124)

Como se pode perceber pela tabela 8, encontramos dados que apontam que tanto o setor privado quanto o terceiro setor estão sub-representados na amostra da SBS. O setor público foi citado por aproximadamente dois terços (64%) dos cientistas sociais graduados em São Paulo como aquele da sua atividade principal. Apenas 8,8% deles declaram trabalhar no terceiro setor (por exemplo, ONGs) e 27,2% têm atividades no setor privado.

A comparação entre grupos, de acordo com a atividade principal, na tabela 9, mostra que os professores universitários são nossos pro-

fissionais mais bem pagos. Chama a atenção que 58,7% destes estão em universidades públicas, contra 81,6% dos professores de ensino superior da amostra da SBS. O grupo “demais atividades” (inclui técnicos especializados no setor privado e em instituições sem fins lucrativos e consultores), realizado quase que integralmente fora do setor público, é particularmente interessante: inclinado à maior participação de mulheres e não-brancos, tem a segunda maior renda média entre os respondentes.

Tabela 9. Variáveis selecionadas segundo a atividade principal dos graduados em SP (em %)

ATIVIDADE PRINCIPAL (GRUPOS)	SEXO (feminino)	IDADE (menos de 44 completos)	COR DE PELE (brancos)	SETOR DA ATIV. PRINC. (público)	RENDA MENSAL DA ATIV. PRINC. (máxima)	RENDA MENSAL DA ATIV. PRINC. (média)	N
Professores universitários	43,5%	41,3%	84,4%	58,7%	12.000,00	5.447,60	46
Bolsistas	62,5%	100,0%	75,0%	100,0%	2.124,00	1.357,40	8
Outros professores	75,0%	25,0%	100,0%	100,0%	5.000,00	2.350,00	4
Funcionários públicos + Assessores	48,1%	48,1%	92,6%	100,0%	10.000,00	4.098,00	27
Pesquisadores	80,0%	80,0%	86,7%	73,3%	6.000,00	3.300,00	15
Demais atividades	66,7%	45,9%	79,2%	8,3%	10.000,00	4.370,40	24
TOTAL	56,3%	50,8%	85,6%	64,0%	12.000,00	4.258,80	126

*Ns não incluem eventuais casos “sem respostas” em um determinado subgrupo.

Uma leitura interessante da perspectiva dos sociólogos membros da SBS sobre o próprio trabalho pode ser dada pelas respostas à questão fechada em que se pedia que classificassem sua atividade principal. A maior parte dos respondentes foi capaz de estabelecer essa classificação, definindo-se majoritariamente como professores (70,7%), mas com algum espaço para as atividades de pesquisador (13,9%). No entanto, chama a atenção o fato de que 7,5% dos respondentes não conseguiram “encaixar” sua atividade nas alternativas oferecidas. Será que não seriam capazes de perceber que um sociólogo que trabalha como consultor poderia estar, em grande medida, fazendo pesquisa?

Outra informação que abre caminhos para reflexão, ainda mais se consideramos que o setor privado de ensino superior cresce enorme-

mente nos últimos anos: trata-se do quase absoluto predomínio do emprego no setor público (78,9%), sendo a maior surpresa o reduzido número de profissionais no terceiro setor (2,6%). Como consequência do perfil acadêmico inerente ao tipo de associação à SBS, não se consegue atrair com a mesma intensidade aqueles mestres em Ciências Sociais em atividade fora do meio universitário público.

Por outro lado, é muito interessante verificar que existe um contingente significativo de sociólogos, sócios da SBS, cuja atividade não está relacionada ao ensino em qualquer nível. São quase 10% dos profissionais que responderam ao questionário e que têm atividades extremamente diversificadas sem relação com o ensino, reforçando a impressão dada na tabela acima sobre o mercado para o trabalho do sociólogo.

Mesmo assim, o associado típico da SBS é um profissional da academia, envolvido principalmente com atividades de ensino e alguma pesquisa. A diversidade de posições alternativas no mercado de trabalho seria um indicador de mudanças nesse padrão e que provavelmente precisará ser mais pesquisado.

Indo além dessa análise da posição dominante no mercado de trabalho entre os associados da SBS, procuraremos a seguir compreender os meandros da divisão propriamente técnica do trabalho sociológico. O primeiro dado interessante é que apenas uma parcela (76,8%) dos sociólogos considera seu trabalho como tendo um caráter eminentemente sociológico. Por outro lado, há uma afirmação da especialização temática, sendo que apenas 14% dos respondentes dizem não ter um tema específico de trabalho.

Tabela 10. Existência de temática predominante no trabalho dos membros da SBS (em %)

HÁ TEMÁTICA PREDOMINANTE?	membros sbs
Sim, sou professor(a) responsável por matérias ou disciplinas específicas	32,9
Sim, faço pesquisas sobre temas diversos, dentro de uma área	30,4
Sim, faço pesquisas principalmente sobre um tema específico	22,7
Não, sou professor(a) responsável por matérias de temáticas gerais e abrangentes	8,2
Não, faço pesquisas sobre temas diversos, segundo as necessidades e demandas da instituição em que trabalho	5,8
TOTAL	100,0 (450)

Uma boa pergunta nesse quadro seria o quanto essa especialização temática não descaracteriza o trabalho sociológico, produzindo um especialista sobre o tema X, e não um profissional capaz de analisar vários temas sob uma ótica específica, utilizando conceitos, métodos e técnicas característicos de um determinado campo científico. Pergunta-se aqui se não seria uma espécie de domínio do sujeito pelo objeto e que poderia ser vista como a entrada de uma nova perspectiva – multi, inter, pluri ou transdisciplinar – que modificaria a divisão técnica do trabalho tradicionalmente associada à disciplina.

A produção intelectual dos sociólogos

Constituindo principalmente o sub-ramo acadêmico da profissão dos sociólogos (segundo Freidson, aquele setor da profissão que seria encarregado da produção e do avanço do conhecimento na área), os membros da SBS apresentam indicadores de produtividade acadêmica naturalmente sobrevalorizados frente ao conjunto de todos os sociólogos. Na sequência, veremos detalhes sobre essa produção e, mais adiante, sobre as temáticas abordadas.

Tabela 11. Produção acadêmica dos membros da SBS *nos últimos dez anos* – 1ª parte

TIPO DE PUBLICAÇÃO	% de membros (N)	Número de artigos/periódicos identificados publicados nos últimos dez anos			
		3 ou mais	2	1	TOTAL
Artigos em periódicos nacionais indexados	77,4% (350)	52,8%	23,6%	23,6%	100,0%
Artigos em periódicos internacionais indexados	27,3% (120)	30,8%	19,2%	50,0%	100,0%

Quase 80% dos membros da SBS publicaram artigos em periódicos nacionais nos últimos dez anos e mais de um quarto deles publicaram artigos em periódicos internacionais. Adicionalmente, foi possível tabular as indicações de três artigos e identificar os periódicos (inviável nos casos em que o respondente apenas citou o título do artigo). Com essa estratégia, conseguimos identificar 525 artigos (sendo que a

maioria dos membros com este tipo de publicação – 52,8% – indicou pelo menos três) publicados em mais de 200 periódicos nacionais e os mais citados constam na tabela 12. O perfil de publicação mostra uma ativa e impactante participação dos membros na ciência nacional e um grupo restrito com inserção internacional.

Tabela 12. Periódicos nacionais indexados mais citados pelos membros da SBS

PERIÓDICOS NACIONAIS CITADOS	OCORRÊNCIAS	%
Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS)	42	8,0
Dados (IUPERJ)	25	4,8
Tempo Social (USP)	23	4,4
Cadernos CRH (UFBA)	22	4,2
Sociologias (UFRGS)	22	4,2
Revista Estudos Feministas (UFSC)	13	2,5
Sociedade e Estado (UnB)	13	2,5
Cadernos de Saúde Pública (Fiocruz)	11	2,1
Educação & Sociedade (Unicamp)	11	2,1
Novos Estudos CEBRAP	9	1,7
Lua Nova (CEDEC)	8	1,5
BIB (ANPOCS)	7	1,3
Estudos Avançados (USP)	7	1,3
Revista Brasileira de Ciências Criminais	7	1,3
São Paulo em Perspectiva	7	1,3
Estudos de Sociologia (UFPE)	6	1,1
Mediações (UEL)	6	1,1
Revista Brasileira de Educação	6	1,1
Teoria & Sociedade (UFMG)	6	1,1
Demais periódicos (cinco ou menos ocorrências)	274	52,4
TOTAL	525	100,0

É interessante notar que essa lista corresponde quase que exatamente aos periódicos melhor qualificados no indicador da CAPES, o QUALIS.

Tabela 13. Periódicos internacionais indexados mais citados pelos membros da SBS

PERIÓDICOS INTERNACIONAIS CITADOS	OCORRÊNCIAS	%
Revista Crítica de Ciências Sociais	5	3,5
Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo	5	3,5
Sociologia – Problemas e Práticas	4	2,8
Cahiers du Brésil Contemporain	2	1,4
Daedalus	2	1,4
Estudios Sociológicos	2	1,4
EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales	2	1,4
International Journal of Sociology of Agriculture and Food	2	1,4
International Journal of Urban And Regional Research	2	1,4
Latin American Perspectives	2	1,4
Migrations Société	2	1,4
Philosophy of the Social Sciences	2	1,4
Prismas	2	1,4
Revista Iberoamericana de Educación	2	1,4
Revue du Mauss	2	1,4
Revue Tiers Monde	2	1,4
Sociología del Trabajo	2	1,4
Sociologie du Travail	2	1,4
Demais periódicos (uma ocorrência)	97	69,2
TOTAL	141	100,0

Já entre os periódicos internacionais citados no período, prevalecem os jornais europeus, sendo bem restrita a publicação em revistas norte-americanas. A atual política de forte incentivo à publicação internacional pode ajudar a abrir mais fortemente ao mundo acadêmico de todos os países a produção brasileira, que permanece muito local, como nos mostram esses dados.

Tabela 14. Produção acadêmica dos membros da SBS *nos últimos dez anos* – 2ª parte

TIPO DE PUBLICAÇÃO	% de membros (N)	Número de livros/capítulos publicados nos últimos dez anos			
		3 ou mais	2	1	TOTAL
Livros acadêmicos no Brasil	51,8% (227)	37,6%	27,4%	35,0%	100,0%
Capítulos de livros acadêmicos no Brasil	74,4% (325)	66,8%	16,6%	16,6%	100,0%
Livros acadêmicos no exterior	6,9% (30)	16,6%	26,7%	56,7%	100,0%
Capítulos de livros acadêmicos no exterior	27,8% (121)	39,8%	26,3%	33,9%	100,0%

Assim como os artigos, os livros e capítulos de livros são voltados muito fortemente para o mercado local. No entanto, neste item há maior participação dos sociólogos da SBS, sendo significativa a produção de capítulos em livros acadêmicos no exterior por mais que um quarto dos respondentes.

Tabela 15. Participação dos membros da SBS em eventos científicos *nos últimos dez anos* (em %)

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	membros SBS
Apresentação de trabalho na SBS	65,4
Apresentação de trabalho na ANPOCS	47,9
Coordenação de atividades (GTS, mesas, etc.) na SBS	22,6
Coordenação de atividades (GTS, mesas, etc.) na ANPOCS	14,1
Apresentação de trabalhos fora do Brasil	64,5

Essas informações sobre as apresentações de trabalhos em congressos e seminários parecem indicar ao menos duas tendências. Primeiro: a forte presença dos colegas nos seminários da SBS. Se isso se explica pelas políticas mais restritivas desenvolvidas pela ANPOCS, talvez possa indicar também que a dinâmica da produção científica na sociologia brasileira tenha se transferido para a SBS, onde se atinge um público mais amplo e tem-se, muitas vezes, maior amplitude de temáticas propriamente sociológicas.

Por outro lado, quando se verifica que mais que dois terços dos sociólogos da SBS apresentaram trabalhos em eventos internacionais, acende-se algum otimismo com relação às possibilidades de internacionalização da sociologia brasileira, uma vez que ao apresentar trabalhos as pessoas se expõem a um ambiente internacionalizado e suas apresentações podem se converter em publicações no exterior.

As temáticas trabalhadas pelos sociólogos

Nem todos os profissionais, dos 86% que responderam sim à pergunta sobre a existência uma temática substantiva predominante em seu trabalho, indicaram quais seriam estas temáticas. Ainda assim, é possível construir um quadro riquíssimo da produção brasileira,

onde dominam as temáticas clássicas, mas existe espaço para as novas formas e temas de pesquisa sociológica. É importante indicar que as respostas estão apresentadas aqui exatamente como foram definidas pelos respondentes, com uma agregação mínima para análise.

Tabela 16. Temáticas predominantes no trabalho dos membros da SBS (em %)

TEMÁTICAS PREDOMINANTES	membros sbs*
Sociologia Política (também Sociologia da Administração Pública, dos Movimentos Sociais, das Relações Internacionais, Sociedade Civil, Ação Coletiva, Organização Social e Comunitária, Cidadania, Participação, Democracia, Democracia Local, Estado, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Teoria Política, Opinião Pública, Ciência Política)	15,1
Sociologia do Trabalho (também Mercado de Trabalho, Sindicalismo)	13,3
Sociologia da Educação (também Educação, Sistemas Educacionais Comparados, Antropologia da Educação)	11,0
Sociologia da Cultura (também Sociologia da Arte, do Cinema, da Literatura, da Moda, da Fotografia, Visual)	8,4
Sociologia Rural (também Transformações e Dinâmicas Rurais, Assentamentos Rurais, Antropologia Rural, Associacionismo Rural)	7,9
Teoria Social (também Teoria Sociológica, Pensamento Sociológico Clássico, Pensamento Social, Crise dos Paradigmas nas Ciências Sociais, Teoria de Pierre Bourdieu, Modernidade e Pós-modernidade, Sociologia Contemporânea, Globalização)	7,4
Sociologia da Violência (também da Criminalidade, do Conflito, Segurança Pública, Conflitos Sociais)	7,2
Sociologia Jurídica (também do Direito, da Punição, Controle Social, Criminologia, Administração da Justiça Penal, Ativismo Jurídico, Direitos Humanos, Direito Processual, Teoria Geral do Direito)	6,9
Sociologia Urbana (também, das Cidades, Planejamento Urbano e Regional, Dinâmica Urbano-Regional, Antropologia Urbana, Mobilidade Espacial e Urbanização, Urbanismo)	6,9
Relações de Gênero (também Gênero, Sexualidade, Família, Trajetórias Familiares, Feminismo, Escolha de Parceiros, Antropologia da Sexualidade)	6,6
Desigualdade e Estratificação Social (também Pobreza, Sociologia do Desenvolvimento, Questão Social, Realidade Brasileira, Classes Sociais)	6,1
Sociologia da Saúde (também Consumo de Psicofármacos, Exercício Profissional na Área de Saúde, Antropologia da Saúde)	5,1
Sociologia do Conhecimento e da Ciência (também Sociologia da Inovação, Ciência e Tecnologia)	5,1
Sociologia Geral (também Sociologia, Fundamentos de Sociologia, Introdução à Sociologia, Antropologia, História, Geografia)	4,1
Sociologia da Religião (também Religião, Ciências da Religião)	4,1

TEMÁTICAS PREDOMINANTES	Continuação membros sbs*
Metodologia das Ciências Sociais, Epistemologia das Ciências Sociais, Metodologia de Pesquisa Social, Métodos e Técnicas de Pesquisa (também Metodologia Quantitativa, Pesquisa Etnográfica)	3,8
Sociologia Ambiental (também Meio Ambiente, Política Ambiental, Unidades de Conservação, Conflitos Ambientais)	3,6
Sociologia da Juventude (também Envelhecimento, Infância, Adolescência, Relações entre Gerações)	3,6
Sociologia Econômica (também Economia e Ciências Sociais, Economia Solidária, Cooperativismo)	2,6
Pensamento Social Brasileiro (Sociologia Brasileira, Teoria Social Brasileira)	1,5
Ensino de Sociologia (também Formação de Professores em Ciências Sociais, Prática de Ensino de Ciências Sociais)	1,3
Outros temas: Sociologia das Profissões, dos Desastres, do Consumo, da Comunicação, da América Latina, do Esporte, do Futebol, do Lazer, do Turismo, do Corpo, do Movimento, da Imigração, das Populações, das Nacionalidades, das Organizações, dos Pequenos Grupos, da Ética, da Vida Cotidiana, no Ensino Médio, Histórica, Indígena, Psicossociologia, Anistia, Comportamento, Sociabilidades, Relações Interétnicas, Estudos do Imaginário, Representações Sociais, Usos do Tempo, Outras Sociologias Específicas, Aplicada, Aplicada à Administração, Energia e Sociedade, Discurso e Memória, Patrimônio Cultural, Antropologia do Turismo	12,0

Obs.: Codificação realizada a partir de questão aberta, aceita mais de uma resposta. Codificação por composições, por exemplo, tema “mulheres rurais” categorizado em “Relações de Gênero” + “Sociologia Rural”;

Se alguns temas indicam claramente uma orientação docente para definição da pesquisa (Introdução à sociologia ou Ensino de sociologia), o fato de que desenvolvamos estudos teóricos (Teoria sociológica) ou ligados à sociologia da ciência podem ser indicadores de maioria da nossa sociologia, que deixaria apenas de produzir exemplos para se aventurar na produção intelectual propriamente dita (Reis 1991). Também o fortalecimento da Sociologia jurídica parece indicar o retorno a uma parceria clássica da ciência social brasileira: os nossos grandes cientistas sociais, de Oliveira Vianna a Raymundo Faoro, e tantos outros, eram todos juristas de origem. Entretanto, esta Sociologia jurídica pode também estar associada não à pesquisa propriamente dita, mas à necessidade de publicação daqueles que ministram cursos acessórios de Sociologia para faculdades de Direito em instituições públicas e, principalmente, privadas.

Esse conjunto de dados permite colocar uma questão importante apresentada no início desse artigo: haveria mesmo um domínio da especificidade irrelevante e de uma perspectiva culturalista e pouco analítica? Os dados nos permitem afirmar, com certeza, que não. Os sociólogos brasileiros fazem pesquisas sobre os temas sociológicos clássicos e problemas sociais relevantes. Eles estudam a cidadania e o estado, as formas do trabalho, as desigualdades sociais, a violência, a religião.

Considerando o que foi visto anteriormente sobre as dificuldades de internacionalização das publicações e mesmo sobre o número restrito de artigos científicos publicados, podemos aventar a hipótese de que o conhecimento sociológico seja pouco e mal divulgado. Enquanto os economistas criam classes sociais a cada mudança no índice de Gini, os sociólogos precisam de (e fazem) estudos mais profundos e abrangentes para falar de um novo grupo social. E a mídia não tem muito tempo para esperar. Enquanto os antropólogos nos presenteadam com maravilhosos casos únicos ou interessantíssimos detalhes e noções sobre a vida privada, os sociólogos precisam construir tabelas chatas em que se evidenciam regularidades pouco charmosas das desigualdades sociais.

E isso não ocorre apenas na mídia, mas também na capacidade dos sociólogos para atrair bons alunos, no ensino de uma disciplina que exige rigor e paciência, conceitos bem trabalhados e metodologias complexas. Tudo isso dificulta a divulgação e expansão da sociologia, mesmo entre os cientistas sociais.

Uma breve introdução às hierarquias internas

Os dados apresentados a seguir são apenas uma amostra das questões que serão tratadas em outro artigo sobre os valores sociais vigentes entre os sociólogos. Parte essencial da identidade profissional do grupo, as informações aqui presentes serão usadas apenas para ajudar a compreender o sentido dado ao trabalho acadêmico e a sua importância na dinâmica da ocupação. Caracterizar essas percepções dos sociólogos é outro desafio que se coloca a partir dos dados das pesquisas da SBS e de Braga, que recobrem a temática.

Fazendo isso de maneira ainda muito exploratória e sem introduzir pesos ou associações das notas atribuídas com as posições de trabalho dos sociólogos, a Tabela 17 apresenta apenas a nota média atribuída pelos respondentes da SBS a cada tipo de atividade possível aberta aos cientistas sociais.

Tabela 17. Hierarquias entre as posições no mercado de trabalho para sociólogos segundo os membros da SBS

Posições no mercado para cientistas sociais	1	2	3	4	5	Mediana	Desvio-padrão	MÉDIA N=401
Político	6,7%	9,7%	17,0%	27,2%	39,4%	4	1,238	3,83
Dono de empresa de pesquisa ou consultoria	4,7%	7,0%	22,9%	39,9%	25,4%	4	1,061	3,74
Empresário da área de opinião pública ou de marketing político	4,0%	10,0%	24,2%	32,9%	28,9%	4	1,104	3,73
Professor em universidade pública	1,7%	6,2%	36,7%	37,9%	17,5%	4	0,902	3,63
Cargos políticos ou de confiança em instituições públicas (assessoria em câmaras legislativas etc.)	4,2%	9,7%	28,2%	37,9%	20,0%	4	1,045	3,60
Pesquisador acadêmico	1,5%	10,7%	38,4%	34,2%	15,2%	3	0,928	3,51
Analista de temas políticos e sociais nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão etc.)	3,0%	9,5%	35,7%	38,9%	13,0%	4	0,938	3,49
Consultor	2,5%	9,2%	39,4%	40,4%	8,5%	3	0,867	3,43
Editor ou redator de conteúdo em meios de comunicação especializados (revista de divulgação, periódico)	3,5%	15,0%	44,6%	30,9%	6,0%	3	0,892	3,21
Analista de dados e pesquisador em instituições governamentais	3,0%	19,5%	47,1%	27,4%	3,0%	3	0,839	3,08
Assessoria em organizações não-governamentais	2,5%	20,2%	54,6%	19,7%	3,0%	3	0,787	3,00

Posições no mercado para cientistas sociais	Continuação							
	1	2	3	4	5	Mediana	Desvio-padrão	MÉDIA N=401
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissional de qualquer carreira de nível superior	5,0%	27,7%	49,1%	16,7%	1,5%	3	0,820	2,82
Funcionário público, por concurso (exceto professores), como profissionais de Ciências Sociais	3,7%	31,4%	47,6%	15,5%	1,7%	3	0,806	2,80
Analista de dados e pesquisador em empresas	5,2%	28,4%	49,9%	15,0%	1,5%	3	0,813	2,79
Professor em universidade particular	6,0%	29,4%	45,4%	17,7%	1,5%	3	0,854	2,79
Assalariado da área de opinião pública ou de marketing	8,7%	29,9%	44,9%	14,7%	1,7%	3	0,884	2,71
Assessoria em sindicatos de trabalhadores	7,0%	39,4%	40,6%	12,0%	1,0%	3	0,824	2,61
Assalariados de nível intermediário em empresas (recursos humanos, planejamento etc.)	8,0%	35,7%	46,6%	8,7%	1,0%	3	0,798	2,59
Professor em cursos temporários de curta duração	15,0%	39,2%	34,9%	9,5%	1,5%	2	0,909	2,43
Professor para ensino médio (em aulas de sociologia)	28,7%	46,6%	18,0%	5,2%	1,5%	2	0,900	2,04
Professor para ensino médio (em outras disciplinas)	30,4%	50,1%	14,2%	4,0%	1,2%	2	0,847	1,96
Entrevistador, pesquisador de campo, coletores de dados	38,7%	42,6%	12,7%	3,5%	2,5%	2	0,931	1,89

Note-se que o que é considerado mais prestigiado é o político. O professor universitário vem apenas em quarto lugar! E, reconhecidamente, quem tem menos prestígio é o entrevistador, coletor de dados. Aqui entramos nas hierarquias internas à profissão. Esses extremos colocam pelo menos duas questões: se o mais apreciado dos sociólogos é aquele que exerce atividades políticas (efeito Fernando Henrique Cardoso?), é razoável indagar sobre a noção de posição social

utilizada pelos profissionais entrevistados. Como o segundo e o terceiro lugar foram ocupados pelos empresários e donos de empresas de opinião pública (uma duplicidade intencional para verificação de consistência), reforça-se a ideia de uma certa subordinação da visão dos sociólogos ao senso comum. Mais que valorizar a produção científica e acadêmica, o que poderia evidenciar uma autonomia de julgamento quanto ao funcionamento do próprio grupo, prestigia-se a atuação fora do espaço acadêmico. Além disso, os profissionais que, principalmente dentro das empresas, fazem a pesquisa empírica trabalhando como entrevistadores são muito desprestigiados e aqueles que trabalham como analistas de dados e pesquisadores em empresas não ficam em situação melhor. Aparentemente, os sociólogos não dão grande valor à pesquisa empírica, pensando sempre na pesquisa acadêmica como uma reflexão ou como trabalho intelectual que não “põe a mão na massa”. Ou quem sabe a pesquisa acadêmica seria base de um trabalho político? A não ser que se considere que as respostas avaliam não a importância efetiva do trabalho para o desenvolvimento do grupo profissional, mas que elas refletem apenas a avaliação feita externamente ao grupo pela sociedade. Cabe perguntar, como nos estudos clássicos sobre prestígio, qual é a base da sua definição do sucesso segundo esses profissionais: sucesso no mercado ou maior expertise profissional?

Conclusão

O quadro traçado a partir desses dados é bem mais otimista que as questões que originaram o estudo, mesmo considerando que problemas importantes também foram desenhados. A profissão dos sociólogos ou das sociólogas (elas têm uma ligeira maioria) vista de sua associação é um conjunto de profissionais maduros, brancos em sua imensa maioria, distribuídos por todo o país e relativamente estável em seu recrutamento.

A expansão geral do ensino superior dos últimos dez anos favoreceu as Ciências Sociais, mas talvez a diversificação coloque alguns

problemas. É o caso das dificuldades do grupo em lidar com os professores do Ensino Médio, formados especialmente nas novas licenciaturas oferecidas em Ciências Sociais.

Essa questão tende a se tornar mais expressiva quando vista como parte dos processos de democratização do ensino superior. Nossos dados, assim como pesquisas anteriores, mostram que a trajetória dos cientistas sociais é um caminho importante de mobilidade social ascendente através da escolarização. As informações sobre os pais dos profissionais da área, em que encontramos inclusive analfabetos com filhos doutores, ou a crescente presença de negros e pobres entre os alunos são indicadores da maior igualdade relativa de oportunidades e da abertura dos cursos de Ciências Sociais. A pergunta que não conseguimos trabalhar com dados neste artigo é: serão estes os que ocuparão as posições mais desvalorizadas da profissão?

Como profissionais, os sociólogos trabalham com toda a gama clássica de problemas e temas sociológicos. Verifica-se não apenas a diversidade temática como também a busca de inovação, acompanhando os avanços da ciência no plano internacional. No entanto, e talvez esteja aqui a razão de uma das questões colocadas inicialmente, se temos qualidade na produção científica ainda, carecemos de melhor e maior divulgação, faltando maior quantidade e qualidade de publicações e, sobretudo, maior internacionalização.

O sociólogo “ideal típico” parece aproximar-se fortemente do modelo do intelectual clássico: a atividade política é a mais prestigiada e o trabalho acadêmico aparece em seguida. Uma das razões, além dessa classificação explicitamente construída pelos colegas, que faz reforçar a ideia do sociólogo não como um técnico, mas como intelectual, é a desvalorização das atividades como entrevistar ou analisar dados, bases essenciais da pesquisa empírica propriamente dita. A pesquisa acadêmica, constituinte essencial da identidade do grupo analisado, tem outra posição, outro valor. Ela é mais um trabalho intelectual e político do que esforço científico e analítico.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. P. B. L., **Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no RJ**, dissertação de mestrado apresentada ao PPGSA/UFRJ, 2004.

BRAGA, E. C. F. **Composição e posições ocupacionais para uma outra sociologia dos cientistas sociais**, tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao IFCH/Unicamp, 2009.

FREIDSON, E. **Renascimento do Profissãoalismo**, São Paulo, EDUSP, 1998

FREIDSON, E.: **Professionalism the third Logic: On the practice of knowledge**, Chicago, The University of Chicago Press, 2001.

LARSON, M. S.: **The rise of professionalism**, University of California Press: Berkeley, 1977.

MARTINS, C. B.; VILLAS BÔAS, G.; BARBOSA, M. L. O.; MAGGIE, Y., “Mestres e doutores em sociologia” in VELLOSO, J. (org.), **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**, Brasília: Ed. CAPES/UNESCO, 2002, PP. 343-372.

REIS, F. W. O Tabelão e a Lupa: Teoria, Método Generalizante e Idiografia no “Contexto Brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 06, n.16, 1991.

Anexo I. Faixas de renda dos respondentes (em R\$)

FAIXAS DE RENDA	Membros SBS		cientistas sociais SP	
	mensal, na atividade principal	mensal, em todas as fontes de renda*	mensal, na atividade principal	mensal, em todas as fontes de renda*
Até R\$ 2.000	6,2	4,5	21,0	17,7
Entre R\$ 2.001 e R\$ 4.000	14,4	11,1	33,9	31,5
Entre R\$ 4.001 e R\$ 6.000	34,6	25,3	27,4	25,0
Entre R\$ 6.001 e R\$ 8.000	23,9	24,1	10,5	14,5
Entre R\$ 8.001 e R\$ 10.000	12,8	14,4	6,5	7,3
Entre R\$ 10.001 e R\$ 12.000	5,0	7,6	0,8	3,2
Mais de R\$ 12.001	3,1	13,0	----	0,8
N	422	423	124	124

Obs.: Valores em dólar foram convertidos em reais por multiplicador de 1,8. Quando mencionados dois valores, os cálculos foram realizados com a renda líquida, ou com o menor valor.

* Quando não houve indicação de valor para esta variável, e na presença de resposta indicando apenas uma atividade remunerada, inclui-se para esta a mesma renda da atividade principal.

Artigo recebido em 09/10/2013 / Aprovado 22/12/2013

Celi Scalón*

JUVENTUDE, IGUALDADE E PROTESTOS

RESUMO

O artigo se refere à conferência proferida no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, em Salvador. Nele, busco analisar as jornadas de Junho de 2013, ocorridas em todo o Brasil, à luz do debate sobre desigualdades, classes sociais e juventude. Para tanto, foram incorporados resultados de várias pesquisas, quantitativas e qualitativas, realizadas em diferentes períodos. O argumento do texto procura recuperar, ainda, a discussão sobre opções de políticas públicas e suas consequências para as condições de vida das populações, mais especificamente, a brasileira. Nesse sentido, questiona os limites do foco no aumento de crédito e consumo, sem respectivo investimento em bens e serviços públicos e universais. Em última instância, se vincula ao debate sobre modelos de desenvolvimento, justiça social, direitos e cidadania.

Palavras-chave: protestos, juventude, classes, justiça social, desenvolvimento

YOUTH, EQUALITY AND PROTESTS

Celi Scalón

ABSTRACT

The article derives from a paper given at the 16th Brazilian Congress of Sociology in Salvador. In the text I look to analyze the days of protests of June 2013 that took place throughout Brazil, in light of the debate on inequalities, social classes and youth. In the process I cite findings obtained by various quantitative and qualitative studies undertaken at different periods of time. The text's argument also looks to recuperate the discussion on public policy options and their consequences for the living conditions of populations, more specifically the Brazilian population. To this end it questions the limits of the focus on increasing credit and consumerism without respective investment in public and universal goods and services. Finally the article engages with the debate on models of development, social justice, rights and citizenship.

Keywords: Protests; Youth; Classes; Social justice; Development.

*Professora titular da UFRJ e foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia na gestão 2009-2011. Tem doutorado em Sociologia pelo IUPERJ e, neste período, foi visiting student na University of Warwick e cursou o programa de Métodos Quantitativos na University of Michigan, Ann Arbor. Foi visiting fellow no Nuffield College, Oxford University (2002) e no California Center for Population Research, University of California, Los Angeles (2012-2013). Suas áreas de pesquisa são: Desigualdade e Estratificação, com foco em classes sociais, renda, políticas públicas e metodologia. É membro do international board da revista Research on Social Stratification and Mobility (RSSM/RC28) e do conselho editorial da Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCAR e da Revista Brasileira de Sociologia (SBS).

JEUNESSE, ÉGALITÉ ET MOUVEMENTS DE PROTESTATION

Celi Scalon

RÉSUMÉ

L'article se réfère à la conférence donnée par l'auteur lors du 16^{ème} Congrès brésilien de Sociologie, à Salvador de Bahia. Il s'attache à analyser les Journées de juin 2013 qui ont eu lieu dans tout le Brésil, à la lumière du débat sur les inégalités, les classes sociales et le jeunesse. Pour ce faire, les résultats de plusieurs recherches, quantitatives et qualitatives, réalisées à différentes époques, y ont été incorporés. L'argument du texte cherche à récupérer, encore, la discussion sur les options de politiques publiques et leurs conséquences sur les conditions de vie des populations, plus spécifiquement, la vie brésilienne. En ce sens, le travail remet en cause les limites de l'accent mis sur l'augmentation du crédit et de la consommation sans investissements en retour dans les biens et les services publics et universitaires. En ultime instance, le texte se rattache au débat sur les modèles de développement, sur la justice sociale, les droits et la citoyenneté.

Mots-clés : Protestations ; Jeunesse ; Classes ; Justice sociale ; Développement

Celi Scalon

JUVENTUDE, IGUALDADE E PROTESTOS

O momento em que este texto começou a ser elaborado, a partir da conferência realizada no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia¹, caracterizou-se como uma ocasião muito especial, uma vez que o congresso da SBS coincidiu com o meu retorno de um período sabático no exterior de oito meses. Por este motivo, escolhi começar o artigo remetendo a este momento de saída do Brasil. Em 5 de dezembro de 2012, viajei para os Estados Unidos da América, dando início ao pós-doutorado na UCLA, com uma proposta de pesquisa que questionava a emergência da chamada nova classe média brasileira; em especial no que vinha sendo veiculada no Brasil de que as distâncias sociais estavam sendo superadas. Na minha perspectiva, esse debate estava pautado por uma concepção estreita de modelo de desenvolvimento econômico, focado na construção de um “Brasil grande”, nos moldes do nacional-desenvolvimentismo da década de 70. Uma visão de desenvolvimento assentada, quase exclusivamente, na geração de renda e promoção do con-

¹ Esse artigo está baseado na conferência proferida no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na UFBA. Assim, agradeço ao comitê organizador e à diretoria da SBS, em especial a Irllys Barreira, Inaiá de Carvalho e Luiz Lourenço, pelo convite para fazer a conferência; e a Rogério Proença, pelo desafio de transformá-la em artigo.

sumo de bens individuais, sem a respectiva atenção a investimentos na produção, na infraestrutura e em serviços públicos de qualidade. Em resumo, sem que houvesse esforços empreendidos no sentido de construir um projeto coletivo de nação.

Mas, apesar de minha crítica e descontentamento com este modelo, eu nunca poderia prever os acontecimentos que tiveram lugar em junho do ano seguinte. Assim como outros colegas, com quem muitas vezes troquei impressões informais ou dialoguei através de estudos baseados nas análises de classe, me sentia muito isolada nessa postura crítica, tendo em vista que a população brasileira parecia viver uma feliz comunhão com os destinos político, econômico e social que o governo vinha desenhando.

Portanto, fui tão surpreendida com os protestos de junho como qualquer outro cidadão brasileiro. Posso afirmar que a experiência de viver aquele momento longe do Brasil foi muito interessante e intensa. Eu e outros colegas brasileiros, que, nesse período, também eram pesquisadores visitante nos Estados Unidos, trocamos muitas impressões e debatemos de forma constante e diária o que se passava no Brasil. Gostaria de mencionar especificamente os professores Richard Miskolci (UFSCAR) e Lena Lavinas (UFRJ), que estavam em San Francisco e Princeton, respectivamente. Nossas fontes de informação consistiam em qualquer tipo de notícia que chegava para nós, através da leitura diária dos jornais online ou mesmo de blogs, mídias sociais e mensagens de colegas e familiares que permaneciam no Brasil.

Acredito que essa experiência foi muito importante para nós e, embora geograficamente distantes, nos sentíamos muito próximos do Brasil. Estar fora do país me permitiu olhar para o que acontecia de um ângulo diferente; este distanciamento, mesmo que não planejado, me auxiliou a captar diferentes interpretações, que chegavam dos mais diversos meios e formas, com tempo e espaço suficientes para elaborá-las e refletir sobre elas. Não havia seleção ou pressão de uma corrente de análise ou outra, somente um grande estranhamento em relação ao ardor e à rapidez com que se produziram interpretações taxativas e definitivas sobre aqueles acontecimentos e os rumos que eles tomariam.

Foi exatamente naqueles dias turbulentos que a organização do congresso da SBS me pediu um título para a conferência. Coincidentemente, durante o período na Universidade da Califórnia, Los Angeles, finalizei dois estudos sobre juventude no Brasil. Por isso, me senti bastante atraída por reunir três elementos, que estiveram no foco das minhas preocupações nos últimos meses. Juventude, o tema de dois textos recentemente concluídos; igualdade, a questão que pauta minha agenda de pesquisa há alguns anos; e protestos, preocupação que ocupou horas e dias de meu período sabático.

Os protestos de junho de 2013 provocaram muita surpresa e inspiraram várias interpretações em relação a suas causas; por este motivo, não quero oferecer mais uma interpretação. Meu objetivo é, simplesmente, discutir temas já presentes na minha agenda de pesquisa à luz desses acontecimentos que, dada sua importância para a sociedade brasileira, envolveram todos nós, que nos dedicamos à Sociologia.

E por que a Sociologia, em especial? As sociedades modernas criaram várias instâncias autorreflexivas e a Sociologia é delas; nossa disciplina se constitui, precisamente, como uma ciência especializada nessa reflexividade. Essa é a sua especificidade, sua vocação e seu desafio, e é por isso que, muitas vezes, a Sociologia se confunde com o diagnóstico do presente, justamente por seu interesse pelo debate sobre temas contemporâneos, em particular aqueles que remetem às mudanças.

Entre as muitas posições apresentadas para “explicar” os protestos de junho, parece ter prevalecido aquela que defende que a diminuição das desigualdades, com correspondente transformação da sociedade brasileira em uma sociedade de classe média, teria criado expectativas de consumo e bem-estar muito além das possibilidades de nossa conjuntura. De inspiração toquevilliana², essa interpretação foi compartilhada por analistas de diversas orientações teóricas e ideológicas.

² Alexis de Tocqueville, 2000, 2001 e 2009.

No entanto, passados o calor da hora e a perplexidade, vale a pena recuperar alguns elementos importantes para compreender as insatisfações expostas pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira que saíram às ruas.

Gostaria de chamar atenção, primeiro, para a imagem que o Brasil refletia naquele momento, tanto para os próprios brasileiros como para o exterior.

O Brasil, apontado como uma potência emergente, considerando como indicador o PIB³, figurou em 2011 como a sexta maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido. Ainda que tenha sido por um breve período, já que a queda do PIB em 2012 rebaixou nossa economia no ranking mundial, o Brasil era visto como uma das grandes promessas de desenvolvimento econômico e, principalmente, como um modelo de sucesso na luta contra as desigualdades. Um mal que nos persegue há séculos.

Por esse motivo, tamanho descontentamento da população em relação às condições de vida em um país tão bem-sucedido, que já estava sendo propagandeado como um país de “classe média”, causou, sem dúvida, o estarrecimento de muitos, dentro e fora do Brasil. Talvez seja esse o motivo de ter vigorado como primeira hipótese para compreender os protestos a de que, ao alcançar padrões de vida e consumo elevados, a população passou a desejar mais. E este foi, por motivos evidentes, a explicação propagada pelo governo e seus apoiadores. A curva de Kuznets teria, enfim, nos alcançado.

No entanto, os gritos que ecoavam nas ruas repetiam demandas muito antigas e bem conhecidas da população brasileira há várias décadas. Aqueles que, como eu, participaram de protestos nos anos 1980, ouviam as ruas de hoje como ecos do passado; na pauta estavam, novamente, saúde e educação, públicas e universais.

Associados a isso, os protestos do século XXI têm como alvo, também, a corrupção, uma questão que sempre aparece nas opiniões e percepções dos brasileiros sobre o sistema político, basta analisar as várias pesquisas de opinião que incluem o tema, mas que ganhou

³ Note que não é o PIB per capita, mas o valor global do Produto Interno Bruto.

uma nova dimensão com o julgamento e condenação de personagens públicos vinculados ao governo.

Porém, nesse ponto, é importante lembrar que os protestos que se espalharam por várias cidades do país tiveram como estopim uma manifestação contra o aumento das tarifas dos transportes públicos em São Paulo, que foi impulsionada por estudantes e reuniu vários segmentos da sociedade. É fundamental, contudo, registrar que protestos contra aumentos de tarifas já vinham ocorrendo em Natal, Porto Alegre e Goiânia; mas sem a mesma repercussão. A repressão foi violenta e trouxe, para o coração da maior metrópole brasileira, a brutalidade policial tão bem conhecida nas periferias e favelas. As imagens e os relatos chocaram o Brasil e o mundo, mas este foi somente o primeiro choque.

Rapidamente, os protestos passaram a ser lidos como um movimento da classe média tradicional, insatisfeita com as mudanças ocorridas no país que apontavam para perda de privilégios e maior igualdade de oportunidades. Nesse ponto utilizei o termo de “classe média tradicional” para distinguir o grupo que pode ser compreendido como uma classe média em termos ocupacionais, educacionais e de estilo de vida, daquele grupo que tem sido chamado de “nova classe média” por alguns estudiosos e pelo governo, a partir de uma definição baseada, exclusivamente, em percentil da distribuição de renda⁴. Nesse esquema de categorias, teríamos quatros grupos de renda ou, segundo alguns economistas, classes sociais: E = abaixo da linha da pobreza (definida como R\$2,00/dia); D = entre a linha da pobreza e a mediana; C = entre a mediana e o décimo percentil de renda; AB = décimo percentil de renda. Desse modo, o grupo C, nomeado “nova classe média” seriam os 40% que se encontram abaixo do décimo percentil e acima dos 50% mais pobres. Esse intervalo, por definição, é estático em proporção e ao longo do tempo; mas pode incluir um número maior ou menor de pessoas. De qualquer forma, o significado de pertencer ao grupo C varia de sociedade para sociedade, tendo em

⁴ Para esta discussão ver Neri (2008), Souza (2010), Souza e Lamounier (2010); Scalón e Salata (2012), Bartelt (2013).

vista que as distribuições de renda não são uma constante entre as economias mundiais.

Mas a grande contradição desta interpretação dos protestos estava, precisamente, nas demandas colocadas, que apontavam para a ampliação de direitos e melhoria de bens e serviços públicos e universais, como transporte, educação e saúde. Nada que de longe remetesse a algum tipo de privilégio para a tão criticada classe média tradicional.

Não bastasse isso, pelo volume e capilaridade das manifestações, não era possível, de forma alguma, caracterizar os protestos como pertencendo a um grupo social específico. Claro que os jovens são o motor das manifestações, mas isso é verdade no Brasil como no resto do mundo; portanto, não há novidade alguma aqui. Os jovens, por sua energia, generosidade, ímpeto e desprendimento, são o grupo que, em geral, se dispõe a empreender esforços de movimento e mudança.

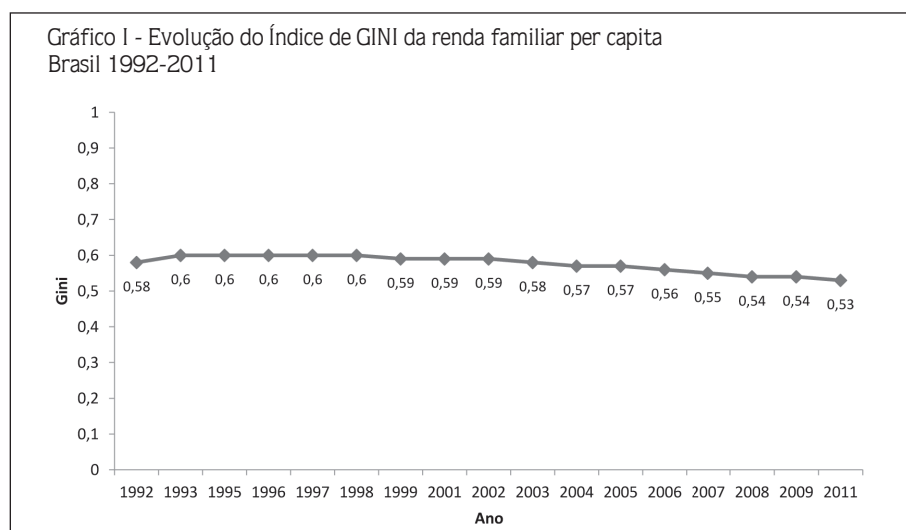
Por isso, ao pensar no título dessa conferência, decidi usar o termo igualdade em lugar de desigualdade, porque queria dar um tom positivo a esse momento tão significativo para o Brasil. Os três elementos que compõem o título são, na minha perspectiva, extremamente positivos. Além disso, os jovens, principais agentes das manifestações que se estendem pelo país desde junho, vêm demandando maior igualdade – e não somente nas condições de vida e oportunidades, mas, também, de participação e liberdade.

Quero enfatizar que a desigualdade continua sendo a marca mais profunda da sociedade brasileira e ainda não foram traçadas políticas capazes de abalar sua estabilidade.

Nos últimos 19 anos, que correspondem ao período de 1992 a 2011, a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, exposto no gráfico abaixo (gráfico 1), mostra decréscimo constante⁵. Ainda que isso possa representar um avanço, é importante salientar que o decréscimo foi de modestos 0,07 pontos, e ainda continuamos figurando entre

⁵ Este recorte temporal se refere aos anos de democracia representativa direta no Brasil. Note que os anos correspondentes aos censos demográficos (1991, 2000 e 2010) não são incluídos no gráfico, porque a amostragem do censo é distinta da PNAD.

os países mais desiguais do planeta. Considerando apenas a chamada “década inclusiva” (Neri, 2012), a diferença permanece em 0,06 pontos, longe de ser, portanto, um indicador de que a igualdade brasileira tenha levado à consolidação de uma sociedade de “classe média”.



Fonte: PNAD/IBGE

Dessa forma, é importante reconhecer que a concentração de renda no Brasil é resistente e profunda, considerando que os 10% mais ricos têm renda média domiciliar per capita 12,7 vezes maior do que os 50% mais pobres, um quadro de desigualdades de renda só superado por Honduras, Colômbia e Bolívia.

Mas a agenda do país para combater as desigualdades se sustenta, fundamentalmente, na transferência direta e condicional de renda; um programa de orientação do Banco Mundial, preconizado por Milton Friedman e que tem como foco transferir recursos monetários para que os indivíduos possam, privadamente, consumir bens e serviços. A transferência direta de renda tem, ainda na perspectiva liberal, a virtude de aquecer o consumo, o que traz efeitos positivos para a economia de mercado. Diante desse quadro, não é de se estranhar o desgaste e a saturação desse modelo, que não garante a construção um sistema de segurança social público integrado e, consequente-

mente, torna distante a perspectiva de um futuro mais igualitário nas oportunidades e condições de vida.⁶

Os efeitos positivos imediatos que um programa de transferência direta de renda pode gerar esbarram em limites muito claros, vinculados ao tipo de bens e serviços que estão ao alcance dos diferentes grupos de renda. Um sistema orientado para o mercado resultará, fatalmente, em uma clivagem entre os tipos de serviço acessíveis às pessoas de acordo com seu poder aquisitivo. Isso nos coloca diante de uma realidade que estratifica, reproduzindo desigualdade; uma vez que os serviços consumidos pelos diferentes grupos sociais são, também, distintos na acessibilidade e na qualidade.

Ao mesmo tempo, é importante ponderar que a renda alcançada, muitas vezes, é aplicada no consumo de serviços que, em um estado de bem-estar social, seriam públicos, universais e gratuitos, como educação e saúde. Um jogo de soma zero ou, em alguns casos, negativa.

A própria Secretária de Assuntos Estratégicos da Previdência (SAE), com base na pesquisa “Vozes da Classe Média”, demonstra que este é o destino dado aos ganhos do grupo de renda C, definido por este órgão como “classe média”. No entanto, este órgão governamental parece avaliar como positiva a contratação destes serviços e bens no espaço das empresas privadas:

A classe média brasileira está crescendo e essa fatia da população quer acesso aos mesmos serviços que os ricos, mesmo que tenha que pagar por isso. É o que mostra o estudo Vozes da Classe Média, divulgado nesta quinta-feira (20) pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) da Presidência da República. Com o aumento de renda, a classe média tem como prioridade gastar seu dinheiro com o que a classe alta normalmente gasta, como é o caso dos planos de saúde e escolas particulares. Em 2009, 14% dos estudantes de classe média estudavam em escolas privadas, quatro vezes mais que a classe baixa (3%). O número ainda é

⁶ Lavinas, L. (2013).

menor que a *classe alta*, que tem 59% dos seus estudantes em escolas particulares, mas tem crescido muito, de acordo com o estudo. No caso da saúde, no mesmo ano em questão, 24% da *classe média* já pagava por consulta e tratamentos de saúde, quase cinco vezes mais que a *classe baixa*. O estudo mostra que além da disponibilidade de recursos com o crescimento de renda, em dez anos a renda da classe média cresceu 3,5%, essa população gosta mais dos serviços privados porque acredita na maior qualidade deles.⁷ (grifo meu)

Nesse ponto, vale a pena recuperar a citação de Titmuss (1964:110; apud LAVINAS, 2013): “A maior conquista positiva que resultou da criação de serviços sociais diretos e universais em ‘espécie’ tem sido a erosão das barreiras discriminatórias formais. Um padrão de serviço aprovado publicamente, independentemente da renda, classe ou raça, substituiu o duplo padrão que invariavelmente significava serviços de segunda classe para cidadãos de segunda classe”.

De acordo com essa perspectiva, a eficiência do Estado de Bem Estar Social está, exatamente, na garantia de benefícios públicos para todos os cidadãos, independente do status, renda ou de sua contribuição. Desse modo, parte do princípio de que a igualdade anda *pari passu* com o universalismo e a incondicionalidade. E a literatura mostra que, quanto mais universalizado é o sistema de proteção social, maiores são seus efeitos redistributivos. Em contrapartida, a seletividade tem efeitos bem menores, tanto na distribuição de bem-estar, como na promoção de uma sociedade mais integrada. Dessa forma, é possível apontar como modelos destes dois tipos de alternativas: os Estados Unidos, que priorizam a focalização, e os países escandinavos, que adotam maior universalização nas políticas e serviços públicos. (LAVINAS, 2013)

Não há dúvida de que as demandas apresentadas pela população brasileira nas ruas apontam, justamente, para essa questão. Entre as muitas bandeiras levantadas nas marchas de junho, estas eram cons-

⁷ <http://www.sae.gov.br/site/?p=13346#ixzz2gafhqMlz>

tantes nas centenas de cidades onde ocorreram os protestos. Não por acaso, elas permaneceram na agenda das manifestações que se seguiram a junho e se estendem, até os dias de hoje, em algumas localidades.

As desigualdades têm múltiplas causalidades e, portanto, tratar um fenômeno tão complexo unicamente sob a lente da renda demonstra incapacidade de compreensão dos desafios que se impõem a quem, sinceramente, busca superá-los.

Por isso, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, focado, quase exclusivamente, na geração de renda e consumo de bens individuais, sem o respectivo aprimoramento e investimento em infraestrutura, tecnologia e inovação e políticas públicas universais, não é resposta suficiente e, tampouco, eficiente para combater as desigualdades.

A incapacidade de enxergar a contradição entre os níveis de segmentação e carência da sociedade brasileira e a imagem de um país em pleno desenvolvimento com uma crescente igualdade de classes parecem ter impedido atores fundamentais nesse cenário de perceber os claros sinais que já vinham sendo enviados por grupos e movimentos sociais ligados à defesa de direitos, mesmo antes daquele mês de junho.

No caminho traçado para um projeto de desenvolvimento nos moldes do século passado, pouca atenção era dada aos golpes sistematicamente desferidos contra direitos de minorias, como indígenas, LGBTs e mulheres. Vistos como pequenas insatisfações, computadas na conta de grupos específicos em detrimento de uma agenda social mais ampla, estes movimentos parecem não ter sido compreendidos como atores plenos cuja demanda é por igualdade e justiça.

Soma-se a isto a enorme dificuldade de pressão destes grupos, que está diretamente ligada ao enfraquecimento, na última década, de alguns movimentos sociais organizados, ou porque tiveram suas agendas capturadas pelo Estado, ou porque foram, eles próprios, incorporados ao Estado.

Impossível deixar de observar, também, que ocorreram mudanças significativas e permanentes na forma de organização política da sociedade civil. Não é por acaso que surge, a partir dos protestos contra o aumento dos transportes públicos, um movimento linear e

sem liderança, com grande capacidade de aglutinação via internet, e que desafiou a compreensão de todos nós, acostumados a um modelo mais tradicional de mobilização.

Mas eu não pretendo aqui discutir o tema dos movimentos sociais, porque não é meu objeto de pesquisa e, no Brasil, temos um grande número de sociólogos dedicados a este tema que podem, com mais propriedade, tratar de suas articulações e desdobramentos. É relevante observar que têm ocorrido protestos em vários países, por motivações distintas, e que esta característica internacional merece atenção. No entanto, meu objetivo não é fazer um estudo de movimentos sociais, mas destacar o ponto de convergência que mobilizou as pessoas no primeiro momento dos protestos no Brasil.

Mesmo que a agenda fosse múltipla e diversa, se estendendo por questões tão variadas, como demarcação das terras indígenas, combate à corrupção, demanda por serviços públicos e universais e rejeição de projetos apelidados “bolsa estupro” e “cura gay”, é importante notar que foi o aumento da tarifa de transportes urbanos coletivos o catalisador dos protestos que se espalharam pelo país.

O epicentro das insatisfações era a mobilidade urbana, que pode ser traduzida como ocupação do espaço das cidades, e se constituiu como primeira bandeira a ser levantada na sequência de protestos a que assistimos se espalharem por centenas de cidades brasileiras. A explicação pode estar no fato de ser este um problema que incide sobre toda a população; contudo, é fundamental enfatizar que o espaço é estratificado e segmentado por classes, tanto do ponto de vista físico-geográfico, como do ponto de vista simbólico. Portanto, mal distribuído, desigual e injusto.

Para falar sobre esta questão, gostaria de recuperar a pesquisa qualitativa que realizei em 2008, em parceria com Pedro Paulo Oliveira. O estudo, com base em grupos focais de jovens entre 16 e 24 anos no Rio de Janeiro, teve como objetivo apreender a percepção de desigualdades e justiça social. A metodologia utilizada foi a de grupos focais, selecionados por faixa etária (16-18, 19-21, 22-24), por estrato social (jovens de classe baixa, moradores das favelas-periferias da cidade e

estudantes de escola pública, e jovens de classe média, moradores da zona sul carioca e estudantes de escolas particulares).

No entanto, só recentemente retomamos essa pesquisa para finalizar o artigo enviado para publicação na revista *Interseções*, do PPCIS da UERJ⁸. Embora naquele momento o debate em torno da definição do grupo de renda C, batizado de “nova classe média”, não estivesse colocado nem na academia, nem na mídia, ao reler as transcrições, foi possível capturar representações e definições em relação a essa questão. Assim, transcrevo a seguir trechos da dinâmica com jovens de classe popular e jovens de classe média.

Hoje em dia é considerada uma pessoa de classe média, uma pessoa que tem um micro-ondas em casa, um computador, uma geladeira boa, duas, três televisões dentro de casa, isso eu acho que qualquer pobre pode ter. Eu trabalhava na zona sul e uma vez uma senhora esteve lá falando que a empregada dela tinha as mesmas coisas que ela tinha dentro da casa dela, duas televisões, uma TV a cabo, micro-ondas, DVD, computador... tinha a mesma coisa que ela tinha dentro de casa, a questão é zona sul, zona norte. (classe popular 22-24).

Essa questão de classe já é discriminada há séculos atrás, e conforme o tempo só vai se agravando: o carro que você usa, o supermercado que você faz suas compras, dependendo do supermercado, até o mesmo produto, o preço é diferente, dependendo do bairro, o bairro que você mora diz qual é a sua classe. (classe popular 22-24).

Eu entendo que sejam diferentes classes na sociedade. Tipo. Vou dar um exemplo: a localidade onde a pessoa mora. Tem a classe social da zona sul de um jeito e na zona norte de outro, e na baixada fluminense... (classe popular 19-21).

⁸ Scalón e Oliveira (2012).

Até determinado salário é classe média baixa, classe média alta e classe média... Nem tanto por onde mora. Eu entendo pela renda da pessoa, da família, em geral (classe popular 19-21).

Os hábitos das pessoas, o meio que ela vive. (classe média 22-24).

Eu acho que classe social não está ligada só a dinheiro. Como o nome diz, está ligada à sociedade que você vive, a religião, se você pratica algum tipo de esporte, a sociedade daquele esporte que você pratica ou então uma faculdade, no caso dele (indicando outro membro integrante da dinâmica), de Educação Física, mas depende do meio das pessoas que você convive, não só dinheiro. (classe média 16-18).

Eu concordo com ele, acho que hoje em dia é tudo muito dividido, por exemplo, uma pessoa que tem dinheiro só vai estudar em colégio particular, então uma criança não tem esse acesso, você já convive com isso. Por exemplo, garotos de pais ricos passam o final de semana em um clube, já o pessoal de uma classe mais baixa vai para a praia, então não tem muito esse contato, as pessoas desde crianças já são meio que autoexcluídas, são separadas, porque é o meio que eles convivem, de repente por influência dos pais, isso tudo vai selecionando. (classe média 19-21).

Analisando os resultados dos grupos focais, é possível observar que a renda não consiste em um componente prioritário na definição de classe. Os jovens que participaram da dinâmica relacionaram classe social, principalmente, ao local de moradia, mostrando que a espacialidade é significativa para a atribuição de um lugar social. Mas esses jovens reconhecem, também, que a segregação se estende à escola, aos locais de lazer, entre outros espaços não compartilhados. Os entrevistados parecem não reconhecer a universalização do crédito e do consumo - com pleno acesso a objetos tais como celular, micro-ondas, computador, entre outros - como universalização de

oportunidades e, portanto, promotora de igualdade de classes.

Portanto, não há por que se espantar que, em uma sociedade tão desigual e segregada⁹, na qual muitas vezes recorremos às forças de segurança do Estado para circunscrever as populações carentes a espaços específicos das cidades, a luta pela mobilidade tenha sido o motivo inicial dos protestos. De fato, essa insatisfação já é expressa em situações de quebra de transportes públicos que ocorrem no dia-a-dia das metrópoles, de forma espontânea e sem efeito cumulativo.

Mas nada como um megaevento para colocar em xeque o lugar de cada cidadão no espaço urbano e, conseqüentemente, no espaço social, uma vez que estes não estão dissociados. O Brasil lançou-se a abrigar os dois maiores eventos esportivos mundiais, o Mundial de Futebol e as Olimpíadas. O governo ofereceu como apólice para a FIFA, um país emergente com classe média exuberante e democracia consolidada, e como apólice para o povo, a promessa de que a obsolescência da infraestrutura urbana estava com os dias contados, e, com isso, a promessa de uma vida social menos segregada.

Mas o caos urbano, velho conhecido das grandes cidades, foi se agravando, em parte, pela política governamental de incentivo ao consumo desenfreado de automóveis como fator de crescimento e, com o início da Copa das Confederações, o palco dos protestos foi transferido das praças e avenidas para as arenas esportivas onde ocorriam os jogos. Os estádios, protegidos por aparato militar digno de tempos de guerra, tornaram-se inalcançáveis para o cidadão comum, aquele que sempre foi o protagonista mais apaixonado e fiel do futebol brasileiro.

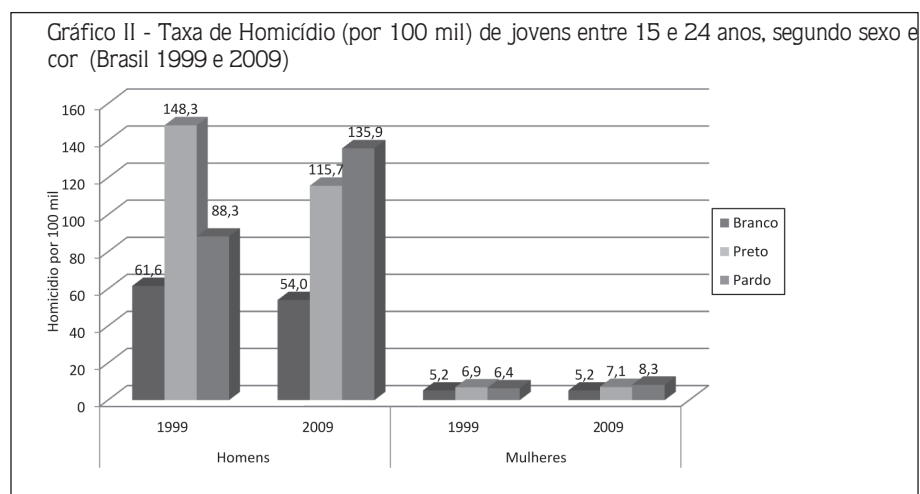
O Brasil e o mundo assistiram a uma batalha por espaço e direito à cidade, travada por cidadãos inconformados por terem que seguir os riscos e quadrados estabelecidos por seus governantes. Circulou pelo mundo, em fotos e vídeos, uma imagem quase inacreditável: a do povo brasileiro, que tanto se orgulha de ser pentacampeão de futebol, reunido em volta dos estádios, não para comemorar as vitórias da seleção nacional, mas para reclamar seu lugar e sua identidade.

⁹ Marques, Bichir e Scalón (2012); Marques, Scalón e Oliveira (2008)

Em lugar dos gritos de gol, o povo entoava nas ruas pedidos por transparência nos gastos públicos direcionados para a copa do mundo, por investimentos em saúde e educação, bem como, pelo combate à corrupção. Emblemática foi a reação dos manifestantes à vitória da seleção brasileira sobre a seleção japonesa, ecoando: “Ei Japão, trocamos nosso futebol pela sua educação!” A FIFA, com razão, não se sentiu bem-vinda no Brasil durante aquele período. As entidades, junto com o governo federal, foram os alvos das maiores críticas.

A resposta do poder público chegou através da desmedida brutalidade policial, que, antes aplicada somente aos moradores das periferias, se abateu sobre todos. O desrespeito aos direitos fundamentais de expressão, de ir-e-vir e à integridade física, tão comum nas favelas e bairros da periferia, é apresentado aos moradores do asfalto e das zonas centrais das cidades. As imagens causaram grande indignação, ainda que a violência policial nas manifestações tenha sido significativamente mais branda do que a cotidianamente vivida nas comunidades carentes. Afinal, como faziam lembrar os comentários nas redes sociais, nas favelas e periferias as balas não são de borracha.

Nesse sentido, cabe expor alguns dados sobre vitimização de jovens, com os quais me deparei ao escrever o capítulo sobre demografia do livro “Youth in the BRICS Countries” organizado, no Brasil, por Tom Dwyer.



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/IBGE

O campo de estudos da Sociologia que se dedica à análise da violência e segurança no Brasil é muito amplo e internacionalmente reconhecido por seu trabalho; portanto, não caberia entrar aqui em análises mais detalhadas dos dados. O objetivo, ao apresentar essas informações, é apenas destacar a crise de segurança em que nosso país (e, sobretudo, nossas metrópoles) está mergulhado há décadas. As mortes por causas externas de homens jovens, particularmente negros, que no Brasil têm características epidêmicas, já podem estar afetando a distribuição populacional.

Trago essas informações para argumentar que, embora parte significativa da sociedade brasileira não saiba e os governos prefiram ignorar, existe uma parcela da população jovem exposta à violência e, portanto, não se intimida facilmente diante dela, já que vive submersa nesse tipo de sociabilidade. Por isso, para surpresa de muitos, alguns manifestantes, naquela Copa das Confederações, desafiaram as limitações espaciais impostas pelo Estado e romperam as grades e muros que cercavam os estádios. Os confrontos se acirraram e produziram vítimas. Vivendo a ilusão da justiça e da democracia, havíamos esquecido que elas não habitam as periferias e, lá, a convivência entre jovens e violência é cotidiana.

Ainda assim, o questionamento sobre a origem das insatisfações populares prosseguia. De onde vinha tanto descontentamento, se os pobres nunca foram tão beneficiados? Se o Brasil estava, finalmente, se convertendo em uma sociedade de classe média?

De novo, o recurso à tese de que a ascensão social produziu expectativas e desejos por mais ascensão prevaleceu. Precisamos reconhecer que a ideia de que mobilidade ascendente pode gerar conflitos sociais é uma tese nova; para falar francamente, é uma tese novíssima.

Os estudos na área demonstram que a ascensão social tende a acomodar conflitos; seja pela melhoria efetiva das oportunidades em relação ao passado, do próprio indivíduo ou de seus pais; seja pela famosa teoria de Hirschman (1973), denominada “efeito túnel”, na qual a experiência geral de mobilidade, quando aumenta as chances de ascensão de classes na sociedade como um todo, gera percepção positiva nos indivíduos e diminui a insatisfação com as desigualdades, a partir das expectativas de sua própria chance de ascensão.

Para explicar sua teoria, Hirschman utiliza a seguinte imagem:

Suponha que estou dirigindo em um túnel de duas pistas, ambas indo na mesma direção, e entro em um engarrafamento sério. Nenhum carro se move em qualquer pista, tanto quanto eu posso ver (o que não é muito longe). Eu estou na faixa da esquerda e me sinto abatido. Depois de um tempo, os carros na pista da direita começam a se mover. Naturalmente, meu espírito se anima consideravelmente, pois sei que o congestionamento foi superado e que a vez da pista em que estou andar, certamente, virá a qualquer momento. Mesmo que eu esteja parado, ainda assim, me sinto muito melhor do que antes por causa da expectativa de que eu verei, em breve, estar em movimento' (HIRSHMAN, 1973, p. 545).

O problema das interpretações que surgiram para explicar a insatisfação da sociedade brasileira é que elas não são, de fato, teses sobre classes, embora tenham se apropriado do conceito. Para esses analistas, a mobilidade de classes é apreendida, simplesmente, a partir do aumento de renda e, especialmente, do consumo. Esquecem que não é possível falar em mobilidade de classes considerando apenas estes dois elementos, porque os ganhos em renda não se traduzem, necessariamente, em igualdade de oportunidades ou chances de vida, alvo das análises de mobilidade de classe¹⁰.

Analisando o esquema de classes EGP¹¹ (tabela 1), é possível indicar que não houve mudança significativa na estrutura de classes no Brasil. Vasta literatura nas áreas de Sociologia e na Economia vem

¹⁰ Para uma discussão sobre mobilidade, ver Ribeiro, (2007); Ribeiro e Scalón (2001); Scalón (1997).

¹¹ O esquema de classes EGP, assim denominado a partir das iniciais de seus formuladores, Erikson, Goldthorpe e Portocarrero, tem sido amplamente utilizado na literatura nacional e internacional sobre mobilidade de classes. Claro que existem muitos esquemas de classe em disputa e a escolha entre as diferentes alternativas se dá de acordo com o objetivo do estudo e a tradição teórica ao qual este se vincula. Entretanto, classificações mais detalhadas mostraram que indivíduos incluídos na faixa de renda C se concentram em trabalhos no comércio, escritório, emprego doméstico, construção civil e indústria tradicional.

apontando que o aumento das vagas no mercado de trabalho tem se concentrado em ocupações de baixa qualificação, prioritariamente no setor de serviços e com baixo rendimento, uma vez que cerca de 90% dos empregos formais estão na faixa de até três salários mínimos. Aliás, a baixa qualificação do trabalhador brasileiro, e aqui retomamos a questão da educação, tem sido apontada como uma das dificuldades encontradas para o desenvolvimento de uma economia moderna, com inovação industrial e tecnológica.

Tabela 1 – Classes EGP para homens entre 24 e 60 anos de idade (Brasil 2002 e 2009)

Classes EGP	Ano			
	2002		2009	
	N	%	N	%
Profissionais, administradores e gerentes	2835632	8,7	3461407	9,0
Trabalhadores não-manuais de rotina	4269793	13,1	5863331	15,2
Pequenos proprietários e empregadores	2986857	9,1	3024758	7,8
Trabalhadores manuais qualificados	7552212	23,1	9296971	24,1
Trabalhadores manuais não-qualificados	8621318	26,4	10410875	26,9
Trabalhadores rurais	6402854	19,6	6594503	17,1
Total	32668666	100,0	38651845	100,0

Fonte: PNAD-IBGE

Importante enfatizar que as categorias não-manuais, que se aproximam mais da concepção de classe média, se mantiveram na ordem de 32% da população masculina com idade entre 24 e 60 anos, considerando os anos de 2002 e 2009. E considerando apenas este segmento não-manual, chegamos à seguinte tabela (tabela 2):

Tabela 2 - Composição da classe média para homens entre 24 e 60 anos de idade (Brasil, 2002 e 2009)

Classe Média	Ano	
	2002	2009
Profissionais, administradores e gerentes	28,1	28,0
Trabalhadores não-manuais de rotina	42,3	47,5
Pequenos proprietários e empregadores	29,6	24,5
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE

Da mesma forma, é interessante recuperar aqui, também, pesquisas qualitativas que estamos realizando na região metropolitana do Rio de Janeiro. Há pouco mais de um ano, iniciamos um projeto que reúne alunos e professores da UFRJ e da UERJ, que se baseia em entrevistas com pessoas que se enquadram no grupo de renda C, que tem sido denominado de “nova classe média”. Apesar de ainda estarmos na fase de análise das entrevistas, foi possível observar que, apesar de reconhecer ganhos na capacidade de consumo, a maioria dos entrevistados não se identifica como classe média e, quando o fazem, definem classe média como aquela que tem acesso a um padrão de consumo básico.

A maior parte dos entrevistados não se identificou como classe média, para a qual eles atribuem características como: escolaridade elevada, localidade de moradia em bairros afluentes e centrais da cidade, moradia própria e acesso à cultura. Nesse sentido, a classe média é vista pela “nova classe média” como sendo aquela que acumula bens, vive nos bairros mais valorizados das cidades e tem acesso a serviços que a camada mais pobre da população, na qual em geral os entrevistados se incluem, não tem. Os demais ou não se identificaram com nenhuma classe ou definiram como “classe média” aquela que “não passa necessidade”, ou seja, estaria acima da linha da pobreza.

Entrevista 1: Sonia, trabalhadora no comércio, 48 anos, Saracuruna.

Entrevistador: Você acha que pertence a qual classe social?

Sonia: A pobre mesmo !!! [risos]

Entrevistador : Pra você o que é classe social?

Sonia: É a pessoa ter um bom imóvel, pessoa instruída, viajada. Eu vejo por esse lado.

Entrevistador: Pra você o que é ser classe média?

Sonia: É assim, morar no Flamengo, Botafogo, Tijuca. Não sou eu!

Eliane, costureira, 45 anos, Vigário Geral

Entrevistador – Você acha que pertence a qual classe social?

Eliane – Eu? Hum... A pior que tem.

Entrevistador – A pior que tem? Por quê?

Eliane – Sou pobrona, pobretona. Tenho nada. Não tenho carro, não tenho casa. Pra não dizer que eu não tenho nada tenho meu pai, minha mãe, meu filho e meu esposo.

Entrevistador – Você gostaria de estar numa outra posição?

Eliane – Hm, quem não gostaria?

(...)

Entrevistador – E pra você, o que é classe social?

Eliane – Hm, o que é classe social? A pessoa melhorzinha, assim, de vida, né? Tem um pouquinho mais do que aquela... Classe média. Classe média é o quê? Pessoa que não tem nada? Não. Eu sou o quê? Classe o quê? Eu? Classe média, classe ruim, o quê? (risos)

A distância entre as classes no Brasil é imensa e, se considerarmos a ausência de serviços e equipamentos, públicos e universais, compartilhados pelos diferentes estratos sociais, é possível argumentar que não há expectativa de transpor essa distância que, ao longo de nossa história, tem sido construída por escolhas políticas equivocadas.

A educação, não por acaso, aparece como tema central nos discursos dos entrevistados das diferentes classes médias, a nova e a tradicional, bem como no repertório dos protestos que se estendem pelo país desde junho. Ela parece ser o ponto nodal, no qual se depositam expectativas de transposição das desigualdades sociais. A centralidade dessa questão aparece de forma muito clara nos grupos focais de jovens:

“Questão de classe social tem gente que tem menos oportunidade, a gente pode estudar em colégio pago que o ensino é bem melhor. Ninguém quer estudar em colégio público. Se você tem oportunidade de estudar num bom colégio, colégio pago, você vai preferir ter uma educação melhor, fazer cursinhos e tal e ter alguma vantagem. Aquela pessoa que tem mais dificuldade pra

“você trabalhar, não precisa... não tem tanta oportunidade quanto você.” (classe média 19-21).

“A pessoa que nasce num berço de ouro já está feita, praticamente, porque na educação pública hoje em dia é uma vergonha, porque ninguém aprende nada, agora estão passando sem ter condições de estar exercendo nada no futuro, eles estão passando automaticamente, eu acho que nascer numa família que já tenha uma condição melhor, que dê uma condição para ela ter um futuro, uma profissão, eu acho que isso é o mais importante.” (classe popular: 22-24).

No mesmo estudo ficou, também, evidente uma oposição entre percepções de ganhos individuais e ganhos coletivos, quando foi perguntada qual a expectativa que os jovens tinham de que a situação no Brasil melhorasse.

A gente vai melhorar. Mas o país não melhora (classe popular, 16-18 anos).

A tendência é só piorar. Com os políticos que estão aí, eles só pensam neles, neles... Aí não dá (classe popular, 22-24 anos).

Eu acho que economicamente vai melhorar, como a Jéssica falou, depende da nossa geração, eu me preocupo com isso, se depender de algumas pessoas que conheço da nossa idade, estamos ferrados, mas em nível geral não vai melhorar, mas talvez para os juízes e doutores vá melhorar, acho que o país vai ficar mais rico. (classe média, 16-18 anos).

Foi o que ela falou, acho que economicamente eu tenho esperança que vai melhorar. Socialmente de repente acompanha. Acho que a gente tem esperança, ainda tem esperança (classe média, 19-21 anos).

Essa cisão, entre a expectativa de melhoria na situação individual e de piora na situação social/coletiva, aparece como uma profunda e triste cicatriz deixada no nosso delicado tecido social pelas imensas desigualdades do país.

Apesar disso, naquele grupo, entrevistado no ano de 2008, já parecia haver uma disposição para a mudança.

Acho que isso depende tanto do povo quanto dos políticos. A gente tem que se manifestar e os políticos que estão lá para nos representar, tem que dar voz à nossa manifestação (classe média, 16-18 anos).

Nós somos o futuro do país, se não fizermos nada, vai ficar do jeito que está ou até piorar. (classe média, 19-21 anos).

A gente tem também que ajudar. Não pode ter esse pensamento de só deixar na mão do governo (classe popular, 19-21 anos).

E por causa dele e de alguns não dá pra fazer? Tem que fazer. Tem um monte de gente querendo. É o tempo de cada um, cada um tem a cabeça diferente. Conforme algumas pessoas são influenciadas pelas outras, as outras têm cabeça formada. Tem que dar tempo ao tempo, tem que ir fazendo pra ver se a cabeça das pessoas vai mudando. Só assim que vai ter oportunidade de mudar isso aí. Senão, vai continuar do jeito que está (classe popular, 16-18).

Estas falas indicam uma disponibilidade para a transformação e uma responsabilidade em relação a ela. Seria interessante poder explorar e aprofundar essa questão em novas dinâmicas de grupos focais com jovens, uma vez que os grupos então realizados não tinham esse foco e, portanto, é difícil balizar como evidência empírica, tendo em vista o conjunto das entrevistas e a própria análise que fizemos. Apesar disso, ao preparar a conferência e relendo o artigo que vai ser

publicado, foi bastante tentador pensar que, talvez, alguns desses jovens estejam hoje nas ruas do Rio de Janeiro, demandando educação, saúde e, principalmente, liberdade.

No momento em que concluo esse artigo, milhares de pessoas protestam nas ruas do Rio de Janeiro, em apoio aos professores da rede pública em greve e por educação de qualidade, pública e universal. Não obstante, uma violenta repressão se abate sobre os manifestantes, com uso de arma letal e prisões de centenas de pessoas, equivocadamente enquadradas na lei 12.850/2013, voltada para a criminalização das organizações criminosas no modelo de milícias e outras.

Estes fatos deixam claro o interesse dos governos em sufocar as manifestações, que parecem ter grande potencial de prejudicar os lucros esperados com os megaeventos, em especial o Mundial de Futebol que ocorrerá no próximo ano, bem como com a atração de capital internacional. A política econômica do atual governo se baseia, fundamentalmente, em atração de investimentos financeiros e exportação de commodities, tendo em vista que a inovação tecnológica no Brasil pouco evoluiu. Ao mesmo tempo, o governo realiza uma ampla operação de concessões para a iniciativa privada, particularmente em obras de infraestrutura e exploração de petróleo. Nesse sentido, rupturas na ordem pública que impliquem em aumento dos riscos de investimentos no Brasil são vistas como extremamente negativas e têm sido combatidas com redobrado vigor e violência.

Nesse momento, é impossível fazer qualquer previsão de desfecho para as insatisfações e conflitos que ocupam as ruas; a falta de canais de diálogo é, provavelmente, o maior obstáculo para a negociação por um pacto social. Contudo, a pauta de demandas é bem conhecida, como eu disse já no início deste artigo, e vem se consolidando ao longo dos meses que se seguiram a junho de 2013. Os manifestantes pediram saúde e educação “padrão FIFA” e este se tornou um mote que ecoa até os dias atuais. Soma-se a isso a revolta com a violência policial que faz o tema da segurança pública entrar no repertório da sociedade brasileira com força.

O efeito mais evidente e imediato dos protestos foi ter mudado a visão sobre o Brasil; tanto a imagem que o Brasil tinha do Brasil, como a imagem que o mundo tinha do Brasil.

Contudo, ao demonstrarem ter existência mais longa do que se supunha no princípio, os protestos geraram novos contextos de discurso político e trouxeram o debate sobre perspectivas e projetos de nação para o cotidiano da sociedade brasileira. Ao despertar de uma espécie de torpor que havia tomado o país, capturado na imagem de perfeita ordem e progresso, a população brasileira tornou-se mais atenta e compreendeu que a vida social não está dissociada das disputas políticas, assim como a pauta política não pode, nem deve, se constituir apartada da vida social.

Mesmo desconhecendo os rumos que irá tomar o anseio de participação e mudança da sociedade brasileira e, em especial, dos jovens, atores principais desse processo, é possível chegar a uma conclusão: o Brasil não será mais o país que conhecemos antes do dia 20 de junho de 2013. Nessa data houve uma ruptura no consenso que amarrava todos nós à ilusão da igualdade e da democracia em nosso país, demonstrando que a opção pela agenda pautada no consumo e no crédito se tornou insuficiente para as demandas de justiça social. Essas amarras foram rompidas, assim como o consenso. Uma ruptura impossível de ignorar e, mais difícil ainda, de emendar.

REFERÊNCIAS

Bartelt, D. D. (org) (2013). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

ERICKSON, R. e GOLDTHORPE, J. H. (1993), **The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies**. Oxford, Oxford University Press.

ERICKSON, R.; GOLDHORPE, J.H.; PORTOCARERO, L. (1979) - **Intergenerational class mobility in three western European societies**. The British Journal of Sociology, 30(4).

GOLDTHORPE, John H., LLEWELLYN, Catriona e PAYNE, Clive. (1987), - **Social Mobility and Class Structure in Modern Britain**. Oxford, Clarendon Press.

GAETTA, G.L. (2012) - **In the mood for redistribution**. An empirical analysis of individual preferences for redistribution in Italy. *Economics Bulletin*, 2012, vol 32, no3, 2383-2398.

HIRSCHMAN, A. O. (1973) – The changing tolerance for income inequality in the course of development, with a mathematical appendix by Michael Rothschild. *Quarterly Journal of Economics*, 87, 544-566.

LAVINAS, L. (2013) - **Latin America: Anti-poverty Schemes instead of Social Protection?** designAldades.net Working Paper Series n. 51, Berlin, 76 pages.

MARQUES, E.; BICHIR, R.; SCALON, C. (2012) Residential segregation and social structure in São Paulo: continuity and changes since the 1990s. In: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Eds.). **Residential Segregation in Comparative Perspective: Making Sense of Contextual Diversity**. [S.l.] Ashgate Pub Co.

MARQUES, E.; SCALON, C.; OLIVEIRA, M. A. (2008) - **Comparando Estruturas Sociais no Rio de Janeiro e São Paulo**. *Dados*, v. 51, n. 1, p. 215-238.

MULLER, L. (2011) – **Development and the tolerance for inequality**, University of California, Los Angeles (mimeo).

NERI, M. (2008) - **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: CPS.

NERI, M. – A década inclusiva. **Valor econômico**, 25/09/2012.

POCHMANN, M. AMORIM, R. SILVA, R. GUERRA, A. (2006) - **Classe Média: desenvolvimento e crise**. São Paulo/SP. Cortez Editora.

POCHMAN, M (2012) – **Nova classe média?** São Paulo, Boitempo.

QUADROS, W. (2003) - “A evolução recente das classes sociais no Brasil”, In: HENRIQUE, W. PRONI, M. (org.). **Trabalho, Mercado e Sociedade**. São Paulo: UNESP; Campinas: IE/UNICAMP.

RIBEIRO, C. (2007) **Estrutura de Classe e Mobilidade Social No Brasil**. São Paulo, EDUSC.

RIBEIRO, C.; SCALON, C. (2001) **Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada**. *Dados*, vol. 44, n. 1.

SCALON, C. e SALATA, A. (2012) - **Uma nova classe média no Brasil da última década?** O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, vol 27, no 2.

SCALON, C. e OLIVEIRA, P.P (2012) - A percepção dos jovens sobre desigualdades e justiça social no Brasil. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, n. 14, v. 2.

SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal) (2013) - <http://www.sae.gov.br/site/?p=13346#ixzz2gafhqMlz>

SEN, A. (2001) - **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo, Record.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. (2010) - **A Classe Média Brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro, Elsevier.

SOUZA, J. (2010) - **Os batalhadores brasileiros**. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**, vol. 1. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**, vol. 2. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

TOCQUEVILLE, A. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

Artigo recebido em 03/11/2013 / Aprovado 19/12/2013

Maria da Glória Gohn*

OS JOVENS E AS PRAÇAS DOS INDIGNADOS: TERRITÓRIOS DE CIDADANIA

RESUMO

Na antiguidade, as praças eram locais de oradores. Na Idade Média, no início do processo de urbanização, as praças reuniam os artesões, o comércio, a arte de rua, e os símbolos do poder. Na Idade Moderna, as praças centrais ganharam status, reuniam os casarões das elites, hotéis, a prefeitura, igreja, câmaras, e o comércio crescente. Em todas essas diferentes épocas, uma função comum: a praça como lócus de manifestação, protesto, reivindicações. Marchas, concentrações, ocupações: as praças tornaram-se lócus por excelência de espaço público para o exercício da cidadania. A partir do século XX estas manifestações ganharam um dado novo: a expressiva participação dos jovens, e recentemente, o uso das novas tecnologias na organização e realização dos protestos. Este trabalho tem como referência manifestações de jovens em territórios distintos: Praça Tahrir, no Cairo/Egito, Praça Mohammad Bouazizi em Túnis/Tunísia, Praça da Puerta del Sol, em Madri/Espanha, Praça Syntagma, em Atenas/Grécia, praça do Parque Zuccotti/Wall Street, em Nova York/Estados Unidos, e Willy-Brandt Platz, em Frankfurt/Alemanha; manifestações de junho de 2013, no Brasil, na Av. Paulista e Largo da Batata, em São Paulo. Nesses territórios, têm ocorrido protestos dos indignados, sob várias formas. Apesar da intensa participação dos jovens, seus impactos na sociedade nem sempre têm sido visíveis, seus resultados nem sempre duradouros para a organização dos movimentos que constroem. O diálogo com os poderes constituídos é tenso ou inexistente. As questões implícitas neste paper são: quais as possibilidades dessas manifestações sob a perspectiva das lutas emancipatórias? Quais desafios teóricos esses movimentos apresentam? Qual o papel simbólico das praças que têm acolhido estas manifestações e movimentos?

Palavras-chave: Manifestações de jovens; Reivindicações; Brasil

YOUTH UPRISINGS AND PUBLIC SQUARES: TERRITORIES OF CITIZENSHIP

Maria da Glória Gohn

ABSTRACT

In the ancient world, squares were the place of orators. As the process of urbanization began in the Middle Ages, squares brought together artisans, traders, street performers and symbols of power. In the Modern Era, central squares acquired status as they became surrounded by the mansions of the elites, hotels, city council offices, churches, chambers and the ever-increasing commerce. During all of these different periods, though, the same function appears: the square as a focal point for demonstrations, protests

*Socióloga, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e Pós-doutorado em Sociologia pela New School of University, Nova York. Professora titular da UNICAMP. Pesquisadora I do CNPq. Vice-presidente do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Membro do Comitê de Sociologia do CNPq (2007-2010). Foi incluída no Dictionary of Eminent Social Scientists: Autobiographies (DESSA), da Fundação Mattei Dogan, Paris (2010). Pesquisadora/profa visitante da Fundação Rockefeller em Belágio/Itália (2000), Oxford (1994), Universidad de Córdoba (Argentina) em 2009 e Universidad Complutense de Madri (2010). Especialização em Planejamento da Educação-UNESCO/Chile. Tem 18 livros publicados de autoria individual sobre a temática dos movimentos sociais destacando-se História dos Movimentos e Lutas Sociais (2012, 8ª edição); Teoria dos Movimentos Sociais (2012, 10ª edição); Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo (2013, 7ª ed.); Educação Não-Formal e a Formação do Educador Social (2014, 4ª ed.) e Sociologia dos Movimentos Sociais (2014, 2ª ed.).

and demands. Marches, rallies, occupations: the squares became the locus par excellence of public space for exercising citizenship. From the twentieth century these manifestations acquired a new factor: the expressive participation of young people, and, more recently, the use of new technologies in the organization and realization of protests. The reference point for this work are youth demonstrations in various regions of the world: Tahrir Square in Cairo/Egypt, Mohamad Bouazizi Square in Tunis/Tunisia, Puerta del Sol in Madrid/Spain, Syntagma Square in Athens/Greece, Zuccotti Park Plaza/Wall Street in New York/United States, and Willy-Brandt Platz in Frankfurt/Germany; demonstrations in June 2013 in Brazil in the Avenida Paulista and Largo da Batata in São Paulo. In these regions protests have taken place in a variety of forms. Despite the intense participation of young people, their impacts on society have not always been visible, or their results particularly long-lasting for the organization of the movements responsible for them. The dialogue with public authorities is tense or non-existent. The questions implicit in this paper are: what potential do these demonstrations possess from the viewpoint of struggles for freedom? What theoretical challenges do these movements present? What symbolic role is played by the squares that have been occupied by these demonstrations and movements?

Keywords: Youth demonstrations; Demands; Brazil.

LES JEUNES ET LES PLACES DES INDIGNÉS : TERRITOIRES DE CITOYENNETÉ

Maria da Glória Gohn

RÉSUMÉ

Dans l'Antiquité, les places étaient le lieu des orateurs. Au Moyen-Âge, au début du processus d'urbanisation, les places ont réuni les artisans, le commerce, l'art de rue et les symboles du pouvoir. À l'époque moderne, les places centrales ont acquis un statut, s'y rassemblaient les demeures l'élite, les hôtels, les mairies, églises, diverses chambres et le commerce croissant. En toutes ces différentes époques, les places avaient une fonction commune : elles étaient le lieu de manifestations, de protestations, de revendications. Marches, concentrations, occupations : elles sont devenues par excellence des lieux publics où exercer la citoyenneté. À partir du 20^{ème} siècle, ces manifestations ont été la scène de deux phénomènes nouveaux : la participation expressive des jeunes, et plus récemment, l'emploi de nouvelles technologies dans l'organisation et la réalisation de protestations.

Ce travail fait référence aux manifestations de jeunes sur différents territoires : la place Tahrir, au Caire /Egypte, la place Mohammad Bouazizi à Tunis / Tunisie, la place de la Puerta del Sol à Madrid/Espagne, la place Syntagma à Athènes /Grèce, celle du parc Zuccotti/Wall Street / Etats-Unis et Wily-Brandt, à Frankfort/Allemagne ; et enfin les manifestations de juin 2013 au Brésil, dans l'Avenida Paulista et sur le Largo da Batata, à São Paulo. Sur ces territoires, on a vu se dérouler plusieurs formes de protestations d'indignés. Malgré la forte participation des jeunes, leurs impacts sur la société n'ont pas toujours été visibles, leurs résultats pas toujours durables pour l'organisation des mouvements qu'ils ont constitué. Le dialogue avec les pouvoirs en place est tendu ou inexistant. Les questions implicites dans cet article sont : quelles sont les possibilités qu'ouvrent ces manifestations dans la perspective de luttes émancipatrices ? Quels défis théoriques ces mouvements présentent-ils ? Quel est rôle symbolique des places qui ont été le théâtre de ces manifestations et de ces mouvements ?

Mots-clés : Manifestations de jeunes ; Revendications ; Brésil

Maria da Glória Gohn

OS JOVENS E AS PRAÇAS DOS INDIGNADOS: TERRITÓRIOS DE CIDADANIA

Apresentação

Os Jovens na Sociedade Moderna

A hipótese básica norteadora deste texto é: quando os jovens entram na cena pública, mudanças significativas estão ocorrendo na sociedade, do ponto de vista cultural e político. Usualmente a categoria jovem se refere a indivíduos que vivenciam processos específicos de socialização, dentro de uma dada faixa etária. Às vezes, ela é citada via uma de suas representações, a juventude, categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencente a uma dada faixa etária. Embora possam ter até mais idade que essa faixa compreende, o indivíduo teria atributos daquela faixa. Os jovens são vistos com dotados de certas características que geram ações e produzem impactos; são, portanto, atores coletivos que desempenham papéis específicos na sociedade (WEISHEIMER, 2009). O conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e características. O primeiro, decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (em que também

não há consenso), com ênfase nos aspectos geracionais de uma determinada fase de vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social. Alguns autores afirmam que se deve falar no plural, juventudes, porque há múltiplas diferenças. Sposito constrói outras dimensões para a categoria jovem, tais como: condição juvenil e situação juvenil. Essas categorias referem-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais (SPOSITO, 2003). Em síntese, quer se destaquem os atributos positivos da juventude, associados à inovação e criatividade, portadores de mudança social; quer se destaquem os atributos negativos, associados a problemas "da idade" ou a condições de vulnerabilidade socioeconômica (galeras da periferia) ou, ao contrário, (superproteção aos "mauricinhos", que em passado remoto também já foram denominados como "Juventude Transviada", imortalizada em filme protagonizado por James Dean), os jovens e a juventude na atualidade continuam a desafiar teóricos e teorias nas análises. Talvez devêssemos acreditar nas palavras de Oscar Wilde quando nos disse: "Os velhos acreditam em tudo, os maduros desconfiam de tudo, os jovens sabem tudo" (citação de Kevin Delaney, *The New York Times/Folha de São Paulo*, 13/02/2012, p.1). Outra consideração advinda do mundo de produtores das artes sobre os jovens é a da escultora Maria Martins. Nos anos de 1960, em diálogo com Clarice Lispector, ela disse a respeito das manifestações daquele período: "A juventude sempre tem razão e isso de querer fazer deles uns robôs não vai dar certo e nem eles se submeterão. É a minha esperança". (Entrevista de Maria Martins 'Diálogos Possíveis' com Clarice Lispector. *Revista Manchete*, Dez. 1968). Esses jovens, enquanto participantes de coletivos organizados em movimentos sociais, podem ser estudados sob vários papéis sociais, tais como: enquanto estudantes, produtores de arte, nas galeras, nos blogs e redes sociais etc. Essas práticas e compor-

tamentos levam, tanto em 1968 como na atualidade, à temática dos movimentos sociais e constituem uma forma de renovar os estudos na Sociologia dos Movimentos Sociais.

Slavoj Žižek é um dos intelectuais-filósofo que tem influenciado jovens que participam de movimentos sociais na atualidade, como o *Occupy Wall Street*. Ele afirmou: “não basta saber o que não se quer, é preciso saber o que se quer. O povo, de acordo com ele, sempre tem a resposta, o problema é não saber a pergunta” (Žižek, 2012). Nossa pergunta inicial é: o que acontece quando os jovens entram em cena? Para respondê-la, buscamos localizar quem são os jovens que têm entrado em cena, em movimentos sociais e manifestações públicas de protesto: o que demandam, quais as características do tipo de associativismo que eles têm sido construído?

Como ponto de partida, o texto tem uma premissa: há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos de 1960, assim como é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que têm o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural e as formas como aproveitam as oportunidades políticas que surgem.

Na década de 1960, e mais especificamente, em 1968, inúmeros analistas afirmam que houve uma grande revolução cultural, comportamental nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida, buscavam “viver sem tempos mortos”. Criaram utopias e buscaram o engajamento na política de forma diferente das formas então vigentes – pela aliança entre estudantes e camponeses, por exemplo –, pensados como atores sociais básicos para uma nova sociedade. Essa aliança motivou alguns intelectuais a saírem pelos campos pregando a revolução. Che Guevara será o símbolo máximo desta frente. Criaram identidades político-cultural, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher

etc. e queriam ser ouvidos. Não queriam ser mais conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, pelos "tempos mortos". Dentre as formas de comunicação, na época destacou-se o uso dos muros de Paris e as frases emblemáticas do movimento.

Na década de 1990, movimentos alter ou antiglobalização irromperam no cenário internacional, especialmente após os eventos nos Estados Unidos, em Seattle, em 1999. Eles demarcaram territórios e tempos específicos para suas ações – os locais de grandes reuniões de cúpulas – as cimeiras econômicas, como a OMC – Organização Mundial de Comércio; reunião de líderes, como o tradicional encontro anual em Davos; ou reuniões políticas, como as reuniões do G8 – países mais influentes na época etc. A partir do final dos anos 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos 1960, assim como não voltou ao tema das lutas operárias e o internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado, clamaram: "outro mundo é possível". As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideais e ações comuns. As manifestações da década de 1990 focalizaram o processo de globalização e os efeitos das políticas do modelo neoliberal, estruturados, segundo Boito (2012), no tripé: a) desregulamentação do mercado de trabalho, b) privatização e c) abertura comercial e financeira. Segundo o autor, esse modelo levou "a aumento do desemprego, no corte de direitos trabalhistas e sociais, na reconcentração da renda, nas privatizações, na hipertrofia da acumulação financeira, na abertura comercial e na desindustrialização forçada de países" (BOITO, 2012:1).

Portanto, os fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 estão na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Mas estão também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc. (ver Zizek, 2012:16). Não são

os operários os sujeitos principais, ainda que sindicatos participem, por exemplo, do Fórum Social Mundial, e posteriormente, nas grandes manifestações públicas dos Indignados europeus. Os sujeitos destas manifestações têm sido organizados sob múltiplas formas – etnia, raça, gênero, idade, tipo de atividade do trabalho (rural ou urbana), unidades produtivas da economia solidária, etc. E a forma de protesto também é diferente, tanto das fórmulas clássicas (greves, ações sindicais, passeatas etc.), como das formas de 1968 (protestos nas ruas). Nas formas dos anos 1990, ainda que tenham ocorrido protestos nas ruas, predominaram Fóruns, Assembleias, grandes encontros, longas caminhadas etc., a exemplo do Fórum Social Mundial – FSM. Essas formas se mantêm até 11 de setembro de 2001, à queda das torres gêmeas em Nova York. Após esta data, o movimento altermundialista teve de mudar de tática, passou a ser visto pelas autoridades, mídias etc. como ameaça à ordem, suspeito, especialmente nos Estados Unidos. Ele diminuiu suas ações no mundo. Os altermundialistas que continuaram a apostar no FSM advêm de sua face mais pacífica, das propostas alternativas. Os questionamentos e debates a cada ano foi se esvaziando. Mas outras formas de protesto transnacionais foram se criando, como veremos:

Doug Bevington e Chris Dixon, estudantes de pós-graduação em sociologia e ativistas da Universidade da Califórnia em Santa Cruz, fizeram recentemente um inquérito informal junto de ativistas antiglobalização, com vista a fazer um levantamento dos recursos intelectuais e dos discursos teóricos que os norteavam. As conclusões a que chegaram confirmam a crítica que aqui faço: a bibliografia atualmente existente sobre a sociologia dos movimentos sociais não ocupa um lugar prioritário nas listas de leitura dos ativistas, [...]. Mais importante do que isso, no entanto, é o inventário esboçado por Bevington e Dixon da discussão teoricamente relevante disponível em “websites” de ativistas e em publicações vocacionadas para a reflexão sobre os movimentos. Para além de se centrarem em questões relati-

vas à estratégia, à tática e à construção dos movimentos, estas discussões revelam uma grande preocupação com o modo de assegurar a sua permanente democratização (apud FLACKS, 2005:59).

De maneira geral, os movimentos altermundialistas seguem na tripla de recriar novas formas de ação, de negar não apenas as políticas governamentais tradicionais como também as formas antes tidas como "clássicas" das ações coletivas, via partidos e sindicatos. Michel Lowy faz análise na mesma direção quando afirma:

O movimento altermundialista é sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência anti-sistêmica do início do século XX. Esta vasta nebulosa, esta espécie de "movimento dos movimentos", que se manifesta de forma visível por ocasião dos Fóruns Sociais – regionais ou mundiais – e das grandes manifestações de protesto – contra a OMC, o G8 ou a guerra no Iraque – não corresponde às formas habituais da ação social ou política. (LÖWY, 2008:32).

De fato, ao final da primeira década deste século, especialmente após 2008, os movimentos e mobilizações sociais mudaram novamente seus territórios e o eixo de seus repertórios discursivos. Passaram da antiglobalização (ou alterglobalização) para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008. Estão tomando escala global como Movimentos de Indignados contra a globalização. A indignação – categoria que pode ser analisada em vários planos, especialmente o da moral, dos valores, da ética e da justiça social – tem ganhado centralidade nas ações coletivas dos jovens e atuado como um dos principais parâmetros de avaliação dos comportamentos dos grupos dominantes, tanto econômicos como os políticos. Moore (1987), no passado, já tinha alertado para estes aspectos ao publicar "Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta". Portanto, o campo temáti-

co das lutas e protestos contemporâneos continuou a destacar o plano macroeconômico, mas foi mais detalhista: focalizou nesse cenário o capital financeiro, contestam os resultados das políticas econômicas para a vida dos cidadãos, a financeirização como norma reguladora do cotidiano dessas vidas, via gestão das dívidas de seus cartões de crédito, o desemprego e falta ou má qualidade de serviços públicos. “Precariado” é a nova denominação que está sendo dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (ver ALVES, 2012).

A forma de comunicação entre os jovens manifestantes também se alterou e saber se comunicar *online* ganhou status de ferramenta principal para articular as ações coletivas. A comunicação não ocorre só via computadores e a internet. Os celulares e diferentes formas de mídia móvel passaram a ser meios de comunicação básicos, o registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, ações que geram outras ações como resposta. *Twiter, Facebook, Youtube, LinkedIn, Zynga* etc. acionados principalmente via aparelhos móveis, como *Blakberry, Iphone* etc.. são ferramentas do ciberativismo que se incorporaram ao perfil do ativista. Manuel Castells, em entrevista sobre o ciberativismo, disse:

No meu livro Comunicação e Poder dediquei muitas páginas para explicar, a partir de uma base empírica, como a transformação das tecnologias de comunicação cria novas possibilidades para a auto-organização e a automobilização da sociedade, superando as barreiras da censura e repressão impostas pelo Estado. Claro que não depende apenas da tecnologia. A internet é uma condição necessária, mas não suficiente. As raízes da rebelião estão na exploração, opressão e humilhação. Entretanto, a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização e isto relaciona se com a capacidade criada pelas tecnologias do que chamei de “auto comunicação de massas”...] O importante das “wikirrevoluções”

*(as que se autogeram e se auto organizam) é que as lideranças não contam, são puros símbolos. Símbolos que não mandam nada, pois ninguém os obedeceria e eles tampouco tentariam impor-se. Pode ser que, uma vez institucionalizada, a revolução coopte se algumas destas pessoas como símbolos de mudanças – ainda que eu duvide muito que Ghonim queira ser político. Cohn Bendit era também um símbolo, não um líder. Foi estudante e amigo meu em 68. Ele era um autêntico anarquista: rechaçava as decisões dos líderes e utilizava seu carisma (foi o primeiro a ser reprimido) para ajudar a mobilização espontânea. Walesa foi diferente, um vaticanista do aparato sindical. Por isso, tornou-se político rapidamente. Cohn Bendit tardou muito mais e ainda assim é, fundamentalmente um verde, que mantém valores de respeito às origens dos movimentos sociais. (CASTELLS, **A era das wikirrevoluções** apud Jordi Rovira, **Observatório da Imprensa**, 08/03/2011 reproduzido do IHU – Instituto Humanitas Unisinos, 2/3/2011)*

Jovens, Movimentos e Manifestações Contemporâneas

A novíssima onda de movimentos sociais que assola a Europa, o Oriente Médio, os Estados Unidos, Canadá e América Latina, via ocupações de praças, parques e ruas, é a novidade no cenário das lutas sociais deste século; eles diferem, conforme assinalamos acima, dos movimentos dos anos de 1990 e diferem muito mais ainda de 1968, embora tenham várias características comuns, como o uso dos espaços públicos, o uso de diferentes formas de comunicação etc. São os movimentos dos Indignados europeus, os *Occupy* praças e ruas iniciado em *Wall Street*, e a Primavera Árabe. Embora com grandes diferenças e especificidades históricas, esses movimentos estão reformulando a pauta das demandas identitárias para demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana-emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros) etc. A maioria desses movimentos é composta por jovens. O repertório de ações dos novos movimentos retomam as ocupações

em praças, parques e locais estratégicos simbólicos ao capital financeiro, como o Parque Zuccotti, perto da Bolsa de Nova York, ou a Praça em frente ao Banco Central europeu, em Frankfurt. Assembleias populares voltam a ser espaços de decisão dos rumos e passos a seguir, aliadas à intensa conectividade pelas redes sociais. Oposição ao mercado financeiro, especialmente ao capital especulativo que atua em escala global, e as grandes corporações financeiras, são alvos dos protestos. Segundo Geoffrey Pleyers (2011), estes movimentos são simultaneamente reativos (à crise econômica); criativos (porque são espaços de experimentação, criatividade expressão da subjetividade dos ativistas), assim como são movimentos democráticos (por seus valores, práticas e inovações). (vide também McDonald, 2006).

Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se *online*, via redes sociais. A participação nos eventos acontece via agregação *ad hoc*. De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social. A sensibilização primeira é a uma causa, vista como um problema social, seja a corrupção de políticos, a ganância de banqueiros, o preconceito contra gays etc. As manifestações, os atos, são o chamariz, que poderão se transformar em motivação prioritária na vida dos sujeitos mobilizados. E o movimento ganha novo ativista. As pedagogias alternativas utilizadas também se recriam, se reinventam, porque a conjuntura sociopolítica, econômica, cultural, tecnológica, é outra. Predominam nas marchas e ocupações as encenações, os dramas e representações visuais, porque importa atrair a atenção da grande mídia. Nelas também temos pedagogias de aprendizagens e construção de saberes, e o desenvolvimento de mídias próprias, nos blogs e mensagens.

As marchas como recurso para mobilizações populares já são bastante antigas. Nos séculos XVIII e XIX, na Europa, já se recorria às marchas para protestar, fazendo uso também das músicas e palavras de ordem, formas básicas de se comunicar, pois a maioria da população era analfabeta. Nas marchas e passeatas, havia a figura dos "re-

petidores”, homens que ficavam em altos postes gritando palavras de ordem, repetindo o discurso das lideranças etc. Essa estratégia possibilitava que o grito das massas ecoasse conjuntamente, pois as pessoas repetiam; ou que os manifestantes, em silêncio, ouvissem o conteúdo dos discursos. No século XX, com a escrita e acesso de muitos à escolarização, com os gramofones e autôfalantes, os “repetidores” foram sendo substituídos por instrumentos de som, surgiram os jornais de categorias, boletins, cartilhas, e imagens do cinema (antes mudo, depois os vídeos). As marchas tornaram-se mais barulhentas. Vieram ainda o carro de som, o trio elétrico. Neste século, surgiram as mobilizações *online*, organizadas via *blogs*, *Twitter*, *facebook*, monitores *online*, torpedos e mensagens de celulares – ferramentas poderosas e econômicas para acessar as redes sociais, etc. Também se criam recursos para mapear não só o trajeto, mas também os principais pontos de repressão. Curiosamente, em 2011, em momentos de repressão, como ocorreu com o movimento *Occupy Wall Street*, quando os megafones foram proibidos, os manifestantes usaram as antigas estratégias: “o microfone humano”. A multidão próxima dos oradores repetia as frases dos oradores.

As Manifestações de junho de 2013 no Brasil

Em junho de 2013, ocorreu em 12 capitais brasileiras, e em várias outras cidades de médio porte, uma onda de manifestações populares que reuniu mais de um milhão de pessoas, com similares em apenas em três momentos da história do país: em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré- golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 1968. Os protestos rapidamente se espalharam e se transformaram em revolta popular de massa. Até agosto de 2013, estima-se que cerca de mais de 2 milhões de pessoas foram às ruas em 438 municípios protestar, na condição de cidadão indignado, contra a qualidade de vida urbana, problemas nos transportes, saúde e educação.

A cidade de São Paulo tem diferentes marcos territoriais que se transformaram em zonas de protestos na cidade. Até a década de 1980, o centro antigo, histórico, era o ponto usual, tendo a Praça da Sé como sítio principal. A cidade cresceu, deslocou seu centro comercial e financeiro e os protestos também seguiram as mudanças. A Avenida Paulista passou a ser o novo marco, tanto para protestos como para celebrações (Copa, Revellhion, passeatas GLBTTS, etc.). Os protestos até junho de 2013 transcorriam na avenida de forma tradicional: carros de som puxados por centrais sindicais, MST e outros movimentos sociais. Bandeiras, cartazes, balões, longos discursos, a maioria em tom de gritos altíssimos, irados. São protestos planejados, muitos convocados nas portas das fábricas e feitos pelos sindicatos, com infraestrutura de transporte aos participantes que incluía, às vezes, até o lanche/alimentação. As manifestações de junho trouxeram para a avenida outro tipo de protesto e outros atores sociais, assim como fizeram renascer um novo ponto para as manifestações e protestos, fruto das transformações da cidade – o Largo da Batata, em Pinheiros, local de uma nova estação de Metrô, espaço de articulação de várias regiões, tais como: a Av. Faria Lima, a Praça Pan Americana, que se liga à Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, e conexões próximas com o centro e Av. Paulista via Av. Rebouças, Teodoro Sampaio, Cardeal Arcoverde etc. Dentre as manifestações ocorridas em São Paulo em junho de 2013, a do dia 17, no Largo da Batata, foi a maior e a mais expressiva, por demarcar uma virada na opinião pública, favorável às manifestações.

Considerações finais: os jovens nas praças e os novos paradigmas do protesto social

O que demandam as atuais marchas e ocupações em diferentes partes do globo? No exterior, há dois **eixos temáticos centrais**: democracia e liberdade de expressão no Oriente Médio (Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, Argélia, Turquia Líbia, Síria, Arábia Saudita etc.) e, na Europa, contra as recentes reformas econômicas, os acordos fecha-

dos com o FMI e a rejeição à categoria dos políticos-tidos como corruptos e desvinculados dos interesses da população (especialmente Espanha, Portugal, Grécia, Islândia, França, Inglaterra, Alemanha etc.). Ou seja, nessas regiões e países, as marchas retomam bandeiras socioeconômicas e políticas, um tanto quanto esquecidas desde os anos de 1960. As possíveis explicações para esse retorno são muitas, a maioria delas passa pelas políticas socioeconômicas excludentes da fase do capitalismo globalizado, que aumentou as desigualdades sociais e desequilibrou regiões que antes mantinham certo equilíbrio na condução de suas políticas sociais nacionais. No Brasil, o ponto denotador em junho de 2013 foi a questão do aumento da tarifa dos transportes públicos, levantada pelo movimento Passe Livre – MPL. A ela seguiu-se uma extensa pauta de reivindicações, todas vinculadas aos serviços públicos, especialmente educação e saúde, e o mau uso dos recursos públicos (na ocasião, milhões eram destinados aos estádios e preparativos para a Copa das Confederações de 2013 e Copa Mundial de 2014).

Um fato comum nas manifestações, nos diferentes locais destacados neste texto, é o **uso do espaço público** para realizá-las, em praças, parques e ruas ou avenidas emblemáticas para a memória da população local, e lugar estratégico de acesso – perto de estações de metrô, por exemplo. Citamos: Praça Mohammad Bouazizi, Túnis, na Tunísia, Praça Tahrir no Cairo, Egito, Praça da Puerta del Sol, em Madrid e praça Catalunha, em Barcelona, na Espanha, Praça Syntagma em Atenas, na Grécia, escadarias da igreja de Saint Paul, em Londres, na Inglaterra, Parque Zuccoti/Wall Street, em Nova York, nos Estados Unidos, Willy-Brandt Platz, em Frankfurt, na Alemanha, e Av. Paulista e Largo da Batata, em São Paulo, no Brasil, etc. Em alguns casos, a praça não é somente local de acolhimento das manifestações – ela é o fato político que impulsiona os protestos, como no caso da Praça Taksim, em Istambul/Turquia e a defesa do Parque Gezi, anexo a ela. David Harvey destaca que o uso da praça como espaço público é mais importante que o fluxo de comunicação pela internet, por meio do uso das novas tecnologias pelos manifestantes. Ele denomina este

fato de “união dos corpos no espaço público” (Harvey, 2012: 61). Marion Strecker, jornalista e cofundadora do UOL, fez uma comparação interessante. Diz ela: “*Occupy* é política movida pela pólvora da má economia. Democracia voltando às origens: à praça pública. Mas me lembra demais a internet: não tem um poder central, se desenvolve de modo imprevisível, em direções e em ritmos que não conhecemos antes de acontecer” (M. Strecker, *Occupy Wall Street* e a web, *Folha de São Paulo*, 17/10/2011, Mercado, B9).

Vários analistas destacam que faltam a esses movimentos **definições estratégicas, programáticas e teóricas** (ver Mike Davis, Zizek, etc. 2012); Destacam também o cenário sombrio – crise econômica e desemprego. Observa-se, nessas análises, que muitos dos que não encontram programa ou estratégias claras nas manifestações o fazem sob a ótica teórica da esquerda, da luta de classes etc., que certamente não é a mesma de uma grande parte dos manifestantes. Ao contrário desses analistas, encontramos nas manifestações muitas matrizes no anarquismo, em várias de suas leituras ao longo da história. Além de ocorrerem em tempo histórico comum, de terem nas redes e mídias sociais um poderoso aliado, e contarem com grande participação de jovens, há grandes diferenças entre as novas formas mencionadas. Por isso, concordamos com a crítica feita por Contardo Calligaris, que disse: “esses movimentos e manifestações tem uma só coisa em comum: todos juntos, eles permitem uma espécie de ‘pauta projetiva’. Ou seja, eles não tem pauta comum (e, às vezes, não tem pauta alguma), mas, uma vez reunidos, constituem um conjunto suficientemente incerto para que nós, observadores, possamos lhes atribuir uma pauta que é da gente.” (C. CALLIGARIS, A pauta dos jovens sem pauta comum, *Folha de São Paulo*, 17/11/2011, E14.).

Alain Badiou (2012) trata de entender a repolitização das lutas nesta nova década deste século segundo os tipos de revoltas existentes. Ele subdivide as revoltas em três tipos: 1 - imediatas (destacam-se os jovens, com sua capacidade de reunião, mobilidade, invenção linguística e táticas, em um dado território), 2 - latentes (criação de diferentes tipos de resistência á ações de controle ou medidas impopulares, a partir de sentimento e subjetividade das pessoas, gerando

uma unidade de tipo novo), e 3 - históricas (as que possibilitam novos estágios na história da política, resultado de uma revolta imediata, é uma revolta pré-política, como a Primavera Árabe) (Badiou, 2012: 36). Para Badiou, sem engajamento dos indivíduos enquanto sujeitos, nada acontecesse, não há progresso.

Para Castells (2013), movimentos sociais como os tratados neste artigo são parte de um movimento coletivo e global, que não é político e sim social, incorporam componentes emocionais que lutam pela dignidade perdida ou aviltada, trazem a esperança de volta. Segundo Castells, esses movimentos realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder e constroem significados na mente das pessoas. Eles começam na internet, mas não são essencialmente digitais. Vão para as ruas e praças e, quando saem do espaço público, continuam no ciberespaço, porque adquiriram capacidade de autocomunicação de massa. Eles são “fonte da mudança social, e portanto da constituição da sociedade” (2013:17).

REFERENCIAS

ALI, Tariq; ALVES, Giovanni; DAVIS, Mike; HARVEY, David; SADER, Emir; SAFATLE, Vladimir; PESCHANSKI, João Alexandre;; ŽIŽEK, Slavoj; ; TELES, Edson; e WALLERSTEIN, Immanuel. **Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo, Boitempo, 2012

ALVAREZ, Klaudia; GALLEGÓ, Pablo; GÁNDARA, Fábio y RIVAS, Oscar. **Nosotros, los indignados. -Las voces comprometidas del #15-M**. Barcelona, Ed.Destinos, 2011.

BADIOU, Alain. **El despertar de la historia**. Madrid, Clave Editorial, 2012

BOITO, Armando. “A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar” **Jornal Brasil de Fato**, 09/04/2012 (acesso 10/04/2012, www.brasildefato.com.br)

CADERNOS CENPEC. Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Juventudes Urbanas**. São Paulo: CENPEC. Número 5. Primeiro semestre de 2008.

CALLIGARIS, C. A pauta dos jovens sem pauta comum, **Folha de São Paulo**, 17/11/2011, E14.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **era das wikirrevoluções apud Jordi Rovira, Observatório da Imprensa, 08/03/2011 site www. IHU – Instituto Humanitas Unisinos, 2/3/2011)**

_____. **Redes de Indignação e Esperança**. São Paulo, Zahar, 2013.

CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria C. De; ANDRADE, Carla Coelho de (org). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando Mitos, juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CARR, Nicholas. **Os Superficiais-o que a Internet está fazendo com os nossos cérebros?**. São Paulo, Ediouro, 2011.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2009.

FREITAS, Maria Virgínia de (org). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DANET, Nicolas; BARDEAU Frédéric . **Anonymous: Peuvent-ils Changer le Monde?**.FYP, Editions, Paris, 2011.

DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Loyola, 2007

_____.e TARROW, Sidney. **Transnational protest and global activism** (Orgs). London, Rowman& Littlefield Publi., 2005.

FLACKS, DICK A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, Outubro 2005: 45-66

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo, Cortez ed, 2013

_____.Após atos governo não tem interlocutores. **Estado de São Paulo**, Caderno Política Nacional, A14, 14/07/2013.(tb www.Portal do Estadão.com.br)

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10º ed. São Paulo, Loyola Edições, 2012.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** 5ª ed, Petrópolis, Vozes, 2013

_____. **Movimentos sociais e educação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais.** 7ª ed, São Paulo, 2012

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos!** 3ª ed. Lisboa, Ed Objectiva, 2011

HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder.** Madrid: El viejo topo, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003

LINERA, A. García **Sociologia dos movimentos sociais.** São Paulo, Boitempo, 2009.

LÖWY, Michel. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Lutas Sociais**, n. 19/20, pp. 32-38, jun./dez. 2008.

McDONALD, Kevin. **Global Movements.** Action and Culture. Oxford: Blackwell, 2006

MCTIGHE, K.. Blogueira espelha a gênese da Primavera Árabe. (tradução da pg do New York Times), in **Estado de São Paulo.** 28/11/2011, New York Times, p 5

MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as bases Sociais da obediência e da revolta.** São Paulo, Brasiliense, 1987

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Global: Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada.** São Paulo: Record, 2005.

OFFE, Claus. **Partidos Políticos y nuevos movimientos sociales.** Madri, Ed Sistema, 1988.

PLEYERS, Geoffrey, PLEYERS, **Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age.** Cambridge: Polity, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita.** São Paulo, Ed. 34. 1995

RHEINGOLD, H. *SmartMobs: The next social revolution*. Cambridge, MA, Perseus, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon & COSSIO, Maurício Blanco. Juventude, Educação e Emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer**. Geração Futuro, vol. VII, n.2, pp 51-65.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs) **Resistências mundiais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes. **A produção de Conhecimento sobre Juventude na Área de Educação no Brasil** (<http://www.hottopos.com/harvard4/marilia.htm>), 20/10/2005.

STRECKER, M., **Occupy Wall Street e a web**, **Folha de São Paulo**, 17/10/2011, Mercado, B9.

TARROW-, S. **New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge Press, 2005.

TOURAINE, Alain. **Un nouveau paradigme**. Paris: Fayard, 2005.

Artigo recebido em 25/11/2013 / Aprovado 19/12/2013

Andre Veiga Bittencourt*

UM “FIAT MIRACULOSO”: OLIVEIRA VIANNA VISITA SÃO PAULO

RESUMO

Se uma das particularidades do diagnóstico do primeiro e mais importante livro de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil* (1920), consiste em pensar o país a partir de suas diferenças internas, de seus elementos heterogêneos – como fica claro desde o título, escrito no plural – essa ênfase no estudo nas diferenças não pode ser vista apenas como simples idiosincrasia do autor, tratando-se, pelo contrário, de uma visão algo recorrente em outras análises daquele momento. Tomando como ponto de partida uma viagem de Oliveira Vianna a São Paulo no início dos anos 1920, tento indicar neste artigo como não apenas o autor, mas principalmente suas ideias “viajaram” e dialogaram de forma importante com diferentes setores intelectuais daquele estado, preocupados então em pensar as relações entre São Paulo e restante do Brasil.

Palavras-chave: Populações meridionais; Brasil; Oliveira Vianna

A ‘MIRACULOUS FEAT’: OLIVEIRA VIANNA VISITS SÃO PAULO

Andre Veiga Bittencourt

ABSTRACT

One of the singular features of the diagnosis undertaken by the first and most important book by Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil* (1920), is how it conceives the country through its internal differences and heterogenic elements – an approach announced in the title itself, written in the plural. However this emphasis on studying differences cannot be seen as a mere idiosyncrasy on the author's part: on the contrary, this view of Brazil is also found with some frequency in other analyses from the period. Taking as a starting point Oliveira Vianna's trip to São Paulo at the start of the 1920s, I look to show how not only the author 'travelled' but also and above all his ideas, generating an important dialogue with different intellectual circles in the state, concerned at the time with the relations between São Paulo and the rest of Brazil.

Keywords: Southern populations; Brazil; Oliveira Vianna.

*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da mesma instituição, onde atualmente também cursa seu doutorado. É autor de *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil* (Hucitec, 2013).

UN « FIAT MIRACULEUX » : OLIVEIRA VIANNA VISITE SÃO PAULO

Andre Veiga Bittencourt

RÉSUMÉ

Si l'une des particularités du diagnostique du premier et principal ouvrage de Oliveira Vianna, *Populations méridionales du Brésil* (1920), consiste à penser le pays à partir de ses différences internes, de ses éléments hétérogènes – comme l'indique clairement le titre écrit au pluriel –, cette mise en évidence des différences ne peut être pas interprétée comme une simple idiosyncrasie de l'auteur, car il s'agit, au contraire, d'une vision reposant quelque peu sur d'autres analyses faites à cette époque. En prenant comme point de départ un voyage de Oliveira Vianna à São Paulo au début des années 1920, j'essaie de montrer dans cet article combien non seulement l'auteur mais principalement ses idées « voyagent » et dialoguent de façon conséquente avec les différents secteurs intellectuels de cet état, qui étaient alors soucieux de réfléchir sur les relations entre São Paulo et le reste du Brésil.

Mots-clés : Populations méridionales ; Brasil ; Oliveira Vianna

Andre Veiga Bittencourt

UM “FIAT MIRACULOSO”: OLIVEIRA VIANNA VISITA SÃO PAULO

Em fevereiro de 1924 ocorre um fato prosaico, aparentemente desprovido de maiores significados: o sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna visita a cidade de São Paulo. É verdade que Oliveira Vianna viajava pouco, o que lhe valeu a fama de autor recluso, quase enclausurado em sua casa, hoje museu, na outrora bucólica Alameda São Boaventura, na cidade de Niterói. Pelo que indicam algumas correspondências de seu espólio, o autor de *Populações meridionais do Brasil* (1920) ia no máximo até certas cidades de Minas Gerais, e, mesmo assim, com o objetivo estrito de repousar e de recuperar sua frágil saúde. O objetivo desta comunicação será explorar um pouco essa rara excursão de Oliveira Vianna para longe dos seus domínios, procurando entender o que teria lhe motivado a viajar justamente naquele momento. Adiantamos, não sem um pouco de frustração, que a razão exata da viagem não poderá ser recuperada, afinal, não dispomos de documentos que indiquem com precisão o que Oliveira Vianna ia fazer em terras paulistas. No entanto, acredito que, recuperando o contexto intelectual e a circulação da obra do autor (livros e artigos, principalmente) nos anos 1920, seja possível compreender melhor os sentidos possíveis daquela visita.

I

Sabemos com certeza que Oliveira Vianna recebeu alguns convites para ir a São Paulo no início da década de 1920. A correspondência com Monteiro Lobato (seu editor, lembremos) inclusive nos deixa entrever que provavelmente foi ele o responsável pela concretização da viagem. Em 22 de junho de 1922, Monteiro Lobato faz um convite formal, a pedido da Liga Nacionalista¹, para que o sociólogo fizesse uma palestra na capital paulista:

A Liga Nacionalista incumbiu-me de convidar-te para uma conferência aqui. Deseja ela, interpretando a voz máxime de S. Paulo, ter a honra de apresentar-te solenemente ao público paulista. É o grande homem que surge, o sociólogo, o abridor de sendas novas, e a Liga quer ter o gosto de dizer mais tarde – Fomo nós que o descobrimos e o apresentamos ao país. Prepara-te, pois, e vem, e verás que linda acolhida vais ter.

Provavelmente no mesmo ano, Monteiro Lobato novamente enfatiza a necessidade de Oliveira Vianna ir a São Paulo²: “Quanto à tua vinda, conselho meu, de velho e de ex-patriota: apressa-a. Desliga o fone e vem [...] Arruma a trouxa e vem para Campos [do Jordão] meter mãos à grande obra que os paulistas esperam de ti: A bandeira e o bandeirante”. Preparava Oliveira Vianna um livro sobre o bandeirante? Após a aguardada visita em 1924, Monteiro Lobato volta à tona:

Deu-me grande alegria saber de tuas melhoras. Que se acen-tuem elas e que venhas logo combinar a tua nova vinda. Virás para cá como um messias, um homem que traz a lei nova. Lê a

¹ Segundo Carlota Boto (1995), a Liga Nacionalista, fundada em 1917, teve entre seus associados nomes como Sampaio Dória, Mario Pinto Serva e Julio de Mesquita Filho.

² Apesar de não ser datada, a carta remete ao contexto de disputas da sucessão presidencial de 1922, portanto, provavelmente é desse mesmo ano ou de 1923.

carta junta, que verificarás que é assim. O Secretário do Interior pergunta-me sempre: e o Vianna, quando vem? Como te querem, como te compreendem aqui! E como isto depõe a favor da mentalidade de S. Paulo, um dos poucos lugares no Brasil onde creio possível a passagem do utópico para o orgânico.

São Paulo, segundo Monteiro Lobato, não seria apenas o espaço mais adequado para a divulgação da obra de Oliveira Vianna, mas o próprio lugar de realização de seu prognóstico, a passagem do idealismo utópico para o orgânico, conceitos que são apresentados pela primeira vez no artigo “Idealismo na evolução política do Império e da República”, publicado dois anos antes no *Estado de S. Paulo*. Por essa relação íntima entre Oliveira Vianna e São Paulo não ser um aspecto óbvio, nos deteremos nessa questão, procurando demonstrar como o autor que normalmente é associado ao Rio de Janeiro e tudo que isso normalmente implicaria (monarquismo, centralização política, etc.) estava embrenhado e, mais do que isso, ao que parece intimamente identificado com o fenômeno social paulista que então se fomentava.

Teses que formulam a particularidade da experiência de São Paulo são antigas, e podemos citar como exemplos – e nem são os mais remotos, ainda que talvez os mais famosos – os livros *A pátria paulista e Propaganda separatista. São Paulo independente, o primeiro de Alberto Sales e o segundo de Martim Francisco. No início do século XX, percebemos esforços cada vez mais sistematizados, inclusive institucionais, para ressaltar a formação “original” dos paulistas. Essas iniciativas confluem para a valorização, e poder-se-ia falar mesmo em criação, de uma figura que é erigida a símbolo desse momento: o bandeirante*. Segundo Lilia Schwarcz, o bandeirismo nesse contexto aparece como a metáfora de uma identidade própria do paulista, uma tentativa de desenvolver uma história cultural ou mesmo civilizacional capaz de confrontar os discursos hegemônicos da época, principalmente o estabelecido na capital federal (SCHWARCZ, 1993). *Sem o risco de estarmos exagerando, é possível dizer que uma parcela significativa da agitação cultural de São Paulo na virada do século gira*

em torno dessa questão identitária e da valorização do bandeirantismo – desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e do Museu Paulista até a Semana de 22³. No conjunto das interpretações do Brasil, talvez o caso mais famoso e importante de valorização da diferença da formação paulista para o restante do país sejam os livros de Paulo Prado, *Paulística* e *Retrato do Brasil*, que expandem o diagnóstico da especificidade de São Paulo para o prognóstico de que seria esse estado aquele responsável por guiar o restante da nação degradada. Ou, caso contrário, ir às armas pelo separatismo.

De Niterói, Oliveira Vianna seguramente não estava alheio ao que acontecia no estado vizinho. Basta lembrarmos que toda sua produção intelectual mais importante passava por São Paulo: *Populações meridionais* foi lançado pela editora paulista de Monteiro Lobato, assim como seus livros subsequentes, e antes mesmo de 1920 artigos seus já eram publicados com frequência pela Revista do Brasil (também de Monteiro Lobato) e pelo jornal *Estado de S. Paulo*. Talvez ainda mais significativo, Oliveira Vianna foi interlocutor direto dos principais historiadores paulistas sobre a questão bandeirante. Em um rápido apanhado, ressaltamos que, diretamente sobre essa temática, Oliveira Vianna trocou artigos (e muitas vezes farpas) na imprensa com Paulo Prado (resenhando *Paulística*); Afonso d'Escagnolle Taunay, com quem manteve uma longa e copiosa correspondência, marcada não apenas pelo intercâmbio intelectual constante, mas também por uma relação afetiva próxima; e com Alfredo Ellis Júnior, com quem mantém um acalorado debate nas páginas de *O Correio da Manhã*. Em todos os artigos com os três interlocutores que destacamos o que

³ É o próprio Mario de Andrade, talvez o nome central da Semana de 22, quem reconhece, em seu discurso de 1942 na Biblioteca do Itamaraty, “O movimento modernista”, não apenas a centralidade que São Paulo exerceu naquele momento, mas sobretudo o fato de que *somente* São Paulo poderia ter desempenhado aquele papel. Lembra, por exemplo, do forte movimento regionalista que nascera nos anos anteriores, ressaltando inclusive a *Revista do Brasil* e Monteiro Lobato, e marcando as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo diz que o modernismo só poderia ter acontecido em São Paulo, “espiritualmente muito mais moderna [do que o Rio] porém, fruto necessário da economia do café e do industrialismo consequente” (Andrade, 2002: 476).

estava em jogo era uma mesma questão: a origem étnica do paulista antigo, identificado ao bandeirante. Os quatro autores estão procurando identificar em São Paulo uma formação racial específica, esclarecedora da particularidade da região, ainda que lançando mão, cada um deles, de uma explicação distinta⁴.

Para além de se constituir como uma importante questão da pesquisa historiográfica, chamamos a atenção para como a recuperação da figura do bandeirante assumia um papel político evidente naquele contexto do início do século XX. Mais do que um símbolo do passado, o bandeirante era um modelo para o presente e para o futuro. As suas virtudes eram as da livre iniciativa, do ímpeto, da autonomia, da insubmissão à autoridade, um verdadeiro *yankee* da América do Sul, na expressão de Basílio de Magalhães, algo não tão distante dos postulados americanistas de um Alberdi, na Argentina, por exemplo (WERNECK VIANNA, 1993).

Oliveira Vianna normalmente é encarado no sentido oposto, antes um “iberista” do que um “americanista”, um entusiasta dos valores rurais e pré-capitalistas. Essa percepção fez com que José Murilo de Carvalho formulasse a conhecida tese das “duas cabeças” de Oliveira Vianna. Se metodologicamente ele abraçava explicitamente os postulados da Escola de Le Play e de outros autores franceses do período, como Le Bon e Taine, no que diz respeito aos valores políticos suas posições – autoritárias e centralistas – se afastariam acentuadamente, aproximando-se do pensamento conservador do Império brasileiro. Ao criticar o liberalismo e suas instituições, Oliveira Vianna revelaria seu “coração ibérico” e o apego a uma “tradição cultural ibérica fundada no comunitarismo”, uma “alternativa ao Ocidente nórdico que hoje parece monopolizar o conteúdo da modernidade” (CARVALHO, 1993, p. 24). Werneck Vianna, por sua vez, nota como Oliveira Vianna “inscreve-se numa posição que o leva a valorizar positivamente a história do país e seu próprio povo”, e não criticá-la, como a atitude

⁴ Para um apanhado mais geral destes debates, cf. minha dissertação de mestrado (Bittencourt, 2011, capítulo 4).

americanista suporia (WERNECK VIANNA, 1993: 373). Ele seria, então, um “iberista instrumental”, uma vez que “quer atingir a moderna cultura anglo-saxônica – para ele, o corporativismo e a administração técnica e científica da vida social –, passando por cima da ‘etapa’ liberal e extraíndo ‘vantagem’ do atraso social do povo-massa, para o qual é exótica a institucionalidade política do liberalismo” (Idem: 391). Por esse prisma, Oliveira Vianna, apesar de um eminente estudioso do bandeirismo em uma época em que essa questão possuía um peso ideológico manifesto, não compartilharia do quinhão “americanista”, do entusiasmo relativo à incorporação de valores anglo-saxônicos à cultura brasileira.

A questão, no entanto, possui seus matizes. Os livros disponíveis na biblioteca da Casa de Oliveira Vianna, por exemplo, indicam que, desde pelo menos 1908, Oliveira Vianna estava de certo modo embebido pelas teses de seus autores franceses diletos, como Edmond Demolins, Henry de Tourville e Vacher de Lapouge. As notas de leitura, escritas na marginália dos livros, indicam que o entusiasmo com essas obras ia além do mero interesse metodológico. Ao comentar, por exemplo, *A quoi tient la supériorité des Anglo-saxons*⁵, de Demolins, Oliveira Vianna mostra-se de acordo com a proposta educacional do livro, o caráter estritamente prático do ensino, em que a palavra de ordem seria estimular a luta pela vida (“lutte pour la vie”), e escreve que “é sobre esse ponto que é necessário reformar o nosso ensino

⁵ *A quoi tient la supériorité des Anglo-saxons* é um livro chave para compreender o entusiasmo de vários autores dessa geração (não apenas no Brasil) com os países de língua inglesa. O título não poderia ser mais claro: o objetivo era expor e explicar as vantagens dos anglo-saxões (e dos povos particularistas em geral) sobre os povos de características comunitárias. Em uma nota de rodapé, Demolins define da seguinte maneira a diferença entre esses dois tipos de sociedade: “as sociedades de formação comunitária são caracterizadas pela tendência a se apoiarem não sobre si mesmas, mas sobre a comunidade, sobre o grupo: família, tribo, clan, poderes públicos, etc. As populações do Oriente são o tipo mais pronunciado. As sociedades de formação particularista são caracterizadas pela tendência a se apoiarem não sobre a comunidade, mas sobre si mesmas. As populações anglo-saxônicas nos oferecem a espécie mais característica” (Demolins, s/d : 53). O livro, que foi uma espécie de *best-seller* na época, teve ampla recepção em vários países, como Espanha (Alba, 1904; Litvak, 1990) e Turquia (Doğan, 2006).

primário e o nosso ensino secundário”⁶. Ao lado do elogio de Demolins aos jovens da nobreza ingleses, que “foram treinados, sobretudo nesse século, pela grande corrente da vida ativa e do *self-help*, que caracteriza as sociedades de formação particularista” (DEMOLINS, s/d: 176), Oliveira Vianna anota: “é o que espero se realize aqui, com o exemplo dos estrangeiros”. Essas marcações são especialmente interessantes porque, além de indicarem uma tendência muito simpática do autor de *Populações* aos postulados individualistas, apontam para um tipo de expectativa na mudança pautada pela educação, um tema que some quase completamente em suas formulações posteriores. O arrebatamento de Oliveira Vianna em 1908 por *A quoi tient la supériorité des Anglo-saxons* é tanto que ele chega a escrever nas últimas páginas da edição uma pequena nota em que indica que deste livro “sulcam relâmpagos anunciadores de um Fiat próximo”.

Há, portanto, nesse “primeiro” Oliveira Vianna um evidente lamento pela ausência no brasileiro daqueles valores que poderíamos chamar de “particularistas”, na expressão cara à Escola de Le Play. Essa condenação seria integral? Como também sugerem as marginais, os bandeirantes poderiam escapar da sentença – é o que Oliveira Vianna assinala, por exemplo, no livro *Histoire de la formation particulariste*, de Tourville, lido em 1908. Quando este comenta sobre a expansão dos primeiros povos particularistas na Europa, o leitor Oliveira Vianna escreve à margem: “Os nossos bandeirantes foram os que representaram mais ou menos igual papel entre nós”. Seriam os bandeirantes os nossos particularistas? Ou apenas atuaram de manei-

⁶ A passagem específica do livro de Demolins sobre a qual Oliveira Vianna comenta é a seguinte: “Desde as primeiras palavras de seu discurso, o Imperador, por sua vez, insiste sobre o caráter pouco prático dado ao ensino: ‘Primeiro, eu gostaria de notar, antes de mais nada, que se trata aqui exclusivamente de medidas técnicas e pedagógicas que nós temos que adquirir para elevar nossa crescente juventude, de maneira a responder às necessidades presentes da situação que ocupa a pátria no mundo e também para colocá-la à altura da luta pela vida’ (Demolins, s/d: 21). Mais à frente, o sociólogo francês critica a situação do ensino em seu país, considerando que “o ensino atual [...] não responde mais às condições da vida moderna; ela forma os homens para o passado e não para o presente” (Idem : 56), ao que Oliveira Vianna comenta ao lado: “Tal como o nosso”.

ra semelhante? Ainda mais: Oliveira Vianna teria de fato abandonado essas ideias em um momento posterior de sua produção?

Avancemos até 1919 e ao contexto das pesquisas bandeirantes. Em outubro daquele ano, Oliveira Vianna escreve para *O Estado de S. Paulo* um artigo chamado “Os antigos paulistas”, comentando o livro *Capitania de S. Paulo no governo de Rodrigo Cezar de Menezes*, de Washington Luís⁷, que havia acabado de deixar a prefeitura de São Paulo após dois mandatos e se preparava para assumir o governo do estado. Como normalmente ocorria, o livro era mais uma desculpa para que Oliveira Vianna falasse de temas que lhe preocupavam do que propriamente o objeto de uma resenha. Aproveitando que se tratava de uma obra sobre o bandeirismo e a expansão sertanista, o articulista se detém em comentar sobre a importância da memória da figura do bandeirante naquele atual momento da nacionalidade. A circunstância seria delicada. O que estava em jogo era o imperialismo das grandes nações mundiais sobre os povos novos, “que ainda não são grandes, nem ricos, nem fortes” (OLIVEIRA VIANNA, 1919: 2). As riquezas naturais brasileiras, “um dos maiores empórios de matérias primas do globo”, estariam sob ameaça de países sedentos e muito bem preparados, esperando, sem qualquer tipo de escrúpulo, uma oportunidade para se fazerem senhores das reservas nacionais. O Brasil estaria num dilema: ou ele mesmo utiliza suas matérias primas ou elas serão exploradas pelas nações industrializadas, que as necessitam em volumes cada vez maiores e mais constantemente – inexploradas é que não serão. Que fazer?

Nessas condições – ou nós, por uma transformação rápida dos nossos métodos educativos e de certos preconceitos sociais embaraçantes, nos pomos em condições de assumir a direção da nossa própria vida econômica, mantendo o senhorio das nossas

⁷ Além de um importante historiador do bandeirismo, a atuação política de Washington Luís teve uma clara preocupação em resgatar e destacar símbolos tipicamente paulistas (Sevcenko, 1992).

fontes de riqueza e fazendo desses outros concorrentes apenas nossos colaboradores ou nossos auxiliares; ou então ficaremos reduzidos à situação de simples espectadores da exploração dessas riquezas por esses novos “emboabas”, cheios de audácia, iniciativa e tenacidade (Ibidem).

Se a segunda opção não é uma alternativa, pois “equivale renunciarmos praticamente à nossa própria soberania”, então só resta a transformação. Vejamos qual é o sentido da mudança:

Temos que iniciar desde já a obra suprema e salvadora da nossa reeducação nacional, da reeducação do nosso povo, principalmente da reeducação das nossas classes médias e superiores. Estamos sob a urgência formidável de criarmos aqui, “dentro do mais breve prazo possível”, o tipo do homem moderno, isto é, do homem que, pela sua educação prática, pelo seu espírito positivo, pelas suas preocupações de ordem material e econômica, pelo seu desdém das situações feitas da burocracia e da política, seja capaz de fazer face, dentro ou fora da nossa própria terra, a esses novos concorrentes, ricos, expansivos, poderosos que estão alagando o mundo com as torrentes [ilegível] do seu ouro e da sua energia (Ibidem).

Para não ser subjugado, só resta ao país a alteração dos valores então vigentes e a adequação aos preceitos modernos, práticos e econômicos. E Oliveira Vianna diz esperar “muito do paulista” para a realização das transformações necessárias – ele seria, afinal, o exemplo a seguir. Não seria preciso, para a renovação, buscar na Inglaterra ou nos Estados Unidos o modelo,

temos em nossa história padrões e exemplos incomparavelmente mais perfeitos, mais eloqüentes, mais brilhantes do que os que possam exibir os fecundos viveiros anglo-saxônicos. Para encontrá-los bastará retomarmos corajosamente o caminho do

passado, subirmos até as geratrizes históricas do II e III séculos, e respirarmos, a plenos pulmões, o ambiente dos grandes dias de Fernão Leme, de Borba Gato, de Antonio Raposo, de Manuel Preto, de Paschoal Moreira, de Bartholomeu Bueno (Ibidem).

Não é que Oliveira Vianna identifique nos bandeirantes certas características originais, alternativas ao modelo saxônico – o que o resto do artigo procura indicar é como as grandes virtudes das “raças fortes” já estavam presentes nos antigos paulistas, sendo necessário, portanto, apenas reivindicar e recuperar os heróis do passado.

Oliveira Vianna elenca, então, uma série de atributos que seriam típicos dos bandeirantes históricos. A paixão pelos esportes e pelos exercícios físicos; os métodos varonis de educação da juventude; o espírito de empreendimento e o arrojo da iniciativa; o sentimento de independência, o *self-help*, a *self-reliance*; o *self-control*; além da disciplina e da capacidade de organização: todas essas qualidades virtuosas, descritas como distintivas dos anglo-saxões (idênticos às identificadas por Demolins), Oliveira Vianna encontra nos primeiros paulistas. Em alguns casos, são apontados inclusive como mais elevadas: seu espírito de empreendimento, por exemplo, levou-os a realizar “uma obra incomparavelmente superior, pela magnitude e pelo esforço, a dos ingleses na Austrália ou dos anglo-americanos no *Far-West*” (Ibidem). Sobre sua capacidade de autonomia, o autor chama a atenção para a relação com o Estado, mas sob um viés positivo: “Mas, estes homens, como hoje os saxões dos dois mundos, só pediam ao Estado que não lhes embaraçasse a liberdade da ação. Serviam ao Estado; o Estado não servia a eles. Ao contrário, às vezes os perseguia de uma maneira brutal [...]” (Ibidem). Os bandeirantes seriam, pois, portadores dos valores mais sublimes que os povos superiores, os povos particularistas, que, na expressão da Escola de Le Play, possuíam justamente as qualidades que os distinguiam dos demais. Pois, sendo assim,

para a refusão da mentalidade das nossas classes sociais, para a reeducação do nosso povo, o que é preciso fazer não é propria-

mente uma “imitação”: o que é preciso fazer é, sim, verdadeiramente uma “ressurreição”. No meio dessas raças vitoriosas, expansivas e predatórias, que senhoreiam progressivamente o globo, para que tenhamos uma situação assinalada e superior, é bastante que façamos reviver na nossa alma contemporânea a alma heróica desses velhos paulistas (Ibidem).

Oliveira Vianna não explica como se daria essa “ressurreição”, mas critica aqueles que pensariam que esses tipos virtuosos não teriam resistido, sendo apenas memórias de um passado distante. Contra esses julgamentos, lança mão de um argumento racial, um processo de arianização que observaria na sociedade brasileira, um movimento em que “os elementos étnicos inferiores, vindos das raças bárbaras ou selvagens, que entraram na nossa composição, vão sendo progressiva e vigorosamente eliminados da nossa massa nacional” (Ibidem). Em seu laboratório étnico e social, Oliveira Vianna não veria dificuldades em selecionar certas características bandeirantes e excluir outras, que possivelmente encarava como defeitos. Ele diz, por exemplo, que ao reabilitar o tipo antigo, “não precisará reproduzir nem o seu nomadismo, nem a sua modalidade batalhadora” (Ibidem). Ora, em *PMB-I* não é o nomadismo justamente uma das causas mais graves da desorganização social brasileira, incluindo-se na origem do regime de grande propriedade e seu poder simplificador? Não é a pacificação das sociedades do centro-sul o grande trunfo que permitiu seu “salto” no século XIX? Oliveira Vianna não desenvolve a questão. Encerra o texto apenas observando a proximidade do passado e como é um erro julgá-lo distante e morto: ele é muito mais presente do que se poderia imaginar.

Ao destacar este texto e as marginais (outros exemplos poderiam ser dados), nosso intuito foi mostrar como a questão da adesão de Oliveira Vianna a valores “ibéricos” ou “americanistas” é bastante tensa, não apenas em uma “fase primeira” de seu pensamento, mas também no exato momento em que *Populações meridionais* era lançado. A sequência lógica da narrativa do livro, que culmina na conhecida apologia do Estado central, corretor necessário e único dos efeitos

perversos da desregrada ação bandeirante (fragmentação social, inso-lidarismo, privatismo), encaminha a leitura para certa recusa integral da iniciativa individual. O que gostaríamos de acentuar é que essa leitura é atravessada por outras, que ao menos nos anos 1910 e 1920 deixaram aberta a recepção positiva e acolhedora de seus escritos em São Paulo. Se Oliveira Vianna viaja para capital paulista em 1924, mais significativo do que isso é que suas ideias “viajam” junto, como buscaremos indicar a partir de agora.

II

A associação entre os paulistas e anglo-saxônicos foi constantemente utilizada, sobretudo para fins políticos, na década de 1920. Destacaremos um movimento característico e importante daquele momento, que se convencionou chamar de “comunhão paulista”, promovido por um grupo ligado ao jornal *O Estado de São Paulo* e que se via como uma espécie de arauto do liberalismo e da democracia no país, além de crítico ferrenho da “pequena política”, envenenada pelas oligarquias (CARDOSO, 1982)⁸. Encabeçado por Julio de Mesquita Filho, o grupo percebia São Paulo como ponto de partida fundamental para um grande processo regenerador nacional.

Essa é a questão central de uma série de três artigos publicados por Mesquita Filho no jornal de sua família em 1922, cujo título é justamente “A comunhão paulista”. É, sobretudo, no último texto da série que fica claro o papel que o estado ocupava em um projeto político mais amplo de Brasil e, citando Amadeu Amaral, o articulista chega a falar em um “imperialismo benéfico de São Paulo”. A “visão política” é apresentada como uma qualidade histórica do paulista, marca presente desde os primeiros séculos e que teria na capacidade

⁸ Segundo Irene R. Cardoso, a ação política do grupo do *Estado de São Paulo* pode ser entendida, principalmente entre 1925 e 1930, como uma grande “campanha pela regeneração política” nacional, que abrangeria dois aspectos: a “campanha pela Universidade” e a “campanha pela revigoração da vida político-partidária” brasileira (Cardoso, 1982: 53-4).

expansiva a sua indicação mais clara. Essa virtude seria “instintiva” e comparável à dos anglo-saxões, o que lhe teria permitido assinalar “com a marca indelével de sua passagem, os contornos, também definitivos, dos quais a nacionalidade completaria a sua evolução” (MESQUITA FILHO, 1922b: 3). Alguns críticos apontariam a decadência daqueles valores, ressaltando especialmente o predomínio da política militante, a política como meio de vida no estado. Os envolvidos nesse tipo de politicagem, no entanto, seriam os homens afastados da comunhão paulista, diz Mesquita Filho, ainda incapazes de perceber o legado e o potencial do passado. Os paulistas atuais, imbuídos da comunhão, preservariam as qualidades antigas e “os pródromos dessa gigantesca tentativa [expansionista], que poderíamos chamar de ratificação histórica da ação bandeirante, já são perfeitamente discerníveis no conjunto de aspirações com que se preocupa atualmente São Paulo” (Ibidem). A pujante penetração ferroviária e a expansão cafeeira seriam exemplos da sobrevivência daquele instinto e, ainda mais, seriam os indícios de que “a revisão do problema posto pela epopeia bandeirante” estaria “em via de solução definitiva”. Portanto, cabia ao paulista do início do século XX terminar o trabalho iniciado pelos heróis bandeirantes há quase quatrocentos anos.

Mas, afinal, quem é este paulista? A essa questão se dedicava o segundo artigo da série, de 21 de novembro de 1922. Não à toa, o texto inicia-se tomando como referência Paulo Prado e seu “O caminho do mar”, publicado um mês antes: segundo Mesquita Filho ali estaria explicada a origem da comunhão, sua formação histórica e social e as razões das particularidades daquela região⁹. Destacava-se assim a situação diferenciada que São Paulo assumia em relação ao restante da nação, enfatizando inclusive a ideia de “contaminação” causada pelo fim do isolamento. Com uma gêne-

⁹ Apesar da noção de uma “comunhão paulista” nomear o artigo e ser o assunto central, Mesquita Filho jamais define com precisão o significado do termo. No entanto, pode-se deduzir que se tratava de enfatizar a presença de certo espírito de comunidade, forjado justamente pelo compartilhamento de características comuns e únicas.

se particularizada, o paulista ostentava características distintivas, “que nos fazem parentes próximos dos anglo-saxões” e são “apontadas pela Ciência Social como as mais nobres dentre as predominantes dos povos fadados ao domínio do universo. São elas, no entender dos que àquela escola se filiam, as que emprestam ao ramo por eles denominado ‘particularista’ a sua fisionomia distintiva (MESQUITA FILHO, 1922a: 3). “Ciência Social” não é aqui uma referência geral à disciplina, mas alusão à revista que Demolins dirigiu, *La Science sociale, suivant la méthode d’observation*, e que acabou denominando, naquela época, os herdeiros intelectuais de Le Play. Mesquita Filho, portanto, associava os paulistas aos mesmos valores e virtudes que norteavam os povos “particularistas”, isto é, os de origem anglo-saxônica, opondo-os, assim, aos povos “comunitaristas”, como no caso da iniciativa pessoal e a relação com o Estado: “os governos, força única predominante nas sociedades ‘comunitárias’, para ela [a bandeira] quase nada significam. Quando muito emprestam-lhe o papel de coordenador indispensável” (Ibidem). Notemos que os elogios são semelhantes àqueles que Oliveira Vianna faz ao bandeirante em seu artigo sobre os “antigos paulista”, e que mesmo não os chamando em momento algum de “particularistas” aproxima sempre os paulistas aos anglo-saxões.

Mesquita Filho e Oliveira Vianna faziam parte de um contexto em que era relativamente comum associar o paulista a ingleses ou norte-americanos, e fizemos referência ao fato de que a expressão “*yankees* da América do Sul” já era aplicada desde alguns anos antes. É interessante notar, porém, a quem o primeiro artigo inteiro da trilogia “A comunhão paulista” é dedicado: justamente ao autor de *Populações meridionais*. Mesquita Filho faz verdadeira terra arrasada da vida intelectual brasileira para poder introduzir Oliveira Vianna, considerando-o uma espécie de divisor de águas nos estudos do Brasil, principalmente pelo fato de que “o método do sociólogo patricio apoia-se apenas na inteligência, sem, contudo, emprestar-lhe qualidades a si mesmas milagrosas. Soube o autor fugir ao mal nacional por excelência – o cerebralismo. É nisso que reside o seu grande, o seu maior

valor” (MESQUITA FILHO, 1922: 3). A crítica ao “cerebralismo” é a crítica ao idealismo, tão cara a Oliveira Vianna, e mesmo estando Mesquita Filho já naquela época em uma posição bastante acercada ao liberalismo (CARDOSO, 1982; CAPELATO, 1988), isso não impediu que ele ratificasse o diagnóstico da inadequação de instituições estrangeiras:

[...] voltando a olhar ao nosso passado, [Oliveira Vianna] fez ressaltar o erro dos que, sem levar em consideração o nosso caso particular, foram buscar processos governativos que, na Inglaterra, em primeiro lugar, e nos Estados Unidos, em segundo, davam ótimos resultados, sem perceberem que o bom-senso, critério seguro dos anglo-saxões, os havia já impedido de transplantar para a América, o que na Europa lhes tinha resultado bom. Criando uma estrutura nova para uma sociedade nova que na América constituíram, aqueles a quem pedimos o que adotamos para a nossa, nos primórdios da vida política independente do Brasil, nos ofereciam a provado quanto havíamos andado levemente (Ibidem).

O interessante na construção argumentativa de Mesquita Filho, a partir da leitura que faz de Oliveira Vianna, é que, mesmo criticando a importação de instituições, o autor consegue utilizar como horizonte prático a própria sociedade norte-americana e suas virtudes (o “critério seguro dos anglo-saxões”, e porque também não dos paulistas?). Mas, para além da crítica, Mesquita Filho percebe ainda em Oliveira Vianna um caminho de solução positivo para a situação brasileira: é nele que o autor dos artigos diz se basear para reclamar que o diagnóstico da decadência não é procedente: “onde se pretendia ver o sintoma seguro de inferioridade e retrocesso, a observação científica, norteadas por aqueles a quem o autor das *Populações meridionais do Brasil* pediu lições [nomeadamente Demolins e Tourville], aponta novas e vigorosas fontes de energia e de vida” (Ibidem). A fonte de energia apontada é, como pudemos ver pelos artigos seguintes da sé-

rie, São Paulo, o que só poderia ser revelado através dos métodos de Oliveira Vianna.

No mesmo mês e contexto de discussões, Brenno Ferraz publica na *Revista do Brasil* um artigo com o sugestivo título de “Paulistas e saxônios”. Como na perspectiva de Mesquita Filho, a comparação é por aproximação:

A paridade entre os dois tipos sociais, o anglo-saxão e o paulista, é deveras, sob todos os aspectos, impressionante. A conquista da terra e da produção, da liberdade e da independência; a constituição da raça e da sociedade; o irrequieto dos vives e a expansão posterior, são de um claro paralelismo. Mesmo na abstenção política a similitude prossegue... Absorvem-se os saxões na luta pela vida e na mesma luta, os paulistas (FERRAZ, 1922: 378)

Mas inclusive a vida política e civil de paulistas e saxônios seria semelhante? Ferraz recorre, então, à história da Inglaterra para mostrar como lá o que chama de “vida pública” era agitada, apontando uma série de eventos históricos que envolveriam diretamente acirradas disputas pelo poder, todo o contrário da passividade, portanto. Essa “vida pública” é apresentada como sendo composta por lutas de família, pela “resistência dos potentados rurais ao poder central”, pela “luta entre comunas e o rei”, e que “não podem ter o espírito isento de facciosismo”. Essa versão da história inglesa nos soa familiar – e é: logo em seguida, utilizando como referência *Populações meridionais do Brasil*, Ferraz (que já havia resenhado o livro de Oliveira Vianna para a mesma *Revista do Brasil*) mostra como a tradição inglesa teve, em São Paulo, o seu símile, com a mesma vida agitada, com as mesmas lutas de família, com a mesma rejeição ao poder central. A apatia cívica paulista (e o distanciamento com os ingleses) seria, portanto, um fenômeno recente, e Oliveira Vianna lhe ajudaria, assim como a Mesquita Filho, a provar esse ponto.

Ao apresentar essa série de artigos publicados em 1922 não queremos sugerir que Oliveira Vianna abonaria esse tipo de recepção de

sua obra principal – a valorização positiva da virtude cívica de São Paulo de fato parece ir contra ao que aponta boa parte da fortuna crítica mais importante do autor, bem como parece contrariar a própria visão do livro, principalmente se tomarmos em consideração as suas duas últimas seções. Mas nos interessa notar que essa leitura era algo recorrente nos anos 1920 e como Oliveira Vianna era mobilizado como um autor-chave em um contexto de debates bastante particular, com o qual normalmente não é associado.

III

Essa relação de Oliveira Vianna com São Paulo, principalmente no que diz respeito à “comunhão paulista”, vai além de uma simples recepção, no entanto. Em uma carta publicada na *Revista do Brasil*, o autor de *PMB-I* comenta e agradece de maneira aparentemente bastante entusiasmada a série de artigos de Mesquita Filho: “li com a atenção merecida e com grande prazer a bela série de artigos, que publicou no *Estado*, sob o título expressivo de *A comunhão paulista*. Felicito-o sinceramente pela superior elevação de suas ideias e muito grato lhe fico pelas palavras de generosa simpatia com que se refere aos meus estudos” (OLIVEIRA VIANNA, 1923: 326). Ainda que o teor da carta seja muito mais no sentido de uma digressão metodológica, aconselhando o jovem escritor e ressaltando a importância do estudo das diferenças internas do país, e não das semelhanças, bem como da monografia e da observação direta para os estudos sociológicos, Oliveira Vianna ressalta o seu contentamento ao ver alguém

empenhado nessas árduas preocupações de estudar o nosso problema brasileiro no grupo regional mais tipicamente representativo das grandes qualidades da nossa gente: o grupo paulista. Dá-me o seu brilhante ensaio a grata revelação de que S. Paulo se orienta no bom sentido das preocupações de ordem prática, isto é, no sentido daquilo que chama ‘a ratificação histórica da ação do bandeirante’. Eis aí uma bela frase e não sei de outra que tão elegante e

compendiosamente exprima a íntima e complexa significação do fenômeno paulista contemporâneo (Idem: 328).

Esse “complexo fenômeno” paulista é novamente ressaltado em 1923, em outra carta publicada na *Revista do Brasil*, dessa vez endereçada a Hilário Freire¹⁰, que havia feito um discurso (também reproduzido na revista) no Congresso Estadual de São Paulo bastante pautado por *Populações meridionais*. No texto, Oliveira Vianna elogia o processo de urbanização do interior de São Paulo (ao que dá o nome de “pequeno urbanismo”, em oposição ao “grande urbanismo”, nefasto e característico do estado do Rio de Janeiro), chamando esse movimento de “grande milagre paulista dos nossos dias” e que seria a repetição “em escala mais limitada, mas muito mais sugestiva, das façanhas do grande ciclo do ouro” (Oliveira Vianna, 1923a: 225). Considerando a penetração e a urbanização do interior fundamentais para o progresso do país, Oliveira Vianna sublinha que os paulistas estariam conseguindo resolver o problema de uma maneira surpreendente, “e é justamente por isto que ninguém está, com mais atenção e interesse do que eu, acompanhando o desdobrar da moderna orientação econômica e social de São Paulo” (Idem: 226). Usando mesmo a expressão “comunhão paulista” (“sólida e indestrutível”), conclui que à iniciativa e ao senso econômico do paulista deveriam juntar o que faltou ao ciclo do ouro: “a organização política, o aparelhamento administrativo, acompanhando, no mesmo compasso, a expansão social” (Ibidem). Procura, assim, articular tanto o poder do empreendimento particular com a expansão da legalidade, via Estado.

Retornemos agora à viagem que Oliveira Vianna faz a São Paulo em fevereiro de 1924. Dessa viagem resultou uma interessante entrevista, concedida à *Gazeta de Notícias*. O documento é especialmente

¹⁰ Em março de 1924, o jornal *Gazeta de Notícias* publica um discurso de Hilário Freire e denomina o político paulista de “discípulo de Oliveira Vianna” (n/a, 1924: 7).

curioso porque se constitui em um verdadeiro elogio à modernização. Perguntado sobre suas primeiras impressões na viagem, responde:

– Meu caro amigo, é difícil dizer-lhe as minhas primeiras impressões, porque não sei como considerar as múltiplas reações de espanto e deslumbramento que me tem causado a sua maravilhosa capital [...]. São Paulo dá-me a impressão de uma cidade nascida há pouco, construída por um golpe de mágica, e inteiramente nova. Não encontrei aqui o que se encontra em todas as cidades, mesmo na América do Norte, onde as cidades irrompem do chão, como que por milagre; a suburra imunda e infecta, o conglomerado das alfurjas, o casario velho e anti-higiênico, onde fervilha a vermina humana das grandes cidades. Nada disto; tudo me parece limpo, novo, claro, isto para os bairros operários; agora imagina a minha admiração ante o esplendor arquitetônico do centro e dos arrabaldes aristocráticos? (Entrevista concedida à *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro, 1924)

O que Oliveira Vianna valoriza em São Paulo, o que lhe surpreende positivamente, é o que há de novo, de moderno (ainda que não use o termo), e não a tradição. O antigo é “infecto” ou “anti-higiênico”, e São Paulo, por contraste, é “limpa” e “clara”. O seu caráter novidadeiro é precisamente o que diferencia a cidade não apenas do resto do Brasil, mas mesmo dos Estados Unidos. O entrevistador também pergunta sobre as expectativas em torno da evolução futura de São Paulo e “sua influência sobre a mentalidade nacional”. Ainda que Oliveira Vianna recuse a possibilidade de uma resposta categórica (“seria preciso ser dotado de faculdades proféticas que não possuo”) suas palavras merecem ser reproduzidas:

O progresso paulista não é coisa que se possa prever com facilidade, porque não se trata de uma evolução normal. O que se está passando aqui é um ‘fiat’ miraculoso. Há um latejar de energias, do caos em gestação. É o imprevisto, a surpresa, o milagre. Não

me parece que tenhamos nada que invejar às realizações mais surpreendentes dos ‘booms’ americanos. Digo-o pelo que tem sido dado observar do progresso desta capital. Não fui ainda às zonas da Mogyana, da Sorocabana e da Noroeste, onde, segundo me informaram, os paulistas estão realizando proezas muito superiores às dos “yankees” no seu famoso Far-west. E só então poderei formar um juízo, mais ou menos fundamentado, da próxima evolução de S. Paulo. O que lhe posso dizer agora é apenas a revelação da minha absoluta confiança, diria melhor, da minha fé na ação de S. Paulo e na sua grandeza futura (Ibidem).

Estas longas citações são importantes porque nos auxiliam a perceber certas tensões bastante marcadas na obra de Oliveira Vianna, principalmente se contrastarmos com *Populações meridionais*. Em um tipo de abordagem que se quer regional do Brasil, é justamente uma região – São Paulo – que parece estar no cerne das ambiguidades. Se em *Populações* o bandeirante comparte um papel de herói pela expansão territorial e de vilão pelo efeito perverso do latifúndio, a condição material que sustenta seu poder (Carvalho, 1993), o que traz à tona a oposição entre o poder do Estado e a eficiência da iniciativa privada e do empreendedorismo; por outro lado, a modernização de São Paulo e a proximidade que a todo tempo é reiterada entre o paulista e o anglo-saxão (expediente, como vimos, comum na época para reivindicar a superioridade paulista, principalmente do ponto de vista político e econômico) dão a entender que é justamente nessa região que estão contidas as esperanças de futuro, exatamente por seu caráter diferenciado.

A ênfase muitas vezes de fortíssimo cunho político e ideológico na diferença de São Paulo para o restante do Brasil, procedimento corrente naquele contexto, terá no ano de 1932 o seu ponto de inflexão, o seu ápice prático. A Revolução Constitucionalista contará com a participação de praticamente todos os autores paulistas com quem Oliveira Vianna mantinha algum tipo de relação, seja pessoal ou somente intelectual, dentre eles Paulo Prado, Julio de Mesquita Filho, Hilário Freire, Brenno Ferraz e Alfredo Ellis Júnior. É deste úl-

timo uma das cartas mais interessantes do acervo da Casa de Oliveira Vianna. Ela é escrita desde o “front”, em 21 de junho de 1932, e o que deveria ser uma apreciação de *Raça e assimilação*, lançado naquele mesmo ano, torna-se um importante documento de como Ellis Júnior percebia aquele momento dentro de uma grande narrativa sobre São Paulo. Ao enviar o relato a Oliveira Vianna, imagina-se que buscasse alguma compreensão, ou mesmo apoio, afinal, como vimos, trocavam correspondências frequentes desde o final da década de 1920. Tomamos a liberdade de novamente transcrever um longo período:

O que atrasou muito a leitura do seu belo trabalho [*Raça e assimilação*] foi o momento de imensa gravidade que atravessamos em S. Paulo na última quinzena de maio. O povo realizou a mais bela epopéia de reação que tenho sabido. Nunca vi, nem mesmo soube, através da História, de movimento cheio de tanta grandiosidade como o que o povo paulista foi o único autor. Os elementos políticos não estiveram à frente deste movimento e não estão se mostrando dignos do civismo do povo. Tive uma ação nos acontecimentos, fui um dos agitadores da opinião pública. Não a favor do velho PRP, mas a favor de S. Paulo. Recordei-me dos velhos dias dos tumultos seiscentistas em que o povo se amotinava ao toque desabalado dos sinos da vila. Faltava-nos o vulto majestático de Raposo Tavares. A luta travou-se contra os partidários de Miguel Costa, mas a reação dos tenentes, com a chegada do [General Manuel] Rabello nos obrigou a uma atividade muito maior. Tivemos que organizar a defesa. O povo se organizou secretamente e em poucos dias estávamos em 30000 voluntários armados para esmagar as tropas do exército se porventura fossemos atacados. Faríamos a guerra das casas e fuzilaríamos os soldados inimigos de um modo a esmagá-los. Armas e munições não nos faltavam [...]. Penso em ir em breve ao Rio e nessa ocasião irei procurar o prezado amigo, trocar impressões sobre a situação de verdadeira angústia que atravessa o país.

Caso tenha se realizado, o encontro deve ter sido interessantíssimo. Ellis Júnior parecia guardar alguma expectativa de que Oliveira Vianna pudesse se entusiasmar com o movimento (ou o teor da carta pouco faria sentido), descrito em tons épicos e relembrando um passado político de ação coletiva de maneira aproximada com o que vimos fazer Brenno Ferraz em 1922. Coincidência ou não, não constam no acervo do autor cartas de Ellis Júnior posteriores a essa data.

* * *

Tomando como gancho uma viagem de Oliveira Vianna a São Paulo em 1924, neste trabalho procuramos apontar para a relação muitas vezes ambígua que o autor parecia manter com uma parcela da produção intelectual paulista dos anos 1910 e principalmente 1920. Apesar de normalmente ser caracterizado como um autor tipicamente fluminense, Oliveira Vianna pareceu repercutir mais justamente em São Paulo, e isso já antes de seu primeiro livro ser lançado. Diversos grupos políticos e intelectuais de São Paulo procuravam estabelecer uma espécie de mitologia que tinha no bandeirante sua figura simbólica principal, ressaltando a formação histórica especial e diferenciada do estado, o que lhe deveria garantir uma hegemonia ainda não conquistada sobre o resto do país. Além da proposta mais geral de Oliveira Vianna em pensar o que diferencia o país internamente (explícito desde o uso do plural no título de *Populações meridionais do Brasil*) e da tese de que caberia ao centro-sul a organização do país, seus elogios à ação bandeirante, seja na primeira parte de *Populações*, seja em artigos publicados ao longo das décadas de 1910 e 1920 em que ressaltava a proximidade dos antigos paulistas a certa mentalidade anglo-saxônica, levaram a que Oliveira Vianna fosse constantemente mobilizado nos debates de São Paulo, inclusive para embasar projetos de matizes claramente liberais, como no caso da “comunhão paulista”. Mais do que tratar da viagem do sociólogo, o que nos propusemos a fazer foi indicar como as ideias propriamente ditas podem circular, às vezes com sentidos surpreendentes.

REFERÊNCIAS

ALBA, S. “La obra de Demolins y España”. In: DEMOLINS, E. **En qué consiste la superioridad de los Anlgo-Sajones**. Madri: Libreria de Victoriano Suárez, 1904.

ANDRADE, M. “O movimento modernista”. In: SCHWARTZ, J (Org.). **Da antropofagia a Brasília: 1920-1950**. São Paulo: FAAP; Cosac & Naify, 2002.

BITTENCOURT, A. V. **O Brasil e suas diferenças: Uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2011.

BOTO, C. “Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo”. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 17/18, 1995.

CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, I. A. R. **A Universidade da comunhão paulista :o projeto de criação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

CARVALHO, J. M. de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, E. R. & MORAES, J. Q. (Orgs.). **O Pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

DEMOLINS. **À quoi tient la superiorité des Anglo-saxons**. Paris: Firmin-Didot, s/db.

DOĞAN, N. **The origins of liberalism and islamism in the ottoman empire (1908-1914)**. Tese de doutorado. Berlim: Universidade de Berlim, 2006.

FERRAZ, B. “Paulistas e saxônios”. **Revista do Brasil**, nº 84, dezembro de 1922.

LITVAK, L. **España 1900: modernismo, anarquismo y fin de siglo**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1990.

MESQUITA FILHO, J. “A comunhão paulista I”. **O Estado de S. Paulo**, 19 de novembro de 1922.

_____. “A comunhão paulista II”. **O Estado de S. Paulo**, 21 de novembro de 1922a.

_____. “A comunhão paulista III”. **O Estado de S. Paulo**, 22 de dezembro de 1922b.

N/A. “Ribeirão Preto, a cidade do ouro”. **Gazeta de Notícias**, 07 de março, p. 7, 1924.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. “Os antigos paulistas”. **O Estado de S. Paulo**, 16 de outubro de 1919.

_____. “A comunhão paulista”. **Revista do Brasil**, nº 92, agosto de 1923.

_____. “Carta a Hilário Freire”. **Revista do Brasil**, nº 95, novembro de 1923a.

SCHWARCZ, L. K. M. **O Espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

WERNECK VIANNA, L. “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. In: BASTOS, E. R. & MORAES, J. Q. (Orgs.). **O Pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

ENTREVISTA

“Impressões de São Paulo”. **Gazeta de Notícias**, 16 de fevereiro, p. 7, 1924.

CORRESPONDÊNCIAS

Pasta Monteiro Lobato. **Arquivo da Casa de Oliveira Vianna**.

Pasta Alfredo Ellis Júnior. **Arquivo da Casa de Oliveira Vianna**.

Artigo recebido em 15/11/2013 / Aprovado 22 de janeiro de 2014

Jorge Ventura de Moraes*

BIOGRAFIA E ITINERÁRIOS DE UM LIVRO: UMA ABORDAGEM PÓS-HUMANISTA DAS ASSOCIAÇÕES DE UMA OBRA DE GISELE FREUND

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é desvendar a rede sociocultural que o livro *La Fotografía y las Clases Medias*, de Gisèle Freund, seguiu. Outro objetivo, concatenado a este, é analisar o engajamento de uma agência material (o livro) com agências humanas (eu, entre outros). Em suma, desenvolvo uma análise pós-humanista da trajetória de um objeto. E isso serve para afastar quaisquer suspeitas de que seja de uma abordagem holística ou de que seja uma abordagem baseada no individualismo metodológico; serve também para afastar de mim qualquer aderência a debates de uma sociologia tradicional baseada em dicotomias entre agência e estrutura. Estou interessado em encontrar os nós dos engajamentos entre as agências de diferentes tipos. Palavras-chave: sociologia dos objetos; performance; fotografia; Gisèle Freund

BIOGRAPHY AND THE ITINERARIES OF A BOOK: A POST-HUMANIST APPROACH TO THE ASSOCIATIONS OF A WORK BY GISELE FREUND

Jorge Ventura de Moraes

ABSTRACT

The main objective of this article is to uncover the sociocultural network in which the book *La Fotografía y las Clases Medias* by Gisèle Freund was immersed. Another objective interconnected with this aim is to analyze the engagement of a material agency (the book) with human agencies (myself, among others). In short, I develop a post-humanist analysis of the trajectory of an object. This in turn implies dispelling any suspicion of pursuing a holistic approach or one based on methodological individualism; it also

*PhD (1992) em Sociologia pela London School of Economics (Universidade de Londres). É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de produtividade do CNPq, tem desenvolvido pesquisas em diversas áreas do conhecimento sociológico com ênfase particular, nos últimos anos, em futebol e em fotografia nas ciências sociais. Publicou artigos sobre estas temáticas, assim como sobre teoria sociológica, em revistas como *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Soccer & Society*, entre outras.

distances me from any adherence to the debates of a traditional sociology based on dichotomies between agency and structure. Instead my interest resides in encountering the knots of the engagements between the different types of agencies.

Keywords: Sociology of objects; Performance; Photography; Gisèle Freund.

BIOGRAPHIE ET ITINÉRAIRE D'UN IVREL: UN ABORDAGE POST HUMANISTE DES ASSOCIATIONS D'UNE ŒUVRE DE GISELE FREUND

Jorge Ventura de Morais

RÉSUMÉ

Le principal objectif de cet article est de lever le voile sur le réseau socioculturel que le livre *La photographie et les classes moyennes*, de Gisèle Freund a parcouru. L'autre objectif, lié au premier, est d'analyser l'engagement d'une agence matérielle (le livre) avec des agences humaines (moi, entre autres). En somme, je procède à une analyse post humaniste de la trajectoire d'un objet. Et cela sert à éloigner tout soupçon, que ce soit d'un abordage holistique ou que ce soit d'un abordage basé sur l'individualisme méthodologique ; cela sert aussi à éloigner de moi toute adhérence à des débats d'une sociologie traditionnelle basée sur des dichotomies entre agence et structure. Ce qui m'intéresse, c'est de trouver les nœuds des engagements entre agences de différents types.

Mots-clés : Sociologie des objets ; performance ; photographie ; Gisèle Freund

Jorge Ventura de Moraes

BIOGRAFIA E ITINERÁRIOS DE UM LIVRO: UMA ABORDAGEM PÓS-HUMANISTA DAS ASSOCIAÇÕES DE UMA OBRA DE GISELE FREUND¹

*O trem corria mais rápido do que qualquer cavalo mestiço.
As estepes corriam de encontro ao trem e não acabavam mais.
'Eles torturam a máquina', pensou Makar, com pena das rodas,
'realmente, há de tudo neste mundo, pois ele é espaçoso e vazio'
(Platónov, 2011, p. 491).*

Introdução

Eu, usando uma expressão popular, gosto de livros desde que me entendo por gente. Não sei exatamente porque esse gosto me tomou e tem me acompanhado desde então. Mas eu consigo lembrar quando foi.

Eu venho de uma família, no interior de Pernambuco, onde não havia hábitos de leitura, pois, mais do que comprar livros, a meus pais importava alimentar quatro crianças. Porém, mi-

¹ Agradeço imensamente aos meus amigos Paulo Henrique Martins, Paulo Marcondes Soares e Silke Weber pelos comentários a uma versão anterior deste trabalho. Também me beneficiei de comentários durante uma apresentação no Seminário de Sociologia, atividade permanente do PPGS/UFPE, coordenado pela Profa. Silke Weber. A Roberta Campos, não sei como agradecer, pois as palavras são insuficientes para expressar a sua importância na leitura, crítica e incentivo cotidianos na feitura deste e de outros trabalhos de minha lavra. Agradecimentos ainda são devidos ao CNPq pela concessão de uma bolsa de produtividade.

nha mãe queria que nós estudássemos para “vencer na vida”, como ela costumava dizer. De forma que, depois dos estudos iniciais no Externato Silva Jardim, em 1971, fui matriculado no Colégio Cardeal Arcoverde para cursar o ginásial, como então se chamava.

Naquele ano, comecei a ter aulas de literatura dentro do português. E aí um colega me disse que na sua casa havia uns livros bons e que me podia emprestá-los: era, simplesmente, a coleção completa de Júlio Verne. Li avidamente um por um. Foi quando que me sobreveio a paixão por livros, que me persegue desde então.

Desde quando pude comprar livros, tenho comprado-os em grandes quantidades. E no meio dessa quantidade, gosto de livros antigos. De vez em quando, “bato” os olhos em um livro interessante em um sebo (físico ou virtual) e não resisto: trago-o para minha estante.

Isso aconteceu, por acaso, há algumas semanas – escrevo em novembro/dezembro de 2012. Comprei um livro relacionado ao meu mais novo interesse de pesquisa sociológica – a fotografia: *La Fotografía y las Clases Medias en Francia Durante el Siglo XIX*, de Gisèle Freund (Figura 2). Quando abri o pacote, só aí percebi que tinha adquirido uma raridade.

Cito, então, Robert Nisbet para dar uma ideia do que aconteceu comigo, quando tive a iluminação deste artigo:

Eu me tornei crescentemente consciente do fato de que não somente não há conflito entre ciência e arte, mas de que em suas raízes psicológicas elas são quase idênticas. A unidade da arte e da ciência existe de forma mais luminosa nas motivações, impulsos e ritmos que estão por trás de qualquer campo, artístico ou científico [...]. Inúmeros trabalhos nas ciências sociais revelam a inabilidade dos seus autores em compreender a diferença crucial entre o que pode ser chamado apropriadamente de *lógica da descoberta* e a *lógica da demonstração*. A segunda está sujeita, de forma apropriada a regras e prescrições; a primeira, não. De todos os pecados contra a Musa, no entanto, o maior é a assertiva, ou a forte implicação, em manuais de metodologia e

construção de teoria de que a primeira (e, em última instância, a vital) lógica pode, de alguma forma, ser alcançada pela obediência das regras da segunda. Somente *secura* e esterilidade intelectuais podem resultar deste equívoco” (NISBET, 1976, p.4. Traduzi. Itálicos no original).

Esta citação é suficiente para revelar o espírito com que cheguei ao meu problema neste artigo. Assim, voltando ao meu livro, é a partir dessa mistura de amor por livros antigos e, às vezes raros², que pretendo aqui explorar, de um ponto de vista sociológico, a vida desse exemplar. Embora os elementos necessários para uma exposição detalhada da vida desse exemplar particular sejam escassos, é possível, através de certas informações nele contidas, explorar certos aspectos sociológicos de sua biografia. E rapidamente adianto que minha referência teórica é Bruno Latour e sua sociologia associacionista (Cf., entre outros, Harman, 2005, Latour, 2006). Ou seja, em lugar de falar desse livro, por exemplo, pelo viés economicista de Karl Marx – embora me engaje em uma discussão com suas ideias de valor de troca e de valor de uso –, eu vou falar dos afetos, marcas humanas (riscos, rabiscos, assinaturas) e marcas do tempo (poeira, “amarelidão” provocada pelo sol, enrugamento) recebidas e sofridas por ele, das trajetórias e possibilidades de associações entre humanos e um não-humano e também das sociabilidades entre humanos estabelecidas pela mediação de um ator não-humano.

² Estou definindo “raro” neste trabalho de forma frouxa. Significa apenas, para efeito de operacionalização, um livro importante que é escasso no mercado livreiro. Assim, *La Fotografía y las Clases Medias* é raro, em minha opinião, porque a sua edição argentina é muito difícil de ser encontrada, mesmo em sebos especializados. Além disso, na Biblioteca Nacional de Maestros, na Argentina, não é possível tomá-lo por empréstimo doméstico, deve ser consultado *in loco* (Ver Quadro 4 adiante). Por outro lado, a raridade pode também ser definida, não pela escassez da edição, mas por alguma característica particular apreciada pelo mercado, o que acontece com a minha edição de *Photographien* (1993), que é assinada à caneta pela própria Gisèle Freund. Para uma apreciação de uma definição mais rigorosa do termo, no âmbito da ciência da informação, consultar Pinheiro (2009).

O principal objetivo deste artigo é desvendar a rede sociocultural (à Latour) que esse livro seguiu. Outro objetivo, concatenado a este, é analisar o engajamento de uma agência material (o livro) com agências humanas (eu, entre outros) (à Pickering). Em suma, desenvolvo uma análise pós-humanista da trajetória de um objeto. E isso serve para afastar quaisquer suspeitas de que seja de uma abordagem holística ou de que seja uma abordagem baseada no individualismo metodológico; serve também para afastar de mim qualquer aderência a debates de uma sociologia tradicional baseada em dicotomias entre agência e estrutura. Estou interessado em encontrar os nós dos engajamentos entre as agências de diferentes tipos.

Assim, estruturei o artigo da seguinte forma: primeiro, delineio a vida de Gisèle Freund, o nascimento do livro como tese de doutorado, a sua vinda como refugiada de guerra para a Argentina, suas viagens pela América Latina e a publicação da versão do livro em espanhol. Em seguida, persigo a trajetória do meu exemplar desde a gráfica em Buenos Aires, em 1946, até chegar a mim, em 2012. Finalmente, analiso o meu engajamento como agência humana com o meu livro, que é a agência material, e também as mediações de sociabilidades que o livro estabeleceu entre mim e outros atores humanos, através do tempo e do espaço.

Falar em agência, aqui, requer um último esclarecimento. Diferentemente das análises humanistas, agência, em uma abordagem pós-humanista, não tem qualidades fixas. Elas emergem contingencialmente e são resultados dos engajamentos entre os diferentes tipos de agência (material e humana). Isso significa que pessoas e objetos estão ligados através de tempo e espaço (HARMAN, 2005, LATOUR, 2006, PICKERING, 1995).

Quem foi Gisèle Freund?

Gisèle Freund (Figura 4) nasceu na Alemanha, em 1908. Em Frankfurt, ela estudou sociologia com Karl Mannheim e seu assistente, Norbert Elias, bem como teve contatos próximos com Walter Benjamin e

Theodor Adorno. Judia, cedo se engajou na militância em grupo de esquerda (FREUND, 2008, p.9-12). Uma mistura explosiva em tempos de ascensão dos nazistas ao poder. Ante a repressão das forças do estado hitlerista, ela teve de fugir para Paris, onde se estabeleceu em 1933. Nessa cidade, começou a frequentar a École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, onde estudou sociologia.

Devido a uma série de dificuldades impostas pelo regime nazista à remessa de dinheiro, Freund não podia contar com a ajuda contínua dos seus pais. Assim, começou a fazer pequenos trabalhos fotográficos. Ainda na Alemanha, ela havia recebido de presente, do seu pai, em 1928, uma Leica³ (FREUND, 1993, p.23) e, incentivada por Norbert Elias (Figura 3) – que também deu a ideia inicial do que viria a se tornar sua tese –, tinha começado a fotografar (Ver AYA, 1978, p.221; FREUND, 1977). Juntando sua militância política com a “descoberta” da fotografia, ela, por exemplo, fotografou as manifestações operárias, bem como as manifestações dos estudantes hitleristas, do 1º de maio de 1932, em Frankfurt (ver FREUND, 1993, p.23-35).

E como ela mesma afirma:

[...] Eu era uma entusiasmada fotógrafa amadora. Elias sabia disso, e quando eu me perguntei sobre o quê eu deveria escrever a minha tese, ele me sugeriu um objeto, o desenvolvimento social da fotografia no século XIX. Ele me deu instruções sobre como iniciá-la, e eu devo muito a ele, porque depois de todo esse trabalho, quando a terminei, ela foi a razão para a minha carreira mais tarde” (FREUND, 1977, p.13).

³ A Leica é certamente a mais famosa máquina fotográfica de todos os tempos. Quando do seu surgimento, as máquinas usadas ainda eram muito pesadas e impediam a mobilidade dos fotógrafos. Seu tamanho e leveza significaram mais liberdade e mobilidade para os primeiros repórteres fotógrafos. Não é mera coincidência que os primeiros grandes fotógrafos do século XX – Henri Cartier-Bresson e Robert Capa à frente – se notabilizaram pelo seu uso.

Em Paris, enquanto pesquisava para a sua tese de doutorado, ela fazia pequenos trabalhos fotográficos para sobreviver. Gradativamente, ela começou a "tirar retratos" de vizinhos, de conhecidos e de anônimos. Isso a levou a certo reconhecimento no campo do fotojornalismo, tendo feito um trabalho para a famosa *Life*, em 1936, sobre os efeitos da depressão econômica decorrente de 1929 sobre o norte da Inglaterra (Figura 5), mais especificamente sobre Newcastle-on-Tyne (ver FREUND, 1993, p.46-57).

Em 1936, Gisèle Freund defende sua tese de doutorado – considerada como a primeira tese do mundo sobre sociologia da fotografia⁴ – intitulada *La Photographie en France au XIX^e Siècle*. A tese foi publicada como livro, conforme exigência da época, pela "Maison des Amis des Livres", de Adrienne Monnier, em 1936⁵ (Figura 6). Eis o nascimento do livro objeto de análise deste artigo em sua versão francesa⁶.

Foi também através de Adrienne Monnier, amiga dos principais intelectuais europeus e americanos de então, que Freund veio a se transformar numa das mais famosas retratistas do século XX.

Muitos intelectuais na primeira metade do século XX, a exemplo de Charles Baudelaire (1995, p.799-803) no século XIX, ainda viam com desconfiança não somente a fotografia, mas principalmente os retratos. Porém, a perícia, a técnica e a sensibilidade de Gisèle Freund – além da amizade com Monnier (ver figuras 9 e 10) – foram decisivas

⁴ Antes do livro de Freund, cabe destacar a publicação, em 1931, do interessante ensaio de Walter Benjamin sobre a fotografia (1985).

⁵ É importante anotar que o livro recebeu uma resenha de Walter Benjamin (2003, p. 120-122). Para ele, apesar do livro ser um bom estudo, Freund, em algumas passagens, "pecou" por uma espécie de materialismo dialético "pesado" à Plekhanov.

⁶ O livro foi re-editado por Christian Bourgois Éditeur, em 2011. Vale ressaltar que Monnier, apesar de ser uma pequena editora, era quem havia publicado T.S. Eliot (tradução da própria Monnier e de sua amiga íntima Sylvia Beach) e o "difícil" *Ulisses*, de James Joyce, na França, em 1929 (Cf. Freund, 2008, p.71. Ver Figuras 8 e 9, adiante). Aliás, Monnier (1946, p.430) afirma que também foi a/o primeira/o leitor/a francês/a deste livro. Outro ponto dos nós da rede que liga objetos, pessoas e lugares, mesmo através do tempo, é que, em 2011, depois de visitar e conversar, em seu escritório, com um famoso sociólogo francês, ao sair à rua, mais calmo depois da ansiedade do encontro com tal famoso personagem, deparei-me, cara-a-cara, com a Shakespeare & Co.

para que muitos aquiescessem, a exemplo de James Joyce e Bernard Shaw, entre muitos outros, no sentido de serem por ela retratados (Cf. FREUND, 1993; DORFMAN, 1986, P.15-16).

O contato com o mundo intelectual europeu – o francês mais intimamente –, através da livraria de Monnier, permitiu a amizade de Freund com Victoria Ocampo (Figura 12), riquíssima argentina, que morava em Paris e vivia uma vida mistura de *bon vivant* e escritora (FREUND, 1985, p. 182).

Quando a Segunda Guerra "estourou", Victoria Ocampo voltou para a Argentina e convidou Freund para segui-la até Buenos Aires. Embora não tenha podido ir de pronto, Gisèle Freund aceitou o convite, pois um dos pontos do tratado do "armistício" entre a França e a Alemanha nazista, logo após a invasão da primeira pela segunda, previa a deportação de todos os refugiados alemães. No caso de Freund, seria, provavelmente, um destino fatal, haja vista, como já me referi acima, ser judia e esquerdista (FREUND, 2008, p. 129-130).

Após algum tempo vivendo em Lot, no sul da França, distante das operações alemãs, à espera do visto, Freund parte, em 1942, para a Argentina, onde permanece por um longo período enquanto a guerra se desenrolava em solo europeu. No país platino, ela viajou e fotografou intensamente, tendo ido até a então selvagem Terra do Fogo (Figura 11), extremo sul do continente americano (FREUND, 1993, p.139-152 e 2008, p.202-203).

Gisèle Freund permaneceria um longo tempo – até 1952 – na América Latina, tendo visitado muitos países. No México, por exemplo, ela morou dois anos e se tornou amiga de Diego Rivera e Frida Kahlo (Freund, 1993, p.190-192). Visitou também o Brasil e o Chile. Segue-se, então, uma brilhante carreira como fotógrafa, que a faria viajar por diversos países, fazendo fotorreportagens, mas principalmente dedicando-se àquilo que a tornou realmente famosa: os retratos⁷.

⁷ Para uma retrospectiva dos retratos da elite intelectual – incluindo além de escritores, também pintores – europeia do século XX retratados por Gisèle Freund, ver Freund, 1993, p.59-181.

Antes de terminar esta seção, faz-se necessário ressaltar um último ponto. Embora não disponha de informações concretas, é lógico e legítimo supor que a publicação de *La Photographie en France au XIX^e Siècle* na Argentina, com um título ligeiramente modificado – há o acréscimo do termo ‘classes médias’ –, deve-se, obviamente, à amizade de Freund com Victoria Ocampo, que, segundo Sonseca (2003, p.12), pagou-lhe a passagem para Buenos Aires, bem como financiou suas viagens iniciais pela América do Sul. Além de ser membro de uma das famílias mais ricas da Argentina de então, como referido acima, Ocampo era escritora e havia fundado a importante revista *Sur*, tendo sido descrita por Jorge Luis Borges como a “quintessência da mulher argentina”⁸. Os dois pontos conjugados, certamente, a punham em contato com as casas editoras da capital platina⁹, pois, como afirma a própria Freund (1985, p.182, “Graças a Victoria, todas as portas me foram abertas”.

Julgo que assim nasceu, pela segunda vez, o livro de Gisèle Freund e, por consequência, o meu volume. E aqui cabe realçar que se “fecha” o primeiro grande nó da imensa rede que interliga pessoas, objetos e ambiente: Freund, da Alemanha pré-hitlerista, passando por Paris, via o sul da França, até Buenos Aires. No meio, uma tese na Sorbonne, tornada livro com a ajuda de outras pessoas, que vai ser metamorfoseado para outra língua e estrutura gráfica.

Uma vida, duas vidas: em direção às estantes de livros raros

No bojo de uma pesquisa sobre fotografia, financiada pelo CNPq, em associação com meus colegas Paulo Marcondes e Rosane Alencar, me deparei com a obra de Gisèle Freund. Logo adquiri *La Fotografía Como Documento Social* (2011). Em uma busca em sebos virtuais, me

⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Victoria_Ocampo. Acesso: 16/12/2012.

⁹ “Durante a Segunda Guerra Mundial, ela apoiou e editou da Argentina, em colaboração com sua amiga e tradutora Pelegrina Pastorino, a revista antinazista ‘Lettres Francaises’ dirigida por Roger Caillois e, em 1946, ela foi a única argentina a comparecer aos Julgamentos de Nuremberg”. http://en.wikipedia.org/wiki/Victoria_Ocampo. Traduzi. Acesso: 16/12/2012. Ver também Freund, 2005, p. 182 e 2008, p.137.

deparei, também, com uma cópia de *La Fotografía y las Clases Medias en Francia Durante el Siglo XIX*. Como era de Freund e dizia respeito ao meu objeto de estudo/pesquisa, adquiri-o sem hesitação, rapidamente, haja vista que ele era o único exemplar oferecido para venda em toda a rede eletrônica, considerando, obviamente, as que conheço e pesquiso com frequência: MercadoLivre, Livronauta e Estante Virtual.

Ao receber o pacote dos correios, o abri de forma despreocupada como sempre faço quando me chegam os livros que compro via internet. Mas, eis o que escrevi no meu *Facebook*, no dia 11 de novembro de 2012, sobre o meu exemplar, indicando que o recebera no dia 9 do mesmo mês:

“Sexta-feira, recebi um livro que me causou uma enorme boa surpresa. Comprei *La Fotografía y Clases Medias en Francia Durante el Siglo XIX*, de Gisèle Freund. Além de ser raro, vi que é uma edição de 1946, impressa na Argentina. Veio de Salvador, mas tem uma assinatura datada de 1949 (acho eu), em Recife. Vou folheando, extasiado, meu novo tesouro. Apesar de não gostar de livros rabiscados, este é diferente. Os grifos, à caneta, daquelas antigas, não foram feitos com régua, mas são extremamente precisos, sem que impeçam a leitura. E os grifos são em trechos importantes. Fico pensando na história deste livro, que caminhos percorreu até chegar a mim, em que prateleiras ficou esquecido, quem o leu (a assinatura é ilegível; será um médico? rsrsrsrs), quando o leu, porque o leu, porque grifou o que grifou... Histórias de livros velhos (e raros) me fascinam”.

Ou seja, percebi logo que se tratava de um exemplar que defini como raro. Fui tomado por um sentimento de colecionador e de detetive: “saí” em busca de informações sobre a obra em geral e sobre esta edição em particular.

Primeiro, descobri, através do MercadoLivre, que cobre a maioria dos países das três Américas (como MercadoLibre nos países de língua espanhola e como Ebay.com, nos Estados Unidos e Canadá),

que, no momento da minha busca (em 02/12/2012), havia somente um exemplar à venda.

Uma busca no sítio eletrônico de compras de livros usados www.abebooks.com também mostrou o quanto é difícil encontrar um exemplar deste livro. Na www.alibris.com, por outro lado, só encontrei a versão de 2011, a US\$ 51.00. Considerando a imensa quantidade de livreiros de muitos países do mundo que vendem livros usados neste sítio eletrônico, havia somente oito exemplares à venda, sendo quatro da primeira edição francesa e quatro da edição argentina, no dia da minha busca. Da edição francesa, dois estavam sendo vendidos na França, um na Argentina e outro nos EUA. Já da edição argentina, dois estavam à venda em Buenos Aires e dois na Espanha.

Quadro 1. Exemplares à Venda na www.abebooks.com (pesquisa em 20/12/2012)

Edição	Lugar	Preço (US\$)	Observação
Adrienne Monnier, 1936	Buenos Aires Libros (Buenos Aires)	1.000.00 + 16.00	Paperback. Book Condition: Fair. 8vo. B&w plates. Front cover, spine and first page are worn and soiled. Text in french. — FOTOGRAFIA —. Bookseller Inventory # 037351
Adrienne Monnier, 1936	Librairie Alain Brieux (Paris, França)	816.55 + 11.89	La maison des Amis des Livres: Adrienne Monnier, Paris. Couverture rigide. Book Condition: Satisfaisant., (6) 154 p. et 24 planches., Broché. Couverture rigide moderne., Première édition. Cet ouvrage est la première publication de la thèse de doctorat en sociologie de la photographie de Gisèle Freund, qu'elle a soutenue à la Sorbonne dans les années trente. C'est avec l'aide d'Adrienne Monnier, directrice de la librairie et maison d'édition « La Maison des Amis des Livres » située rue de l'Odéon, que Gisèle Freund traduit et publie sa thèse en français. Connue pour ses reportages et ses portraits d'écrivains célèbres (James Joyce, Adrienne Monnier, Colette, André Malraux, André Gide, Cocteau, Virginia Woolf.), Gisèle Freund incarne l'une des grandes figures féminines de la photographie du XXe siècle. Divisée en six chapitres, cette étude sociologique aborde successivement: les précurseurs de la photographie, la photographie sous la Monarchie de Juillet, les premiers photographes (digression sur la Bohème), la photographie sous le Second Empire, le mouvement et l'attitude des artistes de l'époque à l'égard de la photographie, et la photographie devant les tribunaux. Nombreuses illustrations. Quelques mouillures sur la page de titre. Exemplaire en bon état. Bookseller Inventory # 57019.

Continuação

Edição	Lugar	Preço (US\$)	Observação
Adrienne Monnier, 1936	Vauban Collections (Lille, França)	680.46 + 13.21	Demi-percaline rouge à coins, 154 pages avec 24 photographies hors-texte, bibliographie, ouvrages à consulter. Thèse pour le doctorat d'université. Bon état. (Peu courant). (az) Paris, La Maison des amis des livres, A Monnier, 1936. In-8°. Bookseller Inventory # 14097.
Adrienne Monnier, 1936	Andrew Cahan Bookseller, Ltd., ABAA (Akron, OH, EUA)	500.00 + 13.00	La Maison Des Amis Des Livres, Paris, 1936. Freund, Gisèle (illustrator). First ed. 8vo., 154 pp., 18 leaves of b&w illustrations. Illustrated stiff wrappers. The wrappers have several minor creases at the tips, are worn along the spine with the top 3/4 inch of the spine cover lacking and bumped; moderately soiled. The text block remains partially unopened. Private library stamps on the half-title page. Despite the flaws, a good copy. Gisèle Freund, a Berliner by birth, emigrated to Paris in 1933. She enrolled at the Sorbonne in sociology, and completed her doctorate with the publication of this book, her first. Scarce. Bookseller Inventory # 50708.
Losada, 1946	Factoria Ediciones (Barcelona, Espanha)	117.04 + 19.16	Editorial Losada S.A., Buenos Aires, Argentina., 1946. PRIMERA EDICIÓN en castellano. 20 x 13.3 cm. 157 págs. 24 fotografías fuera de texto. Rústica, con las cubiertas. Bueno Castellano- Traducido del francés. Bookseller Inventory # LIB03131.
Losada, 1946	Mercedes Almada (San Isidro, BA, Argentina)	100.00 + 24.00	Editorial Losada, Buenos Aires, 1946. Rústica con sobrecubierta. Book Condition: Buen Estado. Good Condition. Dust Jacket Condition: Buen Estado. Good Condition. 157pp. Ensayo de sociología y estética con 24 fotografías fuera de texto. Bookseller Inventory # 509494
Losada, 1946	Fábula Libros (Librería Jiménez-Bravo) (Madrid, Espanha)	81.66 + 31.71	Buenos Aires, edit. Losada, 1946, 8°, 157 págs.+ 24 láminas. Bookseller Inventory # 14383.
Losada, 1946	Valentin Peremiansky (Buenos Aires, Argentina)	46.00 + 20.00	Editorial Losada, Buenos Aires, 1946. Book Condition: Buen estado. Ensayo de Sociología y de Estética, con 24 fotografías fuera de texto. Encuadernación en rústica de editorial. Algunos desgastes en el lomo. 157 págs. Bookseller Inventory # freund

Os preços variavam de US\$46.00 até US\$1,000.00 (sem considerar os custos de envio), sendo a edição francesa a mais valorizada do mercado. Ou seja, o meu exemplar, a cerca de US\$ 42.00, custou abaixo da cotação do mercado internacional.

Em outras palavras, a primeira edição francesa não é artigo para professor de sociologia, colecionador de edições antigas, embora seja

mais barata do que a fotografia original de Romain Rolland, assinada e datada de 1940 por Gisèle Freund, a US\$ 1,356.00.

As informações são as comuns a esse tipo de venda: estado geral e descrição das características físicas do livro. Mas há também informações gerais acerca de Gisèle Freund e da origem do livro, como tese na Sorbonne, além, obviamente, do fato de ela ter sido uma grande retratista, como enfatizado acima.

Em terceiro lugar, descobri que, fora do mercado de livros, a edição argentina também parece ser rara, já que, como mostra o quadro 4 abaixo, o acesso a ela, por parte dos leitores, na Biblioteca Nacional de Maestros, na Argentina, é restrito. Há de se solicitá-la com dois dias de antecedência e a consulta deve ser no próprio recinto da Biblioteca.

Quadro 2. Disponibilidade para empréstimo de um exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias* na Biblioteca Nacional de Maestros, da Argentina¹⁰

Autor/es	Freund, Gisèle
Título	La fotografía y las clases medias : en Francia durante el siglo XIX: ensayo de sociología y de estética
Publicación	Buenos Aires: Editorial Losada, 1946
Descripción física	157 p.
Colección	Biblioteca sociológica
UBICACIÓN	<p>▶ CAJA 0064</p> <p>(se consulta en Sala Americana de lunes a viernes de 9 a 16.30 hs. Este material se entrega a las 48 hs. de ser solicitado. No disponible para préstamo a domicilio)</p>

Em resumo, o livro de Freund seguiu dois caminhos paralelos, mas parecidos. As primeiras edições, tanto a francesa, quanto a argentina, trilharam um caminho em direção ao estado de “Livro Raro”. Os exemplares que restam ou são oferecidos a altos preços no mercado de livros usados ou, em bibliotecas públicas, têm o acesso restrito quando solicitados pelos leitores.

¹⁰ <http://www.bnm.me.gov.ar/cgi-bin/wxis.exe/opac/?IsisScript=opac/opac.xis&dbn=BINAM&src=link&tb=col&query=BIBLIOTECA%20SOCIOLOGICA&cantidad=10&formato=&sala=1>. Acesso 09/12/ 2012.

Mas há mais. Meu exemplar de *Photographie et société* (Freund, 1974) lista, à página 4, as suas obras. Entre elas está *La Photographie en France* (A. Monnier, 1936 e Bourgois/IMEC 2011), que aparece como um livro diferente daquele. No entanto, uma comparação entre o sumário de um com o do outro revela o seguinte: aquele é simplesmente uma versão aumentada desse. Com efeito, Freund acrescentou àquele sete capítulos e o publicou sob novo título. Em outras palavras, o livro que se conhece pelo título acima em francês, como *Fotografia e sociedade*, em português, *Photography and society*, em inglês, *La fotografia como documento social*, em espanhol, como *Photographie und Gesellschaft*, em alemão, e como *Fotografia e società*, em italiano, é uma versão ampliada da tese de doutoramento de Freund (Cf. Leroy, 1999, p.32).

Para resumir, o original *La photographie en France* não somente ganhou uma tradução espanhola na Argentina, mas ganhou outra roupagem, outra máscara, cresceu e se tornou também *Photographie et société*, que, por sua vez, se desdobrou em versões várias nas principais línguas ocidentais.

Os itinerários do meu *La Fotografía y las Clases Medias en Francia Durante el Siglo XIX*: as viagens e as marcas

Itinerários. Em 1994, foi organizada, em Bogotá, Colômbia, a mostra de 50 fotografias de Gisèle Freund com este título. Elas foram escolhidas de um total de 200, que compunham uma mostra maior, de mesmo título, no Centro Georges Pompidou (Paris). Porém, estas 50 fotografias são suficientes para dar a conhecer ao leitor os itinerários de nossa fotógrafa. São fotos de lugares e pessoas em vários países da América Latina e em Paris. O livro *Itinéraires* (Freund, 1985), lançado alguns anos antes, mostra mais coisas, lugares e pessoas que formam uma rede de associações e nós complexos.

Alemanha→ França→ Inglaterra→ França→ Argentina→ Chile→
Argentina→ [...]→ México→ França→ EUA→ [...]→ França

Este é um resumo, grosso modo, de Gisèle Freund, a andarilha, exercendo suas atividades, seja como fugitiva política e estudante de sociologia, no início, seja como fotógrafa, depois de seu doutoramento. Saber, em geral, das viagens da nossa fotógrafa é relativamente fácil, tendo em vista sua autobiografia (Freund, 2008), o catálogo da mostra referida acima (Freund, 1994) e seu *Itinéraires* (Freund, 1985).

No entanto, com relação ao meu exemplar, o único trajeto seguro é o seguinte¹¹:

Buenos Aires → Recife → Salvador → Recife

Mas esses são os pontos sobre os quais eu tenho certeza. Eu não posso afirmar, com segurança, que essas foram as únicas cidades que ele percorreu. Não posso dizer como ele transitou (avião, navio, carro, ônibus etc) nem quando nem em que malas ou bolsas ou valises ele viajou. Porém, mesmo com estas lacunas, é possível falar sociologicamente de uma vida do meu exemplar, no sentido atribuído por Appadurai (2006, p.15):

“Eu tenho me engajado continuamente com a ideia de que pessoas e coisas não são categorias radicalmente distintas, e que as trajetórias que cercam as coisas são investidas com as propriedades das relações sociais. Assim, o presente de hoje é a mercadoria de amanhã. A mercadoria de ontem é um objeto de arte descoberto amanhã. O objeto de arte de hoje é a velharia de amanhã. E a velharia de ontem é a relíquia de família de amanhã”.

Assim, vou proceder a um exercício metodológico, altamente especulativo, uma espécie de tipo ideal – como Howard Becker (2009, p.164-166), evocando implicitamente Max Weber, chama este proces-

¹¹ Uma interessante análise sobre circulação de objetos (pinturas e apetrechos), fora do mercado, a partir da teoria da dádiva de Marcel Mauss, pode ser encontrada em Mason (2001).

so¹² –, que pode iluminar os caminhos percorridos por um objeto, incluindo o meu *La Fotografía y las Clases Medias*.

Antes de tudo, podemos pensar que um objeto produzido em Buenos Aires, em 1946, tinha menos meios de transporte disponíveis para chegar ao Brasil, em geral, e ao muito distante Recife, em particular. O meio de transporte mais comum era o navio. Então, vamos supor que o objeto de que aqui me ocupo tenha vindo de navio de Buenos Aires até o Recife. Veio direto? Certamente não! Fez parada, como costumava ser, em outros portos brasileiros, mas seguramente permaneceu a bordo.

Veio enviado ou foi trazido? Não é mero jogo de palavras. Diz respeito a práticas sociais daquele período. Importado por uma livraria em Recife ou trazido pelo seu comprador original que havia ido, a negócios ou em férias, a Buenos Aires. Ou, pode-se ainda supor, no rol das possibilidades de práticas sociais, que meu *La Fotografía y las Clases Medias* tenha sido adquirido na então capital da república brasileira – Rio de Janeiro – e depois trazido para o Recife.

Sem maiores informações além daquelas já apresentadas, poderia encher páginas e páginas de mera especulação. Mas basta por aqui. Qualquer que tenha sido a sua trajetória real, minha especulação "realista" aponta para a ideia de vida de um objeto. Isso fica claro por uma série de pontos no cenário acima "pintado". A vida está organizada em torno de nós que unem pessoas e, no caso, objetos com pessoas. Como aponta Stallybrass (2008) em relação ao casaco de Marx, embora o meu exemplar tenha nascido como uma mercadoria, e assim tenha circulado, ele também assume outras feições ao ser anotado, grifado, lido e estudado. Mais ainda, ele se enreda e é enredado em uma série de práticas humanas: é colocado em uma caixa, é enviado para uma livraria, é exposto, é adquirido, é manuseado, lido, guardado, lido novamente, guardado, vendido, comprado, anuncia-

¹² Becker, aliás, faz o mesmo procedimento. Às páginas 199-200, insatisfeito por não ter encontrado a foto que procurava para demonstrar seu ponto de vista, junta as várias que viu em uma imagem mental que sintetiza todas elas.

do em um sítio de vendas virtuais de livros, comprado, embalado, enviado pelos correios, acariciado, apalpado, guardado cuidadosamente numa estante, objeto de um artigo que se quer sociológico, científico, embora marcado pelo afeto, como se fosse uma carta de amor... Todas essas ações revelam a natureza passiva do objeto. Porém, há de se atentar para outras características por ele desenvolvidas – ou por seus assemelhados –, que o mostram também como um agente ativo. Ele acumula poeira, marcas do tempo, marcas do sol, das intempéries, bactérias, ácaros¹³, ele carrega marcações e escritos de outrora, sofridos sem dúvida, mas marcas que ele carrega e que nenhum outro exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias* tem. Marcas indeléveis, como tatuagens, que lhe conferem uma identidade única. São estas marcas (anotações, grifos, símbolos etc.) – que, a meu ver, podem ser nomeadas como um processo de mutação, no sentido de Chartier (2010, p.11) – que têm me influenciado, que têm chamado a minha atenção, que têm, de certa forma, guiado a minha leitura. Enfim, na concepção de Pickering (1993 e 1995), em sua gramática performática, é o caso da agência não-humana, ou mais precisamente na sua linguagem, a agência material (o livro) conformando e influenciando a ação da agência humana (eu) quando me relaciono com ele (ele obviamente é objeto de minha ação, completando a ideia de *mangle* [isto é, a ideia de enredamento mútuo], como Pickering concebe teoricamente esta relação). Nesse sentido, seus itinerários – que só podemos intuir – e suas marcas apontam para uma vida mais intensa do que a de simples mercadoria, como concebida por Marx, pois eles mostram seu papel ativo na mediação de sociabilidades entre atores humanos através do tempo e do espaço (HARMAN, 2005, LATOUR, 2006).

No importante capítulo “A Mercadoria”, de *O Capital*, Karl Marx afirma o seguinte:

¹³ Agradeço a Paulo Marcondes Soares pela lembrança desses agentes ‘latourianos’.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que elas refletem aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos mesmos do trabalho, como propriedades naturais sociais destas coisas e, daí, reflete também as relações sociais dos produtores com o trabalho conjunto como uma relação existente fora deles, entre objetos [...] É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assume aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas” (MARX, 2006, p.69).

Dessa citação é possível inferir, a meu ver, uma formulação analítica poderosa: os objetos, como mercadoria, não são meras coisas; eles são portadores do trabalho humano. Mais: eles não são mera significação das relações entre produtores e consumidores. Eles são portadores das relações de produção em uma dada sociedade. Em outras palavras, a formulação de Marx é analiticamente poderosa por conceber os objetos como algo que liga seres humanos. Assim, os consumidores e produtores estão ligados pelo objeto-mercadoria, que carrega o trabalho concreto dos segundos a ser consumido pelos primeiros.

Porém, mesmo considerando a engenhosidade da concepção marxista, é preciso ressaltar a sua incompletude. Marx se move somente no reino da economia, do consumo, do trabalho, enfim, da produção no sistema capitalista. Mas, na concepção que aqui advogo, um objeto é mais do que uma mercadoria. O objeto tem uma vida que não se resume ao mercado. Para dar mais clareza às minhas palavras, afirmo, seguindo Stallybrass (2008), que um objeto carrega mais do que trabalho: ele é portador de lembranças, por exemplo. As marcas, os símbolos, as anotações são memórias. No futuro, posso voltar a elas. A própria indicação de data/local que sempre ponho no livro indicando o dia/mês/ano e a cidade de sua compra me dirá, quando os tiver esquecido, onde e quando ele me chegou às mãos.

Isaac Babel não foi, felizmente, cientista social. Assim, fora dos limites a que alude Robert Nisbet acerca da lógica da demonstração, pode escrever, em um dos seus brilhantes contos, o seguinte:

A noite pôs diante da minha juventude faminta uma garrafa de moscatel de mil oitocentos oitenta e três e *vinte e nove livros, vinte e nove petardos recheados de piedade, espírito e paixão...* Eu dei um salto, derrubei a mesa, esbarrei na estante. Os vinte e nove volumes desabaram sobre o tapete; suas páginas se espalharam, eles ficaram virados... *e o pangaré branco do meu destino foi a passo* (BABEL, 2011, p.515. Grifei).

Há algo mais a ser explorado na incompletude da formulação de Karl Marx. Segundo eu entendo a contribuição desse nosso autor, ao trocarmos uma mercadoria por outra (sendo uma delas, no sistema capitalista – o que é diferente no sistema de escambo – representada na transação pelo dinheiro), aos economistas ingleses que o (Marx) precederam parecia que a realidade se encerrava na troca de um objeto por outro, na relação direta entre dois objetos. A beleza da análise marxista está em mostrar que, na verdade, os objetos trocados estão mediando relações entre pessoas concretas, pois eles são portadores das relações de produção capitalista. Até aqui estamos de acordo, até aqui eu sou marxista!

Voltemos um pouco mais. Na organização clássica e contemporânea do trabalho, quer falemos de fordismo, toyotismo ou de quaisquer “ismos” que o valham, cada etapa acrescenta trabalho humano cristalizado ao objeto. Não é à toa que a uma fábrica de automóveis chamamos de montadora. Afinal, ela é um centro de montagem (*assemblage*) de peças e partes produzidas em várias unidades autônomas, embora interdependentes. O automóvel, produto final, contém e resume o trabalho de milhares de operários nas outras unidades de produção que canalizam seus produtos para a unidade de montagem final. Não há o que retocar na análise marxista, penso eu; contínuo marxista até aqui.

Essa é a produção clássica, a indústria, que tanto fascinava Marx. Um livro é um produto industrial resultado de um processo similar ao analisado por Marx. Há várias unidades de produção: aceitação da publicação, revisão, impressão – que pode ser em uma empresa

diferente da casa editora –, revisão de provas, capa, diagramação, embalagem, distribuição. Daí o livro, ao chegar às minhas mãos, pela compra, estar intermediando uma relação entre um consumidor (eu) e um produtor (o operário gráfico). Mas pensemos no seguinte (e aqui eu gostaria de me permitir voltar ao meu *La Fotografía y las Clases Medias*): ele, antes de chegar a mim, foi comprado por alguém que o encheu de marcas (grifos, símbolos, anotações), fruto de trabalho intelectual metamorfoseado em trabalho manual (usar a mão para imprimi-las), aquela “mão do leitor, que inscreve na página notas e indicações marginais”, como escreveu Chartier (1994, p.186).

Minha questão é: tal como na produção do automóvel e mesmo do livro, essas marcas se traduzem em acréscimo de trabalho, que se refletirá em valor de troca? Eu penso que não. As marcas são a tradução manual de um pensar intelectual, mas no mercado livreiro elas não acrescentam ao valor de troca do livro¹⁴.

Aqui, eu gostaria de transcrever as palavras de Susan Yee, uma arquiteta do *Massachusetts Institute of Technology*. Um dia, quando fazia pesquisas em *La Fondation Le Corbusier*, em Paris, ela pediu para ver um desenho completo de um projeto dele, que não foi executado. Eis a reação dela:

Eu esperei em silêncio enquanto a curadora abria o rolo. Ele era tão grande que ultrapassou as beiradas da mesa. Eu tive de andar em torno do desenho para poder vê-lo. Esperava que me dessem luvas, o que não aconteceu. Eu me senti embaraçada. Fiquei lá mais do que em estado de timidez, quase paralisada. Eu não sabia se podia tocá-lo ou não. E então a curadora o tocou, de forma que fui em frente e o toquei também com minhas

¹⁴ Vale lembrar que uma marca específica – uma assinatura – pode aumentar o valor de troca de um livro, mas não como resultado do trabalho humano incorporado, e sim pela raridade em que se transforma o produto (acho que poderíamos nomear este processo de “fetichização”. Cf. Stallybrass, 2008, p.20). Essa é uma diferença básica entre meus *La Fotografía y las Clases Medias* e *Photographien*, ambos escritos por Gisèle Freund. O primeiro é escasso por sua idade; o segundo, pela assinatura da autora.

mãos nuas. Tudo que eu pude pensar foi que aquele era o desenho original de Le Corbusier. Ele era meticulosamente desenhado à mão, mas o desenho estava sujo. Havia marcas nele, manchas, marcas de dedos, as marcas de outras mãos, e então eu adicionei as minhas. Eu me senti próxima a Le Corbusier enquanto andava em volta do desenho, olhando as partes que eu queria reproduzir para levar para casa comigo, tocando o desenho enquanto caminhava” (YEE, 2007, p.32-33. Traduzi).

Meu sentimento em relação ao meu exemplar é o mesmo que Yee expressa nessa linda passagem. E isso me leva a formular o seguinte argumento: esse meu exemplar me liga não somente aos operários gráficos que o produziram na Argentina de 1946, mas também aos proprietários (leitores) que me precederam e que, com as marcas que imprimiram ao exemplar que agora me pertence, me legam uma leitura e um olhar particulares, que estão fora do circuito do mercado a que se resume a análise de Marx. Meu exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias*, como portador destas marcas, guia (gramática performática) minha atenção para os grifos, símbolos e marcas performados por outros que me precederam. Minha performance, como leitor e pesquisador, está indelevelmente limitada pela performance de outros atores sociais: os leitores anteriores e o exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias* (Cf. CHARTIER, 2010, p.8). E aqui, mais uma vez, vale ressaltar mais um grande nó da rede sociocultural que me une a Gisèle Freund e a seu livro: minha relação com os leitores precedentes do meu exemplar, que é o intermediário de todas estas sociabilidades.

Eu vesti a jaqueta de Allon [o amigo morto de quem ele a herdou]. Não importa quão gasta estivesse, ela sobreviveu àquelas que a vestiram e, espero, sobreviverá a mim. Ao pensar nas roupas como modas passageiras, nós expressamos apenas uma meia-verdade. Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam através de roupas de lojas usadas, de brechós e de bazares de caridade. Ou são passadas de

pai para filho, de irmã para irmã, de irmão para irmão, de amante para amante, de amigo para amigo (STALLYBRASS, 2008, p.14).

É possível replicar a mesma coisa para os livros: eles circulam das gráficas para as livrarias ou para bibliotecas, de onde são emprestados e reemprestados até que um dia possam ser tirados de acervo e vão circular nos sebos da vida. Ou da livraria para um comprador que o empresta, que o revende, que o guarda, que o dá de presente. Por exemplo, parte da nossa biblioteca (minha e de Roberta) de prosa e poesia, em inglês, foi justamente adquirida em bazares de caridade na Camden High Street, Londres, entre 2009 e 2010.

Estas características – das roupas, dos livros e de outros objetos – são, portanto, resultado de seu engajamento com os atores humanos. No sentido de Andrew Pickering (1993 e 1995), meu livro, uma agência material, em intensa interação com atores humanos, fez e faz parte de uma rede de associações que compõem e formam a riqueza da vida.

Tendo ultrapassado Marx, é preciso dizer que minha posição teórica me leva a superar também a visão de Stallybrass (2008), sem deixar de incorporá-la. Meu argumento é que os objetos – meu *La Fotografía y las Clases Medias*, como exemplo concreto – não são meros portadores passivos de lembranças. Além de mediar sociabilidades, eles influenciam a minha performance. A lembrança não é um simples fenômeno mental. Ela mexe com os meus sentidos e com o meu corpo. Ou seja, ao emanarem lembranças, esse meu objeto – obviamente, o ponto se estende a outros objetos – pauta meu comportamento.

Para sustentar o meu argumento, recorro às anotações dos leitores do meu exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias* que me precederam. Não é preciso proceder a uma hermenêutica dos grifos, anotações, símbolos, lembretes, enfim, da leitura dos outros. Basta um exemplo.

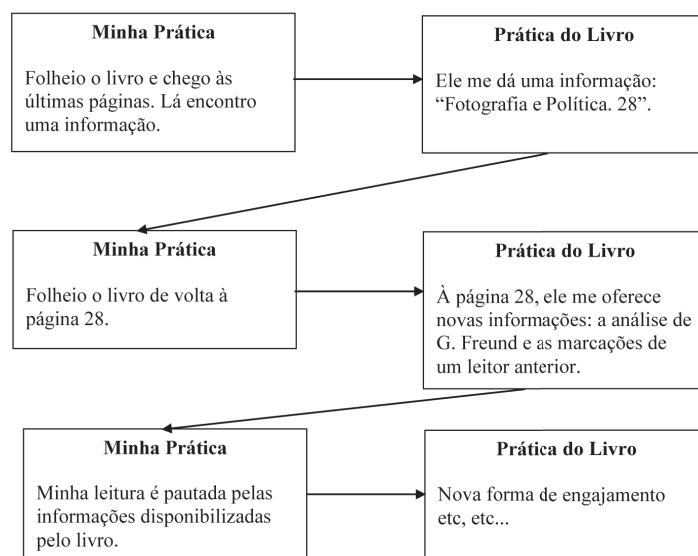
Eu dei o primeiro passo. Como sempre faço quando recebo um livro pelos correios ou os adquiro em uma das livrarias da cidade, abri o meu exemplar de *La Fotografía y las Clases Medias* e comecei a folheá-lo. Em um primeiro momento, fiquei algo chateado por causa da quantidade de grifos, anotações, símbolos etc, que encontrei nele.

Estava, na minha primeira avaliação, muito "sujo". À medida que fui me concentrando nas anotações, fui também me tornando cativo das passagens de outro leitor; a leitura de outrem estava me prendendo. Como argumentado, de forma convincente, por Pickering (1993 e 1995), a agência de cada um de nós, humana e material, emerge neste engajamento mútuo, bem distante, portanto, do viés economicista de Marx.

Ou seja, não há como ler o meu livro sem que a leitura precedente de outro, que não conheci, não esteja presente. Não significa concordar com a leitura de outrem. Significa, apenas, que a leitura passada vai estar presente no meu modo de apreender o livro.

Como dito acima, o livro tem uma assinatura ilegível e uma data: "Recife, 1953(?)". Esta data difere daquela anunciada acima quando abri pela primeira vez o meu livro, pois foi em uma inspeção posterior que acho que consegui decifrá-la corretamente. Outra inspeção também me leva à conclusão de que há marcas de um segundo leitor. A tinta de caneta é diferente, como também o é a caligrafia da leitura anterior mais presente, isto é, daquele leitor que deixou inúmeros grifos e anotações.

Figura 1. Como concebo meu relacionamento com meu livro, de acordo com o esquema interpretativo de Andrew Pickering



Sherry Turkle escreveu o seguinte:

Cada objeto que eu encontrava no *closet* – cada chaveiro, cartão postal, brincos sem par, livros-textos com suas marginalias, alguns de minha mãe, outros de minha tia – assinalavam um novo entendimento de quem elas eram e no quê elas poderiam estar interessadas; cada fotografia de minha mãe em um encontro ou em uma dança tornou-se uma pista para a minha possível identidade (TURKLE, 2007, p.3. Traduzi).

Encontro certa ressonância de Turkle no seguinte: olhei as últimas páginas do meu exemplar. Nos livros antigos, diferentemente da prática editorial da atualidade, havia páginas em branco para que o leitor pudesse fazer anotações. Ambos os leitores anteriores deixaram anotações de trechos e páginas que consideravam importantes. O primeiro anotou, entre outras coisas: “Fotografia e política. 28”. É uma anotação de um ator humano, mas carregado por um ator não-humano, diga-se de passagem (ver figura 13 acima). E eu, que estou interessado nessa relação entre fotografia e política por causa do meu projeto de pesquisa sobre Robert Capa, logo utilizei essa indicação, marca incorporada por esta agência material, em interação comigo, para checar a utilidade da informação deixada por outrem. Nos termos do meu argumento, para fechar esse ponto, eu me ligo a dois leitores anteriores (somos três atores humanos) pela associação articulada com um exemplar de um livro impresso (o ator não-humano) em 1946. Eles, os humanos, me legaram uma leitura, uma visão particular de como leram o livro. Ele, o não-humano, carrega estas marcas como parte integrante do seu ser. E são essas marcas – feitas não sei quando – que, finalmente, me levam, me conduzem, me limitam e me abrem para uma nova leitura a partir de 2012 (Cf. BONNOT, 2004).

Interdição com afeto

É senso comum afirmar que o sol é fonte de vida. Seres vivos, em geral, necessitam da luz do sol para nascerem e se desenvolverem. Porém, se há uma coisa fatal para um livro (e para fotografias e gravuras) é a luz do sol, mesmo indireta. Com efeito, se se deixa um livro exposto à influência maléfica do sol, logo veremos as marcas deixadas por sua luz: a capa perde suas cores brilhantes e tornam-se pálidas – vale ressaltar, num efeito inverso ao provocado nas plantas e seres humanos, – e suas páginas se tornam amareladas. Com mais tempo, principalmente em lugares de alta umidade e muito sol, podem ficar muito deformados, depois o papel resseca e torna-se quebradiço. O livro, nestas condições, é um objeto fragilíssimo. Sem esquecer, no espírito de Bruno Latour, as imposições desenvolvidas por traças e cupins, que promovem, se não se toma cuidado, a famosa crítica roedora de que falava Marx.

Antes de ir adiante nesta conclusão, gostaria de reestabelecer o meu argumento sociológico ao longo deste trabalho. Um livro é uma mercadoria, nos termos de Marx. Porém, ele é também um portador de memórias, na gramática ainda humanista de Stallybrass. Mas, na minha gramática pós-humanista, um livro como o meu exemplar é mais do que isso. O entendimento mais completo de sua performance passa pela análise de sua interação não somente comigo, mas com os outros leitores que me precederam, em uma verdadeira rede de associações entre atores humanos e não-humanos.

Gostaria de ressaltar mais alguns aspectos. Eu nasci em 25 de abril de 1960; meu *La Fotografía y las Clases Medias*, em 4 de outubro de 1946, segundo consta nas suas páginas iniciais: “Acabóse de imprimir el 4 de octubre de 1946” (Pode ter sido antes ou depois, dado que, aqui, o dia é formalidade. Quanto ao ano e, possivelmente, ao mês, não há dúvida). Ou seja, em 2012, quando nos encontramos, eu tinha 52 anos; ele, 66. Eu passei por várias “aventuras” desde meus anos iniciais lá em Arcoverde, acumulei muitos e muitos livros (e objetos vários); ele, por sua vez, deve ter passado por muitas aventuras, que

só é possível intuir. Tentei deixar claro nas páginas precedentes algumas possibilidades reais; agora, vou tentar rapidamente prever o seu, o nosso, futuro.

Jon Elster (1999) afirma que as ciências sociais têm pouco poder de previsibilidade. Elas têm, somente, um bom poder explicativo, retrospectivamente falando. Eu acredito em Elster. Mas como tenho, agora, certo controle sobre o destino do meu *La Fotografía y las Clases Medias* – daí a relação assimétrica de poder entre ele (agência material) e mim (agência humana), nos termos de Pickering (1993 e 1995) –, me arrisco a dizer algumas coisas sobre sua biografia vindoura, ecoando aqui, uma vez mais, Appadurai (2006, p.21) quando ele se refere à resistência, em certas sociedades – e eu acrescentaria em certos grupos sociais dentro de sociedades –, em tornar todas as coisas em mercadoria. Os objetos podem ser mercadorias, podem ser presentes, podem ser objetos de arte, objetos sagrados, itens de coleção. Ou, como o próprio Appadurai se expressa, eles podem ser uma imbricação, ao mesmo tempo, de várias dessas identidades, formando “uma certa materialidade caótica” (2006, p.21).

Dessa forma, primeiro, ele, nos próximos meses – passados e futuros –, tem sido e vai ser utilizado de várias formas, com intensidades variáveis. Uso muito intenso para a escrita deste artigo; um pouco menos intenso com relação ao meu projeto de pesquisa que se desenvolverá até 2015.

Segundo, à medida que diminuir o seu uso – a sua utilidade como mercadoria –, aumentará seu recolhimento a um lugar em uma estante especial ao lado das 1^{as} edições de *Slightly Out of Focus*, de Robert Capa, de *A Russian Journal*, de John Steinbeck e Robert Capa, de *Report on Israel*, de Irwin Shaw e Robert Capa, e de *Children*, autografado, de Sebastião Salgado, entre outros. Em certo sentido, eu afirmo, com Jeffrey Alexander (1990) (inspirados ambos no Émile Durkheim de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*), que gradualmente ele abandonará o reino do profano – o circuito do mercado – para se tornar “puro” objeto sagrado como um item encantado da minha coleção.

Terceiro, tendo se tornado um objeto sagrado cuja função será simplesmente a de portador de lembranças através de suas "tatuagens", sua identidade como mercadoria, que me liga aos operários gráficos da Argentina de 1946 e a uma Gisèle Freund dos tempos da República de Weimer, ficará mais como uma espécie de fantasma pairando no tempo, para utilizar a imagem literária de Marx na análise do fetichismo da mercadoria.

Quarto, com o controle variável que eu exerço sobre ele e sobre minhas ações, até onde posso prever (Elster, novamente!), meu *La Fotografía y las Clases Medias* irá como uma herança para a minha filha e meu filho. Clara e Vicente ainda não desenvolveram a minha "doença" de colecionador de livros antigos, mas certamente já demonstram um grande amor pelos livros. O que eles farão do meu *La Fotografía y las Clases Medias*, e dos meus outros livros raros – eventuais promessas à parte –, está dentro dos limites apontados por Elster quanto à capacidade de previsão nas ciências sociais. Se meu exemplar será vendido para um sebo qualquer ou será doado a uma biblioteca ou, com eu desejo, será guardado e zelado por meu filho/minha filha é um destino aberto às trajetórias da biografia desse objeto até que ele pereça como qualquer ser humano.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. (1990), "The sacred and profane information machine: discourse about the computer as ideology". **Archives de Sciences Sociales des Religions**, 35e Année, 69: 161-171.
- APPADURAI, Arjun. (2006), "The thing itself". **Public Culture**, 18, 1: 15-21.
- AYA, Rod. (1978), "Norbert Elias and 'The Civilizing Process'". **Theory & Society**, 5, 2: 219-228.
- BABEL, Isaac. (2011), "Guy de Maupassant", in B.B. Gomide (org.), **Nova Antologia do Conto Russo (1792-1998)**, São Paulo, Editora 34.
- BAUDELAIRE, Charles. (1995), "O público moderno e a fotografia", in **Poesia e prosa**, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

BECKER, Howard. (2009), **Falando da sociedade: ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar.

BENJAMIN, Walter. (2003), **Selected writings, Vol. 4: 1938-1940**. Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press.

_____. (2005), “Pequena história da fotografia”, in F.R. Kothe (org.), **Sociologia**, São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais 50).

_____. (2006), “A fotografia”, in **Passagens**, Tradução de Irene Aron e Cleonice P.B. Mourão, Belo Horizonte, Editora UFMG/São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

BLOCK, Lawrence. (2007), **The burglar in the library**. Nova York, Harper-Collins.

BONNOT, Thierry. (2004), “Itinéraire biographique d’une bouteille de cidre”. **L’Homme**, 170: 139-163.

CHARTIER, Roger. (1994), “Do códice ao monitor: a trajetória do escrito”. **Estudos Avançados**, 8, 21: 185-199.

_____. (2010), “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, 24, 69: 7-30.

DORFMAN, Elsa. (1986), “Photographing the Pantheon (Gisèle Freund, Photographer)”. **The Women’s Review of Books**, 3, 7: 15-16.

ELSTER, Jon. (1999), **Alchemies of the mind**. Nova York, Cambridge University Press.

FREUND, Gisèle. (1946), **La fotografía y las clases medias en Francia durante el siglo XIX**. Tradução de Maria Luisa Navarro de Luzuriaga. Buenos Aires, Editorial Losada.

_____. (1965), **James Joyce in Paris: his final years**. Nova York, Harcourt, Brace & World.

_____. (1974), **Photographie et société**. Paris, Éditions du Seuil.

_____. (1977), “Norbert Elias als Lehrer”, in P.R. Gleichmann et al. (orgs.), **Human figurations: essays for Norbert Elias**, Amsterdam, *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*.

- _____. (1980), **Photography & society**. Londres, Gordon Fraser.
- _____. (1985), **Itinéraires**. Paris, Albin Michel.
- _____. (1989), **Fotografia e sociedade**. Tradução de Pedro Miguel Frade. Lisboa, Vega.
- _____. (1993), **Photographien**. Munique, Schirmer/Mosel.
- _____. (1994), **Itinerarios**. Bogotá, Banco de la República/Centro Georges Pompidou.
- _____. (2008), **El mundo y mi cámara**. Tradução de Palmira Freixas. Barcelona, Ariel.
- _____. (2011), **La fotografia como documento social**. Tradução de Josep Elias. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- HARMAN, Graham. (2005), **Guerilla metaphysics: phenomenology and the carpentry of things**. Chicago, Open Court.
- _____. (2009), **Prince of networks: Bruno Latour and metaphysics**. Melbourne, Re.Press.
- JAMÍS, Rauda. (2002), **Gisèle Freund: conversaciones con Rauda Jamís**. Barcelona, Circe Ediciones.
- LATOURE, Bruno. (2006), **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Oxford, Oxford University Press.
- LEROY, Dean R. (1999), "A tribute to Gisèle Freund (1908-2000)". **James Joyce Quarterly**, 36, 2: 32-36.
- MARX, Karl. (2008), **A mercadoria**. Tradução de Jorge Grespan. São Paulo, Ática.
- MASON, Peter. (2001), "Troca e deslocamento nas pinturas de Albert Eckhout de sujeitos brasileiros". **Estudos de Sociologia**, 7, 1-2: 231-250.
- MONNIER, Adrienne. (1946), "Joyce's Ulysses and the French public". **The Kenyon Review**, 8, 3: 430-444.
- NISBET, Robert. (1976), **Sociology as an art form**. Nova York, Oxford University Press.
- PICKERING, Andrew. (1993), "The mangle of practice: agency and emergence in the sociology of science". **American Journal of Sociology**, 99, 3: 559-589.

_____. (1995), *The mangle of practice: time, agency and science*. Chicago e Londres, University of Chicago Press.

PINHEIRO, Ana Virgínia. (2009), “Livro raro: antecedentes, propósitos e definições”, in H. de C Silva & M.H.T.C. de Barros (orgs.), *Ciência da informação: múltiplos diálogos*, Marília, Cultura Acadêmica Editora.

PLATÁNOV, Andrei. (2011), “Makar, o duvidador”, in B.B. Gomide (org.), *Nova Antologia do Conto Russo (1792-1998)*, São Paulo, Editora 34.

SONSECA, Yara. (2003), “Entre Daguerre y Montparnasse: Gisèle Freund: conversaciones con Rauda Jamís”. *Revista de libros de la Fundación Caja Madrid*, 76: 11-12.

STALLYBRASS, Peter. (2008), *O casaco de Marx*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva. 3ª ed., São Paulo, Autêntica.

TURKLE, Sherry. (2007), “Introduction: the things that matter”, in _____ (org.), *Evocative objects: things we think with*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

YEE, Susan. (2007), “The archive”, in S. Turkle (org.), *Evocative objects: things we think with*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

Artigo recebido em 20/12/2013 / Aprovado 22/01/2014

Maria Stela Grossi Porto*

PENSANDO SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A PESQUISA

RESUMO

O artigo busca ressaltar os múltiplos desafios com os quais se defronta a sociologia em seu esforço de compreensão do tema da Segurança Pública na contemporaneidade brasileira. Objetiva, particularmente, refletir sobre a compreensão sociológica desta temática, pensada em termos de desdobramentos e efeitos dos fenômenos circunscritos ao que vem sendo chamado o “problema da violência urbana e da segurança pública”. Questiona a importância de se refletir sobre o contexto brasileiro atual, palco para fenômenos que, se não são novos, em si mesmos, trazem sentidos novos em suas formas de concretização, a exemplo das recentes manifestações sociais, ocorridas inicialmente em 2013 e conhecidas como ‘manifestações de junho’, as quais demandam ser compreendidas tanto sob o ângulo da sociedade civil quanto daquele do aparato institucional-legal, sobretudo policial. O texto se desenvolve a partir do levantamento de alguns desafios com os quais se defronta a sociologia para levar adiante uma agenda de pesquisa voltada à violência, segurança pública, crime, justiça e polícia. A argumentação se utiliza da Teoria das Representações Sociais –TRS- enquanto recurso teórico metodológico, inserindo representações sociais no contexto sociológico das reflexões teóricas e da produção de conhecimento sobre segurança pública. Privilegiar a análise das representações significa reconhecer sua importância como estratégia de conhecimento do social, admitindo que produzam um tipo de conhecimento que interroga a realidade através do que se pensa sobre ela.

Palavras-Chave: Segurança; Representações; Violência

THINKING PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: RESEARCH CHALLENGES

Maria Stela Grossi Porto

ABSTRACT

The article seeks to emphasize the multiple challenges faced by sociology in its efforts to understand the issue of Public Security in contemporary Brazil. In particular it reflects on the sociological understanding of this the-

*Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (1976), mestrado em Sociologia - Université de Montréal (1979), doutorado em Sociologia - Université de Montréal (1987) e pós-doutorado pelo Centre d'Études de la Vie Politique Française- CEVIPOF, Paris, França. Atualmente é professora Titular da Universidade de Brasília; Vice-Coordenadora e membro do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília; Membro do Comitê Institucional de Avaliação da CAPES para a área de Sociologia, de 2004 a 2006 e de 2007 a 2009; Membro da Diretoria da ANPOCS; Vice-Presidente do RC 29-Research Committee on Deviance and Social Control, da International Sociological Association, ISA. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, entre 2003 e 2005 e Vice-Presidente na gestão anterior, 2001-2003. Convidada, em 2010, como Directeur d'Études pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, tendo nessa condição, participado das atividades do Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS). Realizou estágio de trabalho como pesquisadora associada no CADIS-Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologique, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. É Pesquisadora 1A do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa em Violência, Cidadania e Segurança; do Diretório de Pesquisa do CNPq. É Vice-Diretora do Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social- Serge Moscovici. Atuação docente nas áreas de Teoria Sociológica, Violência, Conflito e Segurança.

me, conceived in terms of the developments and effects of the phenomena delimited as the “problem of urban violence and public security.” It examines the importance of reflecting on the current Brazilian context, a setting for phenomena that, while not new in themselves, generate new meanings through their forms of concretization, as exemplified by the recent social manifestations, initially occurring in 2013 and known as the ‘June demonstrations,’ which need to be understood both from the angle of civil society and that of the legal-institutional apparatus, especially the police. The text proceeds by examining a number of the challenges faced by sociology with the aim of advancing a research agenda focused on violence, public security, crime, justice and the police. In developing its line of argument, the article turns to Social Representation Theory (SRT) as a theoretical and methodological resource, inserting social representations in the sociological context of the theoretical reflections and the production of knowledge on public security. Privileging the analysis of representations means recognizing their importance as a strategy of social knowledge, admitting that they produce a kind of knowledge that interrogates reality through what we think about it. Keywords: Security; Representations; Violence.

PENSER LA SÉCURITÉ PUBLIQUE AU BRÉSIL : DÉFIS POUR LA RECHERCHE

Maria Stela Grossi Porto

RÉSUMÉ

L'article cherche à relever les multiples défis auxquels est confrontée la sociologie dans son effort de compréhension du thème de la Sécurité publique dans le Brésil contemporain. Il s'attache particulièrement à réfléchir sur la compréhension sociologique de cette thématique pensée en termes de déploiements et effets des phénomènes circonscrits à ce que l'on appelle le « problème de la violence urbaine et de la sécurité publique ». Il questionne l'importance qu'il y a de réfléchir sur le contexte brésilien actuel, scène de phénomènes qui, s'ils ne sont pas nouveaux en soi, entraînent des sens nouveaux dans leurs formes de concrétisation, à l'exemple des manifestations sociales qui ont eu lieu initialement en 2013 et sont connues comme « les manifestations de juin », lesquelles doivent être comprises tant sous l'angle de la société civile que sous celui de l'appareil institutionnel légal, surtout policier. Le texte se développe à partir du relevé de quelques défis auxquels la sociologie a été confrontée afin mettre au point un agenda de recherche touchant à la violence, la sécurité publique, le crime, la justice et la police. L'argumentation utilise la Théorie des représentations sociales -TRS - en tant que recours théorico méthodologique, en insérant des représentations sociales dans le contexte sociologique des réflexions théoriques et de la production de connaissances sur la sécurité publique. Privilégier l'analyse des représentations signifie reconnaître son importance comme stratégie de connaissance du social, admettant que celles-ci produisent un type de connaissance qui interroge la réalité par le truchement de ce qui se pense à son propos.

Mots-clés : Sécurité ; Représentations ; Violence.

Maria Stela Grossi Porto

PENSANDO SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A PESQUISA^{1*}

Introdução

O tema deste artigo aponta para múltiplos desafios com os quais se defronta a sociologia em seu esforço de compreensão do tema da Segurança Pública na contemporaneidade brasileira. Ressalte-se, como ponto partida, que não é intenção propor qualquer utópica solução para as complexas questões que a temática comporta; objetiva-se tão somente refletir sobre sua compreensão sociológica pensada em termos dos desdobramentos e efeitos abrangentes de fenômenos circunscritos ao que vem sendo chamado o “problema da violência urbana e da segurança pública”, e à importância de se refletir sobre o contexto brasileiro atual. Contexto que tem aguçado de modo particularmente intenso a imaginação sociológica, com fenômenos que, se não são novos, em si mesmos, trazem sentidos novos em suas formas de concretização, a exemplo das atuais manifestações sociais, conhecidas como “manifestações de junho”,² as

1 Uma primeira versão destas reflexões foi apresentada no XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em setembro de 2013, em Salvador.

2 Manifestações surgidas inicialmente em São Paulo como movimento de jovens pelo passe livre, com desdobramentos em várias outras cidades do país, portando reivindicações bastante diferenciadas.

quais demandam ser compreendidas tanto sob o ângulo da sociedade civil quanto daquele que compreende o aparato institucional-legal, sobretudo policial. Caminho que parece acertado na medida em que análises e diagnósticos produzidos pelo campo científico podem vir a se constituir em subsídio para a elaboração de políticas públicas, mesmo que não seja essa a tarefa precípua da ciência, a qual tem por missão, prioritária, a produção e o avanço do conhecimento.

Sob esse aspecto, pode-se dizer que nunca como agora o saber científico e o avanço do conhecimento foram e têm sido tão necessários. Na atual configuração brasileira, com mudanças significativas nas formas de participação da sociedade civil, e considerando muitos de seus desdobramentos, dos quais não têm ficado de fora ilegalismos e contextos de violência, as chamadas urgências do momento pressionam a sociologia com vozes vindas de distintas instâncias e de segmentos sociais clamando por soluções. A ausência da distância temporal – uitas das análises são feitas no calor da hora – pode inviabilizar o necessário distanciamento metodológico, requisito indispensável à análise sociológica.

A reflexão sobre Segurança Pública, que engloba de modo mais ou menos explícito aquela sobre crime, polícia e justiça, é abrangente, podendo ser desenvolvida por meio de distintas vertentes. A questão acerca da conformação desse campo de estudos não é o escopo principal do artigo; ela é, no entanto, incontornável e concentra parte importante do debate que o tema suscita. Lembre-se, por exemplo, que o assunto foi objeto de uma mesa redonda na ANPOCS em 2010 – a Segurança Pública e as Ciências Sociais. Se desde então não se chegou a resultados radicalmente conclusivos quando se trata de precisar denominações para esse campo de produção do conhecimento, tal indeterminação pode ser significativa da impossibilidade, ou da não-necessidade, no estágio atual do debate, de se avançar rumo a delimitações terminológicas, que poderiam ser restritivas. Isso não significa dizer que não seja necessário refletir sobre o campo. Na verdade, a mesa de 2010 já se delineou a partir de duas vertentes, a da construção e denominação do campo do conhecimento e a da cons-

trução de agendas de pesquisa. Privilegiou-se aqui a segunda destas vertentes por considerar-se que o campo existe e, poder-se-ia mesmo ousar dizer, que de forma consolidada; o espaço de disputa, quando existente, prende-se mais às denominações do que aos conteúdos substantivos que têm orientado as pesquisas e as agendas de pesquisa. Algumas importantes revisões da literatura têm se concentrado na identificação e no mapeamento da produção existente no campo, mais do que na delimitação de fronteiras e divisas, tarefa que, ao que tudo indica, pode não ser, por ora, prioritária. Sobretudo se tal delimitação significar a redução das possibilidades de uma maior transversalidade e multidisciplinaridade nas/das abordagens. Não por não ser atraente a ideia de se refletir a partir da noção de fronteiras. Em ciência a multi ou transdisciplinaridade requer, para ser bem sucedida, alguma demarcação disciplinar. Dessa perspectiva, lembraria uma mesa sob minha coordenação, no 6º Congresso Brasileiro de Sociologia, cujo título era "A Sociologia e suas fronteiras". Naquela oportunidade, afirmava que o convívio interdisciplinar sem uma demarcação de fronteiras poderia levar ao ecletismo. A afirmação parece ainda válida: não se trata de uma mera possessão de território, mas de um processo de construção de identidade. À semelhança dos processos psicanalíticos, em se tratando da ciência, tal construção implica um movimento reflexivo no qual ao "quem sou eu" da psicanálise corresponderia uma sociologia da sociologia, fazendo as vezes do divã psicanalítico. Esse movimento reflexivo já é parte das inquietações dos pesquisadores da área que se reconhecem, sobretudo no que concerne à sociologia, no que Adorno e Barreira (2010) delimitaram como "Sociologia da Violência" e, de modo mais abrangente, nos balanços elaborados em distintos momentos por Adorno (1993), Zaluar (1999), Misse, Kant e Miranda (2000), Adorno e Barreira (2010) e Lima (2011), revelando a constituição da temática como objeto de pesquisa, bem como as disciplinas que mais diretamente assumiram tratar do tema e através de que recursos metodológicos.

Reafirmando, então, o que foi acima mencionado, poder-se-ia, pois, considerar a área como institucionalizada, consolidada e o

campo construído; com espaço no Diretório de Pesquisa do CNPq, nas agências de fomento em C& T e nos processos de avaliação da CAPES. Esta realidade está refletida nos números registrados no banco de Teses e Dissertações da CAPES: se até 1990 havia 89 trabalhos defendidos que continham as palavras-chave ‘crime’, ‘violência’ e ‘segurança pública’, em fevereiro de 2013 esse número corresponde a 9.837 trabalhos (LIMA, 2013).

Realidade e Representação

Esse pequeno preâmbulo justifica, assim, a prioridade aqui concedida ao levantamento de alguns desafios com os quais se defronta a sociologia para levar adiante uma agenda de pesquisa voltada à violência, segurança pública, crime, justiça e polícia. Desafios que configuram duas óticas distintas. A primeira se concentra na própria construção da agenda de investigação; a segunda diz respeito à agenda dos responsáveis pelos processos de elaboração de políticas públicas. São óticas distintas, com prioridades e objetivos diferenciados, embora se possa reconhecer que parcerias público/privado têm ampliado o debate e o diálogo entre academia, agências e órgãos governamentais responsáveis pela elaboração de políticas. Muitas vezes, resultados de pesquisas, análises e diagnósticos produzidos pelo campo científico se constituem em subsídio para que organismos governamentais elaborem seu planejamento e construam suas políticas, mesmo que não seja essa a tarefa precípua da ciência, a qual tem por missão, prioritária, a produção de conhecimento. Ainda assim, como pontua Adorno (2010: XIII), “Um amistoso diálogo foi sendo construído entre pesquisadores e autoridades encarregadas de formular e executar políticas de segurança pública, amenizando as tradicionais desconfianças entre a universidade e os agentes da ordem, em especial policiais”. Ousaria dizer, sem intenção de trocadilhos, que o “desarmamento” mútuo decorre do avanço do conhecimento, que propicia mais confiança a ambos os segmentos e, mais particularmente, aos pesquisadores – que cada vez mais se

inteiram do seu lugar de fala – com os limites e as potencialidades que o espaço comporta.

Sem se deter em definições ou interpretações sobre a Teoria das Representações Sociais e o conceito de Violência, o texto delimita uma precisão de natureza teórico-metodológica que mereceria ser destacado como ponto de partida: não convém, sociologicamente falando, operar uma simbiose entre a realidade da violência e suas representações; de igual modo, não convém, tampouco, ignorar tais representações, sobretudo, porque não é supérfluo reafirmar, diferentes conteúdos valorativos e ideológicos são responsáveis por diferentes representações da violência as quais estão, por sua vez, na base da orientação da conduta de indivíduos e ou instituições. A análise de representações sociais foi o enfoque originado com Durkheim na sociologia e abandonado mais tarde pela disciplina para ser, recentemente, retomado pela psicologia social, espaço teórico no qual acabou por ganhar visibilidade e legitimidade, inicialmente com Serge Moscovici e Denise Jodelet.

Convém ressaltar a diferença conceitual entre uma análise priorizando as representações sociais e a hipótese com a qual trabalha Machado (1993) da "Violência Urbana" como representação de uma ordem. Para Machado, a violência urbana como representação de uma ordem é uma construção simbólica que recorta determinados aspectos das relações sociais e é, nesse sentido, uma descrição seletiva da realidade, que orienta condutas. A expressão, diz o autor, supõe a referência a atos e práticas como depredações, saques, roubos, assaltos e atentados múltiplos à integridade física dos indivíduos no dia a dia do cotidiano. Seria importante assinalar que, em se tratando de atentados à integridade física, não seria de todo despropositado também supor na mesma condição, práticas levadas a cabo pelos setores responsáveis pela garantia de ordem, ou seja, a chamada violência institucional, cuja face mais visível é a violência policial. O que aproxima ambos os argumentos é o fato de que se está em presença de processos cognitivos passíveis de constituírem conteúdos orientadores de condutas.

Em segundo lugar, analisar violências como representação social ou representações sociais significa considerar que essas, embora resultado da experiência individual são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; expressam visões de mundo, explicam e buscam dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam e nessa condição participam da constituição desses mesmos fenômenos, justamente por orientarem condutas. Dessa perspectiva é factível admitir-se a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre representações e os fenômenos aos quais se referem, não cabendo, portanto, falar em representações falsas ou verdadeiras. (PORTO, 2005).

Ressalte-se também que as características de polissemia, complexidade e fragmentação que acompanham algumas manifestações empíricas violentas impedem, rigorosamente falando, que se aborde o fenômeno da violência no singular: pela multiplicidade de suas raízes, pela pluralidade de suas causas e pelos distintos e diferentes efeitos que desencadeia seria necessário pensá-lo como fenômeno plural. De acordo com Misse (2006: 21), "é preciso que nós afastemos do tratamento desse tema qualquer ilusão de que haja um único e derradeiro sentido em todos esses eventos que encapsulamos na palavra 'violência', pois não há".

Ainda que se possa admitir tratar-se de uma representação que vem apresentando um componente difuso, no sentido de penetrar a quase totalidade do tecido social, não é viável, vale insistir, pensar a violência como fenômeno único a ramificar-se uniformemente pelo conjunto social. Assim, as tentativas para compreendê-lo, teriam que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade. Também não existe a violência em abstrato a concretizar-se em distintos aspectos ou tipos, para mais uma vez recorrer a Machado (1993).

Outro aspecto a ser ainda considerado, o que é, em geral, denominado "violência urbana", é a representação do evento empírico, não sua definição conceitual. É na condição de representação que a violência povoa o imaginário social que passa a ser alimentado por conteúdos como os de banalização e rotinização, reforçados pelos

sentimentos de medo e insegurança. Outra ressalva: os múltiplos e distintos significados da violência urbana dependem de quem os nomeia. O que sugere a necessidade do olhar distanciado e crítico sobre essa nomeação e sobre as formas como se configura o fenômeno, as quais não se dissociam de como são definidas normas, crenças e valores, nem de quem define quem ou o quê como violência ou violento. Desigualdade e poder perpassam essas construções.

Além do que, a reflexão sobre segurança pública sugere considerar tanto as representações formuladas por atores da sociedade civil quanto aquelas formuladas pelos órgãos responsáveis por essa segurança, setores cujos sentidos e implicações ultrapassam a questão policial envolvendo, igualmente, o âmbito da justiça, das prisões, do ministério público e do legislativo, que elabora leis sobre a matéria.

No caso dos órgãos públicos, os conteúdos que informam discursos e narrativas constitutivos das representações caminham por trilhas e atalhos, estratégias e práticas diferenciadas, uma vez que disputam concepções e filosofias distintas que, implícita ou explicitamente, articulam os múltiplos sentidos de que se apropriam essas políticas. Em meio à pluralidade de sentidos, uma constatação parece recorrente e diz respeito à forma como o crime e a violência são representados em distintas instâncias sociais: fala-se de seu crescimento e de sua relevância no contexto urbano brasileiro como se fosse uma questão endêmica, a propagar-se de modo mais ou menos incontrolável. A ideia do crescimento desses fenômenos e do surgimento de novas formas e modalidades de manifestação ganha a forma de um clamor por segurança pública, entendida como sinônimo de medidas, ações e intervenções da ordem estatal que reduzam essa violência e conduzam a sociedade a padrões mais solidários de convivência.

Entre mitos, verdades e equívocos que percorrem diferentes imaginários sociais, violência e criminalidade, de um lado, e segurança, de outro, passaram a compor, nesse mundo contemporâneo de riscos, incertezas e inseguranças, um par conceitual a partir do qual a violência seria o fantasma, cada vez mais presente, que afronta e põe em risco a segurança e a organização social. Argumenta-se em termos da

existência de uma crise no sistema de segurança pública, aí incluído o sistema de funcionamento da justiça. A crise é imputada a vários fatores: carência de recursos humanos e materiais, baixa eficácia dos procedimentos, ineficiência das ações, necessidade de modernização dos procedimentos e rotinas, precariedade da formação profissional, baixos salários e crescentes níveis de violência policial, em uma articulação que aponta, de modo mais ou menos indiscriminado, raízes estruturais e circunstâncias conjunturais que, tomadas isoladamente e sem considerar a importante questão das representações sociais, dificilmente conseguirão abarcar a complexidades da questão. Esse é o diagnóstico presente em distintas representações; não se pretende recuperar cada um dos itens mencionados para avaliá-los em sua pertinência; apenas partir deles para nomear alguns dos desafios aqui considerados.

Pensando por meio de desafios

Em primeiro lugar, e esse parece ser o desafio de número um, o caráter tópico e emergencial de boa parte das intervenções governamentais indica a necessidade de estratégias de longo prazo, planejamento e articulação de ações para produzir políticas coordenadas. A esse desafio a sociologia pode responder através do esforço de geração de conhecimento que combine o avanço teórico e a produção de dados. No que concerne às estratégias de longo prazo, está se falando de gestão com maior articulação das ações nos níveis federal, estadual e municipal e de investimento substantivo na formação dos gestores.

Uma filosofia consequente de gestão implica e demanda a produção de dados e de estatísticas minimamente confiáveis, como instrumentos de gestão. Os passos iniciais para esse processo têm sido pensados por meio do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública – que visa a coordenar as ações e os dados e colocar em prática, com todas as dificuldades aí compreendidas, o Sistema Nacional de Estatísticas sobre Segurança e Justiça Criminal que, implementado, significará a constituição de um grande e unificado banco de dados.

Parcerias público/privado, apenas iniciadas, podem se constituir em elo importante para a concretização dessa política. Falar em estatísticas confiáveis é abrir espaço para um mundo de interpretações, pois é amplamente sabido que os dados, longe da neutralidade e da objetividade que alguns supõem ser constitutivos de sua natureza, são um campo de lutas e de disputas; questões como o que coletar, como coletar, com que objetivos e a partir de que critérios abrem espaço para um sem número de interpretações das quais não estão isentas as discriminações, a construção da suspeição criminal, da sujeição criminal, nos termos de Misse (2008), e dos prováveis vieses de raça, etnia ou classe social. Mesmo com tais ressalvas, não se pode descartar a importância de se buscar coordenação e organicidade na construção das estatísticas criminais, ainda que preservando a autonomia federativa dos estados.

Da mesma forma, não está isento de ambiguidades, tensões e conflitos o próprio conceito de segurança pública. Conceito pensado cada vez mais a partir de um paradigma de polícia de proximidade, na perspectiva de que, sem a confiança e a participação da população, terão menos chances de sucesso os esforços de construção de políticas consequentes de segurança pública. É desafiador pensar, por exemplo, a importância da colaboração da população no trabalho de investigação e elucidação de homicídios e outros tipos de crime. É certo que a ausência de um sistema ágil de perícia e de peritos, e da parceria entre polícia civil, peritos e polícia militar, para preservar com rapidez e habilidade o local do crime, pode dificultar a investigação e se reflete nas baixas taxas de elucidação de homicídios. Mas é igualmente verdade que, sem o apoio e a colaboração da população, o insucesso será certamente maior. Na prevalência de desconfiança da população em sua polícia, de descrença na capacidade da justiça em fazer justiça e no medo e insegurança que permeiam o cotidiano das nossas cidades, como esperar dela colaboração com o trabalho da polícia? Como esperar que a polícia de proximidade, ou o policiamento comunitário (os rótulos são vários, na ausência de conteúdos mais compartilhados), se viabilize de fato, para além apenas das boas intenções?

Tal indagação introduz outro aspecto da questão, o desafio de número dois, o qual argumenta a favor de se levar em consideração o que a população pensa sobre crime, violência, segurança ou insegurança pública, polícia, justiça, violência policial. Ou seja, a importância, ao considerar as representações sociais, de levar em conta não apenas aquelas produzidas pelos componentes da área de segurança pública (elites formuladoras e gestoras de políticas e policiais, executores das mesmas), mas, igualmente, as que são elaboradas por aqueles que direta ou indiretamente se beneficiam ou sofrem as consequências de seus acertos e desacertos, ou seja, a sociedade, em seus distintos segmentos.

Esse desafio seria o de inserir a temática das representações sociais no contexto sociológico das reflexões teóricas e da produção de conhecimento sobre segurança pública: a distância entre as expectativas da sociedade, em seus distintos segmentos, e as políticas públicas pode estar na origem da desconfiança e do medo que distanciam polícia e sociedade. Privilegiar a análise das representações significa reconhecer sua importância como estratégia de conhecimento do social, admitindo que produzem um tipo de conhecimento que interroga a realidade através do que se pensa sobre ela.

Em se tratando da segurança pública, tais representações são de tal modo importantes que se poderia afirmar, com risco do exagero, que, para a análise, interessa menos o fato e mais sua versão, ou representação, que orienta o agir dos atores sociais. Buscando o equilíbrio, seria, talvez, mais sensato dizer que interessa tanto o acontecimento, quanto sua representação, constitutiva do fenômeno que descreve.

Esse argumento poderia ser introduzido por meio do desafio de número três, relativo à questão da mídia como formadora de opinião. A mídia constrói, reconstrói e seleciona os fatos sociais que chegam até à sociedade na condição de notícia. Poucos deixarão de admitir que ela, em suas diferentes facetas, mas com claro predomínio dos meios televisivos, tem protagonizado de modo crescente a função pragmática de “explicar o mundo” e “fabricar” muitos dos sentidos que consumimos sob a forma de notícia, entendida como mercadoria. A violência, dita assim como realidade já dada, é uma notícia

que no mercado da informação possui enorme poder de venda: transformada em objeto de consumo passa a fazer parte do dia a dia até mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente. Para Patrick Champagne (1993), a mídia não apenas apresenta mas também representa a realidade da qual trata. Assim, se a realidade é midiaticamente construída, apresentada, representada por meio de narrativas e imagens de guerra ou de paz, tais construções têm efeitos sobre as formas como a população vai orientar suas condutas, armando-se ou não. Da mesma forma, tais representações podem "pautar" o conteúdo das políticas públicas centrado, por exemplo, em práticas repressivas se vierem como resposta a acusações de ineficiência e ineficácia. Isso posto, assumir o desafio de entender a relação mídia/violência não significa divinizar nem demonizar a mídia, mas constituir esse binômio como objeto de análise, levando em conta sua turbulenta interdependência. Por exemplo, é possível, por um lado, encontrar nos espaços midiáticos policiais na condição de especialistas e comentaristas dos fatos da violência; por outro, jornalistas acompanhando operações policiais e estabelecendo cumplicidades com os policiais para conseguirem o furo de reportagem. Mas falar em cumplicidade não é também assumir que partilhem o melhor dos mundos: pelo contrário, é complexa, porque tensa e contraditória, consensual e cúmplice a natureza dessas relações. Na prática, cada um dos polos desse binômio constrói a realidade social por meio de sentidos e de narrativas que representam a "realidade" da violência e a violência como realidade, segundo interesses que nem sempre se equivalem porque obedecem a formações discursivas diferentes. Colocadas face a face, mídia e segurança pública têm afinidades, mas também muito se estranham. Estas são dimensões que poderiam, certamente, ganhar tratamento mais sistemático nas agendas de pesquisa.

O desafio seguinte, de número quatro, também articulado à atuação da mídia, diz respeito ao medo e à insegurança, os quais, construídos como representações sociais, têm tomado conta das metrópoles: presentes nos ricos condomínios fechados dessas mesmas grandes metrópoles brasileiras, mais do que na maioria das periferias

das cidades, esses sentimentos fazem com que os moradores dos primeiros espaços se tranquilizem e se protejam, utilizando-se, para tanto, de todos os implementos que a moderna tecnologia produziu para a área da segurança. Em relação a esses locais, é comum circularem representações de pânico que pouco ou nada têm a ver com a realidade concreta da violência nesses espaços tranquilos e superprotegidos, em oposição à precariedade dominante em boa parte das periferias urbanas. Entretanto, a sensação de insegurança cria, por si só, a demanda por aumento de segurança. Aliada a representações de ineficiência ou ineficácia do sistema público de segurança, tal demanda induz à utilização do aparato de segurança em defesa de interesses particularistas, em detrimento do coletivo. Esse descrédito, que leva a uma lógica do “salve-se quem puder e como puder”, é compatível com outra lógica que informa esse tipo de raciocínio, a de “fazer justiça com as próprias mãos”, levando cidadãos a se armarem e a se prepararem para a “guerra urbana”. O descrédito é, igualmente, o mote a alavancar a indústria bélica voltada para essa “guerra” e responsável pela produção do gigantesco aparato tecnológico de “proteção” que coloca o cidadão como agente de sua própria segurança.

Medo e insegurança são desafios que se encontram também articulados à questão das drogas, apontando para o desafio de número cinco. No caso da legislação sobre drogas, uma nova lei, aprovada em agosto de 2006, embora não descriminalize o uso, estabelece para o usuário penalidades outras que o encarceramento (BRASIL, 2006). Ressalte-se que, à época da legislação, as “cracolândias” não haviam alcançado as proporções atuais. Falar em violência urbana no Brasil hoje é colocar em pauta a questão das drogas em sua realidade, mas também em suas representações, articulada à questão do tráfico e do porte de armas. Tais fenômenos são apontados como responsáveis pelas manifestações e práticas de violência, constituindo-se, assim, em desafio à imaginação e ao olhar sociológicos. Pelo conteúdo implicado na lei, sua aprovação foi e tem sido objeto de muitas controvérsias e debates. As indagações são de vários níveis, mas dizem respeito, de modo sucinto, a problemas ditos de natureza técnica – que conside-

ram, sobretudo, a dogmática jurídica – e a problemas de cunho substantivo ou moral – que questionam conteúdos de natureza filosófica relativos à adequação da lei. As manifestações partem da sociedade civil, bem como de órgãos públicos implicados ou responsáveis pelas atividades de segurança pública (a corporação policial, por exemplo). Do ponto de vista técnico, uma das questões levantadas se atém à identificação das instâncias competentes para se pronunciarem sobre a matéria, considerando-se o caráter científico do saber requerido para definir o que é droga, dependência etc. A questão de ordem moral, absolutizando veredictos sobre o bem e o mal e concentrando-se no julgamento sobre os usuários, estigmatiza o indivíduo, definindo-o como desviante face aos padrões comportamentais ditos socialmente aprovados (BECKER, 1985) – julgamento que, em princípio, interfere e compromete a própria avaliação ou análise da legislação *stricto sensu*.

Dentre as possibilidades de enfrentamento desse desafio, tem causado mais debate e polêmica a que propõe a descriminalização das drogas. Para seus defensores, trazer para o âmbito do mercado e da concorrência regulamentada um sem-número de atividades que hoje se passam no submundo da invisibilidade, da lógica do terror, do medo, da delação e da barbárie, poderia contribuir para a diminuição dos atuais índices de violência, além de retirar o enfoque do âmbito da política de segurança pública para situá-lo junto às práticas e políticas de saúde pública. E aí a polêmica já é de outra natureza, com o questionamento acerca da legalidade, conveniência e mesmo constitucionalidade do internamento compulsório, por exemplo, no caso dos dependentes de crack vivendo no espaço público. Nessa questão, o grande desafio posto às modernas democracias é o de garantir lei e ordem sem abrir mão da preservação dos direitos humanos. Além do que, o fenômeno é global e legislações nacionais, permeadas por uma multiplicidade de interesses, situam-se em níveis decisórios de poder muito desiguais e limitados.

O sexto desafio refere-se à questão da impunidade e do tratamento dado a ela pela mídia. Não apenas a impunidade concretamente

existente e testemunhada no cotidiano da sociedade como prática corriqueira, mas, de igual modo, sua representação, promovem o descrédito nas instituições, põem sob suspeição sua legitimidade e eficácia e situam-na acima da universalidade das normas jurídicas e dos códigos empíricos, que ela, a impunidade, substitui pelo particularismo e por privilégios (PORTO, 2002).

Afirmações como a tristemente famosa de que “aqui tudo acaba em pizza” – tendem a colocar em ação uma espécie de lógica do “tudo ou nada”, do “ele ou eu” ou, ainda, do “se ele, por que não eu”, abrindo espaço à violência enquanto representação de uma ordem que, nessa condição, orienta comportamentos.

Diretamente articulado à questão da impunidade, outro desafio diz respeito ao caráter desigual que permeia os procedimentos de administração da justiça. Trazido para o âmbito da justiça, o tratamento hierarquizado caracteriza situações de impunidade, na medida em que desqualifica a igualdade perante a lei estabelecida pelo ordenamento jurídico. “Aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei”, conteúdo presente nos ditados e adágios populares, expressa bem o que se está afirmando.

Entre as várias facetas da impunidade tratadas cotidianamente pelo noticiário, chama a atenção a que caracterizaria o sétimo desafio das reflexões aqui consideradas: diz respeito à violência policial, midiaticamente apresentada a partir de fatos, narrativas, acontecimentos e versões, construídos como notícia. Se, por um lado, os policiais são frequentemente apontados como fonte de condutas violentas, transgressoras e violentadoras dos direitos humanos – os autos de resistência sendo o exemplo por excelência – por outro, desses policiais também se demanda e se cobra que ajam com mais efetividade, inclusive com utilização de violência.

São contextos que parecem deflagrar uma reciprocidade perversa entre sociedade civil e organizações policiais em função da qual a polícia tende a práticas violentas supondo que tal comportamento é o que a sociedade dela espera. Essa lógica não é isenta de ambiguidades. Por meio dela a sociedade, movida pelo combustível do medo

e da insegurança, cobra sempre mais do policial: mais rapidez, mais eficiência, mais agilidade e faz dele um herói se sua função de garantidor da ordem é avaliada como bem-sucedida, mas identifica-o ao bandido, caso avalie o contrário (PORTO, 2004).

Além disso, como se pode depreender das representações sociais, o caráter violento da atuação policial pode ser o estopim para outros tipos de violência protagonizados pelo cidadão comum, espécie de resposta em cadeia, que se converte em círculo vicioso. Sob esse aspecto, o desafio aqui seria o de melhor pensar o equacionamento das relações entre polícia e sociedade, o que significa considerar distintas representações e pensar a atuação e função do policial no contexto das sociedades democráticas. Esse aspecto repõe a questão da legitimidade, central à atuação deste agente, garantidor de lei e ordem, no interior da observância dos direitos humanos.

A noção de legitimidade vem, com Max Weber (1991), acompanhada da noção de monopólio, a qual envolve uma ideia de restrição. No caso do monopólio da violência, entretanto, a restrição apontada tem sentido distinto do econômico: apresenta-se como pré-requisito ou condição de possibilidade para a construção de uma sociedade mais democrática, ao impedir a livre circulação da violência. Tal restrição cria, em tese, as condições para inibir sua existência de forma difusa no conjunto da sociedade, excluindo-a das formas e práticas quotidianas de interação social, no âmbito da sociedade civil. No âmbito do Estado, esse movimento pode ser entendido como condição para a desprivatização da violência, concentrando-a, racionalizando-a no interior do aparelho do Estado e impedindo sua disseminação e expansão para o conjunto da sociedade civil (Porto, 2001). Sem o enfrentamento desse desafio, não há como se articular conteúdos constitutivos da organização social voltados à pacificação do social.

Em oitavo lugar, a sociologia se vê desafiada a bem compreender a complexa questão da discricionariedade policial. Trata-se de um enfrentamento que se refere, por um lado, à compreensão sociológica e, por outro, à própria compreensão do policial sobre a temática. Em várias circunstâncias ligadas a situações de pesquisa, o policial

tem manifestado alguma dificuldade em se posicionar a respeito do caráter positivo ou negativo da discricionariedade, que é uma característica não apenas da sua profissão, mas de várias outras, como, por exemplo, a das áreas médica ou educacional. Demandado a se situar em relação ao tema, o policial apresenta, quase invariavelmente, uma resposta defensiva, como se estivesse subentendido que falar em discricionariedade é mencionar um defeito, uma lacuna, uma arbitrariedade em sua forma de atuar, que mereça recriminação. Em outras palavras, é como se ele se defendesse, sentindo-se (ou, antes mesmo, de se sentir) acusado de algum deslize, com os desdobramentos que o tema comporta em termos de controle interno versus controle externo (corregedorias e auditorias) das condutas e desvios de conduta da atividade policial.

Tal situação remete à necessidade de se inserir também a compreensão da já mencionada e incontornável questão da formação profissional como outro desafio, o de número nove. Nesse processo se inclui a melhor adequação e proporcionalidade entre conteúdos voltados às áreas de humanas e aqueles destinados à formação jurídica e técnica, esses últimos superdimensionados quando comparados aos primeiros. Se é fundamental que o policial seja treinado a bem manejar uma arma, a dominar os modernos implementos tecnológicos voltados ao controle social (pulseiras e tornozeleiras eletrônicas, taser, etc), é igualmente central que existam normas claras sobre abordagem policial e, mais do que nunca nos dias atuais, sobre como atuar em situações que envolvem multidões, como grandes manifestações e protestos, contextos nos quais atitudes de incerteza e descontrole, levando tanto ao agir violento quanto à omissão da ação, podem ter desdobramentos graves.

Tal desafio articula-se à compreensão dos porquês da representação negativa que alguns policiais fazem de si mesmos, percebendo-se, em seus dizeres, como alguém que trata, trabalha, lida como o “lixo” da sociedade. Poder-se-ia, talvez, falar de um bloqueio no processo de construção de uma identidade coletiva com sinal positivo, através do autorreconhecimento, como sujeitos aptos a se perceberem, se iden-

tificarem e se definirem como gestores da paz. A rigor, reverter ou desconstruir os conteúdos desse imaginário pareceria mais urgente do que aumentar recursos, tecnologias e efetivos, ainda que não se possa descartar a importância da adequação de tais recursos para o aprimoramento da prática policial.

Essa temática abre espaço para a complexa e polêmica questão da reforma das polícias, sobre a qual nem os setores responsáveis pelas políticas públicas de segurança nem especialistas e estudiosos parecem ter consenso. A integração, fusão, eliminação, e ou incorporação das polícias civil e militar envolve histórias diferenciadas, culturas policiais diferenciadas e, sobretudo interesses políticos e econômicos igualmente distintos. A questão envolve disputa por hegemonia e poder; não pode ser equacionada pela pluma de uma caneta que define, sanciona e promulga novas leis.

(In) Conclusões

Reverter situações contidas nos dois últimos desafios demandaria talvez a construção de mecanismos que subsidiassem a maior proximidade entre os órgãos de segurança pública e a sociedade, de modo a captar os ecos das representações sociais elaboradas pela sociedade civil. E demandaria, também, maior sensibilidade para a escuta das representações dos próprios integrantes da corporação policial, a fim de valorizar a profissão e a identidade profissional, articuladas ao respeito dos direitos humanos, conteúdo fundante da prática policial.

Caberia, ainda, a menção a um último desafio, o de número dez, e seria algo muito próximo à utopia, na medida em que sugere a necessidade de se repensar os processos de socialização, os quais, revertendo a assim chamada "cultura da violência" ou de uma "sociabilidade violenta", recorrendo mais uma vez a Machado (1993), permitissem entrever formas de resolução de conflitos que não acabassem em violência. Uma cultura da paz seria viável? Em que medida? Com que requisitos? Reverter tais processos parece mais urgente do que aumentar recursos, tecnologias e efetivos, embora tudo isso tenha importância.

Pensando de modo mais abrangente os desafios desta agenda, muitas indagações poderiam vir à tona cabendo à sociologia se interrogar sobre as características e a natureza dessa sociedade nas quais tais representações de violência têm lugar se interrogando, igualmente, sobre o porquê de estarem individualizadas em determinados tipos de indivíduos mais do que em outros. Por exemplo, se a associação pobreza/violência não mais se constitui, pelo menos não de modo sistemático, no cerne das análises acadêmicas, ela continua a permeiar o imaginário popular como representação social. Nesse sentido, vale retomar uma conclusão de Misse, quando analisa a questão da causalidade em se tratando de criminalidade violenta no Brasil (2011: 27). Diz ele: “o desafio sociológico de qualquer análise de causalidade da bandidagem urbana no Brasil provém da constatação de que a maioria dos agentes provém das camadas pobres, mas que, ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos pobres não opta pela carreira criminal”. Se o paradoxo é apenas aparente, levantar os véus que encobrem esse mistério suscita alguns questionamentos, os quais não se dissociam das intrincadas questões da política e do poder, dos legalismos e ilegalismos, dos medos, reais e imaginários que configuram hoje a realidade brasileira.

Avançar na compreensão desses desafios não seria sinônimo de qualquer pretensão a buscar soluções mágicas. Muitas indagações poderiam vir à tona: seria possível pensar que reverter alguns das situações contidas nesses desafios demandaria a construção de mecanismos que subsidiassem a maior proximidade entre os órgãos de segurança pública e a sociedade? Seria possível por esse viés captar os ecos das representações sociais elaboradas pela sociedade civil? E demandaria, também, maior sensibilidade para a escuta das representações dos próprios integrantes da corporação policial, a fim de valorizar a profissão e a identidade profissional, articuladas ao respeito dos direitos humanos, conteúdo fundante da própria prática policial?

É certo que os temas aqui abordados, sob uma ótica de desafios, já fazem parte do elenco das agendas de pesquisas e, portanto, das inquietações sociológicas. A questão que o artigo buscou enfatizar

diz respeito ao seu enfoque na condição de representação social, visto ser nessa condição que produzem normas, crenças, valores, fantasias, conteúdos, sentidos e símbolos que orientam condutas e práticas que podem mudar e vêm mudando as feições e configurações do espaço urbano no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio.(1993) 'A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático'. In **Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais** BIB. S. Paulo ; vol. 35.

ADORNO, Sérgio (2010) 'Prefácio' In PORTO, Maria Stela Grossi (2010) **Sociologia da Violência ; do Conceito às Representações Sociais**. Brasília : Francis/Verbená.

BARREIRA, César e ADORNO, Sérgio.(2010) 'A Violência na Sociedade brasileira' in MARTINS, Carlos Benedito MARTINS, Heloísa T. De Souza (coords.) **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil- Sociologia**. São Paulo : ANPOCS.

BECKER, Howard S. (1985) **Outsiders: études de sociologie de la déviance**. Paris: Metailié.

BERGER, Peter L. (1971) **Introducción a la sociologia**. México: Limusa Wiley S.A.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago.2006.

_____. *Lei n. 11.705, de 19 de junho de 2008*. Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", e a Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jun. 2008.

CHAMPAGNE, Patrick. (1993) 'La vision médiatique'. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil. p 61-79.

KANT de LIMA, Roberto ; MISSE, Michel ; MIRANDA, Ana Paula. (2000) 'Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil : uma bibliografia' in **Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais BIB**. S. Paulo

LIMA, (2011) **Entre palavras e Números : Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil**. S. Paulo : Alameda Editorial.

LIMA, Renato Sérgio (2013) 'Ementa com proposta de Mesa Redonda' congresso SBS.

MACHADO, Luiz Antônio da Silva. (1993) 'Violência Urbana : Representação de uma Ordem' In : NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irllys (Orgs) **Brasil Urbano- Cenários de Ordem e Desordem**. Rio de Janeiro : Notrya Fortaleza : SUDENE e UFCE.

MISSE, Michel. (2006) 'A Violência como Sujeito Difuso' in FEGHALI, Jandira, MENDES, Cândido e LEMGRUBER, Julita (orgs.) **Violência Urbana (In) Segurança e (des)Esperanças**. Rio de Janeiro.

MISSE, Michel (2011) **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo- Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro : Lumen Juris.

PORTO, Maria Stela Grossi. (1995) 'A Sociologia e suas fronteiras ' in: ADORNO, Sérgio (og.) **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade** Porto Alegre: Editora da Universidade/Sociedade Brasileira de Sociologia.

PORTO, Maria Stela Grossi. (2001) 'Violência e segurança: a morte como poder?' In: OLIVEIRA, Dijaci David de; SANTOS, Sales Augusto dos; BRITO E SILVA, Valéria Getulio de (Org.). **Violência policial: tolerância zero?** Brasília: MNDH; Goiânia: UFG, p 29-51.

_____. (2002) 'Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea'. **Revista Sociologias**, v. 4, n. 8, p. 152-171, jul./dez.

_____. (2004) 'Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal.' **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 132-141, jan./mar.

ZALUAR, Alba. (1999) Um Debate Disperso: Violência e Crime no Brasil da Redemocratização. **S. Paulo em Perspectiva**. S. Paulo, vol. 13, no. 03.

WEBER, Max. (1991) **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília. v. I.

WIEVIORKA, Michel. (2007) Introduction. In: _____. (Dir.). **Les sciences sociales em mutation**. Paris: Sciences Humaines, P 09-21.

Artigo recebido em 22/12/2013 / Aprovado 25/01/2014

Resumos/Abstracts/ Résumés

O ARTESANATO INTELECTUAL NA SOCIOLOGIA

José de Souza Martins

RESUMO

A história da imaginação sociológica no Brasil contém extenso elenco de criativas e até antecipadoras variantes do que C. Wright-Mills denominou artesanato intelectual. Aqui, o artesanato intelectual teve muito pouco a ver com uma opção epistemológica em face das reduções abstratas da grande teoria. Tem sido muito mais reconhecimento da riqueza de conteúdo de uma realidade singular e densa. O artesanato intelectual é mais do que a mera técnica de obtenção de dados. É uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro.

Palavras-Chave: Imaginação sociológica; Artesanato intelectual; Wright-Mills

INTELLECTUAL CRAFTSMANSHIP IN SOCIOLOGY

José de Souza Martins

ABSTRACT

The history of sociological imagination in Brazil contains a long list of creative and even precocious variants of what C. Wright-Mills termed intellectual craftsmanship. Here intellectual craftsmanship has little to do with an epistemological choice in response to the abstract reductions of big theory. Rather it is much more concerned with recognizing the richness of a singular and dense reality. Intellectual craftsmanship is more than a mere data collection technique. It is an exchange. There is no way of using craftsmanship without giving something back in return for what is received. In craftsmanship the observer is observed, the decipher is deciphered. Without this there is no interaction. And without interaction, situating and comprehending is impossible; one situates and comprehends oneself through the other.

Keywords: Sociological imagination; Intellectual craftsmanship; Wright-Mills.

L'ARTISANAT INTELLECTUEL DANS LA SOCIOLOGIE

José de Souza Martins

RÉSUMÉ

L'histoire de l'imagination sociologique au Brésil comporte un vaste éventail de variantes créatives et même anticipatoires de ce que C. Wright-Mills a dénommé artisanat intellectuel. Ici, l'artisanat intellectuel n'a pas grand chose à voir avec une option épistémologique face aux réductions abstraites de la grande théorie. Il est plutôt vu comme une reconnaissance de la richesse de contenu d'une réalité singulière et dense. L'artisanat intellectuel est plus que la simple technique d'obtention de données. C'est un échange. Il n'y a pas moyen d'utiliser l'artisanat sans rien donner en échange de ce que l'on reçoit. Dans l'artisanat, l'observateur est observé, le décodeur est décodé. Sans quoi il n'y a pas interaction. Sans interaction, pas moyen de situer et de comprendre ; de se situer et de se comprendre dans l'autre.

Mots-clés : Imagination sociologique ; Artisanat intellectuel ; Wright-Mills.

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO

Heraldo Pessoa Souto Maior

RESUMO

O presente artigo constitui uma reflexão de alguém que, por cerca de sessenta anos, exerceu o ofício de sociólogo desempenhando diversos papéis em circunstâncias diversas e em momentos diferentes da sociologia no nordeste e no Brasil. Iniciando-se na disciplina como autodidata, na Faculdade de Direito do Recife, com pós-graduação posterior nos Estados Unidos, foi sociólogo no serviço público federal, assessor de repartições municipais, estaduais e federais, professor em faculdades particulares e é professor universitário há cinquenta anos. Medita sobre essas diversas experiências e fases da sociologia brasileira, agora reconhecida formalmente não apenas como disciplina, mas como profissão. Não tem pretensões teóricas ou metodológicas, sendo mais uma representação do ofício no seu dia a dia e como se apresenta no Brasil atual.

Palavras-Chave: Ofício de sociólogo; Sociologia brasileira; Universidade

THE SOCIOLOGIST'S TRADE

Heraldo Pessoa Souto Maior

ABSTRACT

This article contains the reflections of someone who has worked as a sociologist for around sixty years, performing a variety of roles in diverse circumstances and during different moments of the discipline's history in the northeast and Brazil as a whole. Starting out self-taught, at the Recife Faculty

of Law, he later obtained a postgraduate education in the United States. He has been a sociologist in the federal public service, an advisor for the allocation of municipal, state and federal resources, a professor in private faculties and a university professor for fifty years. Here the author reflects on these diverse experiences and phases of Brazilian sociology, now formally recognized not only as a discipline but as a profession. Eschewing any particular theoretical or methodological line, the article looks to describe the everyday work involved in sociology as a metier and how it manifests in Brazil today. Keywords: Sociologist's trade; Brazilian sociology; University.

LE MÉTIER DE SOCIOLOGUE

Heraldo Pessoa Souto Maior

RÉSUMÉ

Cet article est le bilan de quelqu'un qui, durant une soixantaine d'années, a exercé le métier de sociologue en s'adonnant à diverses fonctions dans plusieurs circonstances et à plusieurs moments de la sociologie dans le Nordeste et dans le Brésil. Il débuta dans cette discipline, en tant qu'autodidacte, à la faculté de Droit de Recife, obtint ensuite un post-graduat aux États-Unis, fut sociologue dans la fonction publique fédérale, adjoint auprès de secrétariats municipaux, d'état et fédéraux, professeur dans des facultés privées et est professeur universitaire depuis cinquante ans. L'auteur livre ses réflexions sur diverses expériences et phases de la sociologie brésilienne, aujourd'hui reconnue formellement non seulement comme discipline, mais comme profession. L'ouvrage n'a aucune prétention théorique ou méthodologique, il s'attache simplement à présenter ce métier dans son quotidien ainsi que la façon dont il s'exerce dans le Brésil d'aujourd'hui.

Mots-clés : Métier de sociologue ; Sociologie brésilienne ; Université.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Renan Springer de Freitas

Ludmila Ribeiro

RESUMO

Esse trabalho discute os sentidos em que se pode dizer que a sociologia tem avançado ou não no Brasil e as direções que ela tem seguido ou pode vir a seguir. Sugere-se que tem havido avanço por meio de inovações metodológicas, da aposta no potencial heurístico de esforços mais abrangentes de teorização e da emulação de estudos bem sucedidos realizados nos Estados Unidos. Avanços ocorridos nas áreas de mobilidade social, religião e criminalidade ilustram exemplarmente essas possibilidades. Compara-se o modo como o conhecimento tem avançado em cada uma dessas áreas e os limites e potencialidades inerentes a cada um desses modos.

Palavras-Chave: Conhecimento; Sociologia; Brasil, EUA.

ADVANCES AND HORIZONS OF BRAZILIAN SOCIOLOGY: A COMPARATIVE APPROACH

Renan Springer de Freitas

Ludmila Ribeiro

ABSTRACT

This work discusses the ways in which sociology can be said to have advanced in Brazil and the directions that it has taken or may take. It suggests that the discipline has advanced through methodological innovations, investing in the heuristic potential of more comprehensive attempts to theorize and emulate the successful studies conducted in the United States. Advances in the areas of social mobility, religion and criminality provide clear illustrations of these possibilities. The text compares how knowledge has progressed in each of these areas and the limits and possibilities inherent to each of these different modes.

Keywords: Knowledge; Sociology; Brazil, USA.

AVANCÉES ET PERSPECTIVES DE LA SOCIOLOGIE AU BRÉSIL: UN ABORDAGE COMPARATIF

Renan Springer de Freitas

Ludmila Ribeiro

RÉSUMÉ

Ce travail discute des voies prises par la sociologie au Brésil, des mesures dans lesquelles on peut dire qu'elle a avancé ou pas, et des directions qu'elle a suivies ou peut en venir à suivre. Il y est suggéré qu'il y a eu avancée grâce aux innovations méthodologiques, au pari fait sur le potentiel heuristique d'efforts plus englobants de théorisation et de l'émulation d'études menées à bien aux Etats-Unis. Les avancées dans les champs de la mobilité sociale, de la religion et de la criminalité illustrent de façon exemplaire ces possibilités. On compare ici la façon dont a avancé la connaissance dans chacun de ces domaines et les limites qui leur sont, dans chaque cas, inhérentes.

Mots-clés : Connaissance ; sociologie ; Brésil, USA.

SOCIÓLOGOS DO FUTURO: NEOARTESANATO INTELLECTUAL E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Jose Vicente Tavares dos Santos

RESUMO

Este texto parte de uma questão: o que é ser aprendiz de Sociologia em um tempo de incertezas? Nos últimos anos, os jovens estão vivendo um tempo de instabilidade, no qual houve a precarização do trabalho e a vivência do labirinto da vida. Passam a experimentar a fragmentação, a vulnerabilidade, alguns o enclausuramento e a morte. Torna-se, portanto, importante relem-

brar a imaginação sociológica, a arte da descoberta e a necessidade de construir uma explicação para as novas formas do social posicionada no contexto da mundialização da sociedade. O processo da investigação nas Ciências Sociais pode ser entendido como um ato de criação de conhecimento sobre a realidade social, orientado por uma fecunda relação entre a teoria, a observação e a interpretação. Desde a sociologia clássica, alguns axiomas do pensamento sociológico podem ser identificados, cujas múltiplas combinações conceituais permitem delinear algumas características do momento teórico da Sociologia Mundial. Os elementos do pensamento sociológico – investigação científica, engajamento político e imaginação sociológica – foram se forjando em uma tensa e estimulante inserção na perspectiva do espaço - tempo social, unindo o rigor investigativo e o pensamento crítico aos processos de transformação social. Aparece urgências em uma época de tecer utopias no espaço - tempo não linear, no difícil encontro de experiências inovadoras, a fim de simular, ou antecipar, a reconstrução dos laços sociais, dos afetos e das paixões. Tempos em que renasce a esperança pelo labor sociológico dos jovens.

Palavras-Chave: Juventude; Produção Sociológica; Incerteza; Metodologia de Pesquisa

SOCIOLOGISTS OF THE FUTURE: INTELLECTUAL NEO-CRAFTSMANSHIP AND POLITICAL ENGAGEMENT

Jose Vicente Tavares dos Santos

ABSTRACT

This text sets out from a question: what does it mean to be an apprentice of Sociology in a time of uncertainties? Young people today are living in a period of considerable instability with work becoming more precarious and life ever more of a labyrinth. They experience fragmentation and vulnerability, and some enclosure and death. In this context it is important to recall the sociological imagination, the art of discovery and the need to construct an explanation for the new forms of the social emerging from the globalization of society. The investigative process in the Social Sciences can be understood as an act of creating knowledge about social reality, guided by a fertile relationship between theory, observation and interpretation. A number of axioms of sociological thought can be identified from classic sociology onwards that, combined conceptually in multiple ways, allow us to delineate various contemporary theoretical dimensions of World Sociology. The elements of sociological thought – scientific investigation, political engagement and sociological imagination – were forged within a tense and stimulating immersion in social space-time, combining investigative rigour and critical thought with processes of social transformation. Urgent issues appear in a period of utopias interwoven in non-linear space-time, in the difficult encounter of innovative experiences, with the aim of simulating, or anticipating, the reconstruction of social ties, affects and passions. Times

in which hope is reawakened through the sociological work of the young generation.

Keywords: Youth; Sociological production; Uncertainty; Research methodology.

SOCIOLOGUES DU FUTUR : NÉOARTISANAT INTELLECTUEL ET ENGAGEMENT POLITIQUE

José Vicente Tavares dos Santos

RÉSUMÉ

Ce texte par d'une question : qu'est-ce être apprenti en sociologie en temps d'incertitude ? Au cours de ces dernières années, les jeunes vivent un temps d'instabilité, connaissent la précarisation du travail et se débattent dans le labyrinthe de la vie. Ils font l'expérience de la fragmentation, de la vulnérabilité, et, pour certains, de l'enfermement et de la mort. Il devient donc important d'en revenir à l'imagination sociologique, à l'art de la découverte et au besoin de construire une explication à ces nouvelles formes du social positionnée dans le contexte de la mondialisation de la société. Le processus de l'enquête dans les Sciences sociales peut être compris comme un acte de création et de connaissance sur la réalité sociale dès qu'il est guidé par une relation féconde entre théorie, observation et interprétation. Dans cette sociologie classique, on peut identifier certains axiomes de la pensée sociologique dont les multiples combinaisons conceptuelles permettent de saisir quelques unes des caractéristiques du moment théorique de la Sociologie mondiale. Les éléments de la pensée sociologique – enquête scientifique, engagement politique et imagination sociologique – se sont forgés en une insertion intense et stimulante dans la perspective de l'espace – temps social, unissant la rigueur investigatrice et la pensée critique à des processus de transformation sociale. Des urgences surgissent à l'heure de tisser des utopies dans l'espace – temps non linéaire dans la difficile rencontre d'expériences innovatrices afin de simuler ou anticiper la reconstruction de liens sociaux, d'affects et de passions. Temps où renaisse l'espoir par le travail sociologique des jeunes.

Mots-clés : Jeunesse ; Production sociologique ; Incertitude ; Méthodologie de recherche.

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO DE PORTUGAL

Roberta dos Reis Neuhold

RESUMO

Esse artigo inicia uma incursão pela história da Sociologia em Portugal para analisar os sentidos a ela atribuídos quando introduzida nos planos de estudos do ensino secundário, em meio ao movimento de redemocratização do país fortalecido em meados da década de 1970. Recorre a entrevistas e, sobretudo, pesquisa documental e bibliográfica, tendo como foco a legislação educacional, manuais didáticos e propostas curriculares oficiais. Aponta que, como no ensino superior, havia a expectativa, entre os cientistas sociais, de que a Sociologia, por um lado, fornecesse aos jovens fundamentos teóricos e métodos de intervenção em uma sociedade em intensa transformação; e, por outro lado, que lhes proporcionasse conhecimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma provável formação vocacional, despertando o interesse pelo prosseguimento dos estudos na área das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino secundário (Portugal); Sociologia (Portugal).

NOTES ON THE HISTORY OF SOCIOLOGY IN PORTUGAL'S SECONDARY EDUCATION

Roberta dos Reis Neuhold

ABSTRACT

This paper discusses the history of sociology in Portugal to analyze the meanings assigned to it when it was included in the curriculum of secondary education for the first time. The article uses interviews, and above all, documental and biographic research, with a focus on educational legislation and textbooks. It shows that, in higher education, social scientists wanted sociology to provide students with theoretical foundations and methods of intervention in a society that was going through political, cultural, social and economic changes, as well as providing the students with knowledge to spark their interest in the Social Sciences and the pursuit of studies in this field.

Keywords: Curriculum. Teaching Sociology. Secondary education. Textbook. Sociology (Portugal).

NOTES SUR L'HISTOIRE DE LA SOCIOLOGIE DANS L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE DU PORTUGAL

Roberta dos Reis Neuhold

RÉSUMÉ

Cet article fait une incursion dans l'histoire de la sociologie au Portugal pour analyser les sens qui lui ont été attribués quand elle fut introduite dans les programmes d'études de l'enseignement secondaire, au cours du mouve-

ment de redémocratisation du pays renforcé au milieu des années soixante-dix. Il a recours à des entretiens et surtout à une recherche documentaire et bibliographique, en se focalisant sur la législation éducative, les manuels didactiques et les propositions des cursus officiels. Il relève le fait que, comme dans l'enseignement supérieur, les scientifiques sociaux espéraient que la sociologie fournisse aux jeunes d'une part, des fondements théoriques et des méthodes d'intervention dans une société en transformation intense et, de l'autre, qu'elle leur offre les connaissances favorables au développement d'une probable formation vocationnelle, en éveillant l'intérêt à poursuivre des études supérieures dans le domaine des Sciences sociales.

Mots-clés : Enseignement de la sociologie ; Enseignement secondaire (Portugal) ; Sociologie (Portugal).

ESBOÇO DE UMA MORFOLOGIA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: PERFIL, RECRUTAMENTO, PRODUÇÃO E IDEOLOGIA.

Tom Dwyer

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Eugenio Braga

RESUMO

O artigo visa explorar algumas dos principais traços morfológicos dos cientistas sociais brasileiros. Esboça-se aqui um perfil do segmento acadêmico dos sociólogos, através de uma amostra de membros da Sociedade Brasileira de Sociologia, tendo sido os dados colhidos através de survey a ser respondido pela internet em 2009. Os dados indicam um segmento profissional predominantemente feminino, branco, com mais de 45 anos e renda bem acima da média nacional. Seis instituições nacionais concentram mais da metade dos doutorados feitos por esse grupo. Inseridos principalmente como professores e pesquisadores, os sociólogos também têm entradas diversas no campo profissional, destacando-se as atividades administrativo-gerenciais. Como profissionais, os sociólogos trabalham com toda a gama clássica de problemas e temas sociológicos.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Sociologia no Brasil, Atuação profissional

OUTLINE OF A MORPHOLOGY OF BRAZILIAN SOCIOLOGY: PROFILE, RECRUITMENT, PRODUCTION AND IDEOLOGY

Tom Dwyer

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Eugenio Braga

ABSTRACT

The article aims to explore some of the main morphological features of the Brazilian social scientists. We outlined a profile of the academic segment of

sociologists, using a sample of members of the Brazilian Sociological Society, with data collected through a survey answered via the internet in 2009. The data indicate a largely female professional segment, white, with more than 45 years and income well above the national average. Six national institutions account for more than half of the doctorates made by this group. Inserted primarily as professors and researchers, sociologists also have several entries in the professional field, highlighting the administrative and managerial activities. As professionals, sociologists work with all the classic range of problems and sociological themes.

Keywords: Social Sciences, Sociology in Brazil, Professional Experience

ÉBAUCHE D'UNE MORPHOLOGIE DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIENNE : PROFIL, RECRUTEMENT, PRODUCTION, IDÉOLOGIE.

Tom Dwyer

Maria Ligia de Oliveira Barbosa

Eugenio Braga

RÉSUMÉ

L'article vise à explorer quelques uns des principaux traits morphologiques des sociologues brésiliens. On ébauche ici un profil du segment académique des sociologues par le biais d'un échantillon des membres de la Société brésilienne de Sociologie, auprès desquels les réponses furent recueillies via survey envoyé par internet en 2009. Les données obtenues indiquent un ce segment professionnel à prédominance féminine, blanche, de plus de 45 ans et au revenu nettement plus élevé que la moyenne nationale. Ses institutions nationales concentrent plus de la moitié doctorats élaborés par ce groupe. Insérés principalement comme professeurs et chercheurs, les sociologues exercent également des fonctions diverses dans le champ professionnel plus particulièrement dans les activités administratives et de gérance. En tant que professionnels, les sociologues travaillent sur toute une gamme de problèmes et de thèmes sociologiques.

Mots-clés : Sciences sociales ; Sociologie au Brésil ; Actuation professionnelle.

JUVENTUDE, IGUALDADE E PROTESTOS

Celi Scalón

RESUMO

O artigo se refere à conferência proferida no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, em Salvador. Nele, busco analisar as jornadas de Junho de 2013, ocorridas em todo o Brasil, à luz do debate sobre desigualdades, classes sociais e juventude. Para tanto, foram incorporados resultados de várias pesquisas, quantitativas e qualitativas, realizadas em diferentes períodos.

O argumento do texto procura recuperar, ainda, a discussão sobre opções de políticas públicas e suas conseqüências para as condições de vida das populações, mais especificamente, a brasileira. Nesse sentido, questiona os limites do foco no aumento de crédito e consumo, sem respectivo investimento em bens e serviços públicos e universais. Em última instância, se vincula ao debate sobre modelos de desenvolvimento, justiça social, direitos e cidadania.

Palavras-chave: protestos, juventude, classes, justiça social, desenvolvimento

YOUTH, EQUALITY AND PROTESTS

Celi Scalón

ABSTRACT

The article derives from a paper given at the 16th Brazilian Congress of Sociology in Salvador. In the text I look to analyze the days of protests of June 2013 that took place throughout Brazil, in light of the debate on inequalities, social classes and youth. In the process I cite findings obtained by various quantitative and qualitative studies undertaken at different periods of time. The text's argument also looks to recuperate the discussion on public policy options and their consequences for the living conditions of populations, more specifically the Brazilian population. To this end it questions the limits of the focus on increasing credit and consumerism without respective investment in public and universal goods and services. Finally the article engages with the debate on models of development, social justice, rights and citizenship.

Keywords: Protests; Youth; Classes; Social justice; Development.

JEUNESSE, ÉGALITÉ ET MOUVEMENTS DE PROTESTATION

Celi Scalón

RÉSUMÉ

L'article se réfère à la conférence donnée par l'auteur lors du 16^{ème} Congrès brésilien de Sociologie, à Salvador de Bahia. Il s'attache à analyser les Journées de juin 2013 qui ont eu lieu dans tout le Brésil, à la lumière du débat sur les inégalités, les classes sociales et le jeunesse. Pour ce faire, les résultats de plusieurs recherches, quantitatives et qualitatives, réalisées à différentes époques, y ont été incorporés. L'argument du texte cherche à récupérer, encore, la discussion sur les options de politiques publiques et leurs conséquences sur les conditions de vie des populations, plus spécifiquement, la vie brésilienne. En ce sens, le travail remet en cause les limites de l'accent mis sur l'augmentation du crédit et de la consommation sans investissements en retour dans les biens et les services publics et universitaires. En ultime instance, le texte se rattache au débat sur les modèles de développement, sur la justice sociale, les droits et la citoyenneté.

Mots-clés : Protestations ; Jeunesse ; Classes ; Justice sociale ; Développement

OS JOVENS E AS PRAÇAS DOS INDIGNADOS: TERRITÓRIOS DE CIDADANIA

Maria da Glória Gohn

RESUMO

Na antiguidade, as praças eram locais de oradores. Na Idade Média, no início do processo de urbanização, as praças reuniam os artesões, o comércio, a arte de rua, e os símbolos do poder. Na Idade Moderna, as praças centrais ganharam status, reuniam os casarões das elites, hotéis, a prefeitura, igreja, câmaras, e o comércio crescente. Em todas essas diferentes épocas, uma função comum: a praça como locus de manifestação, protesto, reivindicações. Marchas, concentrações, ocupações: as praças tornaram-se locus por excelência de espaço público para o exercício da cidadania. A partir do século XX estas manifestações ganharam um dado novo: a expressiva participação dos jovens, e recentemente, o uso das novas tecnologias na organização e realização dos protestos. Este trabalho tem como referência manifestações de jovens em territórios distintos: Praça Tahrir, no Cairo/Egito, Praça Mohammad Bouazizi em Túnis/Tunísia, Praça da Puerta del Sol, em Madri/Espanha, Praça Syntagma, em Atenas/Grécia, praça do Parque Zuccoti/Wall Street, em Nova York/Estados Unidos, e Willy-Brandt Platz, em Frankfurt/Alemanha; manifestações de junho de 2013, no Brasil, na Av. Paulista e Largo da Batata, em São Paulo. Nesses territórios, têm ocorrido protestos dos indignados, sob várias formas. Apesar da intensa participação dos jovens, seus impactos na sociedade nem sempre têm sido visíveis, seus resultados nem sempre duradouros para a organização dos movimentos que constroem. O diálogo com os poderes constituídos é tenso ou inexistente. As questões implícitas neste paper são: quais as possibilidades dessas manifestações sob a perspectiva das lutas emancipatórias? Quais desafios teóricos esses movimentos apresentam? Qual o papel simbólico das praças que têm acolhido estas manifestações e movimentos?

Palavras-chave: Manifestações de jovens; Reivindicações; Brasil

YOUTH UPRISINGS AND PUBLIC SQUARES: TERRITORIES OF CITIZENSHIP

Maria da Glória Gohn

ABSTRACT

In the ancient world, squares were the place of orators. As the process of urbanization began in the Middle Ages, squares brought together artisans, traders, street performers and symbols of power. In the Modern Era, central squares acquired status as they became surrounded by the mansions of the elites, hotels, city council offices, churches, chambers and the ever-increasing commerce. During all of these different periods, though, the same function appears: the square as a focal point for demonstrations, protests and demands. Marches, rallies, occupations: the squares became the locus

par excellence of public space for exercising citizenship. From the twentieth century these manifestations acquired a new factor: the expressive participation of young people, and, more recently, the use of new technologies in the organization and realization of protests. The reference point for this work are youth demonstrations in various regions of the world: Tahrir Square in Cairo/Egypt, Mohamad Bouazizi Square in Tunis/Tunisia, Puerta del Sol in Madrid/Spain, Syntagma Square in Athens/Greece, Zuccotti Park Plaza/Wall Street in New York/United States, and Willy-Brandt Platz in Frankfurt/Germany; demonstrations in June 2013 in Brazil in the Avenida Paulista and Largo da Batata in São Paulo. In these regions protests have taken place in a variety of forms. Despite the intense participation of young people, their impacts on society have not always been visible, or their results particularly long-lasting for the organization of the movements responsible for them. The dialogue with public authorities is tense or non-existent. The questions implicit in this paper are: what potential do these demonstrations possess from the viewpoint of struggles for freedom? What theoretical challenges do these movements present? What symbolic role is played by the squares that have been occupied by these demonstrations and movements?

Keywords: Youth demonstrations; Demands; Brazil.

LES JEUNES ET LES PLACES DES INDIGNÉS : TERRITOIRES DE CITOYENNETÉ

Maria da Glória Gohn

RÉSUMÉ

Dans l'Antiquité, les places étaient le lieu des orateurs. Au Moyen-Âge, au début du processus d'urbanisation, les places ont réuni les artisans, le commerce, l'art de rue et les symboles du pouvoir. À l'époque moderne, les places centrales ont acquis un statut, s'y rassemblaient les demeures l'élite, les hôtels, les mairies, églises, diverses chambres et le commerce croissant. En toutes ces différentes époques, les places avaient une fonction commune : elles étaient le lieu de manifestations, de protestations, de revendications. Marches, concentrations, occupations : elles sont devenues par excellence des lieux publics où exercer la citoyenneté. À partir du 20^{ème} siècle, ces manifestations ont été la scène de deux phénomènes nouveaux : la participation expressive des jeunes, et plus récemment, l'emploi de nouvelles technologies dans l'organisation et la réalisation de protestations.

Ce travail fait référence aux manifestations de jeunes sur différents territoires : la place Tahrir, au Caire /Egypte, la place Mohammad Bouazizi à Tunis / Tunisie, a place de la Puerta del Sol à Madrid/Espagne, la place Syntagma à Athènes /Grèce, celle du parc Zuccoti/Wall Street / Etats-Unis et Wily-Brandt, à Frankfort/Allemagne ; et enfin les manifestations de juin 2013 au Brésil, dans l'Avenida Paulista et sur le Largo da Batata, à São Paulo. Sur ces territoires, on a vu se dérouler plusieurs formes de protestations d'indignés. Malgré la forte participation des jeunes, leurs impacts sur la société n'ont pas tou-

jours été visibles, leurs résultats pas toujours durables pour l'organisation des mouvements qu'ils ont constitué. Le dialogue avec les pouvoirs en place est tendu ou inexistant. Les questions implicites dans cet article sont : quelles sont les possibilités qu'ouvrent ces manifestations dans la perspective de luttes émancipatrices ? Quels défis théoriques ces mouvements présentent-ils ? Quel est rôle symbolique des places qui ont été le théâtre de ces manifestations et de ces mouvements ?

Mots-clés : Manifestations de jeunes ; Revendications ; Brésil

UM “FIAT MIRACULOSO”: OLIVEIRA VIANNA VISITA SÃO PAULO

Andre Veiga Bittencourt

RESUMO

Se uma das particularidades do diagnóstico do primeiro e mais importante livro de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil* (1920), consiste em pensar o país a partir de suas diferenças internas, de seus elementos heterogêneos – como fica claro desde o título, escrito no plural – essa ênfase no estudo nas diferenças não pode ser vista apenas como simples idiosincrasia do autor, tratando-se, pelo contrário, de uma visão algo recorrente em outras análises daquele momento. Tomando como ponto de partida uma viagem de Oliveira Vianna a São Paulo no início dos anos 1920, tento indicar neste artigo como não apenas o autor, mas principalmente suas ideias “viajaram” e dialogaram de forma importante com diferentes setores intelectuais daquele estado, preocupados então em pensar as relações entre São Paulo e restante do Brasil.

Palavras-chave: Populações meridionais; Brasil; Oliveira Vianna

A ‘MIRACULOUS FEAT’: OLIVEIRA VIANNA VISITS SÃO PAULO

Andre Veiga Bittencourt

ABSTRACT

One of the singular features of the diagnosis undertaken by the first and most important book by Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil* (1920), is how it conceives the country through its internal differences and heterogenic elements – an approach announced in the title itself, written in the plural. However this emphasis on studying differences cannot be seen as a mere idiosyncrasy on the author's part: on the contrary, this view of Brazil is also found with some frequency in other analyses from the period. Taking as a starting point Oliveira Vianna's trip to São Paulo at the start of the 1920s, I look to show how not only the author 'travelled' but also and above all his ideas, generating an important dialogue with different intel-

lectual circles in the state, concerned at the time with the relations between São Paulo and the rest of Brazil.

Keywords: Southern populations; Brazil; Oliveira Vianna.

UN « FIAT MIRACULEUX » : OLIVEIRA VIANNA VISITE SÃO PAULO

Andre Veiga Bittencourt

RÉSUMÉ

Si l'une des particularités du diagnostique du premier et principal ouvrage de Oliveira Vianna, *Populations méridionales du Brésil* (1920), consiste à penser le pays à partir de ses différences internes, de ses éléments hétérogènes – comme l'indique clairement le titre écrit au pluriel –, cette mise en évidence des différences ne peut être pas interprétée comme une simple idiosyncrasie de l'auteur, car il s'agit, au contraire, d'une vision reposant quelque peu sur d'autres analyses faites à cette époque. En prenant comme point de départ un voyage de Oliveira Vianna à São Paulo au début des années 1920, j'essaie de montrer dans cet article combien non seulement l'auteur mais principalement ses idées « voyagent » et dialoguent de façon conséquente avec les différents secteurs intellectuels de cet état, qui étaient alors soucieux de réfléchir sur les relations entre São Paulo et le reste du Brésil.

Mots-clés : Populations méridionales ; Brasil ; Oliveira Vianna

BIOGRAFIA E ITINERÁRIOS DE UM LIVRO: UMA ABORDAGEM PÓS-HUMANISTA DAS ASSOCIAÇÕES DE UMA OBRA DE GISELE FREUND

Jorge Ventura de Morais

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é desvendar a rede sociocultural que o livro *La Fotografía y las Clases Medias*, de Gisèle Freund, seguiu. Outro objetivo, concatenado a este, é analisar o engajamento de uma agência material (o livro) com agências humanas (eu, entre outros). Em suma, desenvolvo uma análise pós-humanista da trajetória de um objeto. E isso serve para afastar quaisquer suspeitas de que seja de uma abordagem holística ou de que seja uma abordagem baseada no individualismo metodológico; serve também para afastar de mim qualquer aderência a debates de uma sociologia tradicional baseada em dicotomias entre agência e estrutura. Estou interessado em encontrar os nós dos engajamentos entre as agências de diferentes tipos. Palavras-chave: sociologia dos objetos; performance; fotografia; Gisèle Freund

BIOGRAPHY AND THE ITINERARIES OF A BOOK: A POST-HUMANIST APPROACH TO THE ASSOCIATIONS OF A WORK BY GISELE FREUND

Jorge Ventura de Morais

ABSTRACT

The main objective of this article is to uncover the sociocultural network in which the book *La Fotografía y las Clases Medias* by Gisèle Freund was immersed. Another objective interconnected with this aim is to analyze the engagement of a material agency (the book) with human agencies (myself, among others). In short, I develop a post-humanist analysis of the trajectory of an object. This in turn implies dispelling any suspicion of pursuing a holistic approach or one based on methodological individualism; it also distances me from any adherence to the debates of a traditional sociology based on dichotomies between agency and structure. Instead my interest resides in encountering the knots of the engagements between the different types of agencies.

Keywords: Sociology of objects; Performance; Photography; Gisèle Freund.

BIOGRAPHIE ET ITINÉRAIRE D'UN IVREL: UN ABORDAGE POST HUMANISTE DES ASSOCIATIONS D'UNE ŒUVRE DE GISELE FREUND

Jorge Ventura de Morais

RÉSUMÉ

Le principal objectif de cet article est de lever le voile sur le réseau socioculturel que le livre *La photographie et les classes moyennes*, de Gisèle Freund a parcouru. L'autre objectif, lié au premier, est d'analyser l'engagement d'une agence matérielle (le livre) avec des agences humaines (moi, entre autres). En somme, je procède à une analyse post humaniste de la trajectoire d'un objet. Et cela sert à éloigner tout soupçon, que ce soit d'un abordage holistique ou que ce soit d'un abordage basé sur l'individualisme méthodologique ; cela sert aussi à éloigner de moi toute adhérence à des débats d'une sociologie traditionnelle basée sur des dichotomies entre agence et structure. Ce qui m'intéresse, c'est de trouver les nœuds des engagements entre agences de différents types.

Mots-clés : Sociologie des objets ; performance ; photographie ; Gisèle Freund

PENSANDO SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A PESQUISA

Maria Stela Grossi Porto

RESUMO

O artigo busca ressaltar os múltiplos desafios com os quais se defronta a sociologia em seu esforço de compreensão do tema da Segurança Pública na contemporaneidade brasileira. Objetiva, particularmente, refletir sobre a compreensão sociológica desta temática, pensada em termos de desdobramentos e efeitos dos fenômenos circunscritos ao que vem sendo chamado o “problema da violência urbana e da segurança pública”. Questiona a importância de se refletir sobre o contexto brasileiro atual, palco para fenômenos que, se não são novos, em si mesmos, trazem sentidos novos em suas formas de concretização, a exemplo das recentes manifestações sociais, ocorridas inicialmente em 2013 e conhecidas como ‘manifestações de junho’, as quais demandam ser compreendidas tanto sob o ângulo da sociedade civil quanto daquele do aparato institucional-legal, sobretudo policial. O texto se desenvolve a partir do levantamento de alguns desafios com os quais se defronta a sociologia para levar adiante uma agenda de pesquisa voltada à violência, segurança pública, crime, justiça e polícia. A argumentação se utiliza da Teoria das Representações Sociais –TRS- enquanto recurso teórico metodológico, inserindo representações sociais no contexto sociológico das reflexões teóricas e da produção de conhecimento sobre segurança pública. Privilegiar a análise das representações significa reconhecer sua importância como estratégia de conhecimento do social, admitindo que produzam um tipo de conhecimento que interroga a realidade através do que se pensa sobre ela.

Palavras-Chave: Segurança; Representações; Violência

THINKING PUBLIC SECURITY IN BRAZIL: RESEARCH CHALLENGES

Maria Stela Grossi Porto

ABSTRACT

The article seeks to emphasize the multiple challenges faced by sociology in its efforts to understand the issue of Public Security in contemporary Brazil. In particular it reflects on the sociological understanding of this theme, conceived in terms of the developments and effects of the phenomena delimited as the “problem of urban violence and public security.” It examines the importance of reflecting on the current Brazilian context, a setting for phenomena that, while not new in themselves, generate new meanings through their forms of concretization, as exemplified by the recent social manifestations, initially occurring in 2013 and known as the ‘June demonstrations,’ which need to be understood both from the angle of civil society and that of the legal-institutional apparatus, especially the police. The text

proceeds by examining a number of the challenges faced by sociology with the aim of advancing a research agenda focused on violence, public security, crime, justice and the police. In developing its line of argument, the article turns to Social Representation Theory (SRT) as a theoretical and methodological resource, inserting social representations in the sociological context of the theoretical reflections and the production of knowledge on public security. Privileging the analysis of representations means recognizing their importance as a strategy of social knowledge, admitting that they produce a kind of knowledge that interrogates reality through what we think about it. Keywords: Security; Representations; Violence.

PENSER LA SÉCURITÉ PUBLIQUE AU BRÉSIL : DÉFIS POUR LA RECHERCHE

Maria Stela Grossi Porto

RÉSUMÉ

L'article cherche à relever les multiples défis auxquels est confrontée la sociologie dans son effort de compréhension du thème de la Sécurité publique dans le Brésil contemporain. Il s'attache particulièrement à réfléchir sur la compréhension sociologique de cette thématique pensée en termes de déploiements et effets des phénomènes circonscrits à ce que l'on appelle le « problème de la violence urbaine et de la sécurité publique ». Il questionne l'importance qu'il y a de réfléchir sur le contexte brésilien actuel, scène de phénomènes qui, s'ils ne sont pas nouveaux en soi, entraînent des sens nouveaux dans leurs formes de concrétisation, à l'exemple des manifestations sociales qui ont eu lieu initialement en 2013 et sont connues comme « les manifestations de juin », lesquelles doivent être comprises tant sous l'angle de la société civile que sous celui de l'appareil institutionnel légal, surtout policier. Le texte se développe à partir du relevé de quelques défis auxquels la sociologie a été confrontée afin mettre au point un agenda de recherche touchant à la violence, la sécurité publique, le crime, la justice et la police. L'argumentation utilise la Théorie des représentations sociales -TRS – en tant que recours théorico méthodologique, en insérant des représentations sociales dans le contexte sociologique des réflexions théoriques et de la production de connaissances sur la sécurité publique. Privilégier l'analyse des représentations signifie reconnaître son importance comme stratégie de connaissance du social, admettant que celles-ci produisent un type de connaissance qui interroge la réalité par le truchement de ce qui se pense à son propos.

Mots-clés : Sécurité ; Représentations ; Violence.

CONTENTS

BRAZILIAN JOURNAL OF SOCIOLOGY Of The Brazilian Society of Sociology

05	Editorial Soraya Vargas Côrtes
13	Intellectual craftsmanship in sociology José de Souza Martins
49	The sociologist's trade Heraldo Pessoa Souto Maior
69	Advances and horizons in Brazilian sociology: a comparative approach Renan Springer de Freitas Ludmila Ribeiro
115	Sociologists of the future: intellectual neo-craftsmanship and political engagement Jose Vicente Tavares dos Santos
131	Notes on the history of Sociology in Portugal's secondary education Roberta dos Reis Neuhold
147	Outline of a morphology of Brazilian sociology: profile, recruitment, production and ideology Tom Dwyer Maria Lígia de Oliveira Barbosa Eugenio Braga
179	Youth, equality and protests Celi Scalón
205	Youth uprisings and public squares: territories of citizenship Maria da Glória Gohn
223	A 'miraculous feat': Oliveira Vianna visits São Paulo Andre Veiga Bittencourt
247	Biography and the itineraries of a book: a post-humanist approach to the associations of a work by Gisele Freund Jorge Ventura de Moraes
277	Thinking public security in Brazil: research challenges Maria Stela Grossi Porto
299	Resumos/Abstracts/ Resumes
317	Sommaire

SOMMAIRE

RBS-REVUE BRÉSILIENNE DE SOCIOLOGIE
Société Brésilienne de Sociologie-SBS

05	Préface Soraya Vargas Côrtes
13	L'artisanat intellectuel dans la sociologie José de Souza Martins
49	Le métier de sociologue Heraldo Pessoa Souto Maior
69	Avancées et perspectives de la Sociologie au Brésil: Un abordage comparatif Renan Springer de Freitas Ludmila Ribeiro
115	Sociologues de l'avenir : néo artisanat intellectuel et engagement politique Jose Vicente Tavares dos Santos
131	Notes sur l'histoire de la Sociologie dans l'enseignement secondaire du Portugal Roberta dos Reis Neuhold
147	Ébauche d'une morphologie de la sociologie brésilienne: Profil, recrutement, production et idéologie Tom Dwyer Maria Lígia de Oliveira Barbosa Eugenio Braga
179	Jeunesse, Égalité et Protestations Celi Scalon
205	Les jeunes et les places des indignés : territoires de citoyenneté Maria da Glória Gohn
223	Un « fiat miraculeux » : Oliveira Vianna visite São Paulo Andre Veiga Bittencourt
247	Biographie et itinéraire d'un livre: Un abordage post humaniste des associations d'une œuvre de Gisèle Freund Jorge Ventura de Moraes
277	Penser la Sécurité publique au Brésil : défis pour la recherche Maria Stela Grossi Porto
299	Resumos/Abstracts/ Resumes
316	Contents